



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA**

PORTARIA/INCRA/DD/Nº 01

DE 30 DE JULHO DE 2010.

O DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do art. 17, da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto nº 6.812, de 3 de abril de 2009, combinado com o inciso III, do art. 130, do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria/MDA/Nº 20, de 8 de abril de 2009:

CONSIDERANDO a necessidade de criar um referencial para o Programa de ATES, bem como procurar sanar os problemas metodológicos do Programa; RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o documento intitulado “Bases metodológicas para o Programa de ATES”, que tem como objetivo apresentar mecanismos para a execução do Programa de ATES nos Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉSAR JOSÉ DE OLIVEIRA

Publicado no BS nº 31 de 02 de agosto de 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA



Referenciais Metodológicos para o Programa de ATES

Brasília, julho de 2010



Aprovado pela Portaria/INCRA/DD/Nº 01, de 30 de julho de 2010.

Referenciais metodológicos para o Programa de ATES

Coordenação Nacional de ATES

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Ministro de Estado
Guilherme Cassel



INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

Presidente
Rolf Hackbart

Chefe de Gabinete
Francisco Jose Nascimento

Procuradora Geral da Procuradoria Federal Especializada
Gilda Diniz dos Santos

Diretora de Gestão Administrativa
Eva Maria de Souza Sardinha

Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária
Richard Martins Torsiano

Diretor de Gestão Estratégica
Roberto Kiel

Diretor de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento
Celso Lisboa de Lacerda

Diretor de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento
César José de Oliveira

Equipe Técnica

Afra Veras Lobo
Antônio Wilson Vieira Bonfim
Carla de Araújo Ferreira
César Fernando Schiavon Aldrighi
Marlova Mosena
Orlando Braz da Cruz Filho
Ramon Chaves de Araújo
Rosa Silveira
Sávio Silveira Feitosa
Severino José Pinto da Silva

Redação

Pablo Sidersky

Revisão técnica

César Fernando Schiavon Aldrighi

Coordenação Geral

Cesar José de Oliveira – Diretor de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - DD
Vinícius Ferreira de Araújo – Coordenador Geral de Infra-Estrutura - DDI
Maria Mota Pires – Divisão de Estruturação de Assentamentos – DDI-2
César Fernando Schiavon Aldrighi - Coordenador Nacional de ATES

Prólogo

Através do presente documento, a Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos disponibiliza uma ferramenta que tem por objetivo a qualificação da atuação do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental.

A intenção é que ele possa servir como documento de orientação e consulta para os servidores do INCRA envolvidos com o Programa, assim como para as entidades e equipes técnicas contratadas para implementar este serviço junto às famílias assentadas.

Inicialmente o documento em questão contextualiza a ação de assessoria, discutindo a trajetória da idéia da extensão rural, além de alguns conceitos básicos que balizam as opções em termos do desenvolvimento que se busca junto às famílias assentadas. Também discute os diversos campos de atuação, assim como as características essenciais que esse tipo de serviço deve contemplar. A maior ênfase do texto é sobre a metodologia de atuação, a ser utilizada pelos profissionais na realização cotidiana do serviço de assessoria técnica.

O processo de elaboração do documento foi construído em interação com a realidade vivida pelo Programa. Mas também foram mobilizados conhecimentos já acumulados sobre o tema. Esperamos que o referencial assim produzido esteja vinculado, ao mesmo tempo, ao debate mais amplo sobre a assessoria e o desenvolvimento rural, e também às questões concretas que são enfrentadas pelas entidades e pelos agentes responsáveis pela implementação do serviço de ATES junto às famílias assentadas.

Cesar José de Oliveira

Diretor de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA

Sumário

- Apresentação

- Introdução

1. Aprendendo com o passado: breve histórico da extensão rural

– Nascimento, apogeu e crise do modelo original de extensão rural

Sobre a história da extensão rural (ER)

A extensão como “transferência de tecnologia” (com referências ao caso brasileiro)

As críticas ao modelo de “Transferência de Tecnologias” e a crise da extensão rural

– A busca de novos caminhos para a extensão rural

A renovação das idéias sobre a ER

Crise e a necessária renovação dos serviços de extensão rural

As orientações da nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)

Conceitos para os ‘novos tempos’: extensão *versus* assessoria rural

2. Algumas referências conceituais

– Desenvolvimento sustentável: uma visão de futuro para o meio rural brasileiro?

As transformações do conceito de desenvolvimento

A evolução da agricultura brasileira e as principais características do modelo vigente de desenvolvimento rural

As críticas ao modelo dominante

Que modelo de desenvolvimento para o futuro?

– O território – espaço privilegiado para pensar o desenvolvimento rural sustentável

Os conceitos

Dos conceitos à abordagem territorial

A adoção da abordagem territorial pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário

– Principais características da Agricultura Familiar

O ponto de partida

O acesso aos meios de produção como fator chave da autonomia

O uso da mão de obra familiar

O patrimônio familiar

A relação com o mercado

Pluriatividade

Cooperação

O modo familiar de fazer agricultura

A inovação está sempre presente nas unidades familiares

– Agroecologia

3. Características básicas das ações de assessoria para assentados da Reforma Agrária

- A necessidade de uma assessoria técnica polivalente e contínua
- A necessidade de uma assessoria técnica contínua e presente junto às famílias
- Sobre a atitude ou postura dos agentes de ATEs: a busca de uma relação diferente entre assessores e assessorados
- O agente de assessoria rural como mediador, facilitador, educador
- Estimular e reforçar a iniciativa das famílias: um ponto de partida para a assessoria
- A inclusão social: uma assessoria para todas as famílias atendidas
- A inclusão social: a busca de uma maior equidade de gênero e de mais espaço para iniciativas da juventude
- A opção pelo enfoque construtivista e as metodologias participativas
 - O enfoque construtivista
 - Porquê utilizar metodologias participativas?
- A utilidade do enfoque sistêmico
- A opção da sustentabilidade com base no enfoque agroecológico: apoiar os processos de transição
 - A ‘transição agroecológica’
 - Pensando uma estratégia de assessoria técnica com base na Agroecologia

4. Os diferentes campos de atuação das equipes de ATEs

– A assessoria técnica

- A esfera dos sistemas produtivos
- O beneficiamento da produção
- O acesso aos mercados e redes de Economia Solidária
- O apoio à pluriatividade das famílias assentadas

– A assessoria social

- O acesso aos direitos básicos da cidadania
- O acesso à infra-estrutura
- O fortalecimento das organizações dos assentados
- Saneamento: uma interface entre os temas de saúde e meio ambiente
- O reforço da sociabilidade e do lazer
- A segurança alimentar e a exclusão social

– A assessoria ambiental

- As áreas de Reserva Legal (RL), de Preservação Permanente (APP) e os requisitos legais
- Trabalhar para favorecer a transição agroecológica dos sistemas produtivos é uma forma de trabalhar a sustentabilidade ambiental

5. Metodologia de atuação

– A busca de um caminho diferente, centrado no estímulo à iniciativa das famílias assentadas

– O itinerário de trabalho: uma visão geral

- Os diferentes momentos ou fases do itinerário
- Um processo cíclico
- Os campos a serem trabalhados
- Em que escala trabalhar?

– Detalhando o ponto de partida para a ação das equipes de ATEs: o diagnóstico participativo como instrumento de ‘leitura da realidade’

- Uma reflexão inicial
- O diagnóstico no caso de um assentamento ‘recém-criado’
- Discutindo o diagnóstico dos sistemas produtivos nos assentamentos mais antigos
- O resultado do diagnóstico dos sistemas agropecuários: a formulação da(s) ‘problemática(s) técnica(s)’
- Sobre o diagnóstico no ‘campo’ social
- E o ‘campo’ ambiental?
- Uma advertência

– Sobre o planejamento participativo

- Os diferentes momentos do planejamento
- O planejamento nos diferentes ‘campos’ da ATEs

– Observações sobre a forma de trabalhar no ‘campo’ técnico

- O desenvolvimento participativo de soluções para a problemática técnica e a importância da experimentação
- O planejamento da unidade familiar

– A implementação de uma agenda de trabalho no âmbito social

- Situando o trabalho social
- O acesso aos direitos básicos da cidadania
- A infra-estrutura
- Os grupos de mulheres e o trabalho com jovens
- O fortalecimento da organização local
- Sociabilidade e lazer
- O delicado tema dos ‘excluídos’

– A agenda ambiental

6. Algumas ferramentas

– Ferramentas para a ‘leitura da realidade’

- Mapeamentos participativos
- Caminhadas transversais (ou travessias)
- Diagramas
- Calendários
- Ferramentas para a análise de gênero

– Planejamento participativo

– Implementação

Referências citadas

- Apresentação

Após um longo período sem assessoria técnica aos assentamentos, o governo federal, por intermédio do MDA/INCRA criou, em 2003, o Programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental (ATES), visando à implantação de uma ação de assessoria rural descentralizada, com o propósito de apoiar as famílias assentadas nos Projetos de Reforma Agrária e nos Projetos de Assentamento reconhecidos pelo Incra. Esse programa é coordenado pelo INCRA e executado em parceria com instituições públicas, privadas, entidades de representação e coordenação de trabalhadores rurais e organizações não governamentais ligadas à Reforma Agrária.

O PPA 2008 – 2011 apresenta, dentre seus objetivos, o de prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, desde a implantação dos projetos de assentamento. O propósito é contribuir para o surgimento de unidades de produção familiares estruturadas, com sistemas produtivos em consolidação, inseridas em diferentes mercados, e integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e territorial. Neste contexto, as atividades de ATES perseguem objetivos significativos, dentre os quais destacamos:

- a) contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável das áreas de assentamento, apoiando-se em referências conceituais como a Agricultura Familiar e a Agroecologia;
- b) promover a segurança alimentar e a viabilidade econômica dos assentamentos;
- c) estimular a adoção de metodologias participativas na condução dos trabalhos de assessoria;
- d) desenvolver processos educativos permanentes e continuados, a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivista, visando à formação de competências e estimulando a iniciativa dos atores sociais, na busca de uma melhoria de qualidade de vida das famílias assentadas e da promoção do desenvolvimento rural sustentável;
- e) estabelecer mecanismos de gestão capazes de monitorar e avaliar as ações do Programa e promover as devidas correções em tempo real.

Desde que iniciou as suas atividades, o Programa de ATES vem crescendo paulatinamente: o número de famílias atendidas passou de 105.000 em 2003 para aproximadamente 300.000 em 2009, além daquelas que até 2007 eram beneficiadas em instrumentos específicos para elaboração de planos de desenvolvimento dos assentamentos. Neste período foram contratados, via as entidades prestadoras de ATES, mais de 4.000 técnicos que atuaram junto aos assentamentos. Parte significativa dos recursos está sendo aplicada nos Territórios da Cidadania, como forma de potencializar as ações do Governo Federal.

Em 2007 foram realizadas diversas oficinas de avaliação do Programa, que contaram com a participação do INCRA e demais atores envolvidos. A partir delas, a Diretoria de Desenvolvimento tirou algumas conclusões. Por um lado, foi possível identificar aspectos relevantes do programa de ATES, tais como: i) atua de forma transversal às demais políticas públicas de desenvolvimento de assentamentos do INCRA; ii) está presente diariamente nos assentamentos; iii) ajuda na leitura das realidades dos assentamentos e; iv) contribui na busca de soluções dos problemas que se apresentam.

Por outro lado, também foram identificados alguns desafios a serem superados: a) os problemas de coordenação, fiscalização e monitoramento do INCRA, limitando o alcance de melhores resultados; b) a dificuldade cada vez maior de utilização do instrumento convênio, apontada pelos órgãos de controle; e c) as deficiências metodológicas e a reduzida experiência dos técnicos sobre temas como agroecologia, economia solidária, igualdade racial e de gênero, etc.

Assim, um dos principais desafios para o programa de ATES no próximo período (2008-2011) era o de instituir uma metodologia para o trabalho de ATES, garantindo a prestação dos serviços de forma eficiente e continuada.

O presente documento buscará, inserido dentro da tarefa mais ampla de contribuir para o aperfeiçoamento do Programa de ATEs, apresentar subsídios que permitam enfrentar o desafio da questão metodológica acima apontado. Ele tem por objetivo servir de referência e inspiração principalmente para técnicos/as de campo, entidades de ATEs e servidores do INCRA que trabalham com o Programa.

César Fernando Schiavon Aldrighi
Coordenador Nacional de ATEs

- Introdução

O Programa de ATES, instrumento importante para a Reforma Agrária

Embora seja um passo crucial, em muitos casos o acesso à terra não basta para criar unidades familiares camponesas. Se os serviços de crédito e assessoria são importantes para o desenvolvimento das unidades de produção agropecuária familiares e até empresarias, com mais razão eles são cruciais para as famílias assentadas. É por isso que o Manual Operacional do Programa de ATES afirma que *“a ATES é de fundamental importância no desenvolvimento dos projetos de assentamento, uma vez que colabora com a transformação da realidade das famílias assentadas, (apoiando o surgimento de) unidades de produção estruturadas (e) fortalecendo o elo entre os assentados e o meio em que estão inseridos”*. [INCRA, 2008 #80] (p. 10)

Embora seja relativamente recente, esta percepção de que uma assessoria técnica é importante para que a Reforma Agrária possa atingir plenamente os seus objetivos não é de hoje. Em 1997 foi criado o Projeto Lumiar, que teve um caráter emergencial – diante da constatação da falta deste serviço de assessoria – e também experimental. Embora sua vida tenha sido curta – esta iniciativa foi finalizada abruptamente no ano 2000 – ela deixou um legado interessante, que confirmou a importância de uma assessoria para as famílias assentadas.

Depois de um hiato de três anos, em 2003 o MDA/INCRA retomou a iniciativa neste tema, criando um programa de assessoria técnica específico para as famílias assentadas nos Projetos de Reforma Agrária e Projetos de Assentamento reconhecidos pelo INCRA. Esta iniciativa leva o nome de Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES).

O Programa de ATES caracteriza-se por ser um programa descentralizado, executado sob a coordenação do INCRA, em parceria com entidades públicas, privadas e de representação dos trabalhadores rurais. No âmbito metodológico, o serviço que o programa ATES busca implementar deve ser abrangente, incluindo aspectos da produção, da comercialização da preservação do meio ambiente e da organização dos assentados.

Desde que iniciou as suas atividades, o Programa de ATES vem crescendo paulatinamente: o número de famílias atendidas passou de 105.000 em 2003 para aproximadamente 300.000 em 2009. Para fazer este trabalho, estima-se que foram contratados, via as entidades prestadoras de ATES, aproximadamente 4.000 técnicos.

As avaliações feitas pela Diretoria de Desenvolvimento do INCRA em 2007 confirmaram a importância do serviço de ATES para as famílias assentadas. Ao mesmo tempo, apontaram a necessidade de trabalhar no seu aprimoramento. Dentre os vários desafios identificados, cabia um destaque para a necessidade de elaborar implementar e aperfeiçoar uma metodologia de trabalho de ATES.

Dentro do marco maior que coloca como prioridade a tarefa de apoiar o aperfeiçoamento do Programa de ATES, o presente documento buscará organizar subsídios que permitam enfrentar o desafio metodológico aqui mencionado.

Sobre o objetivo principal do presente documento e as fontes utilizadas

Considerando que o Programa de ATES está em funcionamento há vários anos, foi definido que o objetivo principal deste documento seria o de aprimorar o trabalho que o Programa já está desenvolvendo. Assim, a sua elaboração tomou como ponto de partida o trabalho em curso. Esta referência intensa à realidade buscou captar os principais problemas metodológicos encontrados pelos agentes de ATES e também pelos agentes do INCRA que lidam com este Programa. Ao mesmo tempo, permitiu a identificação de experiências

interessantes existentes neste âmbito. Em viagens feitas às cinco grandes regiões do país, realizadas no período de novembro 2008 a agosto de 2009, pudemos auscultar as percepções sobre o trabalho de ATES junto a diversos atores sociais envolvidos, além de recolher outras informações pertinentes.

Mas o presente referencial também se relaciona com o debate mais geral sobre assessoria rural. Por isso, também recorreremos às numerosas referências que podem ser encontradas na bibliografia relacionada com o tema da extensão rural e a promoção do desenvolvimento sustentável.

Com este método de trabalho, esperamos ter produzido um referencial que esteja vinculado ao mesmo tempo ao debate mais amplo sobre desenvolvimento rural e a assessoria e também às questões concretas que são enfrentadas pelas entidades e pelos agentes responsáveis pela implementação do serviço de ATES junto às famílias assentadas.

A organização do documento

O presente documento está dividido em seis capítulos, para além desta apresentação. O primeiro, que faz uma breve revisão da trajetória da idéia da extensão rural, tem por objetivo situar o leitor diante dos desafios de criar um sistema ‘inovador’ de assessoria técnica. O capítulo 2 discute alguns conceitos que situam o pensamento do Programa com relação ao contexto do desenvolvimento rural no qual ele deve atuar.

O capítulo 3 trata das características básicas da assessoria preconizada pelo Programa de ATES, que foram determinadas, em grande parte, pelas reflexões apresentadas nos capítulos anteriores. Já o capítulo 4 define os diversos campos ou âmbitos em que a assessoria do Programa deve atuar.

O capítulo 6 trata da metodologia propriamente dita, constituindo o cerne do referencial metodológico. Finalmente, o capítulo 7 apresenta uma série de ferramentas práticas que poderão ser utilizadas nos diferentes momentos do roteiro metodológico, tratado no capítulo anterior.

Capítulo 1 - Aprendendo com o passado: breve histórico da extensão rural

A proposta de trabalho do Programa de ATEs, em conformidade com a PNATER, busca ser inovadora. Ela se nutre dos debates existentes sobre a trajetória e sobre o papel da extensão.

A intenção deste capítulo é o de fazer um rápido apanhado da história da extensão rural (ER), a partir da consulta de diversas referências que tratam do tema. Num primeiro momento, falaremos brevemente sobre as origens da ER. Em seguida analisaremos o papel do extensionista durante período da ‘modernização da agricultura’ e a ‘transferência de tecnologias’, usando principalmente o exemplo da ER no Brasil. O terceiro momento será dedicado à exposição das diversas críticas que são feitas a este tipo de extensão rural. Finalmente, falaremos das novas formas de ER que estão emergindo em diversos lugares.

1.1 – Nascimento, apogeu e crise do modelo original de extensão rural

1.1.1 – Sobre a história da extensão rural (ER)

- As origens da Extensão

A extensão rural, vista como atividade socialmente instituída visando estimular a mudança socioeconômica e cultural, e/ou a simples transferência de informação entre atores, teve diferentes características durante a evolução da humanidade.

Caporal (Caporal 1998) afirma que “*é possível que os homens e mulheres do Neolítico já exercessem alguma forma de extensão*”, deduzindo isto da expansão geográfica que teve a agricultura e a criação animal neste período. Leeuwis e van den Ban (Leeuwis e van den Ban 2004) também falam da probabilidade de ter existido, em diversos momentos da história da humanidade, pessoas que cumpriram um papel de ‘conselheiros’ e de ‘veículos do intercâmbio de informação’ no âmbito da agricultura. Outros autores mencionam iniciativas institucionalizadas de um tipo de serviço que poderia ser chamado de ‘extensão’, já no Renascimento, a partir de uma preocupação de aplicar os conhecimentos científicos nas atividades práticas das pessoas. (Swanson e Claar 1987)

Existe uma certa controvérsia sobre o nascimento do serviço ‘moderno’ de educação e extensão agrícola. Para Caporal (op. cit.), o primeiro serviço deste tipo foi estabelecido na Irlanda, no período da ‘fome da batata’, em meados do século XIX¹. Mas este autor cita também a Sociedade Filadélfia, nos EUA, como uma entidade que fez uma forma de ER, a partir de 1785. Em 1792 a Sociedade Massachusetts para a Promoção da Agricultura realizava “*reuniões para incentivar a melhoria da agricultura. Numa ocasião foram expedidas 1000 cartas circulares*”. Já Olinger afirma que “*a extensão rural, de forma organizada e considerada clássica pelos que estudam sua história, nasceu nos Estados Unidos, na década de 80 do século XIX. Foi quando os resultados das pesquisas realizadas nos Centros de Experimentação e nos Colégios Agrícolas precisaram ser divulgados entre os produtores rurais que surgiu o ‘Extension Service’.*” (Olinger sd)

É interessante observar a própria trajetória da palavra ‘extensão’, já que ela informa sobre como esta idéia tem sido percebida através dos tempos. Segundo Leeuwis e Van den Ban (Leeuwis e van den Ban 2004), a expressão ‘extensão’ apareceu na Inglaterra no século XIX, no contexto de uma ‘extensão universitária’ ou, mais precisamente, de uma ‘extensão da universidade’. A primeira notícia duma iniciativa prática que parte

¹ A batata inglesa ou batatinha (*Solanum tuberosum*), originária da região dos Andes, foi introduzida na Irlanda no século XVI. No final do século XVIII ela era a base da alimentação da população pobre irlandesa. No período de 1845 a 1850 houve uma série de péssimas colheitas, por causa da infestação de um fungo. Calcula-se que aproximadamente 1.000.000 de pessoas morreram e mais 2.000.000 emigraram por causa desta fome.

desta idéia data de 1867-68, quando James Stuart, um professor da Universidade de Cambridge, começou a dar palestras para associações de mulheres e clubes de operários, na região norte da Inglaterra. Pouco depois esta prática foi adotada por outras universidades. Pelos anos 80 daquele século já se falava em ‘movimento de extensão’, que era visto como um conjunto de iniciativas que ‘estendiam’ o trabalho das universidades para além do campus. De maneira bastante semelhante, a expressão ‘extensão educativa’ tem sido usada nos Estados Unidos desde o início do século XX, para indicar que a universidade não deveria restringir o seu trabalho à educação dos estudantes no campus, mas deveria ser ‘estendido’ para a população em geral. Estas idéias fazem referência à necessidade de levar a ‘educação científica’ para fora das universidades.

Outros países usaram palavras algo diferentes – como o caso da ‘vulgarização’ na língua francesa, que faz referência à necessidade de ‘traduzir’ a informação científica para ajudar a compreensão da pessoa comum – mas a idéia geral é muito parecida. Trata-se de “*iluminar o caminho para ajudar as pessoas*” como dizem os holandeses, ao usar a palavra *voorlichting*. (Leeuwis e van den Ban 2004)

O primeiro serviço público (estatal), dotado de um mandato específico relacionado ao desenvolvimento da agricultura e do meio rural, deve ter sido aquele do Japão (1893). Foi montado um serviço semelhante nos EUA em 1914. Depois da Segunda Guerra apareceram os serviços da Inglaterra, Israel, Índia, etc.

- *A Extensão no Brasil*

A preocupação com o apoio à produção e às famílias do meio rural aparece, no nosso país, no início do século XX. Mas este tipo de ação ainda não se preocupava tanto com a ‘transferência’ de informações para os agricultores. O termo Extensão Rural passou a ser usado a partir de 1952, mesmo que as primeiras experiências tenham começado um pouco antes. A expressão abrangia uma “*ampla gama de atividades de natureza agrônômica e social que deveriam ser realizadas pelos serviços públicos, embora o principal trabalho do extensionista seja no tema agropecuário*”. (Caporal 1998) Tratava-se de uma atividade cujo objetivo era o de levar para o meio rural as descobertas científicas, com o objetivo de induzir mudanças nas práticas tradicionais dos agricultores. Assim, no Brasil, a extensão nasceu tendo o significado de levar algo (conhecimento, tecnologia, etc.) de um lugar para outro.

1.1.2 – A extensão como ‘transferência de tecnologia’ (com referências ao caso brasileiro)

Foi nos anos 40 que a extensão rural começou a se instalar no Brasil, tendo como referência o modelo americano. (Fonseca 1985) O debate da época procurava explicar o ‘atraso’ existente no meio rural e na agricultura. Em seguida passou a discutir formas de superá-lo. Surgiu assim a ‘missão’ desta ER. Dizia-se que, para introduzir as mudanças (necessárias para superar este ‘atraso’), era necessário mudar a mentalidade dos agricultores, sendo necessário implementar programas de educação e informação capazes de facilitar a introdução de processos e tecnologias que levassem à modernização da atividade agrícola. Com isto, era tarefa da ER ajudar na transição duma sociedade ‘atrasada’ para uma sociedade ‘moderna’.

Em 1947 foi criada a primeira experiência de extensão rural no interior do Estado de São Paulo (Santa Rita do Passa Quatro). No ano seguinte foi criada a ACAR – MG (Associação de Crédito e Assistência Rural, Minas Gerais). Esta ‘matriz’, que moldou a experiência inicial brasileira, era uma síntese das experiências americanas do Sistema de Extensão Cooperativo, da prática extensionista dos *Land Grant Colleges* e das políticas de intervenção e apoio financeiro para as atividades agropecuárias do Governo daquele país.

A pesar de ser esta idéia da ‘superação do atraso’ o seu eixo central inicial, o enfoque da ER no Brasil foi evoluindo no tempo. Num primeiro momento (1948 – 1960) dizia-se que a ER devia divulgar conhecimento e influir para que os agricultores e suas famílias mudassem a mentalidade, ao ponto de se tornarem receptivos às idéias ‘modernas’ e, com elas, procurarem os meios de melhorar a atividades agrícolas e do lar. Caporal chama esta fase de “*familiar assistencialismo*”. (Caporal 1998) A função da ER e do extensionista – vista como uma espécie de missão – era aquela de ajudar as pessoas a pensar sobre os seus próprios problemas e sobre as formas de resolvê-los ou ‘ajudá-los a ajudar-se a si mesmos’. Fora os temas da

produção agrícola e das atividades domésticas, o casal de extensionistas² dedicava um certo tempo à tarefa de organizar grupos de agricultores, donas de casa e jovens. Buscava-se a formação de lideranças e o desenvolvimento de habilidades para uma melhoria nas práticas agrícolas e domésticas. Uma ferramenta importante desta fase foi o ‘crédito rural supervisionado’, uma forma de crédito destinado a financiar estas melhorias nas práticas agrícolas e no lar (que incluía coisas como água potável e moradia), visto também como um ‘crédito educativo’. Nesta primeira fase, ainda não havia uma relação direta entre a atividade da extensão rural e as políticas agrícolas no sentido mais estrito, que, na época, já começavam a promover o consumo de fertilizantes e a compra de tratores.

Em 1960 houve uma avaliação do sistema, cujo resultado foi uma mudança importante na sua filosofia. A partir de 1961 começou a ser enfatizada a necessidade de aumentar a renda e a produtividade das unidades produtivas do meio rural. Isto deveria ser feito por meio da introdução de melhores métodos e técnicas de trabalho. Buscar-se-ia um maior impacto econômico da atuação da ER. Começava então a era “*produtivista*”. (Caporal 1998) É nesta época que o foco da ER passou a ser a modernização técnica da produção. Buscou-se o crescimento da produção e da produtividade (da terra e da mão de obra), visto como o único caminho para melhorar as condições de vida da população rural. E este aumento era principalmente (ou unicamente) uma questão de difusão de inovações técnicas.

Temos então que, neste segundo momento, a estratégia passou a ser a modernização por via da difusão de inovações tecnológicas. O crédito ‘supervisionado’ (que, como vimos, era considerado como um crédito ‘educativo’) foi substituído pelo crédito ‘orientado’, destinado exclusivamente a financiar a introdução de novas tecnologias agrícolas. Além disso, a extensão passou a dar mais atenção aos grandes produtores, já que o objetivo passou a ser produzir mais e não tanto ‘ajudar o homem do campo’. É nesta época que a ER passou a ser um instrumento de política pública do Estado nacional. O Plano Nacional de Desenvolvimento 1972-78 estabelecia que uma meta para a agricultura era a implantação de um modelo tecnológico baseado na intensificação do uso de insumos modernos e da mecanização. Para tal, foi criado um conjunto coerente de políticas de apoio a este processo, que incluía uma nova estrutura de pesquisa³, de ER⁴ e de crédito.

Mas estas novidades não significaram uma revisão completa do ideário da ER. Permaneceu, por exemplo, a noção de que o desenvolvimento implicava em uma mudança social induzida ‘de fora’. Para tal, era necessária a introdução de idéias novas nos sistemas sociais e produtivos. Os indivíduos deviam mudar a forma de vida tradicional, adotando outro estilo de vida, que fosse compatível com o avanço tecnológico... Assim, apesar das mudanças, manteve-se um certo caráter ‘educativo’ da ER, mas este consistia apenas em motivar as pessoas a adotarem práticas agrícolas e tecnologias capazes de ‘modernizar’ a produção agropecuária (aumentando produção, produtividade e, eventualmente, renda). A ‘superação do atraso’ na vida das pessoas passou para segundo plano.

É característica desta abordagem a concepção de que é o setor da pesquisa que gera as inovações aqui citadas, sendo dever da extensão transmiti-las para os agricultores. A iniciativa parte dos cientistas e eventualmente, dos extensionistas, enquanto que o ‘receptor’ – o agricultor – é um agente passivo no processo. O saber deste último não tem importância neste modelo. (Schmitz 2001)

A ‘teoria da difusão das inovações’, sintetizada por Everett Rogers, tornou-se a base teórica da ação extensionista. (Rogers 1995) Ela atribui grande importância ao pequeno grupo de ‘inovadores precursores’, através dos quais os outros acabam ‘adotando’ uma inovação. Esta referência teórica deu respaldo àquilo que já acontecia geralmente na prática, onde o extensionista rural se relacionava apenas com um pequeno grupo dos ‘mais interessados’.

A pedagogia deste enfoque parte da existência de uma ‘realidade objetiva’, que é independente do observador, do ser humano. Desta visão de mundo deriva aquilo que Caporal chama de “*pedagogia*

² Nas experiências pioneiras de extensão rural no Brasil, era prática comum montar equipes formadas por duas pessoas: uma mulher que cuidava de temas como a economia doméstica, a higiene, etc. e um homem que tratava das questões ligadas à produção agropecuária.

³ A EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) foi criada em 1973.

⁴ Logo em seguida (no início de 1975), o governo federal criou a EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural).

tecnicista”, que parte da ‘neutralidade da ciência’ e procura organizar o processo educativo de forma a torná-lo ‘objetivo e operacional.’. Ela faz referência frequente a princípios como a ‘racionalidade’, a ‘eficiência’ e a ‘produtividade’. (Saviani 1988). Esta pedagogia ‘casa’ muito bem com o modelo ‘rogeriano’ de difusão das inovações mencionado acima. Ela foi batizada com o nome de ‘Transferência de Tecnologias’ (ou TdT). Para este modelo, uma inovação é uma idéia, uma prática ou instrumento novo. Ela sempre gera ‘incerteza’, o que desfaz o equilíbrio do indivíduo e da comunidade, o que por sua vez, pode ser um estímulo para a adoção da novidade. Para contribuir neste processo, o agente da TdT deve ajudar a criar e, ao mesmo tempo, a superar esta ‘incerteza’, introduzindo a inovação e persuadindo os indivíduos de ela é a melhor opção do momento para eles melhorarem a produção e o seu nível de vida.

1.1.3 – As críticas ao modelo ‘Transferência de Tecnologias’ e a crise da extensão rural

As críticas ao modelo acima descrito não são de hoje. No livro “Extensão ou comunicação?”, Paulo Freire fez uma crítica bastante contundente ao conceito e à prática de extensão realizada pelos agrônomos. (Freire 1977 (1966)) Ele disse que, como era praticada, a extensão pretendia substituir uma forma de conhecimento por outra, realizando assim uma ‘invasão cultural’. Assim como acontecia com outras práticas educativas, a extensão era ‘bancária’, ou seja, buscava ‘depositar’ na cabeça dos agricultores e agricultoras conhecimentos de forma vertical e ‘anti-dialógica’. Esta falta de diálogo dificultava a reflexão e a apropriação do conteúdo, fazendo com que fosse difícil transformar a informação ‘depositada’ em conhecimento útil para quem a recebia.

Assim, podemos dizer que o modelo da ER pode ser caracterizado como um modelo centrado na transferência de informações, práticas e idéias geradas fora das comunidades (cf. seção anterior), as quais eram difundidas por meio de métodos de comunicação e ensino caracterizados pelo seu formato ‘vertical’, e que foram estudados para vencerem as barreiras psicológicas e sociais dos indivíduos que tomam as decisões (no caso, os agricultores e, eventualmente, as agricultoras). (Caporal 1998)

Por outro lado, a partir da fase ‘produtivista’, a ER passou a concentrar o seu trabalho nos agricultores mais ‘viáveis’, que tinham mais recursos. Assim, os recursos públicos gastos com a ER passaram a beneficiar quem menos precisava. (Caporal 1998) A equidade, que era uma preocupação na fase inicial da ER (por causa do problema da pobreza, etc.), de fato saiu de cena.

Outra crítica feita com bastante frequência refere-se a um certo ‘simplismo’ do modelo ‘rogeriano’, já que induzia a pensar a adoção da inovação num âmbito mais individual⁵, sem levar em consideração as limitantes que ultrapassavam esta esfera. Nestas circunstâncias, falou-se frequentemente que o agricultor era ‘avesso às mudanças’ quando ele não adotava as inovações. Pouca atenção era dada aos fatores do tipo dito ‘estrutural’, como, por exemplo, a falta de recursos (terra, capital, etc.).

Finalmente, o conteúdo das ‘mensagens’ começou a ser criticado. Como se sabe, a base das mensagens ‘modernizantes’ trabalhadas pela ER foi evoluindo, aproximando-se cada vez mais dos pacotes da ‘Revolução Verde’ (variedades de alto rendimento, adubos sintéticos, agrotóxicos, etc.). Neste contexto, não havia preocupação com o meio ambiente. Ao começar a ser criticada a ‘Revolução Verde’, o conteúdo das mensagens da ER também passou a ser criticada. Por um lado, onde este pacote passou a ser aplicado, as críticas centraram-se nos problemas ambientais criados e na exclusão social alimentada por este modelo. Por outro lado, verificou-se que em outras situações o próprio conteúdo das mensagens da ER pouco se adaptava à realidade local. Nestas circunstâncias a crítica fala principalmente de uma extensão inócua...

Este conjunto de críticas fez com que o modelo teórico do difusionismo ficasse abalado. Assim, abriu-se um grande espaço para outros julgamentos negativos da ER, como os que citavam a sua baixa eficiência, o questionável retorno do investimento, etc. (Rivera 1991) Como a ER era um serviço público, estas críticas, por sua vez, se ‘encaixaram’ bem na nova ‘moda’ da redução do Estado.

⁵ A linguagem utilizada pelo Rogers sugere que a principal variável na adoção de uma inovação é o ‘espírito empreendedor’. Assim, o grupo que primeiro adota a inovação é chamado de ‘pioneiro’, enquanto que os últimos são os ‘retardatários’. (Rogers 1995)

No caso do Brasil, as diversas críticas que se faziam ao modelo de ER motivaram uma tentativa de renovação do sistema existente com a volta dos governos democráticos, na década de 1980. Mas as propostas inovadoras introduzidas durante o governo Sarney, que buscavam tornar a ER menos ‘vertical’ e mais comprometida com as camadas mais desfavorecidas do meio rural, encontraram muitas resistências no próprio sistema. (Masselli 1998) Enquanto que a sociedade civil multiplicava as experiências de extensão não governamental, o sistema oficial mergulhava em uma “*crise existencial*”. (ASBRAER e SAF-MDA 2007)

Lembremos que esta foi a época de auge do pensamento neo-liberal, que pregava a redução do papel do Estado. Bem afinado com esta forma de pensar, em 1990, o Governo Collor extinguiu a EMBRATER, órgão que tinha como função a coordenação metodológica do conjunto do sistema. Ao mesmo tempo, foram praticamente extintos os repasses de recursos do Governo Federal para os órgãos estaduais, que eram os que implementavam a extensão rural no campo. Segundo o documento da ASBRAER e da SAF-MDA, este corte de recursos diminuiu a renovação dos quadros, motivou a vinculação do serviço extensionista às prefeituras e a instalação de “*um processo de reengenharia e adoção de instrumentos de qualidade total, rompendo com a identidade histórica do extensionismo*”. O resultado deste processo foi que “*a extensão rural do país se desarticulou*”. (ASBRAER e SAF-MDA 2007)

Esta situação perdurou durante toda a década de 1990. Foi somente em 2003, com a chegada do novo governo na esfera federal, que esta situação começou a mudar.

1.2 – A busca de novos caminhos

1.2.1 – A renovação das idéias sobre a ER

Na medida em que foram sendo feitas as críticas, no cenário internacional foram aparecendo propostas que visavam oferecer alternativas ao enfoque da “TdT”.

O FSR/E (Pesquisa e Extensão em Sistemas Agrários ou *Farming Systems Research & Extension*) aparece em meados dos anos 70. Este enfoque, que introduziu a visão de sistemas agrários, permitiu identificar claramente a existência de ‘obstáculos objetivos’ que dificultam a adoção de muitas inovações, provando que a não-adoção não é somente um problema do indivíduo – falta de educação, resistência à mudança, etc. Representou um avanço no sentido de permitir uma melhor compreensão (pelo menos por parte do agente externo) da complexidade das diversas situações. (Hulme 1990) No entanto, o centro do processo continuou sendo o técnico. A participação do agricultor no processo continuou sendo pequena. Segundo alguns autores, este enfoque, embora inovador, não permitiu alcançar resultados muito melhores que o TdT, quando considerados os quesitos de equidade e meio ambiente. (von der Weid 1997)

Surgiram posteriormente outros aportes. Tem por exemplo, a Escola de Wageningen (Holanda), cujo principal expoente é o Professor Niels Röling. Esta escola introduz a idéia do Sistema de Conhecimento e Informação Agrícola (AKIS em inglês), que é um enfoque que reconhece a importância de um conjunto de atores (que não é dado a priori, sendo preciso identificá-lo) no processo de inovação. Sugere a necessidade de juntar este conjunto de atores para se chegar a uma compreensão comum da realidade, que, por sua vez, seria o ponto de partida para a implementação de ações conjuntas. (Röling 1989; Engel e Bor 1995) No entanto, mesmo reconhecendo que a idéia de que a inovação é sempre o produto duma interação entre diversos atores sociais, e não apenas entre o extensionista e o agricultor, é um importante avanço conceitual, a proposta operacional que deriva disto – que diz que se deve juntar este conjunto de atores para construir uma visão e depois uma ação comum – contém uma boa dose de idealismo. Por exemplo, não dá suficiente importância às desigualdades existentes entre estes atores.

Durante os anos 80, apareceu o enfoque ou corrente que foi batizada com o nome de ‘agricultor primeiro’ (ou *farmer first*). O autor mais conhecido desta corrente é Robert Chambers. Esta vertente coloca a participação dos agricultores no centro das preocupações e deve ser considerada como sendo mais sensível aos problemas de poder. (Chambers 1983; Chambers, Pacey et al. 1989)

Nos anos 90 surgiu uma nova variante desta família, que foi batizada como ‘extensão liderada pelos agricultores’ (ou *farmer-led extension*). (Scarborough et al. 1997) Uma versão próxima desta, específica à América Latina, leva o nome de ‘campesino a campesino’. Estes enfoques são definidos como processos de comunicação multi-direcional, primeiramente entre agricultores e também entre estes e os agentes externos. Nela, o intercâmbio entre agricultores tem uma grande importância. Nesta perspectiva, os agricultores/as são o centro do processo. Eles é que têm o papel central no desenvolvimento e na ‘difusão’ das inovações. Neste caso, a questão do ‘empoderamento’ (*empowerment*) aparece muito explicitamente (o que não acontecia nos casos anteriores), mesmo que seja talvez numa maneira algo abstrata, sem muita preocupação com a implementação prática deste ‘empoderamento’.

Em termos mais operacionais, e pensando no papel do extensionista, para estas vertentes novas do pensamento sobre ER, o ponto de partida de qualquer ação deve ser a realidade dos agricultores (ou da população rural), e não uma tecnologia. A intervenção deve apoiar prioritariamente atividades/processos existentes. Para este tipo de enfoque, o principal objetivo do agente externo deveria ser o de apoiar o aprendizado.

Nestes enfoques renovados, o papel do ‘extensionista’ torna-se múltiplo, partindo sempre das prioridades estabelecidas pela população local. Usam-se as palavras de ‘facilitar’, catalisar, estimular, criar oportunidades para o aprendizado conjunto e para uma tomada de decisão em melhores condições. (Röling e Wagemakers 1998) Alguns propõem a noção ‘aconselhamento’. (Schmitz 2001) (Cf. Box Nº 01 a seguir.)

Cabe alertar, no entanto, que esta relativização da importância do agente ‘extensionista’ não quer dizer que ele deva ser passivo. Ao contrário, as novas propostas requerem que ele coloque o seu conhecimento ao serviço do processo, por meio do desenvolvimento e uso de ferramentas metodológicas que contribuam para a reflexão e o aprendizado que devem estar sempre presentes. Também deve colocar ‘na roda’ a informação que possui (ou que é capaz de mobilizar) sobre os temas que estão em discussão, assim como deve também apoiar a experimentação.

Box Nº 01 – O conceito de ‘aconselhamento’

Schmitz afirma que nas abordagens atuais da ER destacam-se os ‘modelos de solução de problemas’, entre os quais está aquele do ‘aconselhamento’.

“Aconselhamento é um ato em que o conselheiro tenta motivar ou capacitar os seus (aconselhados) ... para resolver os seus problemas atuais. Os envolvidos conquistam uma visão melhor (ou ‘nova compreensão’) do ... problema, seu contexto e suas inter-relações e conhecem as alternativas de solução disponíveis. Eles ganham com isso a motivação, como também a orientação sobre o caminho (a ser seguido) para resolver seus problemas. Energias, (que estavam) paradas, são mobilizadas e utilizadas (através) do ... aconselhamento. A relação entre conselheiro e cliente deve ser de parceria, sendo o conselheiro comprometido com o benefício do cliente. A liberdade de decisão e a auto-responsabilidade do cliente têm que ser garantidas, porque finalmente é ele que tem que assumir as conseqüências da sua atuação sozinho. (...)

O processo de aquisição de conhecimento e a aprendizagem das técnicas necessárias são tão importantes (quanto) os próprios resultados. Se o cliente aprende estes processos e técnicas, ele (terá sido) ajudado de forma mais sustentável do que com a recomendação de uma solução, mesmo que ela seja muito boa.” (Schmitz, 2001 : pp. 68-69)

Cabe assinalar aqui que os novos paradigmas ou enfoques são cada vez mais próximos dos postulados da pedagogia construtivista. Nesta perspectiva, segundo Röling e Wagemakers (Röling e Wagemakers 1998), a realidade não é mais algo ‘dado’, ela é ‘construída’ pelas pessoas, pela sociedade, através da percepção, da elaboração do discurso e de negociações múltiplas. Assim, a ER pode ser vista como um mecanismo social que busca facilitar os processos de aprendizado coletivo que, por sua vez, possibilitam a criação e o uso de respostas apropriadas diante de realidades em permanente mudança.

A evolução aqui resumida mostra que aquilo que foi chamado de ‘extensão rural’ se tornou bastante complexo. Alguns autores, tais como Röling e Leeuwis, abandonaram a palavra extensão, preferindo se referir a esta função como ‘comunicação para a inovação’. De mesma forma, substituíram a palavra extensionista pela expressão ‘profissionais da comunicação para inovação’ ou, de forma mais simples, de ‘agentes de mudança’. (Leeuwis e van den Ban 2004)

Os desafios colocados para a ‘extensão’, qualquer que seja o nome novo que seja dado a este tipo de ação, são múltiplos. (Cf. Box Nº 02 na página seguinte.) O fato é que os papéis que estes profissionais são chamados a desempenhar se diversificaram bastante. No contexto que nos interessa – especificamente, o do

público da Reforma Agrária – veremos, nos capítulos seguintes, que estes ‘agentes’ são chamados a desempenhar múltiplos papéis.

Box Nº 02 – Os desafios para a extensão rural no século XXI

Alguns trabalhos recentes (por exemplo, Leeuwis e van den Ban, 2004) fazem referência aos múltiplos desafios que são enfrentados atualmente pelas atividades agropecuárias (*latu sensu*). Isto nos parece um marco interessante para refletir sobre o papel da ER, mesmo reconhecendo, de forma ‘construtivista’, que podem existir diferentes versões do que seriam estes desafios.

A produtividade e a produção continuam sendo elementos relevantes, na medida em que segurança alimentar, mercados e custos também são questões mais do que presentes. A equidade, que estava de certa maneira inscrita na retórica da extensão, pelo menos nos seus primórdios, agora voltou à cena com força. O tema do fortalecimento de atores sociais mais frágeis, que até agora estava em nítida desvantagem, é algo que está entrando novamente na agenda da ER e, quando de fato entra mesmo, o faz provavelmente em termos bem melhores que nos anos 1940 e 50.

No entanto, recentemente apareceram desafios que até há pouco tempo não eram considerados relevantes para a ER. Em primeiro lugar, cabe mencionar aqui a questão ambiental, na medida em que a relação entre agricultura, tecnologia e a destruição ou manutenção da base de recursos torna-se cada vez mais evidente para o conjunto da sociedade. Mais recentemente um outro assunto ganhou relevância: trata-se da segurança dos alimentos, elemento que veio a tona com muita força com a crise da ‘vaca louca’, e que está presente também na atual polêmica sobre os ‘transgênicos’. Neste último caso, a questão de segurança envolve não somente o alimento, mas também os efeitos desta ‘tecnologia’ na natureza.

Estas últimas questões levantadas trazem à tona, novamente, o tema da ER como instrumento de política pública, considerada no sentido de política que busca resguardar efetivamente o ‘bem-estar geral’. Nesta perspectiva, a função de fazer conhecer e fazer cumprir as normas e a legislação pode ter um lugar nesta discussão. No Brasil, ninguém considera a tarefa do fiscal do IBAMA ou da Vigilância Sanitária como um trabalho de ER. No entanto, a legislação ambiental e as normas sanitárias poderiam e deveriam ser instrumentos da sustentabilidade tão almejada. Atualmente em vários países da Europa esta questão tem incidência direta na atividade agrícola, indo além da simples proibição de cortar uma árvore ou matar um pássaro silvestre... Este é um tema que necessita de reflexão. Tem os que afirmam que é materialmente impossível fazer cumprir este tipo de regra sem a adesão dos atores em questão. O que é que seria necessário para conseguir esta ‘adesão’? Aparece assim uma ‘arena de negociação’...

1.2.2 – Crise e a necessária renovação dos serviços de extensão rural

A partir dos anos 1990, época em que se generalizaram os programas de ajuste estrutural e difundiu-se o ideário neo-liberal da redução do Estado, os sistemas nacionais de ATER foram, com raras exceções, desmontados. As críticas à centralização, à concentração, à ineficiência das ações estatais, associadas à nova ‘moda’ da privatização de serviços públicos, estimularam o aparecimento de novos modelos de prestação de serviços de ATER, marcados fundamentalmente por um alto grau de diversidade e experimentalismo (Mc Mahon e Nielson 2001; Berdegué 2002), citados por (Beduschi 2007).

Algumas características são comuns aos diversos modelos e experiências de prestação de serviços técnicos que surgiram nesse novo século. As principais são as seguintes:

- a) Os novos serviços técnicos devem superar o viés produtivista que marcou a sua origem, e orientar-se principalmente para a construção de uma cidadania ativa no meio rural;
- b) Para que isso aconteça, estes serviços devem fortalecer a organização local, ampliando assim a capacidade de participação das comunidades e organizações de produtores nos processos de tomada de decisão e de gestão, acompanhamento e avaliação da qualidade dos serviços;
- c) Também devem evitar ao máximo as práticas de clientelismo e assistencialismo. (Beduschi 2007)

Marcelo Miná Dias afirma que há uma perplexidade, no momento atual, naquilo que se refere ao papel da extensão rural e do próprio extensionista. Quando apareceu a figura do extensionista como ‘promotor’ do desenvolvimento, o seu papel era claramente definido: “*era um agente público, formado em ciências agrárias, incumbido de difundir informações, conhecimentos e tecnologias para modernizar, em nome do progresso, sistemas arcaicos de produção agropecuária*”. Atualmente, o extensionista continua sendo visto como um agente importante nos processos de desenvolvimento mas, contrariamente àquilo que acontecia no passado, hoje “*já não há mais consenso sobre o que é extensão rural e sobre o papel deste profissional na promoção do desenvolvimento*”. (Dias 2007) De fato, a própria idéia de desenvolvimento é objeto de debate e disputa. (Ver seção 2.2 a seguir.)

Este autor discute as concepções que dão sustentação a políticas, programas e projetos de ER. O seu ponto de partida é que existe uma pluralidade de concepções vigentes, o que projeta “*orientações contraditórias a respeito das habilidades, capacidades e competências necessárias à realização das mudanças sociais enunciadas por estas concepções e propostas*”. (Dias 2007) No contexto desta ‘pluralidade’ e das ‘orientações contraditórias’ que esta situação determina, uma segunda hipótese do autor é que, a pesar da renovação que houve no discurso ‘oficial’ sobre o tipo serviço que o Governo Federal busca apoiar, a concepção tradicional da ER nos moldes do ‘difusionismo produtivista’ – típica da ‘época de ouro’ da ER nos anos 1970 – continua sendo, até hoje, um orientador importante para as ações de ER.

A partir de 1996, a ER governamental passou a ter um papel primordial na elaboração de projetos de crédito para o PRONAF. Isto aproximou esta ER da Agricultura Familiar, mas não significou nenhuma ruptura com o passado em termos de mensagem, de conteúdo e de métodos de trabalho. Ou seja, mudaram “*os tempos, a conjuntura política, as demandas sociais, a estrutura disponível para a intervenção, mas permanece(u) o ethos extensionista enraizado no difusionismo produtivista*”. (Ibid, p. 5)

De forma paralela, é nesta mesma época (a partir do final da década de 1980) que surgem diversas experiências inovadoras, principalmente a partir das iniciativas de ONGs.

Em 2003, com o novo governo na esfera federal, mudam as circunstâncias institucionais. O MDA abraça a idéia de reconstruir a ER, mas com mudanças significativas em relação ao que se pregava anteriormente. É lançada a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) nesta nova perspectiva.

Estas novidades têm uma influência no âmbito institucional. As mudanças em curso geram inseguranças e incertezas nas organizações e nos profissionais do ramo. Isto requer “*reeducação, investimentos pessoais e coletivos*”. Assim, discutir o conceito de desenvolvimento para atribuir a ele novos conteúdos (cf. Cap. 2 a seguir) serve para orientar o sentido do ‘movimento’ de renovação da ER... “*Significa sinalizar a milhares de profissionais (...) que eles próprios precisam mudar as suas práticas para torná-las coerentes às concepções que mudaram e que foram adotadas pelas políticas públicas como novos referentes*”. (Dias 2007)

1.2.3 – As orientações da nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)

Segundo o documento da ASBRAER e SAF-MDA, a fase da “*reconstrução da ATER nacional*” inicia-se no momento em que a Secretaria da Agricultura Familiar, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, assume a coordenação da política de extensão rural no país. (ASBRAER e SAF-MDA 2007) Depois de um período de vários anos sem uma política nacional de ATER (basicamente desde a extinção da EMBRATER no início dos anos 90), a definição e implantação da PNATER (a partir de 2003 – 2004)⁶ marca uma nova fase para a extensão rural no Brasil.

O documento da PNATER (BRASIL, MDA et al. 2004) começa com um diagnóstico. Identifica a existência de uma crise econômica e sócio-ambiental na agricultura. O modelo extensionista até então vigente – baseado na teoria da difusão de inovações e nos pacotes da Revolução Verde – é visto como sendo um dos elementos responsáveis desta crise. Diante deste quadro, a ‘nova’ ATER deverá **innovar** em diversas ‘frentes’.

Quais são as principais diferenças com o passado? Os seguintes pontos resumem as principais inovações que podem ser encontradas na PNATER:

- a) Público: A nova PNATER define explicitamente o seu público como sendo aquele da Agricultura Familiar, incluindo as suas diversas “variantes” (assentados, ribeirinhos, quilombolas, etc.).
- b) Sustentabilidade: Introduziu-se uma forte preocupação com a sustentabilidade, que levou à definição de uma matriz tecnológica diferente daquela do passado: em lugar da opção pela ‘revolução verde’, a PNATER busca trabalhar segundo uma linha ‘agroecológica’.

⁶ As atividades de ATER passaram a ser coordenadas pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) do MDA em junho de 2003. No processo de construção da nova política de ATER houve uma ampla consulta aos serviços governamentais estaduais e também à sociedade civil. O documento da nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) ficou pronto no início de 2004. O Departamento de ATER (DATER) da SAF foi criado em abril de 2004.

- c) Sobre os métodos de trabalho: Um terceiro elemento inovador é o distanciamento da visão ‘difusionista’ da extensão (que, resumidamente, considera que a inovação tecnológica é criada pela pesquisa e depois é ‘transmitida’ ao usuário agricultor/a pelo extensionista). A PNATER adota uma opção metodológica mais participativa, que deve permitir que a voz da população rural possa ser ouvida.
- d) Pluralidade no desenho institucional: A nova PNATER considera que a ATER, mesmo sendo um serviço público, não será implementada exclusivamente por órgãos governamentais. Esta política apóia sim os órgãos de extensão estaduais e municipais, mas também deverá apoiar outras entidades que mostram capacidade e vontade de fazer ATER (ONGs, cooperativas, organizações da AF como STRs, etc.). Ao mesmo tempo, a PNATER estimula a articulação entre organizações diferentes, promovendo a criação das chamadas “Redes” de ATER.

- *A questão metodológica*

E quais são as inovações metodológicas que a PNATER busca introduzir?

A primeira é que a abordagem global da ‘nova ATER’ se quer holística e sistêmica. A metodologia da ‘nova ATER’ deverá utilizar uma “*pedagogia da prática*” que, “*tendo sempre como ponto de partida a realidade e o conhecimento local*”, procure promover a geração e apropriação coletiva de conhecimentos, que deverão levar à “*adaptação e adoção de tecnologias voltadas para a construção de agriculturas sustentáveis*”. (BRASIL, MDA et al. 2004)

O texto diz que “*na prática*” esta metodologia deve se traduzir “*pela animação e facilitação de processos coletivos capazes de resgatar a história, identificar problemas, estabelecer prioridades, a planejar ações para alcançar soluções compatíveis com os interesses, necessidades e possibilidades dos protagonistas envolvidos*”. Isto quer dizer que o DRP (diagnóstico rural participativo) e o planejamento participativos têm um papel importante neste arcabouço metodológico. Este enfoque deve abranger também o monitoramento e avaliação das iniciativas empreendidas. Com este enfoque espera-se criar um “*efetivo compromisso dos assessores técnicos com as dinâmicas sociais locais*”. (Ibid, p. 11)

- *Sobre o formato institucional do sistema de ATER a ser implantado*

Sempre pensando no Programa de ATES, cabe também detalhar um pouco mais o que diz a PNATER sobre o formato institucional imaginado para a ‘nova’ extensão rural.

A ‘nova’ ATER deverá ter um formato descentralizado⁷. Será um ‘sistema’ do qual podem participar “*entidades estatais e não estatais que tenham interesse e protagonismo no campo da Assistência Técnica e Extensão Rural e apresentem as condições mínimas estabelecidas nesta Política*”. (Ibid, p. 8)

Este ‘sistema’, no seu conjunto, será coordenado pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER).

- *Outras características importantes da PNATER*

A ‘nova’ ATER tem como objetivo geral estimular e apoiar iniciativas amplas de ‘desenvolvimento rural sustentável’, que tenham como base social a AF, e adotando a Agroecologia. Visa a melhoria da qualidade de vida deste público.

Os objetivos específicos cobrem uma gama muito ampla de assuntos que devem ser trabalhados pela ‘nova’ ATER. Estes incluem: melhoria de renda, segurança alimentar, diversificação da produção, geração de empregos, promover a inclusão social e a cidadania, conservar os recursos, incentivar a organização, valorizar o conhecimento local, estimular a produção de alimentos saudáveis e o uso de tecnologias ambientalmente amigáveis, etc.

⁷ O documento da PNATER detalha quais são os tipos de entidade que podem participar do ‘sistema’: as entidades estatais de ATER, serviços de extensão pesqueira, organizações de agricultores que façam ATER, ONGs, cooperativas de técnicos, entidades de ensino de diversos tipos, etc.

Esta formulação dos objetivos busca diferenciar a ‘nova’ ATER da ‘antiga’, considerada muito ‘tecnicista’ e preocupada somente com a produção agropecuária.

1.2.4 – Conceitos para os ‘novos tempos’: extensão versus assessoria rural

A busca da renovação alcançou também os conceitos. O próprio Programa de ATER fala que oferece um serviço de ‘assessoria técnica’, e não usa a expressão convencional de ‘assistência técnica’. De onde vêm e qual é o significado destas mudanças no discurso?

André Ghizelini (Ghizelini 2007) faz um interessante resumo desta controvérsia, defendendo a maior propriedade da palavra de assessoria para designar o serviço renovado de apoio às famílias rurais.

Segundo este autor, a extensão rural convencional trabalhava com uma metodologia na qual “*a técnica, a comunicação e o fator educativo moldam-se na concepção política e ideológica baseada na modernidade*”. Por isso, a extensão não fazia apenas transferência de tecnologias: também difundia a ideologia e concepções desta modernidade. Isto teve como consequência a desestruturação do conhecimento ‘tradicional’ e da própria identidade cultural dos agricultores/as. Em outras palavras, os extensionistas ajudavam a inserir os agricultores em redes mercantis (mercados) e, ao mesmo tempo, a afastá-los de outras redes e relações sociais que expressam uma identidade mais camponesa.

Em contraste com o extensionista tradicional, o assessor, segundo Ghizelini, “*adota uma postura comunicativa que tem como objetivo o estímulo à cooperação e à participação*”. Ele afirma que “*os assessores desempenham um papel de educadores com a função de ‘animar’ e problematizar as temáticas relacionadas ao desenvolvimento socioambiental junto aos agricultores*”. (p. 68) Neves complementa isto dizendo que “*o processo de assessoramento se ancora no reconhecimento do saber-fazer dos agricultores e na troca de conhecimentos com instituições encarregadas da produção especializada de saberes técnicos ou científicos*”. (Neves 1998) Podemos observar que esta noção é bastante próxima daquela de ‘aconselhamento’, que foi mencionada anteriormente (cf. seção 1.2.1).

Quais são as principais diferenças entre estes dois termos? Elas dizem respeito a questões de postura e de enfoque metodológico. O extensionista tradicional é ‘dono do saber’, que deve ser ‘estendido’ de forma fidedigna para o agricultor, com a crença de que este ‘saber’ é capaz de solucionar os problemas deste último. Este esquema pressupõe a passividade do ‘pólo receptor’. Em contrapartida, a ‘assessoria’ caracteriza-se por uma ‘dimensão educadora’. Assim, a assessoria caracteriza-se como um processo que tem “*o papel de estimular os agricultores a refletirem sobre as intervenções de maneira crítica*”, e assim fazendo, possibilitar “*que haja um resgate (...) do potencial criativo e libertador do ator social (do agricultor, no caso)*”. (Ghizelini 2007 : p. 70)

Num registro mais prático, Ghizelini lembra que a metodologia de assessoramento deve “*estimular e promover a organização dos agricultores*”, apoiando-se sempre na “*construção do sujeito*”. (Ibid, p. 73) Em resumo, na metodologia da ‘assessoria’ tem que haver confronto de idéias, debate, para que possa emergir o ‘novo saber’.

Capítulo 2 – Algumas referências conceituais

Um serviço de extensão rural, qualquer que seja, sempre está referenciado numa visão sobre o tipo de agricultura e, mais amplamente, sobre a sociedade que se quer para o futuro. Assim, a renovação do serviço de assessoria rural está inserida em um debate mais amplo sobre o significado do que é o desenvolvimento e sobre as estratégias possíveis de promoção deste desenvolvimento.

No presente capítulo serão discutidos quatro temas que dizem respeito a este debate e que situam, de certa maneira, a leitura feita pelo Programa de ATES dos processos em curso no meio rural brasileiro. São eles: o desenvolvimento sustentável, o território e o enfoque territorial, as características da agricultura familiar e a Agroecologia. A discussão apresentada no presente capítulo busca estimular uma reflexão das pessoas envolvidas com o Programa sobre o meio no qual são chamados a trabalhar.

2.1 – Desenvolvimento sustentável: uma visão de futuro para o meio rural brasileiro?

2.1.1 – As transformações do conceito de desenvolvimento

Como bem disse Marcelo Miná Dias, a palavra desenvolvimento sugere imediatamente valores positivos. Desde o final da Segunda Guerra, esta palavra é utilizada para falar de processos de mudança econômica e social que são apresentados como sendo de ‘progresso’. “*A própria noção de desenvolvimento confunde-se assim com a idéia de um futuro qualitativamente melhor como resultado de mudanças sociais provocadas.*” (Dias 2007 : p. 7) Mas quando se busca aprofundar a reflexão percebe-se que este conceito tem muitos significados. Mais do que isso, o autor citado lembra que desenvolvimento é um conceito socialmente construído nos debates, na evolução dos discursos dos diversos atores e até nas lutas sociais.

Durante muito tempo a noção de desenvolvimento esteve associada unicamente com o crescimento da produção, que devia redundar num aumento da renda das pessoas e, portanto no bem-estar delas. O PIB e o seu crescimento passaram a ser os principais parâmetros usados para medi-lo. O senso comum acrescentava o acesso a serviços de maior qualidade⁸ como dimensão essencial do desenvolvimento. Até hoje, esta concepção bastante estreita do que é o desenvolvimento está muito presente no debate sobre a realidade nacional. Por exemplo, quando diversos órgãos da mídia enaltecem o ‘agribusiness’ brasileiro, o argumento principal está centrado no crescimento contínuo da produção agropecuária nacional e nas conseqüências imediatas disto (tais como, por exemplo, o crescimento do valor das exportações e a arrecadação de divisas que isso permite).

Com o tempo (nas décadas de 1960 e 70) apareceram as primeiras críticas à esta interpretação. A primeira delas buscou desmistificar a correlação direta entre crescimento da produção e crescimento do bem-estar da população. Sobretudo nos países do Terceiro Mundo, observou-se que o crescimento da renda não estava diretamente ligado a uma melhor distribuição da riqueza. Ao contrário, em diversos casos o crescimento da produção convivia com um incremento da pobreza de vastos setores da população. Assim, em países como o Brasil, o crescimento econômico não levou a um maior acesso a bens e serviços destes setores. (Veiga 2005) Esta constatação deu visibilidade ao fenômeno de exclusão social. Em contraposição, muitos passaram a defender a idéia de que um desenvolvimento ‘bom’ deveria promover o processo contrário de inclusão social.

Assim foram surgindo visões do desenvolvimento mais centradas no ser humano. Destas, talvez a mais conhecida seja a de Amartya Sen⁹ que propõe uma definição de desenvolvimento como um processo de

⁸ Assim, praticamente todo mundo associa o desenvolvimento à chegada do asfalto ou à possibilidade de ter acesso ao telefone, ir ao cinema, etc.

⁹ Vale a pena registrar que Amartya Sen foi o ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 1998.

ampliação das liberdades de que podem desfrutar as pessoas, alicerçada numa contínua construção de capacidades destas. (Sen 2000)

Mais tarde, diversos pesquisadores começaram a questionar a relação entre a forma em que a humanidade estava organizando a produção e a capacidade do planeta de dar sustentação a tal modelo. Argumentaram que os padrões de produção e consumo estavam levando ao esgotamento dos recursos que lhes dão sustentação. O famoso Relatório Brundtland (cujo título – “Nosso futuro comum” – é bastante sugestivo), produzido por uma comissão montada pela ONU¹⁰ e publicado em 1987, popularizou a idéia de sustentabilidade. Esta noção parte do pressuposto que a produção e o bem-estar da atualidade não deve prejudicar estas mesmas funções no futuro. Assim, este relatório define o desenvolvimento sustentável como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. A novidade desta formulação é que ela incorpora explicitamente a preocupação com a preservação da base de recursos naturais sem a qual a sobrevivência da humanidade estaria comprometida.

Desta forma, uma síntese desta evolução coloca em evidência três aspectos dos processos sociais que cabem na noção de desenvolvimento sustentável. Uma ampliação da produção de bens e serviços (no sentido amplo) que pode ser, em princípio, desejável, deve buscar também maior inclusão social e, ao mesmo tempo, garantir que a base de recursos naturais seja preservada e (quando necessário) recuperada. Nas seções seguintes veremos rapidamente como este conceito pode ser útil para analisar o que acontece no meio rural brasileiro.

2.1.2 – A evolução da agricultura brasileira e as principais características do modelo vigente de desenvolvimento rural

Duas formas de entender e de fazer agricultura convivem no Brasil desde a época do ‘descobrimento’. Na época colonial existia, por um lado, a grande fazenda trabalhada principalmente por escravos (cana, café) e a fazenda de gado (onde havia escravos, mas também outras modalidades de relação social¹¹). Por outro lado, também havia um setor camponês, que surgiu nos ‘espaços’ deixados pela grande fazenda. Ele dedicou-se, principalmente, à produção de alimentos, inclusive para o mercado. No entanto, no seu conjunto, este setor sempre viveu ‘atrelado’ àquele dos ‘senhores’. (Forman 1979; Linhares e Teixeira da Silva 1999)

A base desta separação era, já nos tempos coloniais, a opção por um modelo centrado principalmente na produção para exportação e na grande propriedade. Esta era ‘protegida’ e até certo ponto apoiada pelo governo colonial. Em geral, o setor camponês foi apenas tolerado. Em alguns casos, foi combatido. (Palacios 2004) Neste ponto cabe mencionar que em outras situações coloniais, a produção para exportação nem sempre significou a opção pela grande unidade de produção – como aconteceu em alguns lugares na África, por exemplo.

Embora esta situação de ‘dualidade’ perdure até os dias de hoje, o modelo brasileiro de agricultura tem como base, atualmente, a grande propriedade. No final dos anos 50 – início de 60 surgiu uma contestação do modelo que colocou na mesa a reivindicação da Reforma Agrária. Em resposta, os governos militares desencadearam um processo de ‘modernização conservadora’ (Graziano da Silva 1982), que buscou transformar a grande fazenda em ‘agricultura patronal’ ou ‘empresarial’, onde a produção é feita principalmente com trabalho assalariado.

Este processo de transformação da grande fazenda também operou uma importante mudança do padrão técnico. Foi implantado o padrão baseado na ‘revolução verde’, que soma à moto-mecanização, as variedades de alto rendimento e os insumos químicos (sobretudo fertilizantes sintéticos, agrotóxicos para combater as pragas e, mais tarde, os herbicidas). É importante lembrar que este novo padrão técnico não

¹⁰ Esta comissão foi chefiada por Gro Harlem Brundtland, primeira ministra da Noruega.

¹¹ Por exemplo, era muito comum que os vaqueiros que trabalhavam nas fazendas de gado recebessem uma remuneração. Mas esta não era em dinheiro: eles tinham direito à ‘quarta’ (ou seja, um quarto dos bezerros nascidos durante o tempo trabalhado). (Andrade 1998 (1963))

ficou restrito apenas à grande fazenda, agora chamada de ‘empresa’: muitos agricultores de base familiar também entraram na corrida desta ‘modernização’.

Muitos afirmam que este tipo de ‘desenvolvimento’ da agricultura é algo ‘natural’, impulsionado pelas ‘leis’ da economia. Nesta visão é também ‘natural’ a existência de um setor ‘atrasado’, que deve ser eliminado paulatinamente pelo ‘progresso’. De fato, este processo é impulsionado pela necessidade de reduzir custos, o que exige um investimento cada vez maior em novas tecnologias e uma especialização crescente. Os que não conseguem acompanhar esta corrida têm que ‘cair fora’... Em geral, se vêm obrigados a vender a propriedade e a buscar o sustento em outras atividades (o que significa, muito freqüentemente, a migração para a cidade). Por outro lado, as oportunidades de emprego assalariado na agricultura também diminuem, já que a corrida aos investimentos, no padrão acima mencionado, geralmente tem como resultado o incremento da produtividade do trabalho (principalmente via a mecanização) e uma diminuição do número de empregos oferecidos.

O processo acima delineado teve como conseqüência uma forte expansão da produção agropecuária brasileira. Mas, ao mesmo tempo, a distribuição dos frutos deste crescimento foi muito desigual. Em geral impulsionou o êxodo rural e, para os pobres que ficaram, criou empregos instáveis e mal pagos.

Ao mesmo tempo, é importante destacar que a agricultura familiar, que existe desde o tempo colonial, continua resistindo. Existem dados que dão sustentação a esta afirmação. Por exemplo, o Censo Agropecuário mais recente (de 2006) mostrou que 84,4% de todos os estabelecimentos agropecuários são do tipo familiar¹². Isto significa que existem 4.367.000 unidades familiares no país¹³. Estas unidades familiares ocupam apenas 24,3% da área de todos os estabelecimentos do país. Mesmo ocupando pouca terra, a agricultura familiar é responsável por 38% do valor total da produção do setor agropecuário brasileiro. Se considerarmos as culturas alimentares, a participação da agricultura familiar é muito maior (por exemplo: 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite). (IBGE 2009)

2.1.3 – As críticas ao modelo dominante

São muitos os que pensam que o processo acima descrito não têm nada de ‘natural’. Existem diversos argumentos que apontam para uma visão bastante diferente deste processo. A seguir examinamos dois deles.

Por um lado, as grandes fazendas sempre tiveram o apoio decidido do Estado. Em particular, a ‘modernização conservadora’ foi vista como uma alternativa à via da democratização do acesso à terra e significou um apoio decidido do Estado em termos de crédito subsidiado, financiamento de pesquisa, incentivos fiscais, etc.

Por outro lado, se este caminho baseado em grandes ‘empresas agropecuárias’ é tão ‘natural’, porque é que em outros países isto não aconteceu assim? Se bem é verdade que na Inglaterra praticamente desapareceram os camponeses já a partir do século XVIII, muitos outros países fizeram a opção de apoiar a permanência deste tipo unidade produtiva (foi o caso, por exemplo, da Dinamarca e da França)¹⁴. Até no USA uma parte importante da produção agropecuária é de responsabilidade das ‘*family farms*’. No Japão, os americanos impuseram uma reforma agrária depois da Segunda Guerra e a agricultura japonesa atual tem por base a unidade familiar. Resumindo: não somente a unidade familiar tem grande importância nas economias ditas desenvolvidas, como esta importância tem sido apoiada decididamente pelo Estado. O mesmo não pode ser dito do caso brasileiro... (Abramovay 1992)

¹² Cabe citar que este conceito de ‘agricultura familiar’ é aquele definido pela Lei No. 11.326, promulgada em 2006. (IBGE 2009)

¹³ Este dado permite estimar a população deste setor social em algo mais de 21.000.000 habitantes.

¹⁴ O caso da Dinamarca é muito interessante. Houve, no século XVIII um debate intenso sobre como modernizar a agricultura. No final deste mesmo século o país (governado por um rei) começou a implementar uma série de medidas destinadas a desmontar o velho sistema feudal e incentivar o desenvolvimento de uma agricultura moderna, com base na unidade familiar. (Servolin, C. 1989)

Embora muitos estejam satisfeitos com o desempenho da agricultura brasileira (produção importante e crescente de grãos, bom desempenho das exportações, etc.), este modelo ‘dominante’ é alvo de muitas críticas. Estas traduzem preocupações diversas, mas podem ser agrupadas em três conjuntos principais:

- As críticas econômicas. Apesar dos bons resultados em termos de produção global e renda, existe uma preocupação referida ao aumento dos custos de produção. Uma das causas poderá vir a ser a crescente raridade de certas matérias primas como o petróleo e os fosfatos. Outra fonte deste aumento de custos é a necessidade de aumentar as ‘doses’ de insumos, na medida em que a fertilidade natural diminui e os desequilíbrios ambientais aumentam.
- As críticas ecológicas ou ambientais. Neste caso, fala-se em deterioração dos recursos usados diretamente pela agricultura, como o solo, a biodiversidade e os equilíbrios biológicos. Existe também uma crescente preocupação na relação entre a expansão da fronteira agrícola e o desmatamento que isto supõe. Adicionalmente, os temas dos efluentes nocivos lançados ao meio ambiente (como os nitratos que poluem a água consumida nas cidades, por exemplo) e dos problemas ligados à sanidade e segurança da alimentação (p. ex., o caso da ‘vaca louca’) também estão na ordem do dia.
- As críticas sociais, já antigas, mas que, nos últimos tempos, têm-se tornado mais insistentes. Desde o tempo colonial, os frutos da atividade agropecuária são distribuídos de forma muito desigual entre os que de alguma forma participam da atividade. O processo de modernização da agricultura foi também sinônimo de mais exclusão social. Este processo provocou um forte êxodo rural¹⁵, e muitos daqueles que permanecem na atividade (seja como micro produtor familiar ou como assalariado da agricultura patronal) vivem em condições extremamente precárias.

Por outro lado, os críticos também questionam o uso de recursos públicos para apoiar a agricultura ‘empresarial’ (mesmo que estes gastos tenham diminuído nos últimos 15 anos): afinal, se esta agricultura é tão produtiva e eficiente, porque gastar os escassos recursos públicos com ela?

2.1.4 – Que modelo de desenvolvimento para o futuro?

Como dissemos anteriormente, existe uma dualidade histórica na agricultura brasileira. Até pouco tempo atrás falava-se do futuro apenas com o ‘sotaque’ da agricultura patronal e do ‘agribusiness’. É a imagem de ‘modernidade e progresso’ que aparece na TV, da grande fazenda (empresário com mais de 100.000 ha. no MT) produzindo em campos imensos (5.000 ha. de algodão), com tratores e colheitadeiras equipados com ar condicionado. Para alguns, esta é a imagem do futuro... Um futuro de enormes regiões cultivadas com monoculturas, ou grandes áreas de pastagens, quase sem população. Em suma, um grande deserto (mais ou menos) verde...

Mas vimos que a crítica deste projeto é crescente. E, aos poucos, vai tomando forma e se explicitando um (ou mais?) projeto(s) alternativo(s). Embora não exista uma formulação única e ‘acabada’ (havendo neste campo ‘alternativo’ visões bastante contrastadas sobre este ou aquele aspecto), muitos se reconhecem num “*outro projeto (que) visa maximizar as oportunidades de desenvolvimento humano (...) no maior número possível de microrregiões rurais. Por isso, em vez da especialização devoradora de postos de trabalho, pretende diversificar as economias locais, a começar pela própria agropecuária.*” (Veiga 2001), (pp. 5 – 6).

Box Nº 03 – Reforma Agrária e modelo de desenvolvimento rural

Para muitos a Reforma Agrária é uma questão de justiça social. Ela pode ser considerada como um poderoso instrumento de redistribuição da riqueza e da renda nacionais. Isto é certamente verdade. Mas é importante realçar que ela é mais do que isso. A Reforma Agrária, ao criar milhares de novas unidades familiares de produção nos assentamentos, está contribuindo para redesenhar o modelo de desenvolvimento rural brasileiro, nos termos mencionados nestas páginas.

E quais são as principais características deste modelo alternativo? Mencionaremos as seguintes questões que deverão ser enfrentadas para que ele crie maior vigência (Veiga 2001; von der Weid 2001):

¹⁵ Vale lembrar que é este fluxo migratório que é responsável pelo grande inchaço das cidades brasileiras, o que tem tido um reflexo negativo na qualidade de vida do conjunto da população urbana.

- O acesso à terra é condição necessária básica para garantir a existência de uma agricultura familiar numerosa e forte. Sem entrar no acirrado debate que existe em torno deste tema, diremos apenas que serão necessários diversos mecanismos para isto. É neste ponto que uma política fundiária ativa é de crucial importância, seja através do assentamento de famílias, pela regularização fundiária, etc.
- A questão tecnológica deverá ser enfrentada. Sendo que as formas de produzir tradicionais já não são adequadas em muitas circunstâncias, e que o modelo da Revolução Verde é inviável (pelas razões antes mencionadas), acreditamos (como muitos outros) que a via ‘agroecológica’ é a que mais promete.
- O fortalecimento da AF exigirá um sistema de crédito acessível e uma cobertura de riscos (ambientais e de mercado) adequada, além de uma melhor organização para o acesso aos mercados (sobretudo aqueles mais próximos) e a valorização da segurança alimentar (inclusive pelo auto-consumo).
- A valorização de outras atividades econômicas, que possam interagir de maneira a fomentar sinergias com as atividades agropecuárias, também são elementos importantes para este modelo, na busca de uma sociedade rural renovada, que seja dinâmica.
- Será difícil enfrentar satisfatoriamente as questões mencionadas acima sem maior organização da população rural e sem mais acesso a serviços básicos (como educação, saúde, etc.). Em uma palavra, sem mais cidadania.

Nas seções 2.3 e 2.4 que seguem vamos tratar mais em detalhe de dois traços centrais deste modelo ‘alternativo’: a **agricultura familiar** como base socioeconômica e a **Agroecologia** como base técnico-científica.

Cabe também lembrar aqui que os modelos de extensão rural, assunto principal deste documento, estão intimamente relacionados ao modelo de desenvolvimento que se busca. Assim, o modelo convencional de extensão tem ‘afinidades’ com o modelo de desenvolvimento da ‘revolução (e deserto) verde’, mas não convive muito bem com o modelo ‘alternativo’. Uma assessoria rural renovada, mais próxima das famílias e da sustentabilidade, certamente trabalhará em maior sintonia com um modelo ‘alternativo’ de desenvolvimento.

2.2 – O território – um espaço privilegiado para pensar o desenvolvimento rural sustentável

Nas discussões recentes sobre desenvolvimento rural tem se falado muito em ‘território’. Isto ficou ainda mais evidente com a implementação dos Territórios da Cidadania. Noções como ‘desenvolvimento territorial’ ou ‘enfoque territorial’ passaram a ser usadas com frequência, inclusive por vários programas governamentais. O Programa de ATEs se reconhece neste novo enfoque. Por isso vale a pena aprofundar um pouco esta discussão. O que é, afinal, um ‘território’? O que é que essa abordagem traz de novo e de importante nas discussões sobre a temática rural? Qual a sua contribuição para explicar e intervir na realidade rural brasileira? É disto que falaremos nos parágrafos a seguir.

2.2.1 – Os conceitos

Em 2003, o MDA criou a Secretaria de Desenvolvimento Territorial, assinalando com isso que o Governo Federal brasileiro buscava renovar a forma com a qual ia lidar com o tema do desenvolvimento rural. Nesse contexto, cabe então perguntar: o que é um território rural?

Num dos documentos publicados pela SDT, território é definido como “*um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por*

meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial". (MDA-SDT 2005 - DI 02 : p. 7-8). (Sublinhado nosso)

Segundo o relatório síntese do Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável de 2005, "a formação de um território resulta do encontro e da mobilização dos atores sociais que integram um dado espaço geográfico e que procuram identificar e resolver problemas comuns". (Sublinhado nosso) As discussões realizadas nesse seminário destacaram também a existência de duas características importantes de um território: de um lado, trata-se de uma "*realidade em evolução*", ou seja, deve ser percebido como "*uma configuração mutável, provisória e inacabada*" e, de outro lado, é "*resultado simultâneo dos 'jogos de poder' e dos compromissos estabelecidos entre os atores sociais*". (MDA-CONDRAF 2005 : p.16)

Nesse contexto, podemos dizer que os territórios rurais são espaços sociais criados a partir da vontade coletiva de uma diversidade de atores sociais, que têm em comum um conjunto de indicadores e processos que lhes conferem uma identidade específica. Visto sob esse enfoque, o desenvolvimento não é resultado apenas da "*ação verticalizada do poder público, mas sim da criação das condições para que os agentes locais se mobilizem em torno de uma visão de futuro, de um diagnóstico de suas potencialidades e constrangimentos, e dos meios para perseguir um projeto próprio de desenvolvimento sustentável*" (MDA-SDT 2005 - DI 02 : p. 8). Temos, assim, uma visão que expressa uma nova concepção a respeito dos papéis a serem desempenhados tanto pelo Estado (buscando aprofundar o processo de descentralização das políticas públicas, atribuindo-se competências e responsabilidades aos espaços locais), quanto pela sociedade civil (com a tentativa de estimular e consolidar uma função ativa e propositiva dos diversos atores sociais dos territórios). A capacidade de intervenção e de mobilização destes atores da sociedade civil torna-se aqui um instrumento central no processo de superação das dificuldades estruturais que bloqueiam o desenvolvimento regional. (Torrens 2008)

A noção de território pressupõe, portanto, "*uma visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas de intervenção*" (MDA-SDT 2005 - DI 01 : p. 21) como ponto de partida para a pensar e agir visando transformações sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais. Esta opção parte da idéia de que é importante promover uma aproximação entre os diferentes atores sociais presentes nos próprios territórios. Além disso, cabe trabalhar a articulação dos territórios "*com o restante da economia nacional*". (Ibid.) O enfoque territorial se opõe a uma visão exclusivamente setorial dos processos sociais e econômicos, que tem sido muito comum tanto nos meios acadêmicos quanto nas políticas governamentais e no sentido comum. Assim, por exemplo, quando se fala de agricultura, o pensamento convencional articula a produção local ao mercado regional e global. Mas, em geral, esquecem-se as ligações existentes entre a agricultura e os outros setores econômicos a nível 'territorial'. De mesma maneira, a ação do estado geralmente não relaciona políticas dirigidas para a atividade agropecuária com aquelas que se referem à infra-estrutura ou à educação. Por vezes, mesmo as políticas desenhadas para atender a própria agricultura familiar encontram dificuldades para agir de forma articulada num nível mais local.

2.2.2 – Dos conceitos à abordagem territorial

Pensar o rural a partir de uma concepção territorial significa afirmar que o desenvolvimento não deve criar oportunidades apenas às populações restritas às aglomerações urbano-industriais. Significa pensar a organização do espaço nacional de forma mais ampla, integrando os territórios rurais e urbanos, e não simplesmente focando as ações no desenvolvimento dos espaços urbanos. Representa também o rompimento de uma dicotomia que separava o rural do urbano e que atribuía ao primeiro a responsabilidade pelo 'atraso' nos processos de desenvolvimento¹⁶.

¹⁶ É bastante comum hoje em dia a tese de que o Brasil é hoje um país 'urbano', já que o meio rural contaria pouco em termos de população e até de importância econômica. O enfoque territorial afirma que, ao contrário, o rural precisa deixar de ser interpretado pelos critérios da delimitação espacial definidos pelas prefeituras municipais e adotados na metodologia do IBGE. Veiga propõe um modo diferente de interpretar o rural, a partir de uma combinação múltipla de elementos inter-relacionados, como, por exemplo, o número total de habitantes do município, a densidade demográfica e a localização e características geográficas. (Veiga, J. E. da 2002) De acordo com essa concepção de ruralidade, aproximadamente 90% das cidades brasileiras poderiam ser classificadas como núcleos urbanos de características essencialmente rurais, uma vez que há uma forte interdependência entre o espaço rural e o espaço urbano, necessitando-se de ações que efetivamente articulem alternativas estratégicas que sejam capazes de reduzir as grandes assimetrias existentes entre as regiões. (Torrens, J. C. S. 2008)

Nesta perspectiva, o rural deve ser considerado a partir de suas múltiplas dimensões e não apenas na sua função básica voltada à produção agropecuária. O âmbito rural, visto a partir do ângulo territorial, inclui também elementos e processos tais como a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais, a preservação do patrimônio cultural e das formas de reprodução dos saberes e conhecimentos tradicionais acumulados, a geração de oportunidades de ocupação em atividades não-agrícolas, a articulação com os demais setores econômicos, a preservação de formas de sociabilidade e convivência social vinculada a um conjunto de valores e princípios de vida, o compartilhamento de identidades culturais particulares. (Torrens 2008)

Portanto, além de serem conceitos introduzidos pelo debate acadêmico, essas noções podem conformar um método particular de abordar o desenvolvimento. É possível dizer que trata-se de um instrumento metodológico que permite aos diferentes atores – tanto ao Estado quanto às organizações da sociedade civil –, reorganizar a sua forma de atuação. Essa abordagem vem se consolidando como um importante instrumento do processo de planejamento estratégico, particularmente porque implica num tipo de arranjo institucional que aponta para o aumento da eficácia das ações, para economias de escala e potencialização dos recursos disponíveis. Nesse sentido, observa-se atualmente uma tendência de apropriação dessa perspectiva pelas instituições governamentais e organizações sociais. A consolidação dessa abordagem na cultura institucional do Estado e das organizações sociais deve ser vista como um movimento de mão dupla, interdependente: o aprofundamento dessa concepção de territorialidade na esfera da sociedade civil tem alimentado a disseminação desse enfoque no seio do Estado e vice-versa. Além disso, a adoção dessa perspectiva por uma parcela do Estado amplia as possibilidades para a sua incorporação pelas entidades da sociedade civil. (Torrens 2008)

2.2.3 – A adoção da abordagem territorial pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário

O MDA decidiu iniciar um esforço de aplicação prática deste enfoque. A Secretaria de Desenvolvimento Territorial coordena uma ativa política de desenvolvimento territorial que identificou (até a presente data) um total de 164 territórios rurais, cobrindo pouco menos da metade dos municípios brasileiros¹⁷. Em todos estes territórios foi instituído um espaço de debate e de negociação que leva o nome geral de Colegiado Territorial¹⁸.

Estes Colegiados têm se esforçado para criar um diálogo entre diversos atores sociais presentes no território: a agricultura familiar e as suas organizações (incluindo os assentados), as prefeituras, órgãos governamentais das esferas estadual e federal que atuam no território, ONGs, etc. As discussões têm buscado estabelecer um diagnóstico, compartilhado por todos, sobre a identidade e sobre a situação do território, para depois buscar traçar um planejamento comum para enfrentar os principais problemas e aproveitar as potencialidades identificadas.

O sentido desta discussão, para o Programa de ATES, é o de dar destaque a um fato simples, mas muitas vezes esquecido: os assentamentos estão sempre inseridos em um contexto local. As informações que colhemos no campo sugerem que as famílias assentadas têm muito a ganhar com uma inserção ativa neste contexto. Por exemplo, conhecer o que acontece

Box Nº 04 – A necessidade de uma articulação territorial: um exemplo prático

Em certa região do país existem unidades de beneficiamento de carne e leite cuja construção foi iniciada em dois assentamentos. Elas precisariam de um aporte de recursos novos para que possam ser terminados e passem a funcionar. Estes recursos poderiam vir do fundo gerido Colegiado do Território no qual elas estão inseridas, mas a falta de articulação entre assentamentos e as instâncias territoriais dificulta esta relação. Este é um exemplo concreto, bem ‘materialista’, de como a inserção dos assentamentos nas dinâmicas territoriais que acontecem no âmbito da política de desenvolvimento territorial, poderia ser benéfico para os mesmos.

em outros assentamentos, saber o que os agricultores familiares da vizinhança produzem e como o fazem, associar-se e participar da vida do STTR local, são iniciativas que devem trazer proveito para estas famílias.

¹⁷ Dados do Sistema de Informações Territoriais – disponíveis no site <http://sit.mda.gov.br/territorio.php?menu=territorio&base=1>

¹⁸ Cabe alertar que em alguns territórios utilizam-se outros nomes, tais como Fórum Territorial, etc.

Assim, considera-se que é interessante que as equipes de ATES busquem promover uma aproximação dos assentados com outros atores sociais e, onde eles existem, uma inserção nos Colegiados Territoriais.

2.3 – Principais características da Agricultura Familiar

Embora a mídia fale relativamente pouco da Agricultura Familiar, hoje em dia multiplicam-se os sinais da sua importância no Brasil. O Projeto INCRA/FAO trabalhou com os dados do Censo Agropecuário 1995-96 feito pelo IBGE e chegou à conclusão de que existiam no país aproximadamente 4.139.000 unidades familiares. (MDA/INCRA 2000) Os dados recém tornados públicos do Censo Agropecuário de 2006 mostram que este número passou para 4.367.000 unidades familiares no país. Os mesmos Censos mostram a importância econômica desta legião de unidades produtivas. (IBGE 2009)

As características da Agricultura Familiar do último Censo são definidas pela legislação. A Lei No. 11.326 (que data de julho de 2006) diz que é agricultor familiar quem detém menos de quatro módulos fiscais de terra, obtém a sua renda predominantemente da unidade familiar e usa mão de obra principalmente familiar nesta unidade. Mas esta definição formal fala pouco das características e, principalmente, do funcionamento desta unidade familiar.

Muitos profissionais que trabalham no meio rural são chamados a trabalhar com o público de agricultores familiares. Como o sentido maior da política de assentamento implementada pelo INCRA é aquele de instalar famílias na terra, criando assim unidades familiares de produção, os profissionais envolvidos com o Programa de ATES também trabalham com este público. Por isso, é muito importante refletir aqui sobre a própria natureza da agricultura familiar.

2.3.1 – O ponto de partida

Existe uma vasta literatura que trata da unidade produtiva familiar rural¹⁹. Nos parágrafos que seguem pretendemos apoiar-nos neste acervo para aprofundar um pouco mais a discussão, respondendo à seguinte pergunta: quais são os principais elementos que caracterizam e, ao mesmo tempo, distinguem a agricultura familiar?

Partimos da idéia de que a unidade familiar “*é, simultaneamente, uma unidade de produção e de consumo, onde a atividade doméstica é inseparável da atividade produtiva*”. (CEPAL 1985 : p. 65) Isto significa admitir que a unidade familiar que estamos tratando neste documento, além de ser uma unidade de consumo,

Box Nº 05 – A especificidade da unidade econômica familiar

Nas economias de mercado, quando se fala em unidade de produção pensa-se imediatamente na empresa. Mas diversos estudiosos constataram que a unidade familiar é uma ‘empresa’ bem particular, que está disposta a trabalhar sem receber o lucro do seu capital, nem a renda da sua terra. (Marx, 1977)

Esta é a base de uma especificidade da unidade econômica familiar. É interessante notar que essa especificidade causa comportamentos tidos como irracionais para os parâmetros da economia clássica. Assim, por exemplo, o agricultor familiar polonês dedica um tempo importante à produção animal, quando a remuneração que ele poderia obter dedicando o seu tempo à produção vegetal seria o dobro. Isto constitui “*um exemplo instrutivo, não da estupidez (deste tipo de produtor), mas do erro que se comete acreditando que há somente uma única racionalidade econômica no tempo e no espaço*”. (Tepicht, 1973)

¹⁹ Existe um ativo debate em torno da denominação deste tipo de unidade. Para alguns o conceito de camponês, teorizado por autores como Eric Wolf (cf, por exemplo, Wolf, 1976) e Henri Mendras (Mendras, 1978), deveria ser adotado, já que é mais preciso que aquele de agricultura familiar. Já Abramovay afirma que os camponeses são coisa do passado, sendo a categoria de agricultura familiar mais adequada para a realidade atual, na qual este tipo de unidade produtiva tendem a ter uma inserção mais ampla e completa nos mercados. (Abramovay, 1992) Para Wanderley, a denominação ‘agricultura familiar’ é mais ampla que aquela de campesinato, englobando simultaneamente formas camponesas e não camponesas nas suas fileiras. (Wanderley, 1999) Já Horácio Martins de Carvalho afirma que existe, no Brasil, um projeto camponês em construção. (Carvalho, 2005) O livro mais recente de Ploeg defende a tese de que o campesinato é uma categoria muito atual e afirma que existe em diversas partes do mundo um processo de ‘recampesinização’. (Ploeg, 2008) Não pretendemos entrar neste debate. Neste documento utilizaremos a categoria de agricultura familiar, que atualmente tem uma aceitação ampla no Brasil. Além disso, é aquela que pautou a ação do MDA e, portanto, do INCRA. Mas isto não quer dizer que ignoramos este debate. É importante dizer que o conjunto das contribuições acadêmicas é importante: é ele que ajuda, por exemplo, a identificar e a definir as características e os mecanismos de funcionamento da agricultura familiar.

é também uma **unidade de produção**. Convém lembrar aqui que o agricultor familiar não é nem um assalariado agrícola nem um patrão rural. Isto pode parecer evidente ao sentido comum, mas, como veremos a seguir, são precisamente as características da unidade familiar que materializam estas diferenças.

2.3.2 – O acesso aos meios de produção como fator chave da autonomia

Afirmar que o agricultor familiar é produtor, significa admitir que ele controla meios de produção, organiza o processo produtivo e, como consequência, controla os bens produzidos (é dono do produto). Isto lhe confere uma **autonomia**, quando comparado com outros agentes econômicos. Isto implica que é condição básica que a unidade familiar tenha **controle real** (mesmo que seja parcial) **sobre os meios de produção**, entre os quais a terra. É esse controle que determina a possibilidade de organizar o processo produtivo e regular, pelo menos em parte, o resultado desse processo. É nesse sentido que se diz no Nordeste que *é agricultor quem bota roçado*, ou seja, quem cultiva para si próprio.

Por sua vez, Ploeg vai um pouco mais longe dizendo que além de controlar a sua base de recursos, o agricultor familiar a constrói, a mantém e, quando pode, a desenvolve. Esta característica, por sua vez, faz com que o camponês se relacione de maneira específica com a natureza, sendo esta relação mais próxima do que nos sistemas empresariais, por exemplo. (Ploeg 2008)

Esta característica da autonomia distingue a situação do agricultor familiar daquela do assalariado rural, que controla apenas a sua força de trabalho e não organiza o processo de trabalho nem é dono do produto. (Marx 1977; Tepicht 1973)

Devemos lembrar que o controle dos meios de produção e do processo produtivo pelo agricultor familiar é algo dinâmico. A perda deste controle introduz a face oposta da autonomia aqui mencionada, que chamaremos de **dependência**.

2.3.3 – O uso da mão de obra familiar

Da identidade da unidade de produção e unidade de consumo mencionada anteriormente decorre uma série de fenômenos que caracterizam a unidade familiar.

A primeira é que a unidade familiar emprega, principalmente, a mão de obra de seus membros. Este uso não é ‘exclusivo’: ela poderá recorrer ao trabalho de terceiros, assim como fornecer trabalho a outras unidades de produção. Mas o **uso da mão de obra familiar é um princípio organizador da unidade produtiva**. Em contrapartida, se sobrar mão de obra na unidade familiar, esta não pode ser dispensada. Estas duas características diferenciam a unidade familiar da empresa. Existe uma diferença importante na lógica que governa o uso da mão de obra pela unidade de produção, quando se compara trabalho familiar e trabalho assalariado. Com bem diz Afrânio Garcia: *“A participação de cada membro (da família, no trabalho da unidade produtiva) depende de sua inserção nas relações de parentesco. (...) Assim, os membros que podem fazer parte da unidade de trabalho são aqueles que se reproduzem conjuntamente num dado tempo (ano), o que é materializado por morarem na mesma casa. Mesmo assim, fica claro que, dependendo do sexo e da idade, as pessoas podem estar excluídas ou incluídas em determinadas tarefas produtivas. Mas cabe assinalar que não há nenhuma relação direta e imediata entre o desempenho de cada membro no processo de trabalho e o seu nível de consumo. Se algum membro da família, por exemplo, não pode ou não quer trabalhar, isso não quer dizer que não obterá o necessário para sua reprodução”*. (Garcia, A. 1983 : p. 104 – Grifo nosso) Já a relação da empresa com o assalariado estabelece uma relação direta e proporcional entre quantidade de trabalho contratado e prestado e salário pago.

Outro aspecto interessante é que uma parte da mão de obra familiar é intransferível. Isto significa que na unidade familiar é aproveitado o esforço de membros da família que, em circunstâncias normais, não encontrariam trabalho fora da unidade familiar (por exemplo, o trabalho dos idosos). (Tepicht 1973) Visto de outro ângulo, isto quer dizer que a unidade familiar transforma em produto o trabalho de uma mão de obra que pode ser considerada marginal para a sociedade. (CEPAL 1985)

2.3.4 – O patrimônio familiar

Também cabe assinalar que o objetivo econômico central da unidade familiar é o de **satisfazer as necessidades do grupo familiar**. Neste aspecto a unidade familiar agropecuária não é fundamentalmente diferente de qualquer outra unidade familiar (operária, comerciante, etc.).

É claro que isto não se refere apenas ao consumo imediato, mas sim ao **consumo atual e futuro** da família. A subsistência imediata está, evidentemente, incluída nesta noção. Mas é importante registrar que este consumo atual e futuro geralmente passa pela criação de um **patrimônio**. Este representa, para a família agricultora, “*o seu meio de trabalho, de subsistência e da reprodução social da família, ou seja, da manutenção da família*”. Como tal, “*ele deve ser reproduzido, senão aumentado*”. (Jollivet 1974 : p. 238) Para Lamarche esta é uma característica intrínseca, ‘profundamente arraigada’ da agricultura familiar. (Lamarche 1998) Consolidar e ampliar a terra controlada pela família é a maneira mais óbvia de construir este patrimônio. Mas existem outras formas. Uma delas é o investimento no melhoramento da qualidade da base de recursos. (Ploeg 2008)

Neste ponto é preciso lembrar que este patrimônio tem um papel fundamental na reprodução das unidades familiares de uma geração para outra. De fato, o patrimônio acumulado pela família na geração presente é a principal ferramenta para a instalação dos filhos como agricultores familiares²⁰. Como geralmente a geração seguinte comporta mais de um filho, o patrimônio (fundiário e outro) é dividido, e as novas unidades familiares têm que reiniciar o processo de construção de um patrimônio²¹.

2.3.5 – A relação com o mercado

Embora possam existir sociedades de agricultores não vinculados ao mercado, praticamente todo mundo concorda em dizer que as unidades agropecuárias familiares estão vinculadas ao(s) mercado(s). Existem, é claro, diversos graus nesta integração.

Em geral, é justo dizer que o agricultor familiar é parcialmente integrado. Isto significa que ele não vende tudo o que produz. Assim, a categoria de auto-consumo adquire uma certa importância²². Ao mesmo tempo, o agricultor familiar produz uma boa parte daquilo que ele precisa para renovar o seu ciclo produtivo. No entanto, com frequência ele tem que comprar algum insumo no mercado.

Temos então que a unidade familiar está integrada (mesmo que parcialmente) aos mercados, sejam eles de insumos, meios de produção (ferramentas, etc.), produtos agropecuários ou bens de consumo. Mas a articulação das unidades familiares com os mercados é, em geral, assimétrica: é um dos mecanismos pelos quais estas unidades ficam subordinadas ao circuito global do capital. (Graziano da Silva 1978) Isto significa

²⁰ Este mesmo patrimônio pode servir para ‘instalar’ como agricultores familiares ou para apoiar os filhos numa trajetória que os levem para outros campos profissionais.

²¹ A Professora Nazaré Wanderley explica este processo de sucessão entre gerações da seguinte maneira: “*Para além da garantia da sobrevivência no presente, as relações no interior da família camponesa têm como referência o horizonte das gerações, isto é, um projeto para o futuro. Com efeito, um dos eixos centrais da associação camponesa entre família, produção e trabalho é a expectativa de que todo investimento em recursos materiais e de trabalho despendido na unidade de produção, pela geração atual, possa vir a ser transmitido à geração seguinte, garantindo a esta, as condições de sua sobrevivência. Assim, as estratégias da família em relação à constituição do patrimônio fundiário, à alocação dos seus diversos membros no interior do estabelecimento ou fora dele, a intensidade do trabalho, as associações informais entre parentes e vizinhos, etc., são fortemente orientadas por este objetivo a médio ou longo prazo, da sucessão entre gerações. Combinando os recursos que dispõe na unidade de produção com aqueles a que pode ter acesso fora do estabelecimento – em geral, atividades complementares, temporárias e intermitentes - a família define estratégias que visam, ao mesmo tempo, assegurar sua sobrevivência imediata e garantir a reprodução das gerações subsequentes.*” (Wanderley, 1999 : p. 26)

²² A idéia de auto-consumo tem sido freqüentemente associada àquela de ‘excedente’ da unidade familiar. Este segundo termo se refere à produção que ultrapassa as necessidades de consumo da família que, por sua vez, são associadas à noção de consumo vital ou mínimo. Assim, seria colocado no mercado o ‘excedente’, no sentido daquilo que ultrapassa as quantidades auto-consumidas. Do nosso ponto de vista, esta associação entre auto-consumo e ‘excedente’ não procede. Diversos autores mostram claramente que é a venda que permite satisfazer uma boa parte do consumo da família. (Garcia, A. 1983) Desta maneira, não faz muito sentido associar a idéia de ‘excedentes’ com aquilo que não é diretamente consumido pela família.

que “a articulação (entre unidades familiares e sistema econômico abrangente) assume a forma de intercâmbios de bens e serviços (ou, se se preferir, de valores) entre os setores, intercâmbios que caracterizam-se por serem assimétricos (ou não equivalentes) e levarem a transferências de excedentes do setor camponês para o resto da economia”. (CEPAL 1985 : p. 80)

Ploeg destaca que a integração plena nos mercados – a unidade produtiva vende tudo o que produz e compra praticamente todos os insumos, utilizando o crédito bancário intensivamente e, paralelamente, a unidade de consumo compra tudo o que precisa no mercado – afasta a unidade de produção da condição familiar. Para este autor, as unidades produtivas totalmente integradas no mercado passam a ser ‘empresariais’, mesmo que ainda utilizem bastante mão de obra familiar. A lógica do mercado domina o modo de funcionar deste tipo de unidade produtiva. Um traço central da unidade familiar é que ela busca manter a parcialidade da integração ao mercado, principalmente naquilo que se refere à produção: é traço característico das unidades familiares a busca da maior autonomia possível em relação ao mercado de insumos e meios de produção, conforme veremos a seguir. Esta característica é importante para a manutenção e ampliação da autonomia da unidade familiar. (Ploeg 2008)

2.3.6 – Pluriatividade

Segundo Schneider, “a pluriatividade que ocorre no meio rural refere-se (...) à combinação de pelo menos duas atividades (econômicas), sendo uma delas a agricultura. Estas atividades são exercidas por indivíduos que pertencem ao grupo doméstico”. (Schneider 2009 : p. 133) A pluriatividade é o nome dado ao fato de que as unidades familiares têm, com muita frequência, outras fontes de ingressos para além da agricultura, da pecuária, do extrativismo. Estas receitas provenientes da pluriatividade podem ser obtidas através de atividades na própria agricultura, mas fora da unidade familiar (como assalariado), de atividades para-agrícolas (como o beneficiamento de produtos agrícolas) ou não agrícolas (como o exercício da atividade de pedreiro, de professora, etc.).

O que queremos destacar aqui é o fato de que a pluriatividade é uma característica importante da agricultura familiar, e não uma anomalia. Ploeg afirma que ela está muito presente na agricultura familiar europeia (na Holanda, na Itália, etc.), como em outros continentes. Além disso, as receitas provenientes destas outras atividades frequentemente servem para fortalecer a unidade produtiva agropecuária. Assim, estas receitas podem ser usadas para comprar insumos, investir na construção de cercas, pagar mão de obra da colheita, etc. Para a unidade familiar, é uma forma de evitar ter que recorrer ao crédito, e assim perder uma parte da sua autonomia. (Ploeg 2008)

2.3.7 – Cooperação

A quase totalidade das unidades familiares brasileiras vivem em grupos rurais de vizinhança que, segundo as regiões, podem ser chamados de bairros rurais, sítios, etc. Para Antônio Cândido, estes bairros ou sítios caracterizam-se, sobretudo, “pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas”. (Cândido 2001 (1964)) O vínculo do parentesco também joga um papel fundamental. Sabourin lembra que a lógica da reciprocidade – que determina que toda ação ou prestação deverá ser correspondida – é um elemento básico de coesão destas comunidades. (Sabourin 2009)

É neste ambiente de proximidade física e social que florescem as práticas de cooperação entre famílias, que se constituem em um mecanismo para enfrentar o entorno (social, econômico ou natural) frequentemente hostil. Estas práticas podem adotar as mais diversas formas. Podemos citar o intercâmbio de sementes, o empréstimo de animais, a troca de dias de serviço, os mutirões, etc. Aqui cabe realçar a idéia de que a cooperação é um recurso que está ao alcance das famílias para reforçar a sua autonomia, tanto no nível da unidade individual como num nível mais abrangente. Por exemplo, o acesso à terra é condição *sine qua non* para se constituir uma unidade produtiva familiar e, sobretudo no caso dos assentados, muitas vezes este acesso foi garantido através de uma organização coletiva, uma forma institucional desta cooperação²³.

²³ Ploeg lembra que, através da história, as diferentes expressões de cooperação sempre tiveram o cuidado de estabelecer um cuidadoso equilíbrio entre o individual e o coletivo. “A cooperação não implica uma supressão da primeira parte (individual) da equação. Ao invés disso, é através da cooperação que os interesses individuais são defendidos.” (Ploeg, 2008 : p. 51)

Para quem trabalha no meio rural é sempre importante lembrar que fortalecer a cooperação entre as unidades familiares é uma forma de fortalecer as próprias unidades familiares. Como esta cooperação está estreitamente ligada aos laços comunitários, é também importante trabalhar para criar (onde mal existem) e fortalecer estes laços.

2.3.8 – O modo familiar de fazer agricultura

As características acima mencionadas têm uma repercussão na forma em que a agricultura familiar organiza o seu processo produtivo: é isto que é denominado de ‘modo familiar de fazer agricultura’.

Uma característica central deste modo é que ela busca obter a maior quantidade de produto com uma dada base de recursos, mantendo a qualidade desta. Isto é sempre feito num arranjo produtivo onde o trabalho é crucial. O desenvolvimento da produção e da unidade produtiva depende da quantidade e da qualidade do trabalho. Ploeg afirma que a agricultura familiar tem se desenvolvido através de uma intensificação (sobretudo da produtividade da terra) baseada no recurso trabalho. (Ploeg 2008)

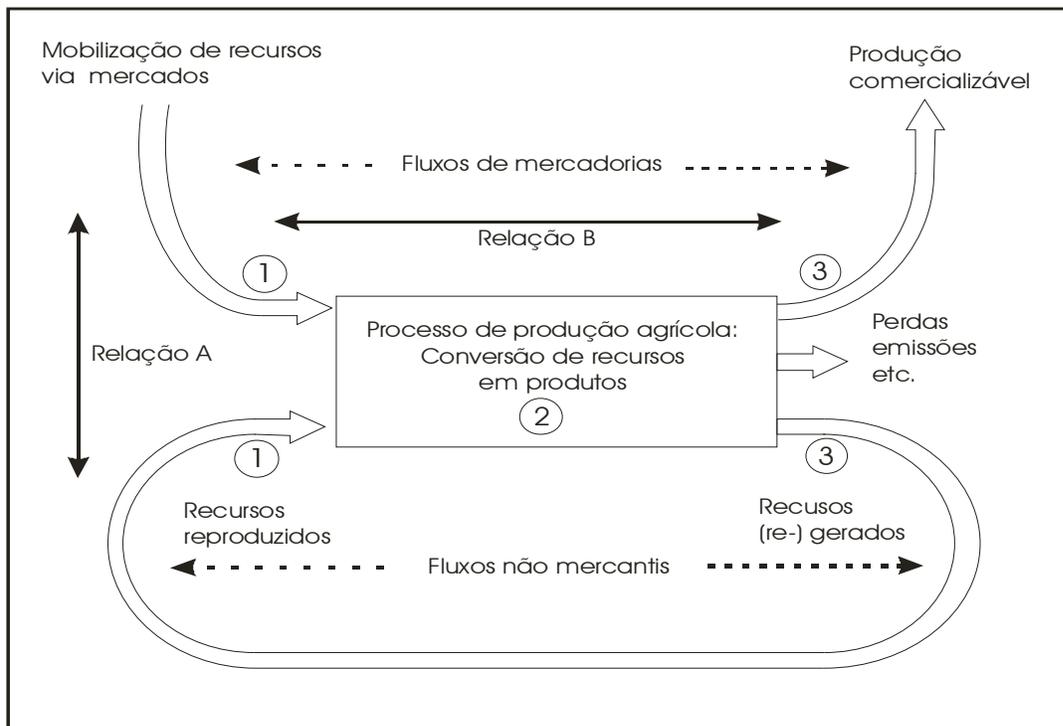


Figura Nº 01 – Os fluxos básicos da agricultura. Fonte: (Ploeg 2008)

Para entender melhor as especificidades deste ‘modo familiar’, vamos examinar mais em detalhe o processo produtivo. A prática agrícola pode ser representada (cf. Figura Nº 01 acima) como a combinação de três processos inter-relacionados e mutuamente adaptados: (1) a mobilização dos recursos; (2) a conversão dos recursos em produtos (finais) e (3) a comercialização e a reutilização destes produtos. Estes processos e as suas interações implicam em relações com os mercados. No entanto, eles podem ser organizados de formas muito diferentes. (Ploeg 2008 : p. 45 – 46)

No processo (1), os recursos podem ser mobilizados de duas formas: eles podem ser adquiridos nos mercados ou produzidos na própria unidade produtiva. Em certos casos podem ser acionados os mecanismos de cooperação para tal. Isto se refere a insumos (sementes, rações, etc.), mão de obra, mas também outros recursos, tais como animais, capital de giro, etc. O produto (processo 3) pode ser vendido na sua totalidade ou parcialmente. Quanto maior seja a parte de recursos auto-produzida, mais tipicamente familiar é a

produção. A relação (A) da figura acima, que compara recursos mobilizados via mercados com recursos reproduzidos 'internamente', é estratégica para pensar a agricultura familiar. Esta parte da produção que não é comercializada retorna para a unidade familiar para engendrar novos ciclos produtivos. Note-se que este auto-abastecimento não está relacionado de forma direta e imediata ao consumo alimentar da família. Esta relação é com o **funcionamento global** da unidade produtiva.

Para os agentes técnicos que trabalham junto à agricultura familiar, a compreensão das características acima descritas das unidades familiares pode ajudar a orientar o trabalho de assessoria. Por exemplo, o enfoque técnico convencional sempre buscou aumentar a proporção de recursos produtivos mobilizados via mercados (embora isto raramente seja colocado desta maneira). É possível mudar esta forma de fazer para outra que tenha como eixo central a potencialização da produção local destes recursos. Para isto, o enfoque agroecológico deverá ser muito útil.

2.3.9 – A inovação está presente nas unidades familiares

- *Agricultura 'tradicional' e inovação*

Uns anos atrás, era bastante difundida a idéia de que os sistemas agrícolas familiares, chamados de 'tradicionais', eram estáticos – como se as suas práticas agrícolas “*tivessem sido alcançadas acidentalmente em algum ponto do processo evolutivo e copiadas sem nenhuma reflexão consciente daí por diante, geração após geração*”. (Reijntjes, Haverkort et al. 1999)

Mas isto vem mudando, diante das mais diversas evidências. Cresce a percepção de que todos os sistemas agrários evoluem em maior ou menor grau (ou seja, testam, adaptam, substituem elementos dos sistemas produtivos). Hoje já se aceita a idéia dos agricultores/as como inovadores. Estes processos têm a sua base no conhecimento local ou popular, que também tem o seu dinamismo. Sumberg e Okali afirmam que existe farta evidência sobre o fato de que os agricultores realizam experimentos como parte da sua atividade agropecuária. Eles testam, avaliam, adaptam e até reinventam tecnologia. Isto faz parte do processo espontâneo pelo qual são incorporadas inovações nos sistemas técnicos camponeses. (Sumberg e Okali 1997)

É este processo permanente de evolução que explica a existência de tantos sistemas agrários diferentes no mundo, que exploram recursos também muito diferenciados. Alguns exemplos são: sistemas de horticultura na floresta, em Java; as diversas formas de agricultura itinerante, os sistemas de arroz irrigado em terraços nas Filipinas, os sistemas pastoris nômades, a agricultura integrada com aquíicultura no sul da China, etc.

Junto com a descoberta do dinamismo dos sistemas veio também a descoberta das diversas formas de experimentação que são implementadas pelos agricultores. Um exemplo, dentre muitos outros possíveis, é aquele dos testes de novas variedades ou de novas culturas: é muito freqüente que uma família receba de parentes e amigos uma pequena quantia de sementes de um feijão, um milho, uma hortalíça, diferentes daquelas que eles plantam normalmente. Quase sempre esta família testa este novo material de maneira a que possa observar as suas características. Se a família gostar da 'novidade', ela passa a usá-la nos seus plantios corriqueiros.

- *Os agricultores se comunicam entre si*

Junto com a 'descobertas' da existência da inovação e dos experimentos, veio aquela da comunicação entre agricultores. Por exemplo, pesquisas feitas sobre a origem das inovações em diferentes contextos mostram que as fontes são diversas e que, em particular, outros agricultores (vizinhos, parentes, na feira) são uma fonte importante. Isto mostra que as inovações também 'circulam' através dos circuitos ou redes espontâneas ou 'tradicionais'.

- *Os processos de mudança técnica*

Assis (Assis 2001) lembra que os trabalhos do antropólogo francês Darré (Darré 1985) mostraram que a mudança técnica na agricultura é, antes de mais nada, um processo social de modificação dos sistemas de

pensamento (ou formas de pensar) de quem faz agricultura (ou seja, dos agricultores). Este só acontece através daquilo que Darré chama de diálogo técnico.

Traduzindo isto para algo mais concreto, é possível afirmar que, nos lugares onde estão os agricultores estão implementando mudanças nos seus sistemas produtivos, é porque existe um intenso diálogo local a propósito destas mudanças. A capacidade dos agricultores para fazer as adaptações necessárias destas mudanças depende, em grande parte, da qualidade deste diálogo. Darré afirma que este diálogo será de melhor qualidade se a rede onde este acontece tem um formato tal que permite a expressão da maior quantidade possível de participantes. É este diálogo que permite uma verdadeira troca entre agricultores, na qual eles podem comparar a suas experiências e pontos de vista.

Mas cabe assinalar que a existência de um diálogo técnico numa certa localidade não quer dizer que ele inclua a todos/as. Neste sentido, uma família pode se encontrar fora das ‘redes de diálogo’ existentes numa dada localidade e não ter contato com as inovações que estão sendo discutidas e implementadas no local. Uma segunda observação é que o agente de assessoria pode ter diversas funções com relação a estas redes. Uma se refere à introdução de informações novas na rede, que permitam fazer avançar o debate. Também é possível fortalecer estas redes por meio, por exemplo, da criação de oportunidades dos agricultores se encontrarem para um debate técnico.

- *Os limites do desenvolvimento de inovações por agricultores*

Mas, obviamente, cabe a pergunta: se os sistemas evoluem, se o povo experimenta tanto, porquê então é que existem tantos problemas? É que estes processos, que têm como mérito principal o fato de existirem, têm também as suas limitações.

Assim por exemplo, constatou-se que o conhecimento local ou popular não é ‘universal’ (ou seja, ele não é do domínio de todos numa dada localidade). Por outro lado, em muitos casos ele não permite entender os fenômenos que acontecem, seja por falta de conceitos e/ou até de instrumentos de observação adequados. Os conhecimentos (e os materiais – como as variedades) que deixam de ser usados por algum motivo, se perdem e não estão mais disponíveis.

Diversos autores têm apontado deficiências nos experimentos dos agricultores. Em geral, é possível resumir estas críticas dizendo que estes experimentos não são suficientemente sistemáticos, tanto no que diz respeito ao experimento em si, quanto na reflexão feita depois, a partir dele. Também foram identificadas limitações na comunicação mencionada acima.

Mas acreditamos que os problemas aqui apontados, que são reais, não devem mascarar a principal lição neste ponto: os agricultores e os seus sistemas estão ‘em movimento’ e existem mecanismos dos próprios agricultores que alimentam este processo. Isto representa uma oportunidade ímpar, que deve ser aproveitada!²⁴

2.4 – Agroecologia

A Agroecologia entra em cena com a percepção de que, “*a agricultura moderna é insustentável – ela não pode continuar a produzir comida suficiente para a população global, a longo prazo, porque deteriora as condições que a tornam possível*”²⁵. (Gliessman 2001 : p. 33) Assim, a Agroecologia nasceu da necessidade

²⁴ Esta constatação tem levado alguns autores a se interrogarem sobre qual seria a melhor forma de apoiar estes processos de experimentação. Por exemplo, Sunberg e Okali acham que não é necessário mexer com a forma que é feita esta experimentação. (Sunberg, J. e C. Okali 1997) Já outros autores consideram que é preciso ‘aprimorar’ esta experimentação. (Guillonau, A. 1994) Este assunto voltará a ser discutido no capítulo 7 (seção 7.3).

²⁵ O próprio Gliessman acrescenta que “*a despeito dos seus sucessos, (a agricultura convencional atual) está no processo de minar a própria fundação sobre a qual foi construída. As técnicas, inovações, práticas e políticas que permitiram aumentos de produtividade (...) retiraram e degradaram os recursos naturais dos quais a agricultura depende – o solo, as reservas de água, e a diversidade genética natural. Também criaram dependência de combustíveis fósseis não renováveis e ajudaram a forjar um sistema que cada vez*

de uma compreensão mais abrangente e mais correta dos agroecossistemas, já que as disciplinas científicas existentes (agronomia, ciências da produção animal, ciências sociais, a biologia, a ecologia) só oferecem visões parciais, que não incorporam dimensões importantes para esta compreensão. A primeira ‘aproximação’ entre disciplinas se deu entre a agronomia e a ecologia.

A partir da década de 1950 – com a consolidação do conceito de ecossistema – começaram a ser criadas as condições de “*examinar a agricultura de uma perspectiva ecológica*”. (Gliessman 2001) Com o avanço desta perspectiva surgiu o conceito de **agroecossistema** que, segundo este autor, coloca no centro do debate a aplicação dos conhecimentos da Ecologia ao âmbito da produção agrícola. (EMBRAPA 2006) Em seguida foram sendo incorporadas as contribuições das ciências sociais (o que inclui, é claro, a economia rural). Os etnólogos tiveram uma contribuição particularmente interessante, ao chamar a atenção para a contribuição do saber popular nesta construção²⁶.

A Agroecologia, então, “*procura reunir e organizar contribuições de diversas Ciências Naturais e Sociais*” para formular uma interpretação mais completa dos agroecossistemas. Busca incorporar os conhecimentos destas ciências numa “*lógica integradora e mais abrangente que a apresentada pelas disciplinas isoladas*”. (EMBRAPA 2006 : p. 25)

Confirmando o que foi dito acima, Altieri destaca, na definição da Agroecologia, a importância da aplicação dos princípios da Ecologia para uma melhor compreensão do que acontece na agricultura. Ao mesmo tempo, ele lembra que a Agroecologia se interessa também pelos aspectos sociais, econômicos e culturais que caracterizam os agroecossistemas. Ele afirma que a Agroecologia fornece as ferramentas conceituais e metodológicas para “*estudar, desenhar e manejar agroecossistemas que sejam produtivos e conservadores dos recursos naturais e que também sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis*”. (Altieri 2002 : p. 15) Caporal e Costabeber complementam dizendo que a Agroecologia deve permitir o estabelecimento de “*um novo caminho para a construção de agriculturas de base ecológica ou sustentáveis*”. (Caporal e Costabeber, 2004)

Sevilla Guzmán propõe uma definição de Agroecologia que também destaca as suas diversas dimensões. Ao mesmo tempo, ela introduz uma referência à estratégia de ação:

“*A Agroecologia pode ser definida como o manejo ecológico dos recursos naturais através de formas de ação social coletiva que apresentam alternativas à atual crise de modernidade, mediante propostas de desenvolvimento participativo (...) desde os âmbitos da produção e da circulação alternativa de seus produtos, pretendendo estabelecer formas de produção e consumo que contribuam para encarar a crise ecológica e social, e com isso a restaurar o curso alterado da co-evolução social e ecológica (...). Sua estratégia tem uma natureza sistêmica, ao considerar a propriedade, a organização comunitária, e o resto dos marcos de relação das sociedades rurais articulados em torno à dimensão local, onde se encontram os sistemas de conhecimento (local, agricultor familiar e/ou indígena) portadores do potencial endógeno que permite incrementar a biodiversidade ecológica e sociocultural (...).*” (Sevilla Guzmán 2006 : p.202)

mais retira a responsabilidade de cultivar alimentos das mãos de produtores e assalariados agrícolas, que estão em melhor posição para serem guardiões da terra agricultável”. (Gliessman, S. 2001 : p. 33)

²⁶ Neste ponto vale a pena mencionar os trabalhos pioneiros de Victor Toledo, etnólogo mexicano que trabalha estes assuntos há mais de 25 anos. (Cf. “La racionalidad ecológica de la producción campesina” (Toledo, V. M. 1992).

Box Nº 06 – Os agroecossistemas: semelhanças e diferenças com os ecossistemas naturais

A manipulação e a alteração humana nos ecossistemas, feitas com o propósito de realizar uma produção agrícola, estabelecem diferenças significativas entre agroecossistemas e ecossistemas naturais. No entanto, é importante lembrar que os processos, estruturas e características destes últimos podem ser observados nos agroecossistemas.

- Os fluxos de energia

A energia flui para dentro dos ecossistemas naturais por meio da captação da energia solar pelas plantas. Ela passa para os consumidores primários, e depois secundários, terciários e decompositores. A energia deixa os sistemas na forma de calor, pela respiração dos diferentes organismos e pela decomposição da biomassa. No caso dos agroecossistemas existem estes mesmos fluxos, mas eles são alterados pela ação humana. Os insumos introduzem energia, geralmente proveniente de fontes não renováveis. Por outro lado, uma parte importante da energia é 'exportada' do sistema, através das colheitas.

- A ciclagem de nutrientes

Nos ecossistemas naturais os nutrientes circulam entre diferentes níveis tróficos estabelecendo fluxos. Mas, diferentemente daquilo que acontece com a energia que flui em apenas uma direção, os nutrientes movem-se em ciclos, dos componentes bióticos para os abióticos e, novamente para os bióticos. Cada nutriente tem um ciclo específico (a exemplo do carbono, do nitrogênio, oxigênio, fósforo, etc.) Já no caso dos agroecossistemas, para muitos dos nutrientes a ciclagem é mínima. Existem muitos 'vazamentos' de nutrientes. Assim, os produtores agropecuários se vêm na necessidade de repor estas perdas com nutrientes vindos de fora do sistema, principalmente na forma de fertilizantes sintéticos.

- Mecanismos reguladores de população

Populações de diferentes espécies conformam a comunidade nos ecossistemas. Essas populações são dinâmicas e interagem entre si. As características das espécies, dos ambientes e das interações definem o tamanho e a dinâmica destas populações. Nos ecossistemas naturais o resultado das interações tende a resultar em estruturas biologicamente complexas. Já nos agroecossistemas, em geral as populações de plantas cultivadas (ou animais criados) não são capazes de auto-regulação, devido à simplificação do ambiente e à redução nas interações tróficas. São os agricultores que estabelecem as populações de plantas cultivadas e garantem a sua permanência através de importantes aportes de trabalho e/ ou insumos (sementes, pesticidas, etc). E dada a simplificação mencionada, o perigo de praga ou doença catastrófica é alto, apesar da interferência humana.

- Estabilidade

Apesar das interações e mudanças constantes que são a característica dos ecossistemas naturais, estes são notavelmente estáveis em sua estrutura e funcionamento geral. Em geral, estes sistemas têm uma grande capacidade de se recuperar depois de uma perturbação. Eles estão em 'equilíbrio dinâmico'. Comparados aos ecossistemas naturais, os agroecossistemas têm menos resiliência. Com a colheita, há sempre uma perturbação que rompe qualquer possível equilíbrio, e a manutenção (reprodução) do sistema depende inteiramente da intervenção humana. Mas este quadro geral tem nuances. Alguns agroecossistemas necessitam de menos interferência humana do que outros. O próprio enfoque agroecológico busca aproximar os agroecossistemas de seus 'primos' naturais, fomentando certas características neles, tais como a diversidade de espécies, uma melhor ciclagem de nutrientes, a multiplicidade e heterogeneidade de *habitats*, etc.

Fonte: Gliessman, 2001.

Vamos citar apenas um pequeno exemplo (dentre muitos possíveis) para ilustrar o que foi dito nos parágrafos anteriores. Frequentemente as perdas de produção agrícola devidas a pragas podem ser imputadas a um desequilíbrio no agroecossistema, devido ao qual a população das pragas cresceu de forma desmesurada. O enfoque agroecológico buscará enfrentar um problema dando maior ênfase ao restabelecimento do equilíbrio. Altieri lembra que, para a Agroecologia, o *“incremento e a manutenção da biodiversidade é a técnica principal para restaurar a auto-regulação e a sustentabilidade”*. (Altieri 2002 : p. 16)

Do que foi dito acima, podemos deduzir que a Agroecologia **não** é um modelo de agricultura que adota certas práticas e produz produtos 'limpos' ou ecológicos. Ela deve ser vista como um conjunto (coerente) de referenciais teóricos e de princípios, que servem de orientação geral para as diferentes experiências (no plural) de **agricultura de base ecológica**. (Caporal e Costabeber, 2004) Estas últimas são as manifestações concretas ou a materialização destes princípios, por meio de formas de manejo específicas. (EMBRAPA 2006 : p. 22) Existem várias manifestações ou versões destas agriculturas de base ecológica que resultam das diferentes interpretações dos referenciais teóricos acima mencionados²⁷. Além das interpretações diferenciadas dos princípios, é importante lembrar que as manifestações concretas de agricultura de base ecológica estão profundamente vinculadas às condições (sociais, ambientais, econômicas, etc.) locais.

²⁷ A agricultura orgânica, agricultura biológica, agricultura biodinâmica, permacultura, etc. são consideradas como versões de agriculturas ecológicas. No entanto, cabe comentar que algumas agriculturas ecológicas 'de mercado' simplificam por demais os manejos, diminuem diversidade, etc., e assim aplicam apenas parcialmente os princípios da Agroecologia. (Canuto, J. 1998)

Capítulo 3 – Características básicas das ações de assessoria para assentados da Reforma Agrária

Desde a sua concepção, o Programa de ATES se nutriu das lições do passado. Ele busca transformar a assistência técnica convencional, para atender às novas exigências da sociedade brasileira e do público de famílias assentadas que visa atender. Em termos mais amplos, ele se coloca na perspectiva de contribuir para a implantação de um modelo de desenvolvimento que seja mais sustentável, tanto do ponto de vista ambiental com do ponto de vista social e econômico.

Nesta busca foram se delineando diversas escolhas, que caracterizam aspectos inovadores. Ao mesmo tempo, estas características definem o **tipo de assessoria rural que se quer oferecer**. A intenção deste capítulo é de explicitar quais são estas escolhas, explicando brevemente a lógica que as justifica.

3.1 – A necessidade de uma assessoria técnica polivalente

Embora não tenha nascido com esta característica, na época de ouro da ‘revolução verde’ o serviço de extensão rural tinha uma concepção muito restrita do que ela devia fazer, preocupando-se quase que exclusivamente com a ‘modernização’ dos sistemas produtivos através da difusão de inovações técnicas. O tempo foi mostrando que esta maneira de conceber a ação ‘extensionista’ era inadequada. Um dos motivos disto foi a percepção de que o aumento da produção e da renda só fazia referência a uma parte do ‘progresso’ e que as novas formas de conceber o desenvolvimento mostravam que outras dimensões deviam ser consideradas. (A este respeito, ver a seção 2.1 do presente documento, que fala do conceito de ‘desenvolvimento sustentável’.)

O Programa de ATES busca romper com esta ‘tradição’, definindo o serviço de assessoria técnica que ele quer proporcionar de forma muito mais ampla. Os objetivos da assessoria (que não é mais chamada de ‘assistência’) são abrangentes, devendo buscar o ‘desenvolvimento sustentável’ do assentamento e das famílias assentadas. Como este objetivo varia conforme a região e a situação específica de cada assentamento, o serviço de ATES deverá ser flexível. No entanto, a experiência mostra que existe um conjunto de temas ou assuntos que estarão (quase) sempre na agenda de trabalho.

Cabe realçar aqui que a expectativa do Programa é que a assessoria fornecida pelas equipes de ATES para as famílias assentadas seja verdadeiramente polivalente ou ‘multi-facetada’. As equipes das entidades prestadoras deverão mobilizar as diferentes competências que este tipo de assessoria exige.

Assim, espera-se que as equipes de ATES trabalhem diversas dimensões da realidade dos assentados. Isto significa que elas deverão tratar dos sistemas produtivos, mas também de temas como o acesso aos mercados, a organização dos assentamentos, o acesso aos direitos básicos da cidadania, etc. Este assunto será discutido de forma mais detalhada no capítulo 4.

3.2 – A necessidade de uma assessoria técnica contínua e presente junto às famílias

Por outro lado, a emergência (no caso de assentamentos novos) e a consolidação de unidades produtivas sustentáveis (considerando as diversas facetas), é um processo lento e cheio de vicissitudes. Geralmente, este processo é realizado por etapas, sendo necessários vários ciclos agrícolas para atingir um melhor grau de sustentabilidade. Além de ser necessário esperar pela ação natural do tempo (os ciclos naturais), este processo também depende de diversos fatores que estão fora do controle das famílias e dos agentes de ATES. Por todas estas razões, afirmamos que a assessoria prestada através do Programa, por um lado, não deve ser pontual, restringindo-se, por exemplo, à elaboração de um projeto de crédito ou à participação num evento de capacitação. Por outro lado, lembramos, em concordância com a PNATER, que é necessário “*garantir uma*

oferta permanente e contínua” deste tipo de serviço, não devendo sofrer interrupções. (BRASIL, MDA et al. 2004 : p. 7) O passado mostra que estas interrupções na prestação do serviço causam prejuízos que deveriam ser evitados.

Além de ser um serviço ‘permanente e contínuo’, uma assessoria de qualidade requer que os agentes conheçam bem a realidade e estabeleçam uma relação de confiança com as famílias assessoradas. Para tal, é importante que esta assessoria se faça presente junto às famílias.

3.3 – Sobre a atitude ou postura dos agentes de ATEs: a busca de uma relação diferente entre assessores e assessorados

O sistema de extensão convencional e a formação recebida pelos profissionais que trabalham nele produziram um certo tipo de agente. Caporal e Costabeber afirmam que *“o bom profissional da extensão rural (convencional) era aquele capaz de acumular mais conhecimentos sobre umas poucas especialidades ou técnicas e que estivesse apto a desenvolver as habilidades necessárias para transferir conhecimentos aos agricultores, atuando de modo a fazê-los adotar aquelas orientações tidas como superiores, por sua natureza e validação ‘científica’. Neste contexto, o conhecimento dos agricultores era tido como algo obsoleto e eles mesmos eram vistos como atrasados e responsáveis pelo atraso da sociedade. Em geral, eram simplesmente rotulados em categorias de ‘adotadores’ de inovações”*. (Caporal e Costabeber 2000)

Assim como aconteceu com o modo convencional de fazer extensão, o profissional caracterizado acima também foi alvo de críticas. Paulo Freire descreve o acionar do extensionista como *“estender algo desde a ‘sede do saber’, até a ‘sede da ignorância’ para ‘salvar’, com este saber, os que habitam nesta”*. (Freire 1977 (1966)) Esta fórmula, algo caricatural, confirma a crítica à postura habitual deste extensionista que, mesmo que seja de forma inconsciente, considera o seu conhecimento como algo superior. Conforme veremos a seguir (cf. seções 3.4 e 3.8), este tipo de postura dificulta o diálogo que deveria ser a principal preocupação do extensionista-educador.

Caporal lembra que a formação de muitos dos profissionais que são chamados a atuar na extensão tem características²⁸ que os conduzem a atuar da forma descrita acima. Citando Chambers, ele afirma que esta formação, assim como as características das instituições onde atuam estes profissionais, criaram um ‘profissionalismo normal’ ou convencional, que reproduz o *“pensamento, valores, métodos e comportamentos dominantes em uma profissão ou disciplina”*. (Chambers 1993), citado por (Caporal 2003) Diante disto torna-se necessário buscar o que Chambers chama de ‘novo profissionalismo’.

Quais seriam as principais características deste ‘novo profissionalismo’? A primeira deve ser a *“capacidade de pôr as pessoas antes das coisas, com especial atenção aos grupos menos favorecidos”*. (Caporal 2003) Assim os profissionais precisam incorporar novos conceitos (como os que foram discutidos nos capítulos 2) e valores (tais como compromisso, solidariedade, tolerância). Também serão necessários métodos renovados, ponto que trataremos em capítulos posteriores.

Além disso, os ‘novos profissionais’ precisam reconhecer *“que nem sempre o que pensamos e estabelecemos como necessidades dos indivíduos e grupos assistidos corresponde às necessidades sentidas por eles mesmos, de modo que o agente deveria estar, cotidianamente, buscando identificar os valores próprios dos beneficiários”*. (Caporal 2003 : p. 10) Por outro lado, o ‘novo profissionalismo’ exige que, no âmbito mais estritamente técnico, se adote uma visão mais holística e multidisciplinar, buscando superar a visão fragmentada da realidade que é a consequência do ‘profissionalismo normal’. (Voltaremos a falar deste assunto na seção 3.9.)

Resumindo o que foi dito aqui, podemos dizer que o ‘novo profissional’ precisa ser alguém que tenha uma boa capacidade de escuta e de diálogo. Mas atenção: isto não significa que ele/a possa ficar apenas esperando,

²⁸ Caporal cita: i) a divisão disciplinar estanque; ii) a distância com a qual se trata o ser humano (agricultor/a) que é quem faz agricultura (se estuda mais sobre máquinas e insumos); iii) as matérias que deveriam dar ao profissional uma visão do âmbito social são consideradas secundárias. (Caporal, F. R. 2003)

passivo/a. Ao contrário, conforme nos disse uma vez uma liderança do RS, a assessoria técnica tem que ter uma atitude “*propositiva, mas sem ser impositiva*”²⁹!

3.4 – O agente de assessoria rural como mediador, facilitador, educador

Vimos anteriormente (cf. seção 1.1.2) que o principal papel atribuído ao extensionista no modelo clássico era o de ‘transmitir’ as inovações geradas pela pesquisa para os ‘usuários’ agricultores. Na visão renovada da assessoria rural adotada pelo Programa de ATES, o agente de campo é chamado a assumir papéis diferentes.

A partir dos anos 90 houve foram instituídas diversas políticas de apoio orientadas para o público da agricultura familiar e para os assentados. Também foram criadas diversas instâncias de ‘participação’ (como os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural ou os Colegiados Territoriais). No entanto, “*a complexidade das regras das novas políticas e a multiplicação das instâncias de participação freqüentemente embaralham o jogo social. (...) Para os agricultores de base, tem-se a impressão de que esse maquinário político escapa totalmente ao seu entendimento e os marginaliza mais ainda da vida pública*”. (Albaladéjo, Simões et al. 2005 : p. 311) Diante de situações deste tipo, é interessante lembrar que as entidades prestadoras de ATES (e as suas equipes de campo) estão situadas numa posição de interface entre as famílias assentadas, o que pode ser chamado de ‘esfera pública’ – formada pelo conjunto de instituições governamentais – e também o setor privado. Ou seja, estas entidades “*podem ser vistas como estruturas intermediárias no processo de desenvolvimento*”. (LASAT-GRAAL 2008 : p.5)

Um primeiro papel que os agentes de ATES são chamados a preencher, nesta posição de ‘interface’, é aquele de ‘traduzir’ o significado do discurso e desvendar os complicados caminhos que são próprios das entidades da ‘esfera pública’. Existem autores que chamam este papel de mediação. Este termo pode ser definido, de forma simples e direta, como “*fazer a ponte, estar entre, fazer o meio-de-campo, traduzir, e/ou introduzir falas e linguagens*”. (Pereira 2004), citado por (Coelho 2005 : p. 90) Completando este raciocínio, Neves diz que mediação refere-se à implementação de “*sistemas de regulação instituídos para reduzir a dissonância entre visões de mundo e formas de comportamentos*” de diferentes grupos ou segmentos sociais que fazem parte da sociedade atual. (Neves 1998 : p. 152)³⁰

Vamos ilustrar estes propósitos com um exemplo. Quando uma família decide buscar um financiamento do PRONAF, ela precisa entrar em contato com um banco. Este informa que ela tem que apresentar um conjunto de documentos. Dentre estes está o ‘projeto’, que deve ser elaborado conforme modelo do próprio banco. Poucos são os agricultores familiares que conseguem elaborar o seu próprio projeto de crédito. Isto significa que ele deve procurar um técnico credenciado para fazer isto. Frequentemente, o ‘projeto’ assim elaborado tem mais a ver com as regras do banco e com a opinião e a pressa do técnico, do que com a real vontade da família. Mas vamos supor que o agricultor fique satisfeito com o seu ‘projeto’; o passo seguinte é a negociação com o banco. São inúmeros os casos em que o agricultor precisa fazer várias ‘viagens’ para a agência bancária, nas quais recebe a informação que está faltando o documento X, ou simplesmente que “*o dinheiro não saiu*”. Ainda neste mesmo caso do crédito, as vezes aparecem outras personagens que embaralham ainda mais o ‘jogo’, dizendo, por exemplo, que não é preciso pagar o crédito, ou pressionando a família para fazer as compras na loja y... Este exemplo traz a tona a necessidade de uma ‘tradução’ das regras e da lógica que governam o funcionamento do crédito PRONAF. Como essas regras não se mudam

²⁹ Esta mesma liderança alertou que esta atitude ‘propositiva’ precisa ser cautelosa, e que isto significa preparação e competência. Tomando o exemplo da diversificação das atividades agropecuárias, ele argumentou que muitos agricultores estão endividados e que não podem se dar ao luxo de embarcar em ‘aventuras’ produtivas. Isto significa que o profissional precisa estar bem preparado, e precisa também **estudar**. Este exemplo alerta para uma função importante que cabe aos técnicos de ATES, que é a de buscar informações (novas, pertinentes) que sirvam para enfrentar os problemas encontrados pelas famílias atendidas, e também serem capazes de submeter estas informações a uma análise crítica.

³⁰ Cabe aqui uma advertência ao leitor. O agente de extensão estar nesta posição de interface não significa que ele vai exercer, necessariamente, um papel positivo de fortalecimento do público com o qual ele trabalha. Existem na literatura diversos relatos de casos em que os mediadores tiveram um papel contrário, de manipulação e de manutenção do *status quo*. (D’Incao 1995; Neves, 1998) Assim, para o agente, se reconhecer como mediador não basta para superar práticas que fazem parte da ‘antiga extensão’. Mas esta consciência é importante, na medida em que ajuda a superar a síndrome do ‘técnico que todo sabe’...

com facilidade, em muitas circunstâncias a tarefa do agente é de ajudar a família a montar uma proposta que seja, ao mesmo tempo, satisfatória para ela e que se enquadre nas regras do sistema bancário. Cabe lembrar que existem muitos outros casos de políticas destinadas ao agricultor familiar e aos assentados³¹ e que todas elas têm regras que não são fáceis de entender e de ‘obedecer’.

Mas esta função de mediar as relações dos assentados com os programas e órgãos de desenvolvimento não é a única que o agente de ATEs é chamado a exercer. No domínio técnico, uma assessoria renovada não pode prescindir do aporte que o conhecimento científico. Em muitos casos, este conhecimento é importante para entender melhor um problema, ou adquirir uma ‘nova compreensão’ dele, conforme propõe Schmitz (Schmitz 2001), condição necessária para poder enfrentá-lo de forma mais eficaz. Por exemplo, numa comunidade onde era importante a produção de banana, as famílias estavam tendo problemas com a praga do ‘moleque da bananeira’. O conhecimento produzido pelos entomólogos sobre o ciclo de vida deste inseto foi primordial para entender melhor o problema e pensar novas práticas capazes de reduzir a infestação dos bananais. Em outros casos, o conhecimento científico permite pensar formas de aproveitar melhor um recurso (como uma pastagem, ou um certo tipo de solo, por exemplo). Em situações deste tipo, o técnico é o ‘canal de acesso’ a um conhecimento diferente. Frequentemente, este técnico não detém, ele mesmo, este conhecimento, mas a sua formação e experiência lhe fornecem os meios de ter acesso. É interessante frisar que, em certos casos, é o técnico que pode ser o canal que articula um grupo de agricultores com outros grupos de pares, de outra localidade. A posição profissional (mobilidade, conexões profissionais, melhor acesso aos meios de comunicação, etc) permite ao agente exercer este papel.

Por último, vamos fazer referência aos ensinamentos de Paulo Freire. No livro “*Extensão ou comunicação?*”, ele lembra que o ser humano é, na sua essência, um ser que é capaz de agir e de refletir sobre esta ação. Ele é capaz de “*penetrar a realidade (...) para descobrir as inter-relações verdadeiras dos fatos percebidos*”. (Freire 1977 (1966) : p. 31) Mas Freire acha que os camponeses (assim como muitos outros seres humanos), em muitos casos, não conseguem realizar esta reflexão a contento. Por isso não conseguem compreender o mundo (ou partes dele) no qual eles vivem. Por isso, argumentamos aqui que o papel mais importante do agente de assessoria (que ele chama de agrônomo-educador) é o de **provocar e alimentar uma reflexão crítica** sobre os diversos aspectos da vida das famílias agricultoras. Isto inclui, evidentemente, o seu sistema produtivo. Evidentemente, este mesmo raciocínio pode ser aplicado para todos “*os agentes de mudança*” (Ibid., p. 56) que trabalham junto às famílias agricultoras, ou seja, para os biólogos-educadores, pedagogos-educadores, etc.

3.5 – Estimular e reforçar a iniciativa das famílias: um bom ponto de partida para a assessoria

Do que foi dito anteriormente, podemos inferir que a renovação de uma assessoria técnica no meio rural passa por uma mudança do seu ponto de partida (cf. seção 1.3). Para tal, precisaria inverter a sua lógica de funcionamento. No enfoque convencional, a extensão colocava as famílias atendidas a serviço de um ‘projeto’ alheio (como por exemplo, aquele da ‘modernização da agricultura’). Na visão renovada, trata-se, ao contrário, de colocar a assessoria a serviço dos projetos (individuais e / ou coletivos) das famílias.

Para fazer isto, o ponto de partida é acreditar na capacidade das famílias de definir e buscar a realização de um projeto para o próprio futuro. Esta capacidade tem sido chamada de ‘**agência humana**’,³².

³¹ Podemos mencionar a aposentadoria, o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), o Programa de Merenda Escolar, o Seguro Safra, dentre outros.

³² Partindo das contribuições de Giddens (1989), Long define o conceito de ‘agência humana’ de forma bem eloquente: é a capacidade do ator individual “*de processar a (sua) experiência social e de encontrar formas para lidar com a vida, mesmo sob as mais extremas formas de coerção. (...) [Estes atores] tentam resolver problemas, aprendem a intervir no fluxo dos eventos sociais nos quais estão inseridos, e até certo ponto monitoram as próprias ações, observando como outros atores reagem e levando em consideração as circunstâncias contingentes*”. (Long, N. 2001 : p. 16)

Embora seja possível encontrar famílias que se encontram numa situação tal que têm dificuldades em enxergar o futuro (um agente de ATES chamou este grupo de ‘sem projeto’), a enorme maioria das famílias assentadas consegue definir um ‘Projeto’ ou ‘Visão de futuro’ (ver Box Nº 07 a seguir) para si e a sua família, que tem no ‘lote’ ou na propriedade familiar uma ferramenta importante para fazer face as suas necessidades materiais. Em muitos casos, este ‘Projeto’ vai além das necessidades materiais, para abranger outros aspectos da vida familiar. Também devemos considerar que famílias diferentes podem se associar, formando um grupo, para a implantação de um ‘Projeto’, já não mais familiar, mas coletivo. Então, tomar a **iniciativa e agir** para implementar este ‘Projeto’ é o desafio destas famílias e destes grupos.

Existem, no entanto, diversas circunstâncias que podem representar travas para a ‘agência’, dificultando a materialização do ‘Projeto’. **Criar, reforçar e aprimorar as capacidades das famílias** para superar estas travas³³ nos parece o sentido maior da assessoria proposta pelo Programa. Vamos lembrar aqui as palavras de um líder assentado, que resume de maneira feliz esta forma de ver o trabalho de assessoria rural: **“uma família só progride com debate”** e este ‘debate’ deve chegar a todas elas. Esta idéia se estende também aos grupos.

Box Nº 07 – Os diversos significados da palavra ‘Projeto’

Mesmo que a palavra ‘projeto’ seja muito usada, quase que ‘gasta’, vale a pena se deter um pouco sobre o seu significado. Ela vem do latim *projectu*, que significa ‘lançado para diante’. Diversas definições de dicionário têm em comum idéias como propósito e intenção futura e, ao mesmo tempo, noções práticas como planejamento, programa e atividades.

Ou seja, a noção de ‘projeto’ não se restringe apenas a um plano de ação com um orçamento anexo. Esta palavra inclui também a idéia de ‘projetar’, de ‘imaginar o futuro’. É neste sentido que ela é usada no texto ao lado.

Assim, sugerimos que a **reflexão crítica sobre a realidade** (noção que retoma as propostas de Paulo Freire mencionadas na seção anterior), nos seus diversos níveis, seja o eixo que organiza este trabalho de reforço às capacidades das famílias. Será esta reflexão que permitirá que o ‘Projeto’ familiar se desenvolva e se aprimore. Retornando as idéias ‘freireianas’, lembramos que a compreensão renovada sobre a (as diversas dimensões da) realidade deverá desembocar em ação, tornada possível pela reflexão mencionada.

Caberá à assessoria estimular, alimentar e ajudar a organizar (se necessário) esta ‘reflexão crítica’ e a(s) ação(ões) derivada(s) dela. Neste processo, o agente de ATES poderá ser chamado a trazer novas informações sobre o funcionamento de algum processo da unidade de produção, sobre os mercados, sobre as políticas públicas, etc. Também poderá ser chamado a exercer plenamente seu papel de mediador, estabelecendo nexos e contatos que possam alimentar a implementação do(s) projeto(s) das famílias e dos grupos. Lembramos que este apoio à materialização dos projetos familiares não precisa, necessariamente, trabalhar com as famílias exclusivamente no formato individual. Ao contrário, muitas vezes, a ‘reflexão crítica sobre a realidade’ aqui proposta, acontece de forma mais rica e mais rápida quando o(s) assessor(es) trabalha(m) com grupos de pessoas (e famílias) dos mais variados tamanhos, em cursos, oficinas, visitas, experimentos, etc. No entanto, é importante nunca perder de vista que esta ‘reflexão crítica’ é processada **pelos atores sociais que vão agir** : as pessoas, famílias e grupos dos assentamentos.

3.6 – A inclusão social: uma assessoria para todas as famílias atendidas

É freqüente a queixa de que os agentes da extensão rural se relacionam somente com uma parte do conjunto de famílias com o qual deveriam estar trabalhando. É que em toda comunidade (ou assentamento) rural, algumas famílias são mais curiosas, mais ‘abertas’. Ou seja, elas recebem melhor os ‘extensionistas’. Nos tempos da extensão convencional, isto não era visto como um grande problema, já que, pela teoria da difusão das inovações de Rogers (Rogers 1995), bastava que algumas famílias ‘inovadoras’ incorporassem uma nova tecnologia para que, cedo ou tarde, (quase) todos as unidades produtivas adotassem a inovação.

Ainda existem, atualmente, entidades que trabalham com este tipo de visão do trabalho de assessoria em assentamentos. Por exemplo, em um estado do Centro-Oeste, entrevistamos os dirigentes de uma das

³³ Aqui cabe lembrar que Amartya Sen diz que “a pobreza deve ser vista como a privação de capacidades”. (Sen, A. 2000 : p. 109, sublinhado nosso)

entidades que presta assessoria em assentamentos. Eles afirmaram que a tarefa deles é de apresentar ‘novidades’ ou ‘alternativas’ para os assentados. Mas eles declaram que não é tarefa deles “empurrar ninguém ladeira acima”. Em outras palavras: “quem quiser, que acompanhe”. Evidentemente, nos assentamentos atendidos por esta entidade, uma parte importante não se interessa pelas novidades ‘trazidas’ e, em consequência disto, recebem pouca ou nenhuma atenção da equipe de assessoria. Esta mesma entidade explica a existência de famílias que não ‘acompanham’ a assessoria dizendo que muitos assentados não têm o perfil necessário para serem agricultores e que, portanto, nunca poderão sobreviver nesta atividade.

Na realidade, esta postura revela uma incompreensão de processos que ocorrem em um assentamento (ou comunidade de agricultores familiares), já que é mais do que provável que um conjunto de famílias não tenha se interessado pelas propostas ‘trazidas’ pela entidade por estas não se adaptarem às suas preferências ou possibilidades.

Por outro lado, queremos realçar que a entidade deste exemplo não entendeu um ponto importante do próprio Programa de ATES: cabe à prestadora, sim, atender a todas as famílias do assentamento. Cabe às equipes de campo dar atenção às famílias que não se aproximam a assessoria num primeiro momento, para entender as suas opções e necessidades. Pode ser até mais trabalhoso e, por vezes, ingrato, trabalhar com as famílias mais pobres, com mais problemas. Mas estas famílias também podem e devem progredir, geralmente por um caminho que lhes é próprio. É importante que a assessoria perceba a necessidade de chegar ao maior número possível de famílias.

Box Nº 08 – As visitas familiares

No RS os contratos assinados com as prestadoras de ATES estabelecem a obrigatoriedade destas realizarem, por ano, um número dado de visitas a todos os lotes. Em geral, esta medida tem sido vista como uma forma de contrabalançar a tendência comum das equipes não atenderem as famílias que elas consideram que ‘não dão resposta’.

3.7 – A inclusão social: a busca de uma maior equidade de gênero e de mais espaço para iniciativas da juventude

- A problemática de gênero num programa de assessoria rural

Com respeito ao tema de gênero, o Programa de ATES tem, como ponto de partida, a constatação de que existem desigualdades de gênero (e também de geração e de etnia) diante das quais é preciso ter uma ação específica, dirigida para a busca de uma maior igualdade.

Já foram elaborados diversos diagnósticos que detalham esta questão³⁴. Por exemplo, constata-se que em várias regiões as desigualdades com base no gênero são mais fortes no meio rural, onde os papéis sociais do homem e da mulher são pouco contestados: o roçado / produção, o dinheiro e a organização são do domínio masculino. A própria sociedade legitima a hierarquia e até a violência para controlar da mulher ‘transgressora’, aquela que não cumpre à risca o seu papel de mulher. Além disso, existe violência doméstica contra a mulher nas comunidades e assentamentos, contra a qual é difícil a vítima reagir por diversas razões, que vão desde a distância física dos lugares onde ela poderia obter ajuda até o ‘policionamento’ social do entorno dela.

Trabalhar na busca de uma maior igualdade de gênero neste contexto, questionando os papéis sociais do homem e da mulher, é mal visto, já que isto ‘abala’ a ordem social, pelo menos neste âmbito. Mas não é possível ficar indiferente, se a perspectiva é contribuir para mudar esta situação, tal como preconiza a PNATER. Por isso, afirmamos que é importante questionar para criar debate e, assim, gerar mudança.

O que fazer diante da situação retratada acima? Acreditamos que a melhor estratégia é aquela do ‘empoderamento’ das mulheres, no sentido de criar condições para elas possam (re)agir diante de situações que, antes, as deixavam sem ação.

³⁴ Por exemplo, o documento “Diagnóstico de gênero” do ESPLAR (ESPLAR 2007), que investiga este assunto no Sertão Central do Ceará.

Algumas equipes de assessoria rural consideram que o melhor caminho é o da criação de espaços reservados às mulheres. (Sidersky e Jalfim 2009) Elas recomendam, inclusive, a exclusividade nestes espaços, já que isto é uma condição para criar a confiança necessária para que as participantes possam se expressar livremente. Assim, estas equipes têm incentivado a criação de Grupos de Mulheres nos assentamentos e nas comunidades. Foi verificado que este tipo de ‘espaço’ é ‘criador de poder’ para as mulheres: elas começam a ver que podem lutar por um estado diferente de coisas³⁵. As discussões nestes espaços das mulheres podem desembocar na elaboração de diversos tipos de iniciativa, inclusive no âmbito produtivo. Também podem passar a questionar o fato de não existirem mulheres na diretoria da associação, no sindicato, etc.

Mas o trabalho na busca da redução da desigualdade de gênero não deve se reduzir às ações apontadas acima. É necessário fazer com que exista um ‘olhar’ sobre esta questão em todas as atividades da assessoria. Por exemplo, ao trabalhar os sistemas produtivos, é possível dar uma atenção especial para as atividades produtivas nas quais as mulheres investem mais tempo (criação de pequenos animais, certas atividades de coleta, etc.). Se mencionamos isto, é porque é muito freqüente que a assessoria técnica não dê atenção para estas atividades. Da mesma forma, é preciso garantir o maior espaço possível para as mulheres em outras atividades (como por exemplo, na emissão de documentos pessoais, nos cursos de alfabetização, nas visitas de intercâmbio, etc.). Trata-se, na verdade, de tentar reverter o quadro de desigualdade mencionado acima, mesmo que seja com aportes modestos como estes.

No trabalho concreto com os Grupos de Mulheres, um ponto básico é a necessidade de escutar as mulheres. Conhecemos casos nos quais isto permitiu ver, por exemplo, o quanto é importante para as mulheres a questão de ter uma renda própria. Esta última pode ser uma ferramenta poderosa para a mulher se fortalecer dentro de casa. É isso que faz com que muitos grupos de mulheres trabalhem também o tema da produção própria.

Em geral, as atividades junto aos Grupos de Mulheres incluem regularmente momentos de reflexão sobre os diversos aspectos do tema das desigualdades de gênero e também sobre a ‘caminhada’ do próprio grupo. Também são discutidos temas como documentação, saúde da mulher, além de iniciativas concretas de geração de renda. Estes Grupos de Mulheres devem receber apoio das equipes de assessoria que trabalham no assentamento.

Box Nº 09 – Mulheres se organizam para acessar o crédito

No RN, o Comitê Territorial do Apodi constatou que, mesmo existindo uma modalidade específica do PRONAF para tal, as mulheres não conseguiam ter acesso ao crédito. Isto levou à criação de um Grupo de Interesse para trabalhar esta questão. O primeiro passo foi a realização de um seminário, em setembro de 2004. Este evento, que juntou representantes das mais variadas entidades que tinham uma relação com o tema (pessoas das comunidades, de entidades de assessoria, dos movimentos sociais, dos bancos, etc.), marcou o nascimento do Grupo de Interesse ‘Gênero e Crédito’ deste Território.

Com reuniões regulares, o Grupo montou uma agenda de atividades para enfrentar o tema. Estas incluíram uma capacitação para técnicos das entidades de assessoria sobre o manuseio das planilhas do banco para a montagem de projetos de crédito. Outra atividade estimulada pelo Grupo foi a elaboração de projetos por estes técnicos. Num primeiro momento foram escolhidas seis iniciativas (em geral, grupos de mulheres) que serviram de ‘cobaia’. Este esforço desembocou em seis projetos de crédito aprovados. O GT monitorou o andamento destas iniciativas. (Alves 2007)

Os resultados obtidos chamaram a atenção de muitos. A tal ponto, que o lançamento oficial nacional desta modalidade do PRONAF foi feito no PA Milagres, no Apodi. Mas certamente ainda resta muito por fazer. Por exemplo, foi constatado que existe um problema com o tempo dos técnicos, que acabam priorizando outras atividades em lugar de elaborar os projetos das mulheres.

Cabe também ficar atento para dificuldades que aparecem com bastante freqüência. Por exemplo, quando o tema é assessoria técnica, é muito comum as equipes de campo não conseguirem “*olhar a comunidade como um todo e também enxergar as mulheres*”. Esta afirmação feita pela coordenadora de uma entidade que trabalha com o tema de gênero em assentamentos, é bem interessante: significa que não é tão difícil um técnico ou uma equipe enxergar as mulheres que o foco é este, mas quando o olhar se dirige para a comunidade e também, provavelmente, para os sistemas produtivos, já não conseguem mais enxergar as mulheres. Ou seja, quando o foco se amplia, volta a predominar o olhar convencional ‘enviesado’, que torna

³⁵ É verdade que, no passado, a extensão rural já organizou grupos de mulheres (clubes de mães, etc.) que trabalhavam com temas considerados ‘femininos’. Este tipo de atividade tem sido justamente criticado por, no final das contas, negar o papel primordial das mulheres no âmbito produtivo e contribuir assim, na reprodução da exclusão das mulheres. (Siliprandi, E. 2002) O conteúdo tratado e forma de condução do trabalho no grupos sugeridos neste texto devem evitar a repetição destes erros do passado.

a mulher praticamente invisível. Para enfrentar o viés seria importante que as equipes de assessoria tivessem acesso a momentos de reflexão e de capacitação que tratem deste assunto. (Alves 2007)

- *O tema da juventude*

Embora não se apresente exatamente da mesma maneira que o tema anterior, muitos constatam que as iniciativas ‘de desenvolvimento’ (entre as quais podem incluir a assessoria técnica) geralmente ignoram a juventude. (Oliveira Jr. e Rodrigues da Rocha 2006)

Para o Programa de ATES seria necessário realizar um esforço grande para introduzir a juventude nas preocupações das entidades e dos técnicos destas. Trata-se, principalmente, de estimular as equipes técnicas a fazer um esforço para ‘enxergar’ este grupo social nos assentamentos. As vezes, manifesta-se uma resistência, por parte das entidades e equipes de campo, que tem por base o argumento de que o estatuto de jovem é transitório³⁶, e que rapidamente este se torna um adulto. Mas, mesmo assim, consideramos que vale a pena. Uma abordagem mais sensível aos anseios e preocupação dos jovens certamente terá um efeito positivo no ‘ambiente’ social local.

Box Nº 10 – Exemplos de trabalhos com jovens em assentamentos

Nas visitas de campo encontramos casos nos quais as preocupações e os anseios da juventude foram incorporados no trabalho feito nos assentamentos. Um exemplo disto é o Projeto Arte e Cultura na Reforma Agrária, implementado pela Superintendência Regional do INCRA do Ceará, que apóia iniciativas para jovens, no âmbito do teatro e da música, em diversos assentamentos do estado.

Em outros casos, foi incentivada a organização de grupos de jovens para se lançarem em atividades produtivas. Por exemplo, tivemos conhecimento que existem, no RN, grupos de jovens trabalhando com apicultura, artesanato ou na produção de hortaliças. Outro tema que interessa é aquele da documentação pessoal, já que muitos jovens (assim como acontece com as mulheres) não têm carteira de identidade, carteira de trabalho, etc.

3.8 – A opção pelo enfoque construtivista e as metodologias participativas

A Política Nacional de ATER (BRASIL, MDA et al. 2004) afirma que, para enfrentar os desafios colocados pelo desenvolvimento rural sustentável³⁷, quem implementa os serviços de ATER deverá trabalhar com “*metodologias participativas, devendo seus agentes desempenhar um papel educativo*”. (p. 6) Em conformidade com esta orientação, o programa de ATES estipula, em seu Manual Operacional 2008, que “*a intervenção dos agentes de ATES deve ocorrer de forma democrática, adotando metodologias participativas por meio de um enfoque pedagógico humanista e construtivista*”. (INCRA 2008 : p. 12) Na presente seção discutiremos os motivos que fundamentam estas escolhas.

3.8.1 O enfoque construtivista

- *O aporte de Piaget*

O pesquisador suíço Jean Piaget (1896 – 1980) mostrou que o conhecimento é o resultado de um processo de construção, que tem por base a interação do indivíduo com o seu meio. Esta idéia deu origem à pedagogia construtivista³⁸.

³⁶ Este comentário sobre a transitoriedade do ser jovem é provocador. De fato, estabelece uma diferença importante entre o recorte de geração com aquele de gênero, onde a desigualdade é permanente ou ‘estrutural’. Isto reforça, na nossa opinião, o caráter educativo que tem esta fase da vida. É interessante considerar este fato quando se pensa em trabalhar com a juventude.

³⁷ Alguns destes desafios são: “*o estabelecimento de estilos de agricultura, extrativismo e pesca (...) sustentáveis, que não podem ser alcançados unicamente por meio da transferência de tecnologias. De fato, a transição agroecológica, que já vem acontecendo em várias regiões, indica a necessidade de resgate e construção de conhecimentos sobre distintos agroecossistemas (...) e variedades de sistemas culturais e condições socioeconômicas*”. (BRASIL, MDA, et al. 2004 : p. 5-6)

³⁸ É interessante saber que Piaget não era pedagogo, nem pretendeu elaborar uma pedagogia. Ele trabalhou os temas do conhecimento e da aprendizagem no âmbito da psicologia. Mas os resultados das suas pesquisas têm sido amplamente debatidos e utilizados pela pedagogia.

Vale a pena destacar alguns elementos da teoria de Piaget. Em primeiro lugar, ele afirma que todo conhecimento novo do indivíduo apóia-se em um saber prévio. O ser humano nunca é uma ‘página em branco’. Isto é verdade desde os primeiros momentos da vida. Bastam as reações instintivas para que o bebê obtenha as suas primeiras experiências com a vida, que por sua vez, desencadeiam um processo que permite a acumulação de conhecimentos. Com o tempo, esta relação com o meio faz com que o saber acumulado do indivíduo se torne insuficiente. Isto cria o que Piaget chamou de ‘desequilíbrio’, que é a base da motivação para buscar um novo conhecimento. O indivíduo recolhe novas informações, que devem se confrontar com o saber prévio. Este processo desemboca em um saber re-elaborado, que passa a ser um saber novo para o indivíduo. (Piaget 1980)

Assim, na perspectiva construtivista, aprender significa, para o indivíduo, construir novos conhecimentos, a partir do conhecimento anterior e em interação com o mundo em que está inserido. Assim, o ato de ensinar, nesta perspectiva, quer dizer auxiliar o indivíduo neste processo de construção de novos conhecimentos. Indo um pouco mais longe, afirma-se que o conhecimento útil – aquele que será utilizado pelo indivíduo – é somente aquele que é fruto desta elaboração pessoal. (Ruas et al. 2006)

Estas noções têm conseqüências bastante importantes para a ação do agente de ATES. Por exemplo, é sempre preciso considerar a existência do saber prévio do assessorado, sendo a partir dele que um novo saber se constrói. Isto acontece com a re-elaboração do saber prévio através da incorporação de informação / vivências novas, mas sempre em contato com a realidade. Por isso, o agente precisará estimular este processo com uma postura de facilitador, ajudando a construir as vivências reais capazes de acelerar a construção deste novo conhecimento.

- Contribuições de Paulo Freire

Embora na sua obra “Extensão ou comunicação?” Paulo Freire não fale em construtivismo, a reflexão desenvolvida por ele neste livro sobre o tema da ‘extensão’ apresenta diversas afinidades com o que foi dito na seção anterior.

Este autor começa fazendo uma crítica partindo da própria palavra ‘extensão’. Ele afirma que ela evoca a ação de levar alguma coisa até alguém. No caso do ‘extensionista’, este algo é o conhecimento dele, as suas técnicas. Isto significa “*tentar fazer com que (os camponeses) substituam seus conhecimentos, associados a sua ação sobre a realidade, por outros. E estes são os conhecimentos do extensionista.*” (Freire 1977 (1966) : p. 24-25)

Esta idéia de ‘substituir um conhecimento por outro’ reflete, para o autor, uma visão equivocada dos processos pelos quais o ser humano adquire conhecimento. Assim, ele afirma que “*conhecer não é um ato através do qual um sujeito (...) recebe, dócil e passivamente, os conteúdos que outro lhe dá ou impõe. O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito face ao mundo.*” Assim, ele sugere que o conhecer requer uma postura ativa de quem está conhecendo. Além disso, supõe também um conhecimento prévio, tal como afirma Piaget.

Disto Freire conclui que “*só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, (podendo) por isto mesmo, reinventá-lo; aquele que é capaz de aplicar o aprendido a situações existenciais concretas. Pelo contrário, quem é ‘enchido’ por outro de conteúdos que contradizem a sua própria forma de estar no mundo, sem que seja desafiado, não aprende*”. (Ibid., p. 27-28) Ou seja, o processo de aprendizagem tem o papel de desafiar o conhecimento prévio do indivíduo. O autor continua o raciocínio sobre este processo, dizendo que “*o saber começa com a consciência de saber pouco*”. (Ibid., p. 47) É esta consciência que leva uma pessoa a querer saber mais. Esta idéia lembra o ‘desequilíbrio’ de Piaget (cf. seção anterior).

Completando o seu pensamento sobre o processo pelo qual o indivíduo adquire conhecimento, Paulo Freire diz que “*o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações*”. (p. 36) Novamente, o paralelo com os ensinamentos de Piaget chama a atenção.

Desta visão do que é o conhecimento e a aprendizagem, Paulo Freire infere o papel que deveria ser do agente que ele chama de ‘educador popular’: ele deve “*através da problematização do (...) homem nas suas*

relações com o mundo e com os homens, possibilitar que estes (educandos) aprofundem a sua tomada de consciência da realidade na qual e com a qual estão". (p. 33) Esta consciência 'nova' deve provocar uma 'ação transformadora da realidade' e, assim, permitir a superação de conhecimento anterior.

Esta 'problematização' requer diálogo, motivo pelo qual o método do educador deve ser 'dialógico'. O papel do educador é de, através do diálogo, ajudar as pessoas a percorrerem o caminho do aprendizado, partindo do conhecimento anterior para chegar ao conhecimento novo. Este tipo de abordagem contrasta com a pedagogia corrente do extensionista convencional.³⁹

Finalmente, P. Freire aponta ainda que, adotando o enfoque aqui mencionado, o técnico – educador não deve escolher sozinho os conteúdos a serem abordados. É preciso que ele lembre que em muitas ocasiões "*o problema real para (o técnico) não o é para os camponeses, e vice-versa. Não são raras também as ocasiões em que os camponeses (...) revelam conhecimentos empíricos apreciáveis, em torno de questões fundamentais de técnicas agrícolas*". (p. 87) Assim, torna-se necessária uma pesquisa inicial (que é chamado frequentemente de diagnóstico) para que o diálogo que deverá seguir aconteça em boas condições.

3.8.2 Porquê utilizar metodologias participativas?

No Capítulo 1 vimos que, nos seus primórdios, a extensão rural no Brasil sabia de antemão o que era bom para as famílias 'atrasadas' do meio rural. Inicialmente, estas deveriam 'melhorar' as suas técnicas produtivas e os seus hábitos domésticos. Um pouco mais tarde, o objetivo da extensão passou a ser persuadi-las que adotem o 'pacote da modernização'. Neste modelo, o que o extensionista devia fazer era definido pelas instituições que regiam este 'serviço'. Nas palavras de Schmitz, este modelo de extensão é "*um instrumento de intervenção planejada para alcançar o objetivo do (órgão) interventor que pode ser eficiente apenas através da indução de mudanças voluntárias, que venham ou não, por esta razão satisfazer os objetivos do (agricultor) cliente*". (Schmitz 2006) De maneira semelhante, o 'como' fazê-lo também era predeterminado.

A crise da extensão rural (cf. Capítulo 1) mostrou que o enfoque da 'transferência de tecnologias' era bastante pretensioso. Numa gama enorme de situações esta 'transferência' simplesmente não funcionou. Em outras, a 'transferência' até que funcionou (por exemplo, a unidade familiar adotando o 'pacote' financiado com crédito), mas o resultado foi contraproducente (como, por exemplo, a falência da família). Esta situação causou um intenso debate. Para muitos, tinha chegado a hora de inverter a equação: cabia tentar trabalhar de uma maneira diferente, partindo da idéia de que as famílias, antes vistas apenas como 'atrasadas', têm os seus próprios conhecimentos e vontades, e que o papel de um novo tipo de 'agente de desenvolvimento' seria o de "*envolver-se nos esforços das famílias e das comunidades que estão em curso*". (Van Veldhuizen, Waters - Bayer et al. 1997 : p. 4) Assim, a primeira tarefa do agente é a de ouvir as famílias e de construir, em conjunto com elas, uma agenda da trabalho.

Espera-se que esta nova forma de conceber a 'extensão' possa tornar o serviço mais útil e mais eficiente. Este foi, certamente, o raciocínio que tornou o discurso sobre as 'bondades' dos enfoques participativos quase que uma unanimidade. Basta lembrar que o Banco Mundial passou a ser um dos defensores deste enfoque. (Nelson e Wright 1995) Mas para outros, promover uma maior participação das famílias pode desencadear um processo que vai além de simplesmente fazer que o serviço de 'extensão' seja mais eficiente. Estas vozes dizem que o enfoque participativo pode ser um ótimo instrumento de 'empoderamento' destas famílias. (Chambers 1995; Petersen e Romano 1999)

³⁹ P. Freire comenta no livro citado que frequentemente ele viu-se confrontado com uma reação negativa quando ele falava do método 'dialógico'. Ele diz que muitas vezes os agrônomos extensionistas argumentaram, em debates com ele, que 'o diálogo é inviável por ser muito demorado'. Para muitos destes interlocutores, o método dialógico significa uma 'perda de tempo'. Diante desta constatação, eles preferiam o método convencional 'anti-dialógico'. Além disso, estes mesmos agentes argumentaram que não era possível dialogar sobre algo que os camponeses não conhecem (as inovações tecnológicas). Esta visão, segundo o P. Freire, revela um desconhecimento sobre como acontece o processo de conhecer. Ele vai mais longe, dizendo que tal concepção expressa "*uma inegável descrença no homem simples. Uma subestimação do seu poder de refletir, de sua capacidade de assumir o papel verdadeiro de quem procura conhecer. (...) Esta descrença no homem simples revela um outro equívoco: a absolutização da sua ignorância*". (Ibid., p. 46)

Indo um pouco mais longe, cabe relacionar o que foi discutido na seção anterior sobre a natureza dos processos de aprendizagem com a forma de trabalhar da assessoria. Vimos que o papel central do ‘agente’ é o de ajudar às famílias agricultoras a construir uma visão crítica da própria realidade. E é a partir desta ‘consciência nova’ que elas poderão construir um conhecimento novo e, com ele, agir para transformar esta realidade. Mas este processo não é possível através dos velhos métodos ‘dirigistas’ mencionados no início desta seção. As metodologias participativas têm, como função primordial, a criação do diálogo necessário ao processo de aprendizagem e de transformação da realidade. Elas são os instrumentos que irão permitir uma aproximação da assessoria rural com o construtivismo mencionado acima. É por isso que estas metodologias são necessárias à implementação da nova visão de assessoria preconizada pelo Programa de ATES.

Box N° 11 – A importância de ouvir mais...

Numa visita realizada na região Norte foi observada a existência de uma certa distância entre as lideranças do assentamento e a equipe de ATES que trabalha nele. Neste caso, existia um incômodo provocado pela maneira em que os técnicos conduziram a realização da festa do Dia das Mães no assentamento. Basicamente, as lideranças criticaram a realização de um evento grande demais, que não poderia ser reproduzido sem o envolvimento das prestadoras de ATES. Além disso, os críticos perguntavam porquê é que se investia tanto tempo, recursos e esforço numa atividade destas, quando o trabalho dos técnicos nos lotes estava deixando a desejar. Ou seja, as lideranças não estavam de acordo com certos aspectos da forma e também do conteúdo do trabalho da equipe de ATES. Neste caso, um problema era que esta equipe não tinha se dado conta que, ao contrário do que acontece em muitos outros assentamentos, neste existia uma organização forte e que ela teria tudo a ganhar se conseguisse se acertar com esta organização. A situação retratada apresentava o risco da equipe de ATES entrar em competição com a organização local, quando um esforço convergente seria bem mais interessante. Este é um caso típico de falta de diálogo: nos pareceu bastante evidente que faltou à equipe de assessoria a capacidade de ouvir o que os assentados tinham a dizer...
Fonte: Trabalho de campo.

3.9 – A utilidade do enfoque sistêmico

Nos últimos anos, quando o tema é o desenvolvimento rural, ouve-se falar com uma frequência crescente do enfoque sistêmico. Quais são os motivos disto?

Desde o tempo de Descartes (1596 – 1650) e Newton (1643 – 1727), o método científico, concebido como instrumento para desvendar os ‘segredos’ da realidade, tem levado os pesquisadores a estudar partes dela. A regra da análise de Descartes dizia que era preciso ‘dividir cada uma das dificuldades em tantas parcelas quantas forem possíveis’. Praticamente todas as ciências seguiram este preceito e, com o tempo, os estudiosos foram perdendo a visão da totalidade. O instrumento – a ciência – que tanto fez para o avanço do conhecimento humano, estava, em certas circunstâncias, induzindo a interpretações equivocadas, a ‘buracos’ no conhecimento. Isto acontecia, justamente, por causa desta incapacidade de ver o conjunto, quando o objeto a ser analisado era complexo.

Tonneau lembra que o enfoque sistêmico nasce, nos anos 50, com o biólogo Ludwig Van Bertalanffy. Mas muito antes, Pascal – contemporâneo de Descartes - já tinha percebido que havia uma falha no pensamento cartesiano. Para ele ‘é impossível de conhecer as partes se não conheço o conjunto, como conhecer o conjunto se não conheço as partes’. Esta é uma idéia chave, que, infelizmente, ficou esquecida durante muito tempo. (Tonneau 2004) A análise sistêmica busca reparar este erro: pretende ser um instrumento conceitual para o estudo de problemas complexos, tomando como ponto de partida a premissa de que o todo é mais do que a simples soma das partes. É esta forma de interpretar a realidade que permite ter a ‘visão holística’ mencionada na PNATER. (Cf. seção 1.2.3)

Mas, em que consiste, mais precisamente, o ‘enfoque sistêmico’? Para Mazoyer e Roudart, a primeira tarefa a fazer ao analisar e conceber um objeto complexo em termos de sistema é delimitá-lo. Isto significa traçar uma fronteira entre esse objeto e o resto do mundo. É considerá-lo como um todo, constituído por sub-sistemas interdependentes e organizados hierarquicamente. Estes autores utilizam o exemplo dos seres vivos superiores, que podem ser concebidos como um sistema composto de subsistemas complementares: os sistemas ósseo, muscular, circulatório, respiratório, etc. Cada sistema se decompõe em órgãos, cada órgão em tecidos, cada tecido em células, etc. Considerar o funcionamento de um objeto como sistema também quer dizer pensá-lo como uma combinação de funções complementares, que estabelecem as relações entre os

sub-sistemas e asseguram a circulação interna, e com o exterior, de todos os fluxos (de matéria, de energia, de valor, etc.). Por exemplo, o funcionamento de um ser vivo superior se decompõe em funções que são o produto da atividade de um ou de vários subsistemas ou órgãos, e que asseguram a própria existência do organismo: funções digestivas, circulatórias, respiratórias, etc. (Mazoyer e Roudart 2001)

De modo análogo, é possível conceber e, portanto, interpretar a agricultura praticada em um dado momento e lugar, como um sistema. Isto consiste em decompô-la em dois sub-sistemas principais – o ecossistema cultivado e o sistema social produtivo, e estudar a organização e o funcionamento de cada subsistema e as suas inter-relações. Como é próprio no enfoque sistêmico, é possível decompor estes sub-sistemas acima mencionados em outros sub-sistemas de nível inferior.

Muitas vezes, a extensão convencional concentrou as suas atenções numa cultura ou num produto, sem considerar outros elementos da unidade produtiva ou do entorno. E, em muitos casos, esta prática criou diversos problemas. Por exemplo, uma entidade de extensão do Centro-Oeste buscou introduzir a cultura da seringueira, mas esta iniciativa esqueceu de considerar desejos das famílias, a disponibilidade de mão de obra, etc. O resultado foi um fracasso completo. Para quem trabalha no meio rural, interpretar a unidade produtiva familiar de forma sistêmica tem sido particularmente fecundo, constituindo uma maneira de superar os problemas aqui citados. Adotar a abordagem deste tipo significa ter em mente permanentemente que uma parcela ou um tipo de atividade sempre tem uma ligação estreita com outros elementos da unidade familiar-sistema e que, portanto, sempre é preciso lembrar o todo, mesmo quando se está trabalhando com esta ou aquela ‘parte’.

3.10 – A opção da sustentabilidade com base no enfoque agroecológico: apoiar os processos de transição

Vimos anteriormente, na seção 2.4, que a Agroecologia deve fornecer os instrumentos conceituais e metodológicos que possibilitem uma melhor compreensão do funcionamento e dos problemas dos agroecossistemas, e também orientar os diversos atores envolvidos com a produção agropecuária na necessária “*transformação das bases produtivas e sociais do uso da terra e dos recursos naturais*” na direção de uma maior sustentabilidade, materializada em sistemas agropecuários de base ecológica. (EMBRAPA 2006 : p. 27)

Lembremos que a PNATER estabelece que é necessário que é papel de uma assessoria técnica “*estimular a adoção ... de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia*”. (BRASIL, MDA et al. 2004 : p. 7) Isto é retomado no Manual Operacional, que afirma que Programa de ATES tem, como um de seus princípios, “*adotar uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da agroecologia*”. (INCRA 2008 : p. 14 – ênfase nossa) Isto significa que as equipes de assessoria precisam enfrentar o desafio de traduzir estes princípios numa ação prática e concreta. Por isso, na presente seção falaremos resumidamente do uso que pode ser feito deste instrumental por um serviço de assessoria técnica rural. Este é também o desafio das equipes de ATES.

3.10.1 A ‘transição agroecológica’

No mundo real, praticamente todas as unidades produtivas agropecuárias têm algum grau de ‘insustentabilidade’, seja do ponto de vista ecológico, social, econômico, etc. Por outro lado, nenhuma unidade de produção, seja qual for a sua situação, se torna plenamente sustentável da noite para o dia. A ‘transição agroecológica’ é o nome dado ao processo pelo qual uma unidade produtiva (ou conjunto delas) vai se aproximando da ‘sustentabilidade’ nos diferentes âmbitos.

Em geral, a transição agroecológica de um sistema é específica, e vai depender das características locais e regionais e também da “*distância em que o sistema estiver da sustentabilidade*”. (EMBRAPA 2006 : p. 28) Apesar desta diversidade, é possível identificar alguns princípios orientadores que ajudam a guiar a

transformação agroecológica dos sistemas produtivos. Para Gliessman, estes princípios são os seguintes (Gliessman 2001 : p. 572 – 73):

- i) Passar de um manejo de nutrientes cujo fluxo passa através do sistema, para outro baseado na reciclagem de nutrientes, aproveitando tanto quanto possível os processos naturais (como a fixação biológica do nitrogênio, as relações com micorrizas, etc.).
- ii) Substituir fontes de energia não renováveis por fontes renováveis.
- iii) Eliminar o uso de insumos sintéticos não renováveis vindos de fora da unidade produtiva (a começar por aqueles que podem causar danos ao ambiente ou à saúde dos seres humanos envolvidos – inclusive os consumidores).
- iv) Quando for necessário, adicionar materiais ao sistema, escolhendo aqueles que ocorrem naturalmente, em lugar de utilizar insumos sintéticos manufaturados.
- v) Manejar pragas, doenças e plantas adventícias, em lugar de ‘controlá-las’.
- vi) Restabelecer e fortalecer as relações biológicas que podem ocorrer naturalmente, em vez de simplificar ou reduzi-las.
- vii) Tentar aproximar mais os padrões de cultivo e o potencial produtivo do local.
- viii) Em lugar de buscar modificar as condições naturais da unidade produtiva para satisfazer as exigências das culturas e criações, usar a estratégia contrária de adaptar o potencial das espécies cultivadas e criadas às condições ecológicas locais.
- ix) Dar ênfase à conservação do solo, água, energia e recursos biológicos, e valorizar a saúde geral do agroecossistema (que é mais importante que o resultado de um determinado sistema de cultivo ou safra).
- x) Finalmente, incorporar a idéia de sustentabilidade a longo prazo no desenho e manejo geral do agroecossistema.

3.10.2 Pensando uma estratégia de assessoria técnica com base na Agroecologia

Vimos acima que a PNATER e o próprio Programa de ATES requerem que a assessoria prestada tenha por base os “*princípios da Agroecologia*”. A questão colocada é: como fazer isto?

Pensando nas múltiplas situações que conformam a realidade onde trabalham as equipes do Programa, é importante estipular que, segundo a situação de cada caso, a principal tarefa destas equipes será a de definir um ‘caminho’ para orientar a ‘transição agroecológica’ (conforme a definição acima esboçada) do assentamento ou grupo de assentamentos nos quais trabalha.

A título de exemplo, no Box N° 12 a seguir apresentamos, resumidamente, uma estratégia desenhada por Gliessman para uma situação em que o ponto de partida é um sistema de tipo ‘convencional’ (com uso intensivo de insumos).

Box N° 12 – Uma possível estratégia de ‘transição agroecológica’

Partindo de um sistema produtivo ‘convencional’, Gliessman define três níveis para o processo desta transição. (Gliessman 2001 : p. 574-75)

O primeiro nível se refere ao aumento da eficiência das práticas convencionais com vistas à redução e racionalização do uso de insumos externos (fertilizantes sintéticos, agrotóxicos, etc.). Além de reduzir os impactos negativos destes insumos, este passo pode também reduzir os custos de produção.

O segundo nível em direção à sustentabilidade é a substituição de insumos e práticas convencionais por práticas alternativas. Exemplos deste tipo de prática são: a) o uso de cultivos de cobertura fixadores de nitrogênio para substituir os fertilizantes nitrogenados; b) o uso de agentes de controle biológico em vez de agrotóxicos; etc. Cabe ressaltar, no entanto, que neste nível, a estrutura geral do agroecossistema não sofre alterações drásticas, embora seja possível reduzir fortemente os impactos negativos encontrados nos sistemas convencionais.

No terceiro nível trata-se de redesenhar o agroecossistema de forma a que ele funcione com base nos processos ecológicos. Neste nível o próprio desenho geral do sistema tende a eliminar as causas dos principais problemas encontrados nos níveis anteriores. Assim, ao incorporar a diversificação da estrutura e do manejo da unidade agropecuária, incorporando o uso de rotações, cultivo múltiplo, agrofloretação, etc., o agroecossistema adquire maior estabilidade e resiliência.

Estes níveis não são estanques, nem constituem uma seqüência rígida. É possível trabalhar o nível 3 do redesenho enquanto se aplicam práticas do nível 1 e 2. No entanto, como lembram Caporal, Costabeber e Paulus, uma maior sustentabilidade só será alcançada com o nível 3, quando os agroecossistemas se aproximam mais da estrutura do ecossistema onde está inserida. (Caporal, Costabeber et al. 2006)

É claro que existem, no Brasil, muitas situações em que este sistema ‘convencional’ não será o ponto de partida. Por exemplo, o sistema agrícola de ‘corte e queima’ pode se tornar insustentável quando o espaço disponível é insuficiente. Neste caso, a transição não seguirá o ‘caminho’ do Box N° 12, já que, por exemplo, o sistema que deve ser transformado não usa muitos insumos externos. Neste caso, como em outros, será necessário traçar um outro ‘caminho’, mais adequado à realidade local.

Sabemos que aplicar o enfoque agroecológico ao trabalho cotidiano não é algo fácil: exige um esforço importante para torná-lo operacional na região. Isto está sendo feito paulatinamente nas diversas regiões do país, com base em um processo repetido de ‘leitura’ e de interpretação sistêmica da realidade nas dimensões ecológica, agrônômica, socio-econômica e cultural. Este processo requer que a experiência de diversas entidades e pessoas que estão envolvidas no esforço de adaptação da Agroecologia à realidade local seja valorizada e sistematizada. Assim, diversos autores estão recolhendo informações e reflexões, e constroem assim uma percepção elaborada e abrangente do funcionamento dos sistemas agrícolas – os agroecossistemas – da região e dos seus problemas, para depois sugerir uma linha de intervenção. As equipes e entidades vinculadas ao Programa de ATEs deverão buscar apoio nestas referências⁴⁰.

Na busca de sistemas de produção de base ecológica, a estratégia de ‘conversão agroecológica’ preconizada pelo Programa almeja um impacto positivo nos agroecossistemas familiares e na qualidade de vida das famílias. Assim, espera-se que as propostas inovadoras agroecológicas produzam resultados em duas frentes. Por um lado, coloca-se a expectativa de um incremento na produção agrícola e pecuária, o que deve gerar um impacto na renda, mas também reforçar a segurança alimentar das famílias. Ao mesmo tempo, as inovações também tentam fazer com que as unidades familiares tenham uma maior estabilidade e maior resistência, o que exige a preservação da base de recursos destes sistemas produtivos.

⁴⁰ Como exemplos, podemos citar os trabalhos “*Alternativa agroflorestal na Amazônia em transformação*” (Porro 2009) e “*Ecossistemas naturais e agroecossistemas tradicionais no Agreste da Paraíba: uma analogia socialmente construída e uma oportunidade para a conversão agroecológica*” (Petersen, Silveira et al. 2002).

Capítulo 4 – Os diferentes campos de atuação das equipes de ATES

Observamos anteriormente (Cap. 3) que a assessoria prestada pelo Programa deve ser polivalente. Este é verdadeiro sentido da sigla ATES (Assessoria Técnica, Social e Ambiental): as equipes terão que trabalhar com temas da área ou eixo da produção (o sentido da palavra ‘técnica’), da área social e da área ambiental.

Mas, com frequência, este postulado básico da polivalência cria uma certa perplexidade nas entidades e equipes que trabalham no campo. Para estas últimas, é mais fácil elas terem uma boa noção daquilo que pode cair sob a denominação de assessoria técnica. Mas, quanto se trata dos temas sociais e ambientais, as interrogações se multiplicam.

No presente capítulo buscaremos alinhar alguns elementos de resposta para esta perplexidade. Faremos um exercício de reflexão que detalha o que poderá ser o conteúdo de cada uma destas áreas ou eixos. Estamos cientes de que alguns temas podem ser classificados em um ou outro eixo, conforme seja a ênfase da abordagem. Também podem existir outros aspectos que não foram lembrados aqui. Cabe alertar que a intenção aqui não é a de fazer uma classificação normativa, nem uma descrição completa do que cabe em cada eixo. Trata-se, ao contrário, de mostrar caminhos, possibilidades.

4.1 – A assessoria técnica

4.1.1 – A esfera dos sistemas produtivos

Podemos dizer que o assentamento visa o estabelecimento e a consolidação de unidades de produção familiares. Neste contexto, a estruturação dos sistemas produtivos dos assentados tem uma importância vital para o futuro das famílias e dos recursos que elas utilizam (ou seja, para a sustentabilidade). Por uma série de motivos, é praticamente geral a necessidade, tanto em assentamentos mais antigos, como naqueles mais novos, de agir para melhorar a performance dos sistemas produtivos, tanto no sentido dos volumes de produção e da produtividade, como também em termos da sustentabilidade ambiental. Trabalhar a dimensão da sustentabilidade muitas vezes deverá levar a buscar uma intensificação (aumentando a produtividade das áreas cultivadas) que permita aumentar a produção e, ao mesmo tempo, que promover um melhor manejo dos recursos naturais, favorecendo a sua conservação e regeneração.

Assim, é possível afirmar que o ponto de partida para a assessoria técnica do Programa de ATES é a idéia de que o desenho ou geração de sistemas produtivos mais sustentáveis (num sentido amplo) é uma tarefa central. Ela é, ao mesmo tempo, um instrumento de luta contra a pobreza, e um meio de preservação dos recursos das unidades produtivas. Lembramos que a Agroecologia (cf. as seções 2.4 e 3.10 deste documento) é uma ferramenta crucial para esta atividade.

Estamos falando então, nesta seção, das atividades agrícolas, pecuária, pesca, extrativismo. Recordamos que, em geral estas atividades se desenvolvem no âmbito da unidade familiar, mas existem muitos assentamentos onde um (ou mais de um) sistema(s) é(são) trabalhado(s) por grupos de famílias, de pessoas (grupos de jovens, por exemplo), coletivos, etc.

O tema produtivo também tem uma forte interface com o tema da segurança alimentar, na medida em que a produção das roças, dos quintais, dos rebanhos e do extrativismo tem um impacto significativo nesta questão.

4.1.2 – O beneficiamento da produção

Agregar valor ao produto primário (que vem da roça, dos rebanhos, das matas, etc.) freqüentemente é um ótimo caminho para que a família possa obter uma maior renda e, com isso, uma melhor remuneração do seu trabalho. Muitas vezes estas iniciativas podem ser implementadas ao nível familiar (fabricação de doces e compotas, embutidos, queijos, etc.). Em outros casos, uma escala maior é necessária para tornar viáveis os investimentos necessários (casas de farinha mecanizadas, unidade de esfriamento de leite, etc.). Uma boa assessoria técnica e econômica é elemento importante para o sucesso destas iniciativas (familiares ou coletivas), e que freqüentemente tem falhado, principalmente quando os empreendimentos em questão são de maior vulto.

4.1.3 – O acesso aos mercados e redes de Economia Solidária

Com base na premissa de que produzir mais e preservar os recursos são elementos importantes, mas não suficientes, para que as famílias tenham uma qualidade de vida melhor, a assessoria técnica do Programa de ATES deverá tratar também do tema do acesso ao mercado.

Neste assunto, parte-se do fato de que, em geral, as famílias assentadas se relacionam com o mercado em condições desvantajosas. A principal hipótese para trabalhar esta questão é que, com organização, é possível fazer com que este acesso ao(s) mercado(s) se faça em melhores condições. Nesse âmbito, trabalhar no sentido de possibilitar o acesso aos mercados locais através das cadeias curtas de comercialização pode ser um bom ponto de partida para a ATES. Existem casos em que são formadas ‘cadeias solidárias’ de produção (como, por exemplo, a Cadeia Solidária do Algodão Agroecológico⁴¹), que remuneram os diferentes elos de maneira mais justa.

Box Nº 13 – As políticas públicas

As iniciativas no âmbito produtivo, sejam elas no domínio da agropecuária, do extrativismo, do beneficiamento, da comercialização, etc., podem demandar o aporte de recursos, informação, capacitação, etc. Por outro lado, existem diversos tipos de políticas públicas (programas, projetos, fundos, etc.) que podem fornecer o apoio requerido. Cada uma destas políticas tem a sua própria forma de funcionar. Assim por exemplo, o crédito do PRONAF (em suas diferentes modalidades) financia diversos tipos de atividades para a família ou para grupos de agricultores. O PAA, um programa que garante a compra dos produtos da agricultura familiar, tem o seu próprio modo de operar. No caso dos assentamentos, é importante lembrar a existência dos diversos programas do INCRA (como o ‘Terra Sol’, por exemplo).

Também existem políticas públicas destinadas a garantir os direitos cidadãos (educação, saúde, previdência, etc.), sem esquecer as ações governamentais nos seus diversos níveis, que trabalham o tema de infra-estrutura, etc.

Uma das tarefas importantes que a assessoria técnica da ATES precisa desempenhar é a de ajudar as famílias a acessarem estas políticas. Podemos dizer que é uma função ‘transversal’, já que ela vai acontecer tanto no âmbito técnico, como o social e o ambiental.

4.1.4 – O apoio à pluriatividade das famílias assentadas

É muito comum que as famílias agricultoras desenvolvam atividades econômicas que não são estritamente agropecuárias, com o intuito de aproveitar melhor o potencial que nelas existe. No Capítulo 2 vimos que esta pluriatividade é uma característica inerente das unidades familiares. Longe de ser um ‘desvio de conduta’, este tipo de atividade reforça e consolida o papel do lote para as famílias assentadas. Por isso, o apoio a estas atividades (tais como o artesanato, os micro-empresendimentos de corte e costura, etc.) pode ser uma tarefa muito importante para a ATES.

4.2 – A assessoria social

4.2.1 – O acesso aos direitos básicos da cidadania

⁴¹ Este cadeia, que é conhecida através da sua marca ‘Justa Trama’, é formada por agricultores familiares do Ceará que produzem o algodão agroecológico. Também participam fiadores e tecedores de S. Paulo, costureiros do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. As roupas produzidas por esta cadeia dispõem de um diferencial significativo: é um produto que, além de solidário, é ecologicamente sustentável. (Brasil-MTE 2007)

Neste ponto, partimos da constatação de que muitas das famílias assentadas não têm tido acesso a diversos direitos básicos dos cidadãos. Podemos começar esta lista de direitos não atendidos pela questão da documentação: são muitos as pessoas assentadas (principalmente entre as mulheres) que não têm carteira de identidade, CPF, carteira de trabalho. Em certos casos, falta até a certidão de nascimento. Alguns destes documentos são imprescindíveis para realizar o mais elementar dos trâmites burocráticos.

Muitos são os assentados que não freqüentaram a escola e, por isso, não sabem ler e escrever. Também são bastante numerosos os filhos de assentados que não estão freqüentando a escola. Existem lacunas imensas em termos de acesso aos serviços de saúde. Finalmente, o assentado mais idoso tem (ou terá em breve) direito à aposentadoria disponível para o trabalhador rural.

Temos então que o acesso a estes direitos, muitas vezes inscrito nas leis do país, não tem nada de automático. Em muitos casos, requer o cumprimento de uma série de requisitos (que incluem, por exemplo, a apresentação de documentação pessoal).

Nos casos acima apontados, assim como em outros parecidos, cabe às equipes de ATES trabalhar no sentido de mudar esta situação. Em primeiro lugar caberá estimular a conscientização dos assentados, sobre os direitos que têm como cidadãos. As equipes serão chamadas a fornecer informação sobre as diferentes políticas, a orientar as pessoas na montagem dos 'dossiês' que são necessários. Em muitos casos também serão chamadas a mediar as negociações com os diversos órgãos e autoridades que são responsáveis por estas políticas.

4.2.2 – O acesso à infra-estrutura

Em alguns assentamentos, as famílias ainda estão morando em barracos ou em casas de taipa, em condições precárias. Ter acesso a uma moradia decente, assim como a estradas transitáveis, a energia elétrica, a água são todos pontos importantes para a melhoria das condições de vida no assentamento. Existem casos em que este acesso é também crucial para os sistemas produtivos (água e energia para irrigação, estradas para o escoamento da produção, etc.). Como no caso anterior, caberá a assessoria de ATES apoiar os esforços empreendidos pelas famílias para conseguir acesso à infra-estrutura básica que cabe em um assentamento.

4.2.3 – O fortalecimento das organizações dos assentados

Para o Programa de ATES, atuar para melhorar o desempenho das unidades produtivas familiares, e mesmo facilitar o acesso aos direitos básicos e infra-estrutura, não é o suficiente. Incorporando análises sociais que estabelecem uma relação entre a pobreza e a falta de organização, o Programa afirma que é preciso atuar no campo da organização e mobilização social. Isto significará certamente dar acompanhamento e apoio às associações dos assentamentos, além de trabalhar com outras formas organizativas (grupos de mulheres, cooperativas, movimentos, etc.)

4.2.4 – Saneamento; uma interface entre os temas de saúde e meio ambiente

Entendido como uma ação de saúde pública e, muitas vezes, identificado como uma parte da noção de saneamento ambiental, o saneamento básico trata, no contexto que estamos trabalhando, da proteção dos recursos hídricos e a preservação da saúde das populações rurais. (Siliprandi 2002)

Freqüentemente, o lixo doméstico se constitui em grande problema para as comunidades rurais, visível inclusive para quem não é do local. Também são muito freqüentes os problemas com os esgotos domésticos. As vezes existem também problemas com resíduos de diversos tipos. Este é um campo de atuação das equipes de ATES, sendo o nível de prioridade determinado pela gravidade dos problemas encontrados no assentamento.

4.2.5 – O reforço da sociabilidade e do lazer

Sendo os laços sociais entre as famílias um elemento importante para a consolidação de uma agricultura familiar no assentamento, cabe assinalar que as equipes de assessoria podem agir para acelerar este processo de ‘formação da comunidade’. Promover a aproximação das pessoas é um mecanismo que trabalha neste sentido. As próprias atividades organizadas em torno aos sistemas produtivos, aos direitos sociais, etc. já são uma forma de reforçar a sociabilidade. Mas também é possível criar outras formas de promovê-la. Este é sentido maior da promoção de festividades no Dia das Mães ou o Natal, por exemplo. A organização dos jovens para fazer teatro e música é outra forma de fazer a mesma coisa.

4.2.6 – A segurança alimentar e a exclusão social

É possível que existam nos assentamentos famílias que estejam em uma situação de dificuldade extrema, ao ponto de faltar comida na mesa. É importante identificar as famílias que se encontram neste tipo de situação e, depois, tentar entender as suas causas. Ao contrário do que pensa a entidade que não quer ‘empurrar ninguém ladeira acima’ (cf. item 3.6 acima), afirmamos que é escolha do Programa fazer um trabalho buscando a inclusão social destas famílias.

4.3 – A assessoria ambiental

4.3.1 – As áreas de Reserva Legal (RL), de Preservação Permanente (APP) e os requisitos legais

A legislação exige que os estabelecimentos rurais delimitem áreas de Reserva Legal e Preservação Permanente, e que sejam obedecidas as limitações específicas de cada uma delas. Os assentamentos e as famílias assentadas devem, por conseguinte, fazer a mesma coisa.

Caberá às equipes de assessoria colaborar para que isto possa acontecer. Isto pode significar um apoio no diagnóstico dos problemas encontrados nestas áreas. Pode exigir também uma ajuda na organização de iniciativas que corrijam estes problemas. Esta ajuda pode incluir uma orientação na busca de recursos para a implementação de atividades neste domínio.

É importante lembrar que o cumprimento da legislação ambiental naquilo que se refere às áreas citadas são requisitos básicos para a obtenção e renovação dos licenciamentos ambientais.

4.3.2 – Trabalhar para favorecer a transição agroecológica dos sistemas produtivos é uma forma de trabalhar a sustentabilidade ambiental

Vimos que, para além de colaborar para que as famílias possam obter uma produção maior, uma tarefa central da assessoria ‘técnica’ é a de trabalhar para que esta produção (mesmo maior) seja sustentável. Isto significa que a preservação e o manejo correto de recursos naturais tais como os solos, a vegetação nativa, a fauna e a água têm uma enorme importância e deverão ser preocupações centrais da assessoria.

Neste ponto queremos realçar o fato de que o progresso na ‘agroecologização’ dos sistemas produtivos é também uma forma de avançar na agenda ambiental, tendo uma importância equivalente àquela do respeito da legislação naquilo que se refere às RLs e às APPs.

4.3.3 – A educação ambiental

Acreditamos que existe uma relação direta e positiva entre uma maior compreensão dos mecanismos ecológicos e um maior respeito da legislação ambiental. Por isso, achamos que a educação ambiental é uma necessidade nos assentamentos. Esta maior compreensão ecológica também deverá ter um reflexo benéfico

no campo dos sistemas produtivos, na medida em que estes mecanismos também incidem nos agroecossistemas. (Cf. seção 2.4 deste documento.)

Capítulo 5 – Metodologia de atuação

Do que foi dito anteriormente deduzimos que exercer um trabalho de assessoria como aquele que preconiza o Programa de ATES não é uma coisa simples nem fácil. Requer reflexão e planejamento. Não deve ser deixado ao improvisado que, por via de regra, deixa o campo livre para ser ocupado pela inércia dos velhos hábitos convencionais.

Por isso, concordamos com Coelho quando afirma que um processo de intervenção como aquele que está sendo proposto pelo Programa, coloca a questão metodológica como ponto central. Nas palavras desta autora:

“Um trabalho de campo conseqüente necessita de um pensamento projetivo e de uma ação metódica. (...) Já não cabe mais o ‘fazer fazendo’ (espontâneo), mas um ‘fazer pensado’ em seus motivos, com clareza de objetivos e capaz de prever (mesmo que seja parcialmente) conseqüências. Esta seria uma ação interventora movida pela prudência. (...) As intervenções das orientações técnicas exigem, portanto, uma forma metodológica de ação”. (Coelho 2005 : p. 80 - 81) É disto que iremos falar nos Capítulos 5 e 6.

Box N° 14 – A palavra ‘método’

O dicionário Aurélio define método como “modo de proceder; maneira de agir; meio”. A palavra método vem do grego: *metá* = a seguir e *hodós* = caminho, estrada. Assim, temos que o método seria o caminho a seguir ou, como disse Coelho, a construção de um caminho. (Coelho 2005) Resumindo, poderíamos dizer que o sentido da noção de metodologia é aquele que expressa “*como será feita determinada atividade*”. (Bracagioli 2005? : p. 1)

Temos então que o trabalho de assessoria preconizado pelo Programa de ATES não deve ser o produto da improvisação ou do acaso. Ao contrário, recomenda-se uma ação planejada e metódica. (Bracagioli 2005?)

5.1 – A busca de um caminho diferente, centrado no estímulo à iniciativa das famílias assentadas

Conforme vimos anteriormente (no Cap. 1), o pressuposto da extensão convencional era que havia a necessidade de levar para a população rural as práticas ‘modernas’, nos domínios da agricultura, da pecuária, da administração da unidade produtiva e até na forma de administrar o lar. O conteúdo ou mensagens que a extensão trabalhava era determinado pela **oferta** de práticas inovadoras, geralmente criadas pela ciência. O método ou forma de trabalhar estes conteúdos estava relacionado com a melhor forma de persuadir o ‘público alvo’ de que estas novas práticas ‘científicas’ deviam ser aceitas e incorporadas na unidade produtiva ou no lar.

O Programa de ATES faz uma opção diferente. Conforme já foi dito (cf. seção 3.5), ele busca inverter a lógica antiga. Em lugar de colocar as famílias atendidas a serviço de um ‘projeto’ alheio (como por exemplo, o da ‘modernização da agricultura’), o Programa trabalha para colocar a assessoria a serviço dos projetos das famílias. O que disse von der Wied a propósito do trabalho de assessoria para a agricultura familiar, também se aplica aos assentamentos: se as famílias são o centro dos processos de desenvolvimento dos assentamentos, então é deles que deve partir a decisão do que fazer e como fazer. (von der Weid 1997) Conforme sugerimos anteriormente trata-se, para a assessoria, de apoiar as famílias a definir um Projeto para o próprio futuro (para aquelas que ainda não o tenham claro) e de agir para implementá-lo.

Vamos recorrer a um par de exemplos para fazer a ponte entre esta discussão e o serviço de ATES. Em diversas conversas mantidas com servidores(as) do INCRA que trabalham com o Programa, ficou bem claro que é crucial que uma equipe de ATES possa entender que as necessidades de cada assentamento são diferenciadas. Isto pode ser visto com o exemplo de um assentamento que já produz abóbora com sucesso, tendo inclusive comprado tratores, etc. com os resultados desta atividade. Neste caso, seria inútil que a equipe de assessoria tentasse ‘ensinar’ a plantar abóbora neste assentamento. Caberia aos assentados determinar em que pontos eles precisavam de ‘assessoria’: é na organização da comercialização? Ou na

produção de doce de abóbora? Ou, quem sabe, na diversificação da produção? No caso de um outro assentamento vizinho, o problema principal era que a prefeitura local tinha decidido colocar um 'lixão' no assentamento. A prioridade dos assentados passou a ser barrar esta iniciativa. Assim, a assessoria deveria dar a máxima importância a este assunto. Vemos, com estes exemplos, o quanto é importante 'ouvir' as famílias assentadas para definir aquilo que será a prioridade de trabalho da 'assessoria'. Em outras palavras, fica assim evidenciada a crucial importância da **participação, no estímulo à iniciativa dos principais interessados** na definição do conteúdo do trabalho das equipes de ATES e, de forma mais ampla, na construção do próprio futuro.

Assim, o desafio metodológico é como colocar a assessoria a serviço dos projetos das famílias.

5.2 – O itinerário de trabalho: uma visão geral

Do que foi dito acima, conclui-se que é necessário pensar uma forma de **organizar a ação de uma equipe de ATES nos assentamentos**, que se ajuste ao preceito de colocar a assessoria a serviço dos projetos das famílias. É isto que está em jogo aqui.

A seguir propomos um itinerário para orientar este processo. Impossível de realizar individualmente com cada família, ele é necessariamente um processo coletivo. No entanto, espera-se que ele tenha incidência nos sistemas familiares. Este itinerário é constituído por quatro passos ou momentos⁴², que apresentamos de forma resumida a seguir, com o intuito de termos logo uma visão geral do processo metodológico. No capítulo que segue discutiremos diferentes momentos deste itinerário com maior profundidade.

Quando uma equipe de ATES chega para começar um trabalho em um assentamento, este itinerário deverá ser precedido por um momento inicial de apresentação, "*aproximação e reconhecimento da realidade*", conforme está dito no Manual de ATES. (INCRA 2008 : p. 48) Este momento busca garantir um contato inicial positivo entre famílias assentadas, organização local (quando ela existe) e a equipe de assessoria. Seria importante que neste processo pudesse existir um momento público (assembléia ou reunião geral) no qual o INCRA apresentasse a entidade, a equipe de assessoria e os dados básicos do contrato (duração, número de técnicos, etc.), buscando criar um clima de transparência e de compromisso.

5.2.1 – Os diferentes momentos ou fases do itinerário

Uma vez criados os laços iniciais, é tempo de começar com o trabalho de assessoria propriamente dito. O itinerário proposto inclui quatro momentos: a leitura inicial da realidade, o planejamento da ação, a implementação da ação planejada e a avaliação. Este processo se repete no tempo, conforme veremos na próxima seção. A seguir descrevemos sucintamente os quatro momentos do itinerário.

i) Leitura da realidade inicial

O primeiro passo é a realização de um diagnóstico participativo.

É importante lembrar que a participação das famílias no diagnóstico é uma forma de provocar um processo de mobilização das famílias. Este começa com um exercício de reflexão crítica sobre a própria realidade e deverá desembocar – espera-se – numa 'ação transformadora' (para citar novamente Paulo Freire) nos passos posteriores do itinerário.

⁴² Embora ele não seja idêntico, este itinerário tem muitos pontos em comum com as propostas apresentadas por vários autores que escrevem sobre a assessoria técnica numa perspectiva 'renovada'. Citamos aqui o documento que descreve a "*Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável – MEXPAR*" (Ruas, E. D. et al. 2006) e o livro "*A arte das orientações técnicas no campo: concepções e métodos*" (Coelho, F. M. G. 2005)

Na medida em que o processo de diagnóstico avançar⁴³, ele vai construindo uma ou, mais provavelmente, várias interpretações sobre a realidade. (Simões e Figueiredo 2002) É interessante que se realize um momento que marque o fim deste primeiro passo do itinerário. Alguns chamam este momento de ‘devolução do diagnóstico’ (Coelho 2005). Outros preferem evitar este termo⁴⁴, mas concordam em dizer que realização de um momento ‘final’ de reflexão sobre o processo feito é importante: ele deve permitir que informações e interpretações sejam criticadas e corrigidas. Além disso, ele marca a passagem para o momento seguinte de planejamento.

Dissemos que o diagnóstico identifica problemas e potencialidades referidas à realidade em questão. Mas ele deverá ir além desta simples identificação, procurando entender as causas dos problemas e explicitando os motivos que justificam a escolha desta ou aquela ‘potencialidade’⁴⁵. Ao fazer isto, este momento de ‘leitura da realidade’ estará preparando o momento seguinte do planejamento, identificando os temas ou eixos que deverão orientar a ação a ser definida.

O processo de elaboração dos Planos de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) (INCRA 2008) e os Planos de Recuperação do Assentamento (PRA) (INCRA 2008) que, em princípio, deve ser realizado no espírito participativo aqui mencionado, deveria servir como este momento inicial de leitura da realidade. No entanto, é muito comum uma equipe de ATES iniciar o seu trabalho sem ter a incumbência de fazer o PDA ou PRA. Em muitos casos o PDA já foi feito⁴⁶. Cabe então um esforço, por parte da equipe que vai iniciar o seu trabalho, de fazer um exercício de atualização do PDA existente. Esta é, inclusive, uma ótima forma da equipe conhecer melhor o assentamento e as famílias com as quais deverá trabalhar por um certo tempo. Ao mesmo tempo, servirá como atividade de apresentação da equipe e de mobilização dos assentados.

ii) Planejamento (participativo) da ação.

O resultado da fase anterior é a identificação de diversos problemas, questões ou temas que, se espera, deverão ser contemplados na ação.

De certo modo, elas representam um conjunto de ‘demandas’, muitas vezes formuladas e/ou defendidas por diferentes atores sociais presentes no assentamento. Simões e Figueiredo lembram que estes diferentes atores devem “*compreender os objetivos dos demais atores*” para depois poderem definir “*estratégias coletivas negociadas*”. (Simões e Figueiredo 2002 : p. 11) Esta preocupação é pertinente se se quer evitar a imposição de uma problemática por alguma destes atores e a resultante “*demanda fabricada*”⁴⁷. Cabe à assessoria estimular a realização desta negociação. Ao mesmo tempo, é importante que ela tente tomar uma certa ‘distância intelectual’ dela, já que, muito provavelmente, uma série de temas, questões ou demandas terão sido apontadas pelos próprios assessores. Assim a assessoria pode ser chamada a ser ‘juiz e partido’. Não é a

⁴³ No Capítulo 6 vamos discutir o tema do diagnóstico com mais detalhes.

⁴⁴ Simões (Simões, A. 2001) faz uma advertência interessante sobre o termo ‘restituição’, referido à atividade que é feita freqüentemente após a realização de um diagnóstico. Ele lembra que o próprio termo carrega um significado que lembra a extração e a devolução de informação. Isto quer dizer que um grupo (aquele dos técnicos) – quem faz a ‘restituição’ – acumula informação e conhecimento. Uma situação deste tipo tem tudo para esvaziar um verdadeiro debate e apropriação dos assuntos em pauta por parte do segundo grupo (os agricultores). Segundo lembra Simões, este tipo de situação faz com que muitas ‘demandas’ sejam, na realidade, demandas fabricadas pelos técnicos. Esta reflexão sugere que seja dada mais atenção a processos de reflexão sobre a realidade estudada, e não a uma simples ‘restituição’ das informações coletadas.

⁴⁵ Neste ponto, ao serem identificadas as potencialidades, trata-se de explicitar as razões que levaram os participantes a fazer a indicação de cada uma (caso por caso).

⁴⁶ Existem casos em que uma equipe é contratada para prestar um serviço de ATES em um assentamento onde já foram realizados tanto o PDA como também o PRA.

⁴⁷ Schmitz e Simões relatam um caso acontecido na região da Transamazônica. Pesquisadores recém chegados na região se colocaram a disposição do Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica para trabalhar com temas técnicos na região. Foi formulada a demanda deles trabalharem com o tema da aração com tração animal, com a justificativa de que esta seria uma forma de intensificar o uso da terra, evitando maiores derrubadas de mata. Com o tempo, este grupo de pesquisadores descobriu que esta demanda tinha sido ‘fabricada’ e não representava um tema de interesse prioritário dos próprios agricultores. (Schmitz, H. 1996; Simões, A. 2001)

situação ideal, mas geralmente não existe muita alternativa. Cabe exercer estas duas ‘funções’ da maneira mais justa possível.

Assim, temos que a ‘demanda negociada’ deve ser vista como o produto central do momento inicial do planejamento voltado para o desenvolvimento do assentamento.

Feita a negociação inicial sobre a ‘demanda’, cabe num segundo momento, identificar e analisar as diferentes possibilidades de ação concreta, que possam representar uma solução para problemas existentes e/ou formas de aproveitar potenciais pouco explorados. Muitas vezes podem ser identificadas duas ou mais ‘soluções possíveis’. Caberá então incluir no plano uma forma de escolher a melhor destas alternativas.

É muito comum que os processos de diagnóstico e negociação acima mencionados identifiquem muitos temas que requerem atenção. Nestes casos pode ser necessário um exercício de priorização, para definir quais serão os temas que serão trabalhados num primeiro momento. Muitas vezes, esta priorização precisa ser negociada, conforme foi dito no parágrafo anterior.

Box N° 15 – Uma ‘ação de desenvolvimento’

Simões e Figueiredo definem ‘ação de desenvolvimento’ como sendo “*uma ação qualificada para a melhoria de vida dos agricultores, seja em relação aos estabelecimentos familiares seja em relação a um conjunto de famílias (de) um assentamento*”.

Isto pode significar a introdução de prática uma inovadora em um determinado sub-sistema das unidades produtivas (na cultura do milho, por exemplo) ou ainda a montagem de uma casa de farinha no assentamento.

É necessário um cuidado para definir bem os motivos pelos quais a ação deverá ser realizada, para poder desenhar a ‘ação’ da melhor maneira possível. Isto deve permitir uma definição clara dos objetivos da ação, o que é essencial para monitorar e avaliar os efeitos dela.

Fonte: Simões e Figueiredo, 2002.

Em função dos diferentes temas ou questões identificados, das negociações e priorizações realizadas, devem ser definidas diversas ações (cf. Box N° 15 acima), cada uma das quais destinada a tratar uma destas questões. Cada ação, por sua vez, pode ser desdobrada em diversas atividades. Gostaríamos de chamar a atenção para o fato de que uma ação (ou programa)⁴⁸ precisa de uma ‘problemática’ formulada (ver um exemplo muito resumido no Box N° 16 a seguir) e da definição de um (ou mais de um) objetivo a ser alcançado.

O passo seguinte consiste em definir que atividades será necessário realizar para atingir o(s) objetivos(s) assim definidos.

Como uma boa parte das iniciativas pensadas para tentar resolver um problema ou aproveitar um potencial será novidade (pelo menos para as famílias assentadas), muitas das atividades pensadas terão um caráter de experimentação, que poderão tratar de temas técnicos como o controle de uma praga, mas também poderão abordar temas de outra índole, tais como a comercialização, ou a gestão da cooperativa. Cabe destacar que este tipo de atividade tem uma forte relação com a capacitação (aprendizado) de todos os envolvidos (assentados/as, técnicos/as da assessoria, etc.) Voltaremos a tratar deste assunto de forma mais aprofundada mais adiante.

Box N° 16 – A problemática da especialização versus diversificação num assentamento paranaense

Num assentamento da região do Sudoeste do Paraná o leite vinha tendo resultados econômicos interessantes e se expandindo de forma bastante acelerada. A preocupação de várias lideranças era que esta situação levasse a uma especialização das famílias neste produto, o que implicaria num risco econômico importante: qualquer queda de preço deixaria as famílias numa situação muito delicada, já que praticamente todas tinham um crédito do PRONAF a reembolsar. Esta situação apontava para a necessidade de buscar formas de diversificar a produção e as receitas. Para tal seria necessário testar diversas alternativas, para observar o seu desempenho produtivo e de mercado. Neste caso, a ação desenhada visou o teste de atividade de fruticultura e de apicultura, assim como o beneficiamento do leite (fabricação de doce), pensadas como alternativas de diversificação da renda das famílias.

Fonte: Trabalho de campo

⁴⁸ Com frequência o vocabulário utilizado nos processos de planejamento estabelece uma hierarquia. Por exemplo, é bastante comum afirmar que um programa engloba diferentes projetos, sendo que estes, por sua vez, englobam diversas atividades. O elemento que cabe destacar aqui é que as atividades realizadas se somam e se combinam, buscando atingir objetivos.

O resultado de todo este processo de planejamento deve definir um Plano de Trabalho para um período dado⁴⁹.

iii) Implementação do Plano

O passo seguinte do itinerário proposto é a implementação das atividades previstas no Plano de Trabalho. É importante que seja feito um monitoramento da realização das atividades, já que isto permitirá a reprogramação, quando isto seja necessário.

No caso da ‘experimentação’ mencionada no parágrafo anterior, é muito importante realizar um acompanhamento que permita coletar e registrar as informações que serão usadas, mais tarde, para avaliar cada ‘experimento’.

iv) Avaliação e (re)planejamento

Terminado o período combinado no planejamento (geralmente um ano, conforme vimos), é necessário parar para refletir sobre o caminho percorrido. Trata-se de fazer uma nova leitura da realidade, que permita uma **avaliação crítica** do trabalho feito, incorporando também novas informações sobre o contexto no qual está inserido o assentamento (nova tendência do preço dos diferentes produtos, o surgimento de uma nova política pública, etc.). Em certos casos, pode ser feito um exercício de diagnóstico sobre um aspecto específico da realidade para o qual os conhecimentos são considerados como insuficientes.

Neste momento de avaliação não se trata de ver, apenas, se tal ou qual atividade foi realizada a contento. É o momento de indagar sobre os resultados que estas atividades alcançaram. É importante lembrar que as atividades são definidas na suposição que elas alcançariam resultados de um certo tipo, que, por sua vez têm relação estreita com o objetivo definido para a ação (ou programa). Este momento de avaliação precisa checar se esta hipótese de relação entre atividades, resultados e objetivos era correta.

Neste momento de avaliação também é oportuno refletir sobre as próprias ações e os seus objetivos: eles continuam válidos, transcorrido o tempo? É importante lembrar que as ações (com as suas atividades) foram definidas buscando resolver questões que, na época do planejamento, foram consideradas prioritárias. As atividades realizadas no período tiveram algum impacto ou influência nestas questões? Por último, estas questões continuam sendo de atualidade para as famílias assessoradas? Ou seja, a avaliação é o momento em que pode ser reorientada a ação.

Esta reflexão sobre os resultados obtidos no período, além das informações novas sobre o contexto e sobre o próprio assentamento são os insumos⁵⁰ que alimentarão um novo exercício de planejamento, renovando assim um processo que vemos como permanente.

Box Nº 17 – É no andar da carruagem que se ajeitam as abóboras...

Conforme vimos anteriormente, no momento do planejamento é feito um esforço para superar as demandas aparentes ou fabricadas. Mas, segundo Simões e Figueiredo (2002) é na ação que vai aparecendo com mais nitidez a ‘demanda real’. Os interesses reais dos diversos atores vão aparecendo no percurso desta ação. Esta informação deve alimentar o (re)planejamento.

5.2.2 – Um processo cíclico

Na seção anterior foram descritos os diferentes passos do itinerário a ser seguido para organizar a atuação de uma equipe de ATEs. Nesta seção queremos apenas ressaltar o caráter cíclico que tem este processo.

⁴⁹ Em geral, o período para o qual se monta um Plano deste tipo é de um ano. Isto não é algo ‘obrigatório’, mas esta é uma duração que considera o ritmo sazonal das atividades rurais e também o investimento de tempo que significa o esforço de planejamento participativo. Mas, em certos casos, pode ser mais lógico utilizar outras periodicidades (o semestre, o trimestre, etc.).

⁵⁰ É possível que uma equipe de assessoria (e/ou um grupo de agricultores) decida que precisa aprofundar o seu conhecimento sobre este ou aquele aspecto da realidade, com vistas a desenhar uma ação mais conseqüente. Existem casos em que estes atores decidiram fazer diagnósticos ‘temáticos’ sobre certos aspectos da realidade, com o intuito, por exemplo, de corrigir uma ação que não estava dando os resultados esperados. As informações destes novos ‘diagnósticos’ deverão se somar às informações acumuladas na reflexão da avaliação, para um melhor planejamento.

A observação e leitura da realidade deve ser um processo permanente. O planejamento deve organizar as atividades de um dado período, mas o monitoramento da realização destas, assim como dos seus resultados, deve alimentar a reflexão sobre a realidade e sobre as ações empreendidas. Periodicamente, deverão ser organizados momentos específicos que criem condições adequadas para realizar esta reflexão. Os resultados desta deverão ser a base sobre a qual será construída o plano do período seguinte. A figura apresentada a seguir ilustra esta idéia de ciclo que é característica do processo que estamos tratando.

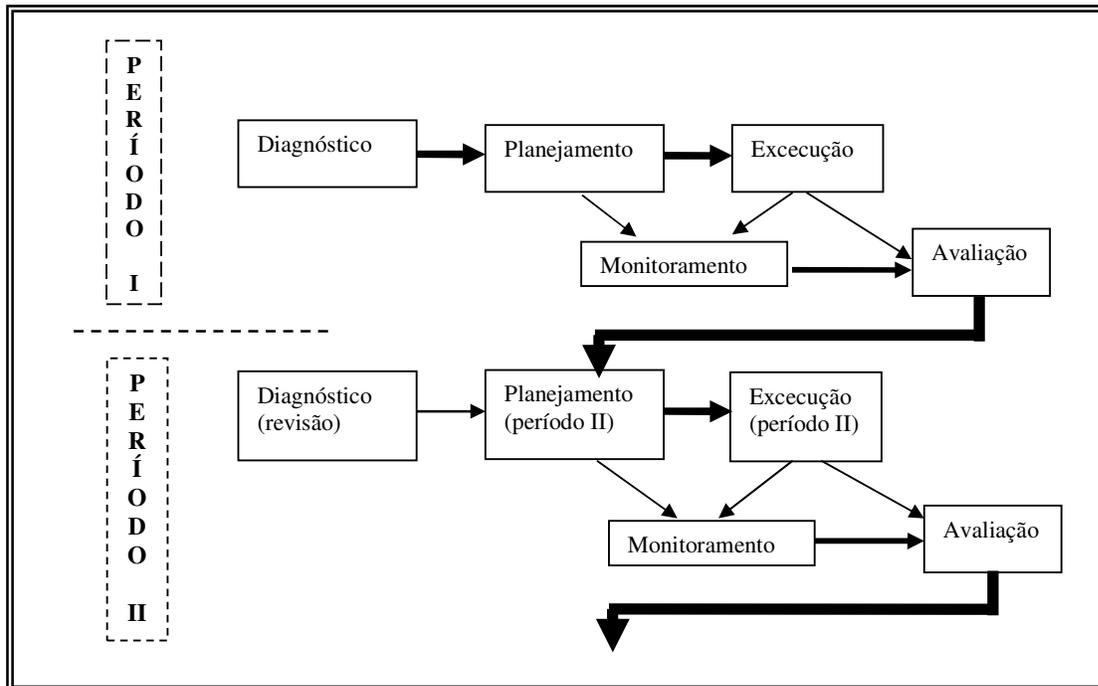


Figura Nº 02 – O caráter cíclico do itinerário de trabalho de uma equipe de ATEs

5.2.3 – Os campos a serem trabalhados

No Capítulo 4 vimos que, por ser uma assessoria polivalente, as equipes de ATEs terão que atuar em três grandes campos: aquele da produção, o social e o ambiental. Vimos, inclusive, que estes grandes campos devem ser desdobrados em diversos ‘sub-temas’.

Neste ponto do texto queremos apenas realçar que o itinerário de trabalho delineado nas seções anteriores deve ser aplicado a cada um dos três campos. Assim, o diagnóstico ou leitura da realidade deve se preocupar com a dimensão produtiva, com a dimensão social e com a dimensão ambiental. De forma análoga, é necessário montar um (sub) Plano de Trabalho para cada uma destas dimensões. Implementadas, as atividades de cada um destes (sub) Planos, vai ser necessário avaliar o caminho percorrido.

5.2.4 – Em que escala trabalhar?

Um assentamento agrega um número de famílias. Por outro lado, um assentamento também está inserido num espaço mais amplo (municipal, micro-regional, etc.). Qual é, então, o nível ou escala em que deve ser realizado o trabalho de organização da ação da equipe de ATEs?

Acreditamos que a resposta a esta interrogação deve ser pragmática. Fazer um processo completo de diagnóstico – planejamento – implementação, etc., com cada família seria extremamente trabalhoso. Acreditamos que a escala mais apropriada de trabalhar, inicialmente, com o itinerário aqui proposto seja o assentamento. É uma escala que, normalmente, permite ver a realidade das famílias, sem ter que tratar

necessariamente todos os temas com cada uma delas. Cabe, no entanto, um alerta. Existem, em diversos pontos do país, assentamentos muito grandes, com um ou até vários milhares de famílias. Nestes casos, o assentamento pode ser uma unidade grande demais para realizar este trabalho. Mas, em geral, estes assentamentos já têm uma subdivisão interna (em comunidades, setores, etc.). Uma alternativa seria de usar esta sub-divisão na hora de organizar o trabalho.

Cabe aqui uma outra advertência. Trabalhar o itinerário (diagnóstico, planejamento, etc.) no assentamento, não pode significar o esquecimento do **entorno**. Considerando o assentamento um nível sistêmico, o próprio enfoque de sistemas coloca que ele sempre tem relações ‘externas’ que, muitas vezes, são determinantes para o seu funcionamento. Por outro lado, podem existir atores no ‘entorno’ (agricultores familiares, associações, prefeitura, etc.) que, se hoje não têm relações muito estreitas com o assentamento, poderiam vir a ser parceiros importantes no futuro.

Neste ponto do ‘entorno’, é importante prestar atenção para a existência de outros assentamentos. Acontece que, em muitos casos, as problemáticas de assentamentos vizinhos podem ser muito semelhantes, além de serem atendidos pela mesma equipe. Assim pode ser muito interessante fazer um trabalho de ‘agregação’ do trabalho, no nível, por exemplo, do Núcleo Operacional. Assim, cabe fazer uma comparação das ‘leituras de realidade’ de cada assentamento. Cabe principalmente ver se nos planos de trabalho existem ações e atividades semelhantes. Existindo estas semelhanças, cabe potencializar as convergências. Por outro lado, cabe também refletir sobre a oportunidade de trabalhar com ‘ações’ mais abrangentes. É possível que existam iniciativas que não sejam viáveis, ao serem analisadas na escala de um assentamento, mas que, ao juntar vários, se tornem possíveis. Por exemplo, um abatedouro pode não fazer sentido para um assentamento, mas pode se tornar viável se forem considerados os cinco assentamentos existentes na vizinhança.

5.3 – Detalhando o ponto de partida para a ação das equipes de ATEs: o diagnóstico participativo como instrumento de ‘leitura da realidade’

Na seção anterior apresentamos e discutimos o itinerário metodológico que é a referência mais geral. Cabe agora detalhar mais alguns dos momentos, abordando aspectos do ‘como fazer’. Não pretendemos tratar cada passo do itinerário de maneira completa e sistemática: a idéia é apenas de discutir alguns momentos com mais detalhe, procurando municiar as equipes de ATEs para o trabalho nos assentamentos. Vamos começar falando do momento do diagnóstico.

5.3.1 – Uma reflexão inicial

Se a equipe de ATEs não vai trabalhar no assentamento a partir da sua própria agenda de preocupações, então é necessário descobrir qual é a ‘demanda’ das famílias. Geralmente existem muitos aspectos que podem merecer a atenção de ATEs, sendo impossível tratar de todos eles. Por onde começar? Quais são as prioridades? Para responder a perguntas deste tipo, um diagnóstico participativo pode ser um instrumento muito interessante.

*** Objetivos**

Para a equipe de assessoria, o diagnóstico é um instrumento que prepara e organiza a própria ação. A partir de uma ‘leitura da realidade’, ele deve permitir a identificação dos principais problemas das famílias e da(s) ‘comunidade(s)’, das potencialidades e oportunidades existentes, etc. Assim, ele deve produzir a ‘matéria prima’ (possíveis eixos ou temas de trabalho, importância de cada um, etc.) para o trabalho de planejamento participativo.

Um diagnóstico participativo também representa uma excelente oportunidade para mobilizar o assentamento e, principalmente, estabelecer um diálogo de qualidade entre equipe de assessoria e os assentados com os quais ela trabalha.

* A participação dos assentados

Um trabalho de diagnóstico como o que estamos propondo aqui, focalizado nos sistemas produtivos, não deve ser um trabalho apenas dos técnicos. De forma coerente com o caráter participativo que o Programa quer imprimir ao serviço de ATEs, o diagnóstico não somente pode, mas deve ser realizado em conjunto com os principais interessados: as famílias assentadas, e também as suas organizações. Conforme dissemos anteriormente, o diagnóstico deve ser um exercício de reflexão sobre a realidade do assentamento, sendo por isso uma oportunidade pedagógica que não deve ser desperdiçada pela equipe de ATEs.

A questão colocada é como estimular e promover esta participação. Eliane e Ribamar Furtado sugerem que o diagnóstico tenha, no seu início, uma etapa de sensibilização. Através de reuniões com lideranças e também de eventos amplos, a idéia é explicar detalhadamente o que se busca e o que será feito durante o diagnóstico, para todas as famílias. (Furtado e Furtado 2000) Depois deste momento inicial, pode ser interessante formar equipes de trabalho ‘mistas’ que possam realizar diferentes tarefas no decurso do processo. Na medida em que as diversas etapas forem sendo realizadas, novos momentos mais ‘amplos’ (seminários, assembléias, etc.) devem ser pensados para criar oportunidades de uma participação maior.

Garcia F^o adverte que a ‘participação’ dos assentados não deve ser um alibi para a omissão dos técnicos. Como deve acontecer em todos os aspectos do trabalho de ATEs, os técnicos devem contribuir com uma visão própria da realidade, informada pelo conhecimento adquirido nos seus estudos, leituras, e experiência profissional. (Garcia Filho 1999)

Finalmente, vale a pena ressaltar que estes comentários sobre as formas de favorecer uma maior participação das famílias e sobre o papel dos técnicos na elaboração dos diagnósticos são válidos também para outros momentos do itinerário metodológico que estamos discutindo, tais como o planejamento, a implementação das propostas planejadas, o monitoramento e a avaliação.

* Características gerais de um diagnóstico

Um diagnóstico deve, inicialmente, **descrever** a realidade (ou a parte dela) que está sendo considerada, da forma mais detalhada e objetiva possível. Mas esta descrição não é um fim e si mesmo: ela servirá de base para a **análise crítica** da realidade em questão.

Um segundo elemento a ser considerado é a **existência de vários níveis** (ou escalas) que podem ser objeto(s) de atenção, lembrando sempre que existem interações entre estes diferentes níveis. O enfoque de sistemas agrários sugere um ‘recorte’ que considera: a parcela, o sub-sistema de produção (a lavoura anual, o rebanho bovino, etc.), a unidade familiar, a ‘comunidade’ (ou assentamento), o município ou micro-região ou território. Este conjunto está inserido num contexto nacional (mercados, políticas públicas, etc.) e até internacional. Cabe a quem faz o diagnóstico definir a abrangência da área a ser diagnosticada (micro-região, território, comunidade etc.). No caso das equipes de ATEs, o **assentamento** aparece como a **unidade de base a ser diagnosticada**. No entanto, em alguns casos de assentamentos grandes, cabe considerar a alternativa de trabalhar vários diagnósticos, por ‘setor’, ‘comunidade’, etc. Mas trabalhar com o assentamento como unidade de base não deve fazer esquecer as ligações deste ‘espaço’ com os outros ‘níveis’.

Tanto a descrição quanto a análise devem ser **compartilhadas**. Para tal, é necessário que estes dois aspectos sejam objeto de **debate** e de, finalmente, algum entendimento entre os atores sociais envolvidos (particularmente entre os homens e mulheres assessorados e a(s) equipes técnicas envolvidas). É este debate que deve fazer surgir os aportes de cada um (novas informações, prioridades a serem levadas em conta, etc.). Este aspecto é um elemento crucial da ‘participação’ discutida acima.

Como o objetivo de um diagnóstico inicial é o de orientar a ação, é muito importante que ele seja **rápido**. Embora não seja possível determinar previamente a sua duração, os primeiros resultados de um diagnóstico não deveriam demorar mais de três meses⁵¹, permitindo assim a definição das atividades iniciais a serem

⁵¹ Estamos falando aqui da duração **máxima** de um exercício de ‘leitura da realidade’ que seja (mais ou menos) compatível com um ciclo anual de atividades. No caso específico dos PDAs e PRAs, esta duração é determinada no contrato entre a prestadora e o INCRA.

realizadas no assentamento. Por outro lado, ele nunca é definitivo. O trabalho de leitura e interpretação da realidade deve ser permanente, a visão de hoje sendo modificada por novas observações, análises, etc.

Finalmente, conforme vimos anteriormente, o Programa de ATES deve ser abrangente. Assim, o trabalho de ‘leitura da realidade’ deve se preocupar com a dimensão produtiva, com a dimensão social e também com a dimensão ambiental.

* O momento do assentamento

A forma de trabalhar com este tipo de exercício será diferente segundo o momento vivido pelo assentamento. Gostaríamos de destacar aqui a diferença que existe entre um assentamento recém criado, com famílias provenientes de outras áreas, municípios ou regiões, e um assentamento criado há mais de 10 anos. No primeiro caso as famílias mal conhecem a área na qual foram assentadas. No segundo, em geral elas já montaram as suas unidades produtivas e, mal ou bem, estão desenvolvendo atividades produtivas, já construíram relações inter-familiares, etc. Embora seja impossível tratar, neste documento, de todos os casos possíveis, vamos começar falando do caso de um assentamento ‘novo’. Depois, trataremos da ‘leitura da realidade’ no caso dos assentamentos onde existem sistemas produtivos instalados e em funcionamento.

5.3.2 – O diagnóstico no caso de um assentamento ‘recém-criado’

As metodologias de diagnóstico mais conhecidas (tal como, por exemplo, aquela dos ‘sistemas agrários’ que vamos discutir na seção a seguir) pressupõem a existência de atividades já estruturadas na área a ser trabalhada. Isto não é o caso de um assentamento recém-criado. Fazer uma ‘leitura da realidade’ numa situação deste tipo requer criatividade e versatilidade.

Numa visita feita no estado do Mato Grosso do Sul encontramos uma equipe técnica que tinha desenvolvido uma forma de trabalhar este primeiro diagnóstico. A seguir apresentamos um resumo desta proposta, com a intenção de servir de inspiração para aqueles que se encontram diante deste tipo de situação.

Ao iniciar um trabalho num assentamento novo, a primeira atividade que a equipe mencionada organiza é um ‘estudo diagnóstico’ da área. Trata-se de um evento de uma semana, que segue um formato pré-definido. A ‘turma’ é dividida em diferentes grupos, aos quais é dada uma tarefa.

Assim o primeiro grupo estuda a questão dos recursos naturais (tipos de terra, uso que era feito anteriormente, disponibilidade de água, etc.), visando definir algumas coisas naquilo que se refere à divisão dos lotes (que, nesta altura, ainda não foi feita). Outro grupo tem a tarefa de investigar a ‘questão social’, que engloba coisas como o número de crianças, a questão da escola, etc. Um terceiro grupo estuda a questão produtiva, vendo o potencial da área, o clima, o mercado. Já outro trabalha o tema da comercialização em maior profundidade, indo ver onde poderiam vender a produção do assentamento.

A seguir apresentamos um resumo dos resultados de um exercício deste tipo, feito no assentamento Aba da Serra, do município de Ponta Porã⁵².

* *Visão geral do instrumento*

Conforme reza o desenho mencionado acima, este estudo aconteceu durante uma semana. Todos os assentados foram convocados a participar o exercício, que contou também com a participação de técnicos da equipe mencionada.

O conjunto das pessoas assentadas foi dividido em cinco em grupos. A cada um destes foi dada uma tarefa específica. Ao primeiro grupo coube estudar os recursos naturais, através da realização do ‘mapa da área’. O segundo grupo foi incumbido de desenvolver um ‘planejamento produtivo’. O terceiro devia discutir a formas de organização que deviam ser adotadas pelo PA, enquanto que o quarto trabalhou a comercialização.

⁵² As informações aqui apresentadas têm por base a nossa conversa com esta equipe técnica e a consulta ao documento “Estudo de Parcelamento da Área – Projeto de Assentamento Aba da Serra, Ponta Porã, MS” (FAF sd)

Finalmente, o quinto grupo se debruçou sobre a ‘questão social’ (que inclui temas como o perfil das famílias, as necessidades no campo da educação, etc).

Cada grupo definiu (com a ‘ajuda’ da equipe técnica) a sua forma de trabalhar. Terminados estes trabalhos dos grupos, foi realizada uma reunião plenária com todos os assentados, na qual cada grupo apresentou seus resultados. Estes resultados foram debatidos, corrigidos e referendados pelo conjunto. Neste evento foram definidas algumas recomendações para a organização do assentamento.

** Os resultados*

Grupo A – Mapa da área

O grupo apresentou seus resultados por meio de um mapa. Foram destacadas algumas características dos recursos naturais encontrados no assentamento, tais como: as diferenças de solo e vegetação, a existência de nascentes e de áreas com a presença de erosão. A partir destas informações, este grupo levou para a plenária final alguns temas importantes, tais como a possível localização da Reserva Legal. Neste caso, viu-se que o melhor seria que a RL ficasse “onde tivesse erosões, nascentes e que pudesse abranger o máximo possível dos morros de cascalho”.

Grupo B – Planejamento produtivo

Este grupo fez, na realidade, um exercício de reflexão que produziu um ‘desenho’ dos sistemas produtivos, a serem implantados pelas famílias no PA. Eles partiram da premissa de que as futuras unidades familiares deviam poder atender duas ‘funções’: a geração de renda e a segurança alimentar.

Para a ‘componente’ segurança alimentar, foram identificadas as culturas mais importantes: arroz, feijão, mandioca e erva mate. No relatório (FAF sd) aparece também um ‘consórcio’ que teria milho e mais outras culturas não detalhadas. Foi feito um exercício de cálculo para determinar o consumo de cada produto, com a finalidade de estimar a área que seria necessário dedicar a cada uma destas culturas. O grupo concluiu que, ao todo, a área necessária para atender a segurança alimentar seria de 3,5 hectares.

No que tange a geração de renda, foram discutidas três hipóteses. Uma foi o cultivo de tomate, que deveria ter um tamanho mínimo de “3.000 pés”. A segunda atividade para renda seria a pecuária leiteira, proposta que acompanha o que acontece em praticamente todos os assentamentos do estado. Segundo os cálculos feitos pelo grupo, seria necessário um rebanho de 11 matrizes, em média, para cada família. Também foi calculada a área necessária para manter este rebanho (6 hectares). Finalmente, foi sugerido que seja implantada uma área de 2 hectares de “produção de madeira (reflorestamento) como forma de poupança verde”.

Grupo C – Organização do Assentamento

O objetivo principal que o grupo atribuiu à futura ‘organização’ do PA foi o da comercialização: compra de insumos e venda dos produtos. A proposta de organização apresentada pelo grupo foi a seguinte:

- criar cinco grupos de famílias (‘grupos de base’), cada um com um coordenador, representante do grupo;
- um ‘conselho fiscal’, formado pelos coordenadores dos ‘grupos de base’, que terá por função fazer a ‘fiscalização’ da ‘coordenação maior’;
- uma ‘coordenação maior’, formada por quatro membros, que terá a função de ‘organizar’ a produção, negociar a venda dos produtos, comprar insumos, representar o assentamento, etc.

O grupo sugeriu que esta organização começasse a funcionar de ‘modo informal’, para ser formalizada quando for necessário.

Grupo D – Comercialização

O grupo da comercialização fez, na realidade, um reconhecimento do entorno do assentamento. A primeira visita foi para dois assentamentos da vizinhança. Nesta visita foi observado que, mesmo que estes já tenham um certo tempo de existência, “a maioria das famílias vivem de modo precário e que a única atividade que viabiliza algumas famílias é a pecuária leiteira”. Foi constatado que havia abandono de lotes. A principal razão desta ‘precariedade’ seria “a falta de união e organização”.

Depois, o grupo visitou possíveis compradores de produtos agropecuários: frigoríficos de carne bovina, o sindicato rural de um município vizinho (que faz a ponte com compradores de tomate), laticínios, atacadistas de Ponta Porã, compradores de lenha e de erva mate. Em todos os casos foram levantados os preços e as condições para a compra. Este conjunto de atividades apontou as atividades que teriam maior facilidade imediata de aceder ao mercado.

Grupo E – Social

Este grupo se debruçou sobre as ‘estruturas’ (construções) da antiga fazenda, existentes no PA, e discutiu os possíveis usos para elas. Também foram sugeridas várias ‘estruturas’ a serem implantadas (campo de futebol, jogo de maia e bocha, etc.).

Uma outra parte do trabalho deste grupo foi o levantamento de dados por meio de uma entrevista com todas as famílias. Com isto, foi possível obter dados importantes para o planejamento, como, por exemplo, determinar o número de crianças que existem no PA, o número de jovens, etc. Foi discutida a necessidade de solicitar a implantação de uma escola de primeiro grau no assentamento.

Plenária final: ajustes e conclusões

Além de ajustar as propostas trazidas pelos diferentes grupos, a plenária final trabalhou algumas recomendações, mais diretamente referidas ao parcelamento e ao uso da terra no Projeto de Assentamento que estava sendo implantado:

- O tamanho do lote deveria ser de 15 hectares, subindo para 18 ha., no caso de terras mais ‘fracas’;
- Haveria 3 hectares destinados a ‘bens coletivos’ (núcleo comunitário e currais);
- Sugeriu-se que a RL seja feita nas áreas de terra de pior qualidade (as áreas de ‘cascalho’). Se isto não for possível, sugeriu-se que estas áreas sejam excluídas do parcelamento, por serem realmente ‘muito ruins’.

** Observações sobre o caso aqui apresentado*

Um exercício deste tipo, mesmo realizado a ‘toque de caixa’, aparece como um ponto de partida interessante para um grupo que está entrando em uma terra que não conhece bem. Diversas adaptações poderiam ser sugeridas. Assim, a observação do entorno do assentamento – que neste caso foi utilizado principalmente para observar possíveis formas de comercialização da futura produção, poderia ser útil em outros campos. Por exemplo, a identificação de uma agricultura familiar já instalada na região pode ser uma fonte de inspiração para o desenho dos sistemas produtivos a serem criados no assentamento. Mas, para isto ser possível seria necessário mexer no calendário da proposta.

De qualquer maneira, mesmo que muitas das coisas discutidas precisem ser revistas depois, um exercício deste tipo fornece uma oportunidade para o grupo de assentados começar a refletir e a formular um discurso sobre o assentamento e sobre as unidades familiares que gostariam de ver implantados. É, claramente, um instrumento que ajuda as famílias de formular um ‘projeto de futuro’ (cf. item 3.5), mesmo que seja de forma inicial e incompleta. A vivência posterior irá aprimorando este ‘projeto’, na medida em que ele for sendo colocado em prática.

5.3.3 – Discutindo o diagnóstico dos sistemas produtivos nos assentamentos mais antigos

Em um assentamento onde as famílias já montaram as suas unidades produtivas, a produção agropecuária já se tornou um elemento importante na ‘estratégia de vida’ destas famílias. Tentar entender e trabalhar para um aprimoramento destas unidades produtivas vai ser uma parte crucial do trabalho da assessoria técnica. Lembramos ainda que esta preocupação com as unidades produtivas do assentamento se refere especificamente ao ‘campo’ técnico de ATES. O diagnóstico também deverá tratar os ‘campos’ social e ambiental, conforme veremos mais adiante.

Existem muitas formas de realizar um diagnóstico dos sistemas produtivos em um assentamento. Uma possibilidade é que fazer um levantamento dos problemas encontrados neles, e tentar descobrir as suas causas. Mas infelizmente, este método – que tem a vantagem de ser relativamente simples – leva a resultados decepcionantes, neste caso. Em geral, o que se obtém é uma longa lista de ‘problemas’, na forma de uma sorte de ‘lista de compras’. Em geral, é difícil construir uma coerência nesta lista. Muitos dos ‘problemas’

são colocados em função do momento em que se faz o diagnóstico. Esta forma de proceder geralmente ajuda pouco na análise crítica da realidade, tão importante para uma assessoria ‘construtivista’ como aquela preconizada pelo Programa de ATES.

Buscando superar os problemas acima apontados, propomos que seja utilizado um instrumento de diagnóstico que tenha como inspiração a metodologia de ‘diagnóstico de sistemas agrários’⁵³. A seguir discutiremos alguns aspectos práticos que possam ajudar no desenho e aplicação de uma ferramenta deste tipo.

* *Sistemas agropecuários: algumas definições*

A atividade agropecuária pode ser definida como a exploração do meio para produzir comida, fibras e alguns outros produtos úteis para o ser humano. Para entender os diferentes modos de exploração agropecuária do meio, vamos partir da idéia de as práticas neste campo são o resultado das decisões dos agricultores. Uma análise destas decisões mostra que é necessário levar em consideração diversos níveis de abrangência.

De forma resumida, diremos que estes níveis são:

- a região⁵⁴;
- a aldeia, comunidade ou, no nosso caso, o assentamento;
- as unidades de produção
- os subsistemas de cultivos, de criação, e outros subsistemas produtivos.

Cada nível é formado pela soma das unidades de nível inferior, mas não se reduz a ele. Assim por exemplo, uma unidade produtiva é a soma das parcelas e dos rebanhos, das suas inter-relações, etc. De modo análogo, o assentamento é, ao mesmo tempo, a soma das unidades familiares, e também mais do que isso.

A unidade de produção agropecuária familiar (ou sistema de produção agropecuária familiar) pode ser definida como: um conjunto estruturado de meios de produção (trabalho, capital⁵⁵) que, combinados entre si num meio natural (terra, água, etc.) por meio de atividades produtivas, permitem a obtenção de uma produção vegetal e/ou animal, para satisfazer diretamente (pelo auto-consumo) e indiretamente (pelo intercâmbio) as necessidades da família. (Jouve, Dugué et al. 1994; Mazoyer e Roudart 2001)

Desta definição, vamos destacar a relação entre a base de recursos naturais e as atividades produtivas dos sistemas em questão. Isto quer dizer que a reprodução destes sistemas está condicionada à manutenção da capacidade produtiva destes recursos naturais. Este elo faz com que o diagnóstico dos sistemas produtivos deverá, ao mesmo tempo, se preocupar do meio ambiente no qual eles funcionam. Esta preocupação precisa estar presente em cada um dos diferentes níveis de descrição e análise que serão tratados a seguir.

Por outro lado, é muito importante lembrar que esta unidade de produção agropecuária é apenas um elemento, mesmo que seja importante, na ‘estratégia de vida’ da família. Com efeito, conforme já foi discutido anteriormente, a pluriatividade é mais regra que exceção, sendo que a produção agropecuária e extrativista uma das fontes de renda⁵⁶, entre outras possíveis. (Cf. seção 2.3.6)

* *Introdução ao método de diagnóstico dos sistemas agropecuários*

⁵³ Para tal, vamos utilizar como referência a “Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários”, utilizada pelo Projeto de Cooperação Técnica INCRA – FAO na elaboração de diagnósticos em diferentes regiões do país. Ela também foi usada na capacitação de equipes do Projeto Lumiar, a partir de 1997. Para mais informações, consultar Garcia Filho, D. P. (1999)

⁵⁴ A região pode ter uma definição variável: pode se restringir ao município, ou pode ser um ‘território’ que normalmente abrange vários municípios. Por outro lado, uma região, qualquer que seja a sua definição, está sempre incluída em um universo maior (por exemplo, o país, o mercado internacional, etc.). Embora estes níveis mais abrangentes possam influenciar o que acontece na região, assentamento, etc., vamos considerar estas possíveis influências, quando identificadas, como ‘relações externas’.

⁵⁵ Composto, segundo Mazoyer e Roudart, pelos meios inertes (ferramentas, equipamentos) e os meios vivos (plantas cultivadas e animais domesticados). (Mazoyer, M. e L. Roudart 2001)

⁵⁶ Conforme vimos no parágrafo anterior, esta renda ou produto pode ser *in natura* ou monetária.

- Princípios gerais

Como é importante manter em mente que o particular (uma unidade produtiva, uma parcela, uma área de mata, etc.) está inserido num sistema mais amplo, o método preconiza partir do nível geral (região, país, etc.), começando o itinerário de trabalho no sentido geral → particular, para depois retomar a visão mais geral. Na realidade, o enfoque sistêmico chama a atenção para o fato de que os sistemas abertos têm relações com outros sistemas, sendo preciso identificar, e sempre manter em mente, estas relações.

- A área de estudo

Antes de começar um trabalho de diagnóstico, cabe delimitar o universo ou âmbito que será contemplado. Dadas a característica específica do trabalho de ATES, definir o assentamento como 'sistema de base' a ser analisado nos parece o caminho mais sensato. Mas é preciso lembrar que, conforme os preceitos do enfoque sistêmico (cf. seção 3.9), o assentamento está inserido numa região (ou município) e, ao mesmo tempo é formado por unidades familiares e outros subsistemas 'internos'. O diagnóstico deverá considerar estes três níveis, que são considerados no itinerário discutido a seguir.

** O itinerário*

Conforme já foi dito, convém iniciar o trabalho do diagnóstico pelo nível mais amplo, para depois estudar os níveis mais detalhados.

- Primeira leitura do sistema agrário mais amplo (microrregião ou município)

Uma região (ou município) raramente é homogênea, do ponto de vista da atividade agropecuária. Uma primeira tarefa é identificar, nesta heterogeneidade, áreas mais próximas e homogêneas. Interessa, em particular identificar e estudar com uma profundidade um pouco maior, a área na qual está inserido o assentamento.

E quais são as características que devem ser observadas? Além dos dados gerais sobre o meio ambiente (clima, solos, vegetação, etc.), é importante identificar o tipo de agricultura mais comum no entorno: fazenda, agricultura familiar, assentamentos, etc.

Em seguida, interessa analisar estes tipos mais no detalhe: quais são as atividades mais importantes (culturas, animais, etc.)? Que técnicas são utilizadas nestas atividades? Quais são os mercados acessados? Etc. Cabe lembrar que é de especial interesse estudar a agricultura familiar e os assentamentos do entorno do assentamento do qual está sendo feito o diagnóstico. Em particular, é importante dar atenção para as iniciativas de mais sucesso destas unidades. Por exemplo, se a atividade econômica de maior importância da AF do entorno é a produção de leite, cabe então fazer um esforço especial para conhecer melhor este assunto.

Ressaltamos aqui a importância de investigar o mercado. Isto deve iniciar-se com um levantamento do que circula no mercado local, para depois ter uma visão daquilo que poderia ser uma inserção de mercado em outro nível. Observar a inserção mercantil da AF da região é certamente um bom ponto de partida para esta questão.

Também é preciso levantar informação sobre o impacto (geral) que estas atividades agropecuárias estão tendo sobre o meio ambiente.

Box Nº 18 – O estudo do 'entorno' no PDA

O roteiro de elaboração de um PDA [Anexo VIII do Manual de ATES (INCRA 2008)] inclui um item denominado de "Diagnóstico relativo à área de influência do PA" que, em tese, é semelhante à idéia deste passo no diagnóstico que estamos tratando aqui.

Infelizmente, em muitos PDAs realizados até a presente data, este item foi simplesmente ignorado. Em outros, ele aparece apenas como um capítulo onde são listados alguns dados sobre clima e solos, sem análise nem interpretação nenhuma. Perde-se assim a oportunidade de situar o assentamento estudado no seu contexto local, podendo assim considerar este último como uma oportunidade de aprendizado para assentados e também para os agentes de ATES...

Para fazer este trabalho será necessário consultar dados secundários (publicações, relatórios, Internet, mapas). Mas também será necessário percorrer a região para observar a paisagem e conversar com diversos atores sociais (agricultores, comerciantes, técnicos, etc.).

É importante, neste estudo do 'entorno', fazer um resgate da história da região em questão (época de ocupação, migrações, conflitos, principais atividades e produtos do passado). (INCRA 2008)

- O assentamento

Tendo uma idéia sobre a conformação do entorno, cabe então abordar o assentamento. O primeiro passo deverá ser percorrê-lo, observando a paisagem e conversando com as famílias. O uso de mapas e o desenho de croquis também são instrumentos interessantes para este momento.

Nesta etapa do itinerário, cabe trabalhar o tema dos recursos naturais disponíveis: relevo, tipos de solos, rede hidrográfica e fontes de água, etc. Mas como estamos falando de um assentamento mais antigo, a observação da paisagem e as conversas mostrarão também a existência de atividades agropecuárias, distribuídas no espaço, conforme as características do ambiente (tipo de solo, relevo, umidade, etc.) e segundo os arranjos sociais escolhidos pelas famílias assentadas (unidades familiares, produção coletiva, etc.). Também deve ser possível observar impactos destas atividades nos recursos naturais, que se manifestam neste nível de observação⁵⁷.

Em alguns casos será possível identificar partes do assentamento muito diferentes umas das outras, inclusive naquilo que se refere à forma em que as famílias as utilizam. Um exemplo disto poderia ser o caso de um assentamento da região Norte, que tenha áreas importantes de várzea, e outras de 'terra firme' sem contato com o ambiente de várzea. Nestes casos é interessante registrar estas diferenças em um zoneamento (mapa).

Cabe indagar também sobre o funcionamento da área no tempo em que era fazenda, já que muitas vezes este passado tem uma influência determinante sobre a situação atual, em assuntos como o desmatamento, a situação dos solos, os recursos existentes (como açudes, pastagens, poços, etc.). Também pode ser importante no histórico das famílias.

Este momento de estudo geral do assentamento é a primeira oportunidade de se debruçar sobre as famílias e as unidades produtivas familiares. Mesmo que as famílias tenham acesso à mesma quantidade de terra e tenham chegado ao assentamento na mesma época, em geral aparecem diferenças entre elas bastante rapidamente. Algumas podem preferir de dedicar a uma cultura enquanto que outras preferem priorizar a criação de gado. Algumas chegaram ao assentamento com um certo capital (dinheiro, animais, etc.) enquanto que outras chegaram sem nada. Assim, um conjunto de assentados muito raramente é homogêneo. Mas como não é possível detalhar a situação de cada família, a construção de uma tipologia no assentamento é um recurso usado com frequência para levar em consideração estas diferenças. (Ver Box Nº 19, ao lado.)

Box Nº 19 – O que é uma tipologia?

Apesar da diversidade de condições e de formas de explorar estas condições, é possível reunir as famílias de um assentamento em categorias e grupos diferenciados, de forma que, no interior de cada um destes grupos ou categorias, as condições sócio-econômicas e as estratégias sejam semelhantes. Mas entre grupos ou categorias há diferenças significativas. Denomina-se cada um destes grupos ou categorias de 'tipo'. Um conjunto de 'tipos' forma uma 'tipologia'.
Fonte: Garcia Filho, 1999.

Na construção de uma tipologia no interior de um assentamento podem ser considerados vários critérios. Por exemplo, um estudo feito em assentamentos do estado de São Paulo definiu uma tipologia preliminar com três tipos: famílias pobres, famílias médias e famílias mais ricas. Outros critérios bastante usados se referem à conformação dos sistemas produtivos. Assim, por exemplo, em um assentamento pode ter um grupo que prioriza a produção irrigada de verduras, enquanto que um outro grupo se dedica à criação de gado para produção de leite.

⁵⁷ Citemos como exemplo de fenômeno que se manifesta ao nível de uma micro-bacia hidrográfica (que pode estar dentro de um assentamento), a erosão que ocorre nas parcelas cultivadas em diferentes lotes está tendo como efeito o assoreamento da lagoa ou do açude, que fica à jusante.

Box N° 20 – Critérios para uma tipologia em um assentamento do Sertão da Paraíba

Embora as famílias nos assentamentos tenham acesso, em tese, aos mesmos recursos – terra, crédito – não há dúvida de que, quase sempre, aparece uma diferenciação muito rapidamente. Uma primeira causa se refere à desigualdade na qualidade dos lotes. Por exemplo, no assentamento Boaventura os lotes ‘do fundo’ (mais próximos das áreas de reserva) são nitidamente de qualidade inferior a certos lotes próximos da agrovila, que pegaram partes do baixio principal.

Em Boaventura houve um esforço de compensar esta desigualdade, por meio de um acesso diferenciado ao uso da área da reserva. As famílias que receberam lotes ‘piores’ têm o direito de usar a área da reserva como fonte de forragem. No entanto, esta ‘compensação’ não apaga totalmente a desvantagem de certos lotes.

Uma outra causa de diferenciação é o patrimônio que cada família tinha antes de entrar no assentamento. Por exemplo, neste assentamento tem o caso de JNE, que já possuía gado antes de ser assentado. É claro que também existem causas mais individuais, relacionadas à iniciativa, competência, etc.

Ao discutirmos esta questão com um grupo de assentados, eles admitiram que havia uma diferenciação no assentamento. Quando perguntamos sobre a maneira em que ela se manifesta, eles imediatamente falaram do rebanho como indicador. Assim, eles lembraram que tem 72 assentados em Boaventura. Deste total, umas 20 famílias não criam gado.

Além do gado, um outro indicador é a venda de mão de obra. As informações colhidas mostram que tem um grupo que ‘vive do alugado’ e que, portanto, mal tem tempo disponível para se ocupar do lote.

Fonte: Documento inédito “O Assentamento Boaventura: elementos de um pré-diagnóstico”.

Como um diagnóstico deste tipo é um processo iterativo, a tipologia construída neste momento do itinerário poderá ser ajustada na medida em que aparecerem novas informações que questionem a primeira proposta.

Falamos no primeiro parágrafo da presente seção das caminhadas para observação, das conversas e dos mapas como instrumentos para o levantamento de informação neste trabalho inicial no assentamento. Reuniões mais amplas, incluindo as lideranças e pessoas que têm um maior conhecimento do conjunto do assentamento também podem ser instrumentos interessantes, que geralmente se adaptam bem ao momento da definição de uma tipologia preliminar.

- As famílias e os seus sistemas de produção

Tendo já trabalhado o assentamento, trata-se então de estudar o nível das famílias.

As famílias assentadas terão (quase) sempre um sistema de produção agropecuário, que elas combinam com outros ‘meios de vida’. Este é um primeiro nível que terá que ser estudado.

Em se tratando do sistema familiar agropecuário, vimos anteriormente que ele se caracteriza pelos seus meios de produção que são combinados em diferentes atividades. Cada uma destas atividades conforma um subsistema, que é conduzido pela família com um itinerário técnico específico⁵⁸.

Assim uma unidade produtiva será caracterizada pela sua combinação de subsistemas. Evidentemente, estes subsistemas e a própria combinação podem ser muito variados. Assim, no exemplo do Box N° 21 a seguir, os sistemas familiares se caracterizam pela combinação de roçados de sequeiro, roçados de baixio, rebanho bovino e um quintal. Mas se o assentamento estiver localizado numa região de várzea do estado do Pará, os sistemas familiares podem ser constituídos, por exemplo, pelos subsistemas do açai e da pesca.

Neste momento do diagnóstico, a identificação, descrição e análise dos subsistemas e sistemas agropecuários são as tarefas principais.

Nesta análise dos sistemas produtivos familiares é também necessário refletir sobre a relação entre as atividades humanas e a base de recursos. Cabe observar as relações mais diretas, como por exemplo, entre as atividades agrícolas e os solos (erosão, compactação, evolução da fertilidade). Mas o enfoque agroecológico ensina que existem outras relações entre as atividades agropecuárias e o meio natural que são menos óbvias, mas que também são importantes. Por exemplo, as práticas agrícolas podem ter um efeito pronunciado no (des)equilíbrio entre as populações de seres vivos, abrindo o campo para o aparecimento de pragas.

⁵⁸ Segundo Garcia Filho, um itinerário técnico “é uma sucessão lógica e ordenada de operações culturais aplicadas a uma espécie, a um consórcio de espécies ou a uma sucessão de espécies vegetais cultivadas. O mesmo conceito pode ser aplicado a grupos de animais”. (Garcia Filho, D. P. 1999 : p. 34)

Box Nº 21 – A configuração dos sistemas produtivos em um assentamento sertanejo

No Assentamento Boaventura (Alto Sertão da Paraíba) cada uma das 86 famílias trabalha no seu lote, além de cultivar uma parcela de baixio. Em geral, a configuração dos sistemas produtivos é bastante semelhante.

Toda família tem um roçado de sequeiro no lote (lembramos que o tamanho destes varia de 14 a 16 ha.), onde planta-se sobretudo milho e feijão. Atualmente o principal produto do roçado é o milho.

Todos têm também uma parcela no baixio (que varia de 0,8 até 1,2 ha., conforme a qualidade), onde geralmente cultiva-se também milho e feijão. Em alguns poucos casos, esta parcela (ou parte dela) é irrigada a partir de cacimbões, para a produção de milho e sorgo nestas áreas. Mas esta situação está prestes a mudar para muitas famílias. É que está sendo implantado neste baixio um projeto de fruticultura irrigada, o que está provocando o nascimento de um novo sub-sistema para umas 50 famílias: trata-se de uma área familiar de algo menos de meio hectare, de manga e goiaba, irrigada a partir de um cacimbão. Com isto, o roçado de baixio diminuirá de tamanho significativamente para muitas famílias.

Muitas famílias dedicam-se à criação animal. O rebanho de ruminantes é de longe o mais importante. Segundo um levantamento feito em 2005, ele é exclusivamente bovino: 524 cabeças bovinas, 1 caprino e nenhum ovino. Foram identificadas 72 famílias que criavam bovinos, sendo o tamanho médio do rebanho de 7,3 cabeças. Se compararmos ao número total de famílias presentes no assentamento (86), temos que 84% criavam este tipo de animal. Alguns tinham apenas uma cabeça, enquanto que 23 famílias possuíam 10 ou mais animais.

As fontes de alimento para o rebanho são várias: a palha do roçado, a forragem produzida no roçado do baixio, as áreas de capim nativo ou plantado nos lotes. Também tem as áreas da “reserva”, para as famílias que têm acesso. Nas áreas de sequeiro (nos lotes), muitos agricultores plantaram capim “andropogon”, conforme rezava o projeto de investimento. Outros plantaram o capim “buffel”. Nos lotes também tem geralmente áreas de capim nativo / capoeira. Para além desta forragem dos lotes, os criadores contam também com o restolho dos roçados do lote e do baixio, que é uma importante fonte de forragem para o rebanho. Cresce, mesmo lentamente, o uso de diversas culturas forrageiras de corte. Alguns agricultores estão plantando e ‘aguando’ este tipo de cultura no baixio. Muitos compram algum ‘resíduo’ de algodão para alimentar o gado, sobretudo os que têm vacas em lactação.

A água para os rebanhos é uma preocupação permanente dos criadores. Em Boaventura tem o açude central e um cacimbão do baixio como principais fontes. Cabe dizer que estas fontes podem ser insuficientes em anos mais difíceis. Em anos muito secos os criadores podem se ver obrigados a recorrer a um açude de porte maior, fora do assentamento, o que piora ainda mais o problema da distância.

O leite é uma produção importante do assentamento. Tem um comprador na cidade que retalha o leite para os consumidores urbanos e faz queijo que vende numa cidade maior da região. Como uma vaca bem tratada produz de 5 a 7 litros, quem tem 2 vacas em lactação tem uma receita diária de pouco mais de R\$ 5,00. Os criadores também vendem garrotes: em 2004 foram vendidos pelo menos 60 no assentamento.

Todas as famílias têm um quintal, onde geralmente tem bastantes fruteiras (dizem que é a agrovila mais arborizada da região), criação de aves (55 famílias criavam 819 cabeças segundo o citado levantamento, o que dá uma média de umas 15 cabeças por família), talvez canteiros com tempero e/ou plantas medicinais, às vezes uma criação de porcos (8 casos).

Fonte: Documento inédito “O Assentamento Boaventura: elementos de um pré-diagnóstico”.

Do ponto de vista prático, o leitor poderá estar se perguntando se é necessário fazer este trabalho para cada uma das famílias do assentamento. De fato, a tipologia construída no momento anterior pode ajudar muito nesta hora. Com se supõe que as famílias pertencentes a um mesmo tipo são parecidas entre si, o que se busca é a descrição de cada ‘tipo’. Para tal, basta então trabalhar, com uma certa profundidade, com um número pequeno de famílias de cada tipo⁵⁹.

No entanto, pode ser interessante obter dados mais abrangentes, particularmente sobre os diversos tipos de produção e renda. Estes **complementarão** as informações mais detalhadas das entrevistas mencionadas acima. Convém então montar um breve questionário, a ser respondido por todas as famílias⁶⁰. Ao mesmo tempo estes dados podem servir como referência, para posterior aferição da evolução da produção e da renda das famílias do assentamento.

É a **descrição** e **análise** de cada ‘tipo’, nas suas relações com os recursos do meio, com os mercados, etc. que deverá apontar problemas, possibilidades e tendências. Neste processo é importante que os principais

⁵⁹ Em geral bastam de três a cinco entrevistas para poder ter uma descrição adequada de cada tipo. É preciso lembrar que estamos trabalhando um processo de reflexão coletiva que é qualitativa por natureza. Não se almeja nenhuma representatividade estatística nestas entrevistas. É a própria reflexão coletiva que deve impedir incongruências exageradas, ao se discutir os resultados obtidos nas entrevistas.

⁶⁰ Salientamos que as informações obtidas através de um questionário são um complemento, já que este instrumento não é o melhor para esmiuçar o funcionamento das unidades produtivas. Se for necessário escolher entre entrevistas mais aprofundadas e a aplicação de um questionário, estimamos que as entrevistas deveriam ser prioritárias.

subsistemas passem por uma avaliação econômica (custos de produção, monetários e não monetários versus receitas, incluindo, quando é o caso, a amortização de dívidas, do capital fixo, etc.). Também é interessante fazer uma avaliação agrônômica (na qual o conceito de produtividade por área pode ser interessante, sendo usado para comparações entre os diferentes tipos, com a média regional, etc.). Finalmente, é importante observar e analisar o impacto das práticas agropecuária sobre a conservação e a renovação dos recursos naturais. No Box na página a seguir apresentamos um exemplo de tipologia, construída através de um diagnóstico participativo da agricultura familiar de dois municípios do Agreste da Paraíba.

Box Nº 22 – Os diferentes tipos de agricultores familiares nos municípios de Remígio e Solânea (Paraíba)

O universo dos agricultores familiares da região é, certamente, bem diversificado. Agir junto a este universo significa tentar entender esta diversidade. É necessário conhecer situações, problemas e potencialidades diferentes, para poder fazer propostas adaptadas às necessidades dos diferentes tipos de agricultores. A tipologia é um instrumento de trabalho que tem por objetivo retratar, de maneira resumida, a realidade diversa aqui citada. Ela tenta agrupar as unidades de produção que tenham semelhanças significativas, para facilitar a orientação do trabalho.

Para a construção da tipologia, foram levados em consideração diversos fatores que caracterizam as unidades familiares da região: quantidade e qualidade de recursos naturais disponíveis (com destaque para o recurso terra); mão-de-obra; sistemas produtivos e itinerários técnicos; relação com os mercados. Utilizando estes critérios foram definidos 5 tipos, descritos a seguir.

- Tipo A - Sem Terra

São famílias que, embora tenham alguma atividade agrícola, têm acesso a áreas muito pequenas (em geral menos de 1 ha., muitas vezes de terra alheia). Nestes casos a sobrevivência depende sobretudo das atividades não-agrícolas da família. Por isso, com uma certa frequência, o chefe de família não tem tempo para cuidar do roçado ou dos pés de fruteira existentes nas propriedades. Plantam milho e feijão, quase sempre para consumo da família. São poucos os que plantam mandioca. As vezes nem conseguem cultivar todo o pouco espaço de que dispõem. Criam, no máximo, um ou dois animais de porte maior (gado, burro ou jumento). Foi estimado que este tipo representa um quarto do total de unidades familiares.

- Tipo B - Agricultor do Roçado

São unidades pequenas (entre uns 2 e 6 a 8 hectares, variando segundo a localização) que combinam agricultura e criação. A maior parte das terras são dedicadas ao **roçado anual de culturas alimentares**, onde cultivam-se os feijões (de arranca e macássar), o milho e a fava. Também está presente a mandioca, mas em quantidade diferente em função da região onde se encontra a propriedade. Este roçado é trabalhado na enxada. Em geral não têm terra em pousio. Com muita frequência nestes estabelecimentos existem fruteiras (cajú em maior quantidade, mas também manga, citrus, etc.) estabelecidas nos lugares mais favoráveis. Raramente estas árvores chegam a constituir um pomar. Possuem quase sempre um pequeno rebanho, predominantemente bovino. Embora a renda não-agrícola seja sempre importante, o produto da propriedade começa a ter um certo peso na economia familiar. Mas esta categoria foi a mais castigada com o desaparecimento da cultura do algodão, a cultura de renda para a qual não se encontra ainda um substituto. É também na propriedade deste tipo de agricultor que se manifesta com mais força a intensa pressão sobre os recursos naturais (com destaque para os solos, a vegetação e as sementes).

- Tipo C - Agricultor Criador

Já são propriedades um pouco maiores (entre 8 e uns 30 ha.). Os sistemas produtivos são parecidos aos do tipo B : uma combinação de roçado (milho, fava, feijões e mandioca), criação e, com menor importância, fruteiras. Têm porém uma diferença importante: nestas propriedades há sempre uma "reserva" de terra (pousio e/ou capoeira). Outra diferença que podemos citar é o uso da tração animal no trabalho do roçado, o que permite o cultivo de roçados maiores. A capacidade forrageira destas unidades também é maior que no caso anterior (capineira, cercados de capim e/ou de capoeira), o que possibilita a sustentação de rebanhos maiores. Nestes casos a renda da propriedade passa a ser uma fonte de peso para o sustento da família, embora sempre existam fontes complementares. Este grupo também sofreu com a perda das culturas de renda, mas em geral consegue se sair melhor que o tipo anterior, graças ao tamanho maior do roçado e do rebanho. Este tipo de unidade produtiva é mais freqüente nas partes mais secas de ambos municípios.

- Tipo D - Bataticultores

Embora o sistema seja bastante parecido com os anteriores (combinação de roçado e criação, cultura de milho e feijão, as vezes mandioca, etc.), a presença da cultura da batatinha os diferencia. Esta cultura exige a utilização de altas doses de esterco quase sempre comprado, além de alguns insumos industrializados (algum fertilizante, e agrotóxicos). No passado era generalizado o uso de crédito bancário. Hoje isto é bem mais raro. Estes agricultores apresentam um padrão de vida melhor que os outros. Formam um universo pequeno (uns 50?), localizados principalmente nas comunidades de Lagoa do Mato, Jacaré e Meia Pataca, no município de Remígio.

- Tipo E - Fruticultores

Este grupo se caracteriza por ter na **produção de fruta** (principalmente banana, mas também outras frutas, como laranja, manga ou cajú) a sua principal atividade produtiva. As áreas são sempre pequenas, raramente ultrapassando 5 ha. O roçado anual de feijão, milho e mandioca, assim como o gado também estão presentes, com um grau de importância menor. Frequentemente o gado é criado preso 'na corda' ou em pequenos cercados, recebendo ração no cocho. Embora as fruteiras sejam culturas eminentemente de renda, o tamanho dos pomares e as quantidades produzidas raramente conseguem cobrir as necessidades das famílias. Elas precisam, portanto, de completar a renda com outras fontes. Este grupo é encontrado nas áreas mais úmidas de ambos municípios.

Fonte: Documento inédito "A agricultura familiar de Solânea e Remígio"

5.3.4 – O resultado do diagnóstico dos sistemas agropecuários: a formulação da(s) ‘problemática(s) técnica(s)’

É bastante frequente encontrar entidades prestadoras e equipes de ATEs que falam do diagnóstico como ponto de partida do trabalho de ATEs nos assentamentos. Em alguns casos, este exercício é feito mesmo que isto não seja uma obrigação contratual. Isto representa, ao nosso ver, um fato encorajador, já que, na sua forma mais convencional, a extensão já sabe previamente o que é que é bom para o agricultor e, portanto, não precisa de um diagnóstico.

Mas existem casos em que não se faz a ligação entre este momento de leitura da realidade e o trabalho de assessoria feito a seguir. Por exemplo, conversamos com equipes de ATEs que afirmavam que ainda iam fazer um diagnóstico, mas já sabiam quais eram os cursos técnicos que iam ser implementados depois do diagnóstico. O que queremos destacar aqui é que o discurso destes técnicos não colocava como elemento central do planejamento a questão da **análise** da performance dos sistemas produtivos (nas diversas dimensões), para poder construir a ‘problemática técnica’ do assentamento, e assim orientar a ação das equipes de assessoria.

É possível que, para os técnicos, esta ‘problemática técnica’ seja algo implícito. No entanto, seria importante que este tema da análise dos sistemas produtivos fosse mais explicitado. Na nossa opinião, a análise crítica dos sistemas produtivos é o ponto de partida de um bom serviço de assessoria técnica e, portanto, o ponto central de um bom diagnóstico. A escolha dos passos seguintes (se vão ser feitos cursos ou experimentos ou outras atividades) deveria ser feita em função dos resultados desta reflexão.

Esta ‘problemática técnica’ é o resultado da reflexão conjunta (das famílias assentadas com a equipe técnica) sobre os problemas e potencialidades encontrados nos sistemas diagnosticados. Nela busca-se elucidar as causas e efeitos destes. Muitas vezes, esta reflexão ‘junta’ problemas que inicialmente aparecem como diferentes, ao ficar evidenciado que um ou mais destes são, de fato, parte uma ‘problemática’ única.

A seguir vamos apresentar um exemplo de ‘problemática técnica’, trazido da região da Transamazônica, com o objetivo de tornar mais concreto este assunto.

** Agricultura Familiar, fronteira agrícola e sistemas produtivos na região da Transamazônica*

- Agricultura Familiar na região: uma trajetória comum

Uma liderança sindical com a qual conversamos fez um bom resumo da trajetória das unidades familiares na região. Referindo-se a um passado recente, ele falou que a prática tradicional dos agricultores familiares seguia um itinerário comum. Ao entrar numa terra, fazia-se uma agricultura de corte e queima, plantando principalmente arroz e outras culturas como milho e mandioca. Depois de uma, duas ou três safras o rendimento destas culturas passava a não ser mais compensador, e o agricultor implantava pasto, passando a derrubar uma outra área para plantar estas lavouras. Neste processo, chega-se ao ponto de não ter mais mata para cortar e queimar. O pasto assim implantado, em geral, não permite que a família possa sobreviver da criação de gado. Para muitos, a solução, então, é vender a terra e ir procurar outra mais adiante⁶¹. Em 2001 houve uma mudança da legislação ambiental – a reserva legal passou de 50 a 80% da área da propriedade – que veio reforçar este processo.

Assim, uns 20 anos atrás, a produção da AF era dominada pelo arroz, milho, feijão e mandioca. Também produzia bastante pimenta do reino. Por sinal, esta última cultura, por ser mais duradoura, introduzia uma lógica diferenciada na lógica apontada no parágrafo anterior. Mas a pimenta se mostrou bastante vulnerável (principalmente à fusariose) e não conseguiu se firmar como alternativa plena. Com o tempo, foram crescendo as áreas de pasto. A pecuária passou a ser a atividade predominante para a AF, tendo diminuído

⁶¹ Existe uma vasta literatura que confirma esta versão da liderança. Estes trabalhos mostram também que o processo na região da Transamazônica é muito parecido com o que aconteceu, e acontece, em outras regiões do Pará. (De Reynal, V., M. Muchagata, et al. 1995; Hurtienne, T. 1999; Ferreira, L. A. 2003; Sablayrolles, P. e C. B. Rocha 2003; Toni, F., M. G. Piketty, et al. 2007)

significativamente a produção das culturas alimentares tradicionais⁶². Os nossos entrevistados explicaram que a trajetória da enorme maioria das famílias assentadas segue exatamente os mesmos passos.

- A necessidade de mudar

Mesmo que a realidade a realidade seja mais complexa do que esta rápida descrição leva a crer, é possível afirmar que muitas unidades familiares estão acuadas. As lideranças do Movimento Sindical local afirmam que é preciso mudar a forma deles trabalharem no lote. E eles acrescentam que a direção geral das mudanças têm de ir no sentido de que a AF possa ‘se fixar num espaço’, já que a possibilidade de mudar para outra área é cada vez menor. Isto significa, para praticamente todas as unidades familiares da região em questão, intensificar a produção, no sentido de obter produção maior em áreas menores. Ou seja, vai ser necessário que cada hectare produza mais produto e mais receita.

- O gado é o vilão?

O processo acima descrito de expansão das pastagens e, conseqüentemente, da criação de gado tem levado muitos a condenar a chamada ‘pecuarização’. O problema principal é que o sistema de criação a pasto tem uma produtividade por hectare relativamente baixa. Para ter um rebanho que permita a sobrevivência econômica de uma família é preciso ter uma área grande de pasto, o que estimula o desmatamento. Assim, é bastante comum ouvir a afirmação de que o gado é o problema da Amazônia e que, portanto, seria necessário ‘erradicá-lo’ da região. E, continuando na mesma linha de raciocínio, gado na unidade familiar, nem pensar!

Mas o que muitos esquecem é que esta popularidade do gado tem a sua razão de ser. Segundo Toni et. al., a expansão da pecuária (na Transamazônica) “*ocorreu porque esta é uma alternativa de uso da terra que propicia benefícios seguros, ainda que pequenos, para a maior parte dos atores (...) Mais que a lucratividade, é a segurança o fator explicativo (...) da pecuarização da agricultura familiar na região. Essa segurança é inerente a aspectos técnicos (...), e deve-se também a existência de uma demanda segura e preços estáveis*”. (Toni, Piketty et al. 2007 : p. 152) Mais de um dos nossos entrevistados lembrou também que, para além destes fatores, o gado se transporta a si mesmo, característica muito apreciada numa região onde o transporte de mercadorias é, freqüentemente, muito difícil.

- A busca de novos sistemas produtivos mais ‘intensivos’

É muito interessante observar que esta busca de novas configurações dos sistemas produtivos está presente em trabalhos acadêmicos, mas também na realidade. Por exemplo, as lideranças sindicais de Altamira nos explicaram que nos assentamentos deles eles tinham vivido o processo da expansão do pasto, mas que eles estão experimentando com diversas inovações. Uma delas é o plantio consorciado da pimenta do reino com essências florestais. Outra alternativa pode vir a ser o cacau orgânico. Existem assentamentos onde estão sendo experimentadas práticas inovadoras em roças de culturas alimentares.

A EMATER de Altamira também está preocupada com a intensificação. Um caminho possível é trabalhar para melhorar o desempenho da própria atividade pecuária. Uma das alternativas neste tema é o de desenvolver a produção de leite, incluindo o melhoramento do rebanho, o plantio de áreas pequenas de cana forrageira, o fornecimento de sal mineral.

A literatura também fala deste tema. Sablayrolles e Rocha mostram que, na realidade da Transamazônica, os sistemas começaram a se diversificar relativamente cedo, já a partir da década 1970 - 80. O vetor principal disto foi a introdução de culturas perenes – principalmente cacau, pimenta do reino e café. (Sablayrolles e Rocha 2003) Mais recentemente foram introduzidas as culturas do urucum, do guaraná e da laranja. O aspecto mais interessante deste processo de evolução dos sistemas produtivos é que eles buscam em geral a **diversificação**. Segundo Ferreira, a agricultura familiar de Uruará tendia a uma certa estabilização no final dos anos 90. As culturas perenes têm contribuído para a consolidação da agricultura familiar neste contexto. Mas cabe notar que o gado é o outro pilar desta estabilização. Assim não há a temida especialização na

⁶² Com isto, uma parte importante do arroz consumido na região vem ‘de fora’. Nos dias atuais existem muitas famílias de agricultores compram uma parte muito significativa da comida que consomem (arroz, feijão, farinha, etc).

pecuária nem concentração fundiária na área estudada. Mas, por outro lado, o gado nunca sai dos sistemas. (Ferreira 2003)

- Este debate afeta os assentamentos?

Mas será que este debate e esta busca estão presentes nos assentamentos da região? A resposta é que sim, em todos os assentamentos de ‘terra firme’ que visitamos⁶³, o problema ambiental e a intensificação da produção agropecuária são questões que estão colocadas de forma bastante clara.

Para ilustrar estes propósitos vamos utilizar o exemplo de um assentamento no município de Santarém. Nele encontramos alguns lotes com uma cobertura vegetal de floresta importante. No entanto, esta mata já foi explorada pelo antigo proprietário e não tem mais madeira de valor econômico. Como os lotes deste PA são de 50 hectares, nos perguntamos o que é que uma família assentada poderia fazer com uma área de 40 ha., da qual não pode tirar praticamente nada. Já em outro caso, o INCRA tinha notificado a família por ela ter desmatado mais do que é permitido (os 20%). Assim ficou determinado que a família não poderia derrubar “nem mais um metro de mata”. Para a família, isto significa que ela teve que ‘congelar’ a sua atividade agrícola. Finalmente, em outro lote pudemos ver um agricultor que investiu muito no plantio de diversas culturas perenes – café, cupuaçu, pupunha, andiroba.

Este cenário apresenta vários elementos que fazem parte do debate que estamos tratando. Imaginamos que a equipe de assessoria que trabalha no assentamento possa ajudar a desenvolver, junto com os envolvidos, uma forma de trabalhar no lote da família notificada que seja, ao mesmo tempo, uma atividade produtiva e também de recuperação ambiental. Ao que tudo indica, os SAFs (sistemas agroflorestais) são capazes desta dupla serventia. Este trabalho pode aproveitar a experiência adquirida pelas famílias que já trabalham sistemas agroflorestais. As famílias com as quais tivemos contato também criavam gado, atividade que, pelo que vimos acima, certamente fará parte dos novos desenhos.

O segundo exemplo vem de um PDS no município de Anapu (PA). Neste assentamento, que é mais recente, foi colocado que a mata seria preservada, inclusive obedecendo a legislação, que diz que 80% da mata deve ser preservada. Neste PDS já foi elaborado um Plano de Manejo, que deve permitir uma exploração ‘controlada’ da mata desta reserva. Mas os assentados não têm pressa para iniciar esta exploração, e preferiram concentrar seus esforços iniciais para trabalhar os 20% restantes, para implantar culturas perenes, na forma de um SAF que tem o cacau como carro-chefe. Também neste caso, trata-se de derrubar e queimar o menos possível (mesmo que os sistemas não excluam totalmente estas práticas) e de produzir o maior valor possível numa dada área.

- E as equipes de ATEs nesta história?

Conforme dissemos anteriormente, uma tarefa crucial da equipe de assessoria técnica é a de construir a sua ‘problemática técnica’ para cada assentamento (ou conjunto de assentamentos próximos com problemática parecida). Este debate sobre a mudança na forma de trabalhar na Transamazônica tem tudo a ver com esta questão da problemática técnica, na medida em que estas questões relacionadas com o tema da produção agropecuária e da questão ambiental em assentamentos que visitamos. É muito provável que a problemática técnica seja igual ou muito parecida em outros assentamentos da redondeza.

Vale a pena destacar uma característica deste caso. É que a ‘construção da problemática técnica’ não é uma questão que se restringe ao universo dos profissionais técnicos. Neste caso, diversas lideranças mostraram ter opinião sobre o assunto. Este é, na nossa opinião, um elemento positivo que precisa ser valorizado.

- Comentário

Gostaríamos de realçar que esta ‘problemática’ da busca de sistemas mais intensivos no contexto da Transamazônica surge da reflexão motivada por diversos **problemas**. Em alguns casos é a diminuição da

⁶³ Nos assentamentos de várzea a questão produtiva e ambiental também se coloca, mas ela tem contornos um pouco diferentes. O que mais nos chamou a atenção nestes assentamentos foi o problema da pesca. Todos concordam em dizer que a atividade pesqueira está sendo feita de modo predatório. E o problema principal, neste caso, é que os principais responsáveis disto não são os assentados. A entrada de uma forma ‘capitalista’ via o sistema de ‘geleiras’ mobiliza recursos e gente de regiões que podem ser bem longínquas.

produtividade das roças. Em outros casos, o problema toma a forma da impossibilidade de plantar, já que a família não pode desmatar novas áreas no lote (tendo atingido o máximo de desmatamento possível) e plantou pasto nas áreas já abertas.

Neste exemplo já são apontados vários caminhos para enfrentar a ‘problemática’: a intensificação (maior produção e renda por unidade de área) do rebanho bovino, a mudança das práticas de cultivo para as lavouras anuais, a escolha de culturas perenes – que estão sendo testados. Na realidade, estes testes já são do domínio da ação pós-diagnóstico, mas vale a pena citá-los, para ilustrar o que estamos querendo dizer.

Finalmente, cabe reforçar a idéia de que **é a ‘problemática técnica’** assim formulada **que dá sentido às ações** que serão planejadas e implementadas a partir do diagnóstico. As atividades implementadas não devem ficar ‘soltas’, como se fosse evidente a lógica que define a sua escolha. Elas devem estar associadas a esta ‘problemática’, que deve permitir enxergar aonde se quer chegar com a assessoria, no âmbito técnico, em um certo lapso de tempo.

5.3.5 – Sobre o diagnóstico no ‘campo’ social

Vamos relembrar aqui diferentes temas que poderiam ser trabalhados dentro do ‘campo’ social (cf. seção 4.2):

- A documentação das pessoas;
- A situação da escola (acesso para crianças e jovens, prédio, professores, etc.);
- O analfabetismo (adultos);
- O acesso aos serviços de saúde;
- O acesso aos direitos previdenciários (aposentadoria, auxílio maternidade, etc.);
- O acesso ao Programa de Bolsa Família;
- A situação da habitação;
- As condições do acesso ao assentamento (estradas internas e externas);
- O acesso a água e energia;
- O saneamento (esgoto, resíduos, lixo, etc.);
- A situação da segurança alimentar e exclusão ‘aguda’;
- A situação da(s) organização(ões) do assentamento;
- Os conflitos e a convivência entre as famílias;
- A situação dos jovens;
- As relações com as autoridades municipais.

Esta lista abrange uma série de temas que, muito provavelmente, tem validade na maioria dos assentamentos onde trabalham equipes de ATES. Segundo os casos, poderão ser incluídos outros temas. Um exemplo poderia ser a existência de uma unidade coletiva de produção que, além das questões mais estritamente técnicas, apresenta aspectos de gestão e de relações políticas que seria necessário analisar.

Além destes assuntos, existem outros que é interessante para a equipe de ATES conhecer, mesmo que não signifique, em princípio, que seja realizado um trabalho com ele. Um caso destes é a questão religiosa. Por exemplo, pode ser interessante, para a equipe de ATES, saber que existem diferentes igrejas presentes no assentamento e conhecer minimamente como elas se organizam.

Então, o momento do diagnóstico é o momento de fazer uma reflexão sobre cada um destes itens (e de outros que não estão na lista e que sejam considerados importantes). Como é que se pode fazer isto?

Retomando aquilo que foi dito para o diagnóstico dos sistemas produtivos, reafirmamos que o diagnóstico ‘social’ não deve ser um trabalho apenas dos técnicos. De acordo com o seu caráter participativo, este diagnóstico não somente pode, mas deve ser realizado em conjunto com os principais interessados: as famílias assentadas, e também as suas organizações. Para a sua realização precisamos manter sempre em mente que este diagnóstico, assim como os demais, é principalmente um **exercício de reflexão sobre a realidade do assentamento.**

A organização prática deste exercício pode retomar os passos mencionados na seção sobre os diagnósticos dos sistemas produtivos. Se o diagnóstico social é realizado de maneira concomitante com o diagnóstico produtivo, então não é necessário refazer uma sensibilização das famílias. Em caso contrário, realiza-se um trabalho de sensibilização específico, podendo seguir, em linhas gerais, as recomendações⁶⁴ de Furtado e Furtado (2000).

O primeiro momento deste diagnóstico no âmbito social pode ser um primeiro levantamento dos problemas existentes no assentamento em questão nos diversos campos da assessoria social (cf. seção 4.2). O resultado será, muito provavelmente, uma lista bastante parecida com aquela apresentada na página anterior. Mas uma lista deste tipo é insuficiente para organizar a ação: é necessário investigar melhor o que significa cada uma destas questões.

Pode ser interessante então formar uma (ou mais de uma) equipe(s) de trabalho para investigar a situação do assentamento para cada um dos quesitos listados acima. Isto requer organizar reuniões para esmiuçar o significado destas questões. Assim por exemplo, poderá ser detalhado o que vai ser observado naquilo que se refere à educação, à saúde, etc.

Vários instrumentos poderão ser utilizados para a coleta de informação. Nestes momentos de preparação é possível que se chegue à conclusão que será necessário levantar dados mais precisos sobre: número de crianças em idade escolar, que estão ou não freqüentando a escola, sobre a quantidade de pessoas que não têm documentação ou que, tendo idade suficiente, não conseguiram se aposentar, etc. Para realizar este tipo de levantamento pode ser aplicado de um breve questionário por pessoas que participam desta(s) equipe(s) de trabalho. Se for decidido que esta iniciativa é necessária (e este diagnóstico social está sendo feito junto com outros diagnósticos), é importante se acertar com a(s) equipe(s) que trabalha(m) com os demais temas, já que não faz nenhum sentido aplicar simultaneamente (ou quase) mais de um questionário no assentamento.

Depois da coleta em campo, é importante sistematizar estas informações. De posse das informações organizadas, o(s) grupo(s) de trabalho deverão chegar a conclusões sobre a situação de cada um destes quesitos. É esta reflexão que identificará os principais problemas que precisarão ser trabalhados no ‘campo’ social.

Assim como foi sugerido no quesito do diagnóstico produtivo, vai ser necessário socializar os resultados que forem sendo obtidos. Por isso, será necessário organizar momentos mais ‘amplos’ (seminários, assembléias, etc.), que devem ser pensados como oportunidades para uma participação maior.

5.3.6 – E o ‘campo’ ambiental?

Nunca é demais repetir que a grande maioria das atividades econômicas realizadas pelas famílias dos assentados tem uma relação direta com a dotação de recursos naturais do assentamento e do seu entorno. Assim, as atividades tais como a agricultura, a criação de animais (incluindo a piscicultura), o extrativismo (atividade que inclui a pesca, tão importante em diversos assentamentos), além de certas atividades artesanais, têm por alicerce os recursos naturais. Espera-se que esta relação entre a base destes recursos e a ‘saúde’ e a performance dos sistemas produtivos seja um tema central do diagnóstico destes últimos, que já foi tratado acima.

⁶⁴ Lembramos que os pontos principais sugeridos por estes autores são: a realização de reuniões com lideranças e também de eventos amplos, com o intuito de explicar detalhadamente o que se busca e o que será feito durante o diagnóstico, para todas as famílias. Depois deste momento inicial, pode ser interessante formar equipes de trabalho ‘mistas’ que possam realizar diferentes tarefas no decurso do processo. Na medida em que as diversas etapas forem sendo realizadas, novos momentos mais ‘amplos’ (seminários, assembléias, etc.) devem ser pensados para criar oportunidades de uma participação maior. (Furtado 2000)

No entanto, assim como deveria acontecer em qualquer imóvel rural, em todo assentamento existem APPs (Áreas de Preservação Permanente) e ARLs (Áreas de Reserva Legal). A localização e a preservação destas áreas de uso restrito e condicionado, destinadas à preservação da biodiversidade e outros recursos como a água, são obrigatórias por lei. (INCRA sd) Conforme reza a sua definição, a área e a localização das APPs varia em função do terreno (presença de riacho, córregos, ladeiras, morros, etc.). Já a ARL deve representar uma porcentagem do imóvel, que varia em função da região na qual está inserido o assentamento. A ARL se apresenta com diferentes formatos no interior dos assentamentos: ela pode estar em cada lote individual (com a porcentagem correspondente), ela pode estar em um só local (é chamada de reserva coletiva) ou pode ser uma mistura das duas situações anteriores (parte ‘coletiva’ e parte no lote). (Cf. Box N° 23, ao lado)

Estas áreas têm especial importância para a LIO (Licença de Instalação e Operação, conhecida como ‘licença ambiental’), que é expedida pelo órgão ambiental estadual e que condiciona diversos processos no assentamento. Cada assentamento tem uma situação específica naquilo que se refere a esta licença: pode não ter sido requerida ainda, pode estar em processo de obtenção ou pode ter sido concedida. Neste último caso, geralmente existem ‘condicionantes’, que são ações que devem ser realizadas para a licença manter a validade.

No caso dos assentamentos com LIO e com estas ‘condicionantes’ cabe, numa ‘leitura da realidade’ desta dimensão, tomar conhecimento delas e observar o seu andamento. Foram cumpridas as exigências que constam nelas? Por exemplo, foi cercada a ARL? Foram protegidas as APPs? Etc. Nos outros casos cabe, durante o diagnóstico, observar o estado das APPs e ARL, já que este tema é muito importante para o processo de licenciamento. Estas áreas estão preservadas ou muito degradadas? Qual a compreensão dos assentados com respeito a elas? Elas estão sendo utilizadas pelas famílias? Este uso é compatível com ‘o que deve ser’?

Em muitos casos, há um grande ‘déficit’ de ARL. Isto significa que o desmatamento no assentamento ultrapassou a porcentagem permitida. Neste caso, a recuperação da ARL deverá entrar em pauta na montagem da ‘agenda ambiental’. Neste momento de diagnóstico é importante saber quanta área precisa ser recuperada, onde ela se localiza, etc.

5.3.7 – Uma advertência

Percorrendo o Brasil e conversando com equipes de ATES e responsáveis de entidades prestadoras, constatamos que muitos falam da importância de realizar um diagnóstico, mesmo que isto não seja uma obrigação formal. Isto é um sinal alvissareiro.

No entanto, em muitos casos, as entidades entendem que fazer este diagnóstico é sinônimo de aplicar um questionário, para depois fazer uma ‘devolução’ dos seus resultados. As vezes, os planos de trabalho são traçados sem o aporte do diagnóstico.

A advertência que queremos fazer aqui é que **diagnóstico não é sinônimo de aplicação de questionário**. Vimos, nas páginas anteriores, que um questionário é apenas uma ferramenta de coleta de informação. As tabelas e gráficos que são elaborados a partir deste questionário não são um substituto para **a reflexão compartilhada sobre os diversos aspectos da vida do assentamento**, que é o **coração de um exercício de ‘leitura da realidade’**, tal com a descrevemos anteriormente. No exemplo do Box N° 24 abaixo, não era necessário aplicar um questionário para perceber que o cacau era uma preocupação central das famílias no campo da produção. E uma reflexão participativa sobre a implantação e o manejo destas roças seria

Box N° 23 – Definição de APP e ARL

A Reserva Legal (ARL) é uma área localizada no interior de um imóvel rural que deve ter uma proteção especial. Ela é necessária à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas. A área de RL dentro de cada imóvel varia de acordo com a região: abrange 80% da área na Amazônia Legal, 35% da área no cerrado localizado na Amazônia Legal e 20% da área nas demais regiões do país.

As áreas de preservação permanente (APP) são espaços que devem ser protegidos por serem de especial importância ecológica. Eles englobam as áreas na beira de riachos, igarapés, lagoas, açudes e nascentes. Também incluem topos de morro e encostas muito íngremes (declividade maior de 45°).
Fonte: INCRA sd

certamente um passo muito importante numa leitura da realidade produtiva do assentamento. Poderia ser inclusive uma oportunidade de aprendizado para a equipe técnica, se esta não for muito conhecedora do tema. Mas este não parece ter sido a forma de encaminhamento do diagnóstico neste assentamento.

Box Nº 24 – Diagnóstico versus questionário: um caso do Pará

Numa visita feita num assentamento no Pará, conversamos com dois membros da equipe da prestadora de ATES que trabalha neste assentamento. Eles nos explicaram que, embora esta tarefa não consta no contrato, eles fizeram uma ‘revisão’ do PDA. Para tal, fizeram entrevistas das famílias. Os resultados estavam sendo sistematizados, para depois serem ‘restituídos’ para os assentados.

Mas o planejamento do ano em curso foi feito sem esperar por esta ‘devolução’. No âmbito produtivo foram planejadas palestras sobre os quintais e implantação de hortas escolares. Nós estranhamos esta escolha, já que a atividade principal das famílias do assentamento era a cultura de cacau, e nenhuma atividade prevista tocava neste tema.

5.4 – Sobre o planejamento participativo

Concluída a ‘leitura da realidade’, primeiro momento ou passo do itinerário metodológico, espera-se que tenham sido identificados diversos temas ou questões, dos três âmbitos (técnico, social e ambiental), que precisam ser enfrentados. O principal objetivo do segundo momento ou passo - o planejamento participativo – é de construir uma agenda de prioridades, compromissos, ações e atividades a serem realizadas para a promoção do desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

É um momento privilegiado de diálogo, principalmente entre a equipe de ATES (a entidade prestadora) e as famílias assentadas. Também pode representar uma boa oportunidade para integrar outros atores sociais – o INCRA, a prefeitura local.

O momento inicial do planejamento propriamente dito é o resgate e explicitação dos grandes **problemas e potencialidades** do assentamento, seguido da identificação das **prioridades** de ação, dentre os grandes problemas e potencialidades. Depois cabe complementar com a definição das **metas** desejadas para cada prioridade e, finalmente, chega-se ao passo a passo de **atividades** necessárias para se alcançar as metas, conforme está descrito nos os itens a seguir:

5.4.1 – Os diferentes momentos do planejamento

O planejamento participativo geralmente é trabalhado de forma coletiva, em uma (ou mais) oficina(s), com a participação ampla das famílias do assentamento e a equipe de ATES. Em certos casos, podem ser convidadas entidades, ou até pessoas, que de alguma forma estão, ou poderão estar, envolvidos em diversas iniciativas de desenvolvimento referidas ao assentamento em questão⁶⁵. Este processo de planejamento pode ser dividido em etapas.

A) Resgate / explicitação dos problemas e potencialidades do assentamento

Esse é um momento em que se tem por objetivo a sistematização e visualização dos principais problemas e potencialidades do assentamento de modo a facilitar, no momento seguinte, a escolha das prioridades de ações para o período a ser planejado.

Embora a expectativa seja que os problemas e também as potencialidades tenham sido bem discutidos no momento dos diagnósticos, cabe retomar cada um deles para se ter a certeza de que as causas de cada problema foram bem identificadas e que as relações entre problemas que porventura possam existir tenham

⁶⁵ Como há geralmente toda uma lista de questões ou problemas nos assentamentos nos quais o INCRA tem pelo menos uma parte da responsabilidade, seria muito interessante poder contar com a presença de um servidor do INCRA em, pelo menos, algum momento do processo de planejamento...

sido mapeadas. Trata-se de identificar as causas fundamentais dos problemas (ou ‘nós críticos’)⁶⁶. Ao mesmo tempo, é preciso construir uma ‘visão sistêmica’ destes problemas, mesmo que eles não sejam trabalhados todos ao mesmo tempo.

Este momento de resgate e sistematização do objeto da ação para o período que está sendo planejado é também uma boa oportunidade para que as diferentes pessoas ou grupos do assentamento e também de fora explicitem as suas visões e expectativas, como vistas a descartar o que Simões e Figueiredo chamam de ‘demandas fabricadas’, que não correspondem a uma necessidade real e urgente. (Simões e Figueiredo 2002) Trata-se então de negociar a definição da demanda do assentamento.

Outro ponto que é importante nesta primeira etapa do planejamento é o de quebrar a ‘lógica de focos limitados’. Isto significa contextualizar os problemas, evitando que o foco da discussão seja unicamente a discussão dos problemas que o assentamento está enfrentando no seu dia a dia. Além disso, mais uma vez, é importante colocar em discussão as potencialidades existentes, cujo aproveitamento pode ser tão importante quanto a solução dos problemas. (MDA-SDT-PDHC 2004)

Pode ser interessante fazer uma ‘análise situacional’ dos diferentes problemas, de forma a resumir os diferentes fatores que informam o problema ou tema. A seguir apresentamos um exemplo deste tipo de instrumento, referido a um problema de infra-estrutura (acesso à água), que foi utilizado no PRA⁶⁷ feito em um assentamento do Ceará.

Quadro - Análise Situacional do Abastecimento d’Água	
Ambiente externo	
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Projeto S. José (que deve possibilitar a construção de uma adutora e um poço profundo). - INCRA (através da liberação do Crédito Semi-Árido e de recursos para construção do açude do Riacho do Boi). - Prefeitura de Quixeramobim (elaboração dos projetos das barragens subterrâneas – via crédito Semi-Árido – e elaboração de projeto de açude do Riacho dos Bois). 	<ul style="list-style-type: none"> - Demora na liberação dos recursos da adutora (o projeto está pronto). - Ausência de projeto para o poço profundo. - Demora da elaboração do projeto do açude do Riacho dos Bois e das barragens subterrâneas.
Ambiente Interno	
Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> - Boa organização dos assentados(as), capaz de reivindicar do poder público a construção das infra-estruturas necessárias: açude do R. dos Bois, adutora, barragens subterrâneas, poço profundo. - O Riacho dos Bois possui boa vazão d’água (nas chuvas). O seu potencial para acumular água no açude mencionado é boa, sendo capaz de abastecer não só a Carqueja, mas também mais três comunidades vizinhas. 	<ul style="list-style-type: none"> - A comunidade não acompanhou devidamente o andamento dos projetos da adutora e das barragens subterrâneas. - A comunidade ainda não definiu uma estratégia de como construir o poço profundo.
Nó(s) crítico(s)	
<ul style="list-style-type: none"> - A comunidade de Carqueja ainda não conta, dentro da sua própria área, com uma fonte segura de abastecimento de água para a população e os rebanhos nos anos mais críticos. 	

Fonte: (INCRA e SETAH 2007)

B) A definição das questões prioritárias

Em geral, as necessidades dos assentamentos são muitas. Por exemplo, no processo de diagnóstico e planejamento que deu origem ao PRA, um assentamento cearense chegou a definir 72 propostas de ação.

⁶⁶ No Planejamento Estratégico Situacional (um metodologia de planejamento sistematizada por Carlos Matus, que foi ministro do governo de Allende, no Chile), estas causas fundamentais são chamadas de ‘nós críticos’. (De Toni, J. 2004)

⁶⁷ A sigla PRA significa Plano de Recuperação do Assentamento.

(INCRA e SETAH 2007) Neste caso, estava se pensando num lapso de tempo maior. Na maioria dos casos, quando o assunto é um planejamento focalizado em um período definido (por exemplo, um ano), vai ser necessário um exercício de priorização. É sempre bom lembrar que quem atira em muitos alvos ao mesmo tempo, corre grande risco de não acertar em nenhum...

A escolha destas prioridades é quase sempre um exercício difícil. Cabe então pensar critérios para ajudar nesta priorização. Um critério interessante para orientar este exercício é escolher as questões (problemas e potencialidades) a serem trabalhadas cujos resultados positivos esperados possam significar o início das mudanças mais expressivas para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do assentamento. Por outro lado, de nada adianta investir todos os esforços em questões cuja complexidade, custo, etc. sejam fatores de forte inibição. Rolando Bunch recomenda, de forma bem sensata, iniciar com temas ou problemas que possam estar ao alcance dos envolvidos. Resultados rápidos geram mais entusiasmo e confiança, preparando os 'parceiros' para jornadas mais difíceis. (Bunch 1995)

C) Como enfrentar as questões prioritárias: a definição das ações⁶⁸ (com os seus objetivos)

Uma vez definidas quais são as questões – problemas, potencialidades – prioritárias, é preciso definir as ações de desenvolvimento⁶⁹ que devem ser montadas, para depois trabalhar cada uma delas. Neste processo geralmente são analisadas as diferentes alternativas que existem. É importante lembrar que para cada uma destas ações (ou programas) precisa de uma 'problemática' formulada (cf. seção 5.3) e da definição de um (ou mais de um) objetivo a ser alcançado.

Assim, por exemplo, os assentados da Carqueja mencionados acima identificaram várias formas de se aproximar da 'segurança hídrica' que almejam: a construção de um açude, a construção de uma adutora, a construção de um poço profundo, além de outras possibilidades. Foi assim que montaram uma ação que tem por objetivo assegurar a implantação destas três infra-estruturas.

Um ponto importante a ser lembrado é que é bem provável que as diversas ações despertem um interesse diferenciado entre as pessoas do assentamento. Assim, algumas sentem mais afinidade e interesse por um tema, e não pelo outro. Desta forma, vão se delimitando grupos de trabalho – muitas vezes chamados de 'grupos de interesse' – que serão os encarregados de realizar e/ou acompanhar as diversas atividades definidas para a ação.

⁶⁸ Conforme já dissemos anteriormente, as palavras usadas nos processos de planejamento podem variar. Seria possível, por exemplo, usar a palavra 'programa' para substituir aquela de 'ação'.

⁶⁹ Lembramos que, na seção 5.3, uma 'ação de desenvolvimento' foi definida como sendo "uma ação qualificada para a melhoria de vida dos agricultores, seja em relação aos estabelecimentos familiares seja em relação a um conjunto de famílias (de) um assentamento".

Box Nº 25 – O processo de planejamento em um assentamento sergipano

Em junho de 2001 foi criado um assentamento pequeno (15 famílias em uma área total de pouco mais de 200 ha), localizado à margem do Rio São Francisco no estado de Sergipe. Este PA fica relativamente próximo à sede do município, onde existe uma feira semanal com bastante movimento.

Em 2004 eles fizeram um exercício de diagnóstico e planejamento junto com a equipe de assessoria técnica. Foi constatado que as famílias cultivavam um pequeno roçado de sequeiro, criavam galinhas no quintal e tinham um rebanho de aproximadamente 30 de cabeças de gado. Mas a grande novidade do momento era a implantação, por uma empresa, de um sistema misto de irrigação, para atender uma área de 7,5 ha. de manga e coco. Os componentes do sistema de irrigação já estavam na comunidade e tinham sido iniciadas as instalações para o grupo moto-bomba.

Mas a ‘novidade’ do sistema de irrigação era vista ao mesmo tempo como possível benção e também como provável problema. É que os assentados tinham muitas dúvidas sobre a viabilidade técnica e financeira do projeto de irrigação da empresa em questão. As dúvidas vinham do fato de que existiam outros dois projetos praticamente idênticos, instalados pela mesma empresa e com as mesmas culturas, em duas comunidades vizinhas, que estavam desativados. Além deste ‘problema’, a outra questão que preocupava os assentados era a questão da água potável: mesmo estando praticamente na beira do São Francisco, o abastecimento das casas era feito em latas, e sem nenhum tipo de tratamento.

Foi então a partir destas ‘potencialidades’ e ‘problemas’ que foi iniciado o planejamento neste assentamento. No debate foram definidas **quatro ações** relacionadas com as ‘problemáticas técnicas’ que foram priorizadas. **A primeira ação visava a reorientação do projeto de irrigação**, dados os fortes indícios de inviabilidade do seu formato original, e considerando o grande potencial que tem uma área irrigada desse porte para 15 famílias, desde que bem conduzido. **A segunda ação trabalharia a problemática da consolidação e da intensificação da produção do rebanho bovino**, visando torná-lo uma opção econômica para as famílias. **A terceira ação visava iniciar um trabalho de produção de frutas e verduras**, para consumo e comércio local. E, finalmente, **a quarta ação visava resolver os problemas da água para consumo doméstico**.

A partir desta base, foi detalhado o planejamento, conforme veremos no Box Nº 26 a seguir.

Fonte: MDA-SDT-PDHC, 2004

D) A definição das atividades

O último momento do processo de planejamento é dedicado à definição das principais atividades que será necessário realizar para se chegar ao(s) objetivo(s) definido(s) para cada uma das ações priorizadas.

Em muitos casos, a realização de uma atividade dependerá de aportes e esforços diferenciados. Pode ser necessário, por exemplo, a obtenção de mudas ou sementes, a realização de um curso de capacitação, a organização do plantio, etc. É muito importante que, depois de acertar as atividades indispensáveis, o planejamento defina as diversas tarefas que são necessárias à realização da atividade, e que sejam definidas as pessoas (organizações) responsáveis por cada uma destas tarefas.

No Box apresentado a seguir, apresentamos uma visão parcial da matriz de planejamento do assentamento sergipano acima mencionado.

Box Nº 26 – Ações prioritárias, objetivos e atividades (do ‘campo’ técnico) definidos no planejamento em um assentamento sergipano

Ações	Objetivos	Atividades
A) Reorientação técnica do projeto de 7.5ha de irrigação.	A.1 – Projeto de 7,5 ha. implantado com a adequação técnica possível.	A1.1 - Conhecer Projeto Similar que não deu certo; A1.2 - Conhecer o projeto de irrigação na área e no papel; A1.3 - Fazer reunião com Banco; A.1.4 – Readequar a proposta técnica; A1.5 – Discutir nova proposta numa reunião com o MST, INCRA, Assentamento, prestadora de assessoria, BNB; A1.7 – Encaminhar Mudanças junto ao Banco e Empresa de Irrigação.
B) Aumentar a disponibilidade de forragens visando a manutenção dos animais.	B.1 – Unidade de 1,5 ha de capim elefante irrigado implantado;	???
	B.2 -2,0 ha de banco de proteína de glicíndia implantado	B.2.1- Mobilização e sensibilização dos assentados p/ visita à EMBRAPA; B.2.2 -Visita de intercâmbio na EMBRAPA, em Na. Sra. da Glória; B.2.3 – Implantação do ‘banco de proteína’.
C) Implantação de área comunitária para produção de hortifrutigranjeiro para consumo e comercio local.	C.1 - Horta orgânica de 1,5 ha implantada, com energia fotovoltaica, beneficiando 15 famílias.	C.1.1- Reunião c/ comunidade para construir subsídios para elaborar Projeto e proposta de gestão; C.1.2 – Elaboração (pela assessoria) da proposta técnica e de gestão; C.1.3 – Apresentação e discussão da proposta com a comunidade; C.1.4 – Ajuste à proposta técnica e conclusão do Projeto; C.1.5 – Assembléia de Aprovação do Projeto; C.1.6 – Encaminhamento do projeto à entidade financiadora; C.1.7 – Assinatura do contrato para liberação dos recursos.

Fonte: MDA-SDT-PDHC, 2004

5.4.2 – O planejamento nos diferentes ‘campos’ da ATES

Vimos em capítulos anteriores que as equipes de ATES precisam trabalhar não somente o domínio da produção agropecuária. Assim como na fase do diagnóstico foi feito um esforço de ‘ler a realidade’ de forma abrangente, na fase do planejamento é necessário tratar os três ‘campos’ de atuação: o tanto no aspecto produtivo, quanto nos aspectos social e ambiental.

5.5 – Observações sobre a forma de trabalhar no ‘campo’ técnico

Vamos lembrar aqui que, conforme já foi dito anteriormente, o sentido maior da assessoria proposta pelo Programa está em criar, reforçar e aprimorar as capacidades das famílias para que estas possam definir e implementar um ‘Projeto’ ou ‘Visão de Futuro’. A **reflexão crítica sobre a realidade**, nos seus diversos níveis, é o eixo que organiza este trabalho de reforço às capacidades das famílias. Esta reflexão é o caminho que deve permitir a aquisição de conhecimento por parte das famílias atendidas, sendo, portanto, a essência educativa do Programa.

Vimos, nas seções anteriores, que o processo de assessoria inicia-se com a ‘leitura da realidade’, que identifica e esmiúça os principais problemas e potencialidades. Por sua vez, no planejamento são definidas as ações a serem realizadas, considerando os problemas e potencialidades do passo anterior. Em geral, é necessário realizar um conjunto de atividades, que vão compor as ações mencionadas. Na presente seção vamos tecer alguns comentários sobre o formato das ações mencionadas e definir as atividades que deverão ser realizadas, no âmbito da produção agropecuária, para atingir os objetivos desejados.

Os problemas e potencialidades trabalhados nas fases de leitura da realidade e planejamento poderão ter níveis muito diferentes de elaboração. Em alguns casos o problema está claro para todos os envolvidos e já existem inovações identificadas que deverão ser testadas ou diretamente implementadas. Mas em outros casos, esta definição de problemas de inovações a testar não é conhecida previamente.

Na versão convencional de assistência técnica – quando havia um espaço para considerar os problemas de uma dada realidade – os técnicos chamavam para si a realização das tarefas de definir o problema, de buscar a solução e depois ‘recomendar’ às famílias a implementação de tal ou qual iniciativa. No Programa de ATES busca-se uma outra maneira de configurar ou formatar a intervenção. Em primeiro lugar, trata-se de ‘desenhar’ as ações de maneira tal que elas criem as melhores condições possíveis de aprendizagem, acompanhando os ensinamentos de Paulo Freire e de Piaget (cf. seção 3.8). Este é um dos principais produtos esperados da participação intensiva das famílias assessoradas neste processo.

Vejamos um primeiro exemplo. Num assentamento foi definido que havia a necessidade de enriquecer a dieta do rebanho com forragens de maior conteúdo protéico. Diversas culturas forrageiras foram identificadas como possíveis alternativas. Colocava-se então a questão: como proceder? Que atividades deviam ser realizadas pela assessoria para que as famílias interessadas pudessem escolher, e passar a utilizar, uma (ou mais) destas alternativas? Seria possível pensar numa série de palestras ou, talvez, num curso sobre o tema. Mas a experiência mostra que muitos dos participantes deste tipo de evento têm uma grande dificuldade em processar a informação oferecida, e transformá-la em ação. A pergunta então é: como fazer com que as atividades previstas no planejamento sejam capazes de provocar a reflexão dos participantes e transformar esta reflexão em ação?

Nas seções que seguem vamos discutir formas de organizar o trabalho, que têm como característica principal a sua afinidade com esta necessidade de criar boas oportunidades de aprendizado.

5.5.1 – O desenvolvimento participativo de soluções para a problemática técnica e a importância da experimentação

Falamos anteriormente (ver principalmente a seção 5.3.4) da importância que tem, para uma equipe de ATES, uma boa definição da problemática técnica a ser trabalhada em um assentamento (ou grupo de assentamentos). Geralmente, ela define uma ou várias questões a serem tratadas e incita à busca de inovações para enfrentá-las.

Nesta seção vamos defender a idéia de que a **experimentação** pode ser um excelente recurso para organizar a ação de assessoria rural na forma de um desenvolvimento participativo de soluções para a problemática levantada⁷⁰.

Pode parecer estranho falar de experimentação ao tratar de assessoria técnica. Afinal, é freqüente a associação desta palavra com a pesquisa científica, com seus laboratórios ou campos de pesquisa, e não tanto com a realidade de um assentamento ou com o trabalho de assessoria. No entanto o sentido desta palavra é bastante mais amplo, como podemos constatar numa consulta ao Dicionário Aurélio: experimentar significa “*submeter à experiência, pôr à prova, ensaiar, tentar, praticar*”.

Box Nº 27 – O que é uma ‘inovação’?

No contexto que estamos tratando, do desenvolvimento das unidades produtivas, das pessoas e dos assentamentos, a **inovação** é apenas a **expressão de um processo de mudança**. O inovador é quem produz e/ou utiliza a inovação.

Isto significa que é um processo relativo: algo que é inovação em um local, pode não sê-lo em outro.

Estas idéias reforçam a importância das fontes de inovação e da circulação fluida da informação para ajudar na mudança.

Fonte: (Pinon 1994)

Pelo que foi dito em capítulos anteriores, o papel das equipes de assessoria não é mais o de ‘convencer’ as famílias a adotar esta ou aquela nova prática ou técnica. Vimos que uma parte importante das atividades a serem implementadas visa testar uma ou várias idéias ou propostas, na busca de uma solução a um problema ou de uma forma de aproveitar uma potencialidade. Trata-se então de fazer com que estas ‘inovações’ sejam ‘submetidas à experiência’ ou ‘postas à prova’ nas condições locais (do assentamento, da família). Se lembrarmos que este tipo de experimentação é algo que as famílias agricultoras já fazem (cf. seção 2.3.9), trata-se de estimular e reforçar uma característica delas. Este é o sentido da experimentação como ferramenta

⁷⁰ Existe, na literatura sobre o tema que estamos tratando, um conjunto importante de referências que falam de “*desenvolvimento participativo de tecnologias*”. (Haverkort, B., J. v. d. Kamp, et al. 1991; Jiggins, J. e H. de Zeeuw 1992; Van Veldhuizen, L., A. Waters - Bayer, et al. 1997; Biggs, S. e G. Smith 1998) Elas têm em comum a ênfase colocada na experimentação participativa como elemento crucial do trabalho técnico com famílias camponesas.

de assessoria. Trata-se, na realidade, de gerar informação que ajuda na avaliação das ‘novidades’, alimentando o processo de ‘reflexão crítica’ que estimula o aprendizado, que, como vimos, deve caracterizar todo o processo de assessoria. (Pinon 1994)

Neste ponto, então, as tarefas principais para as equipes de ATEs são:

- i) estimular e apoiar a realização destes ‘testes’ por todos os meios possíveis;
- ii) fazer com eles sejam boas oportunidades de aprendizagem.

Isto requer que a assessoria tenha um papel importante no planejamento destas atividades. Na parte da implementação também poderá ser fonte de informação, etc. Em alguns casos, poderá ser necessário estabelecer uma ponte com outras entidades para facilitar a realização do experimento⁷¹. Por outro lado, a assessoria deverá ter um papel primordial na organização de atividades que facilitem a reflexão e, portanto, o aprendizado, que estes ‘experimentos’ podem gerar. Isto significa que a assessoria deve cuidar de registrar informações importantes, além de criar momentos específicos para que esta reflexão possa acontecer.

- Um exemplo

No caso citado do assentamento do Sudoeste do Paraná (cf. Box No. 16), a prioridade definida foi a busca de novas alternativas produtivas para fazer face à tendência de especialização na produção leiteira. Inicialmente foram identificadas a fruticultura e a apicultura como possíveis alternativas. Mas todos concordaram que estas alternativas serviam apenas como uma idéia inicial. Ninguém concordou em abraçar qualquer uma destas alternativas logo de início. Muitos apresentaram dúvidas de vários tipos relacionadas com estas atividades. Foi visto então que o melhor caminho seria o de ‘testar’ diversas opções concretas, para estudar a viabilidade de cada uma delas. Será que a produção de uva de mesa era possível tecnicamente no assentamento? Será que havia mercado para o produto? Será que o preço compensaria? Outros defenderam a possibilidade de produzir mel de abelha.

Depois de bastante discussão, as famílias combinaram com a equipe de assessoria que eles iriam testar ambas alternativas numa escala pequena. Também ficou acordado que o conjunto das famílias acompanharia de perto estes testes e participaria, na medida do possível, no financiamento dos custos. A partir desta decisão, foi formulado um plano de trabalho detalhado, que incluiu um curso de capacitação em apicultura, uma visita a uma comunidade vizinha que já produzia uva, além de uma série de atividades visando a instalação de um pequeno apiário e de uma área de videira. Também foram previstos momentos de reflexão sobre o andamento destas atividades.

O caso aqui retratado enquadra-se bem naquilo que chamamos de ‘desenvolvimento participativo de soluções’. Esta forma de organizar o trabalho pode ser usada para tratar os mais diversos assuntos, desde o combate a uma praga, até a busca de alternativas para reduzir o desmatamento nos assentamentos na Amazônia.

5.5.2 – O planejamento da unidade familiar

No capítulo 3 (item 3.5) vimos que **uma família só progride “com debate”**, e que este ‘debate’ deve chegar a todas elas. Isto significa que é necessário fazer com que o processo de reflexão crítica sobre a realidade e de organização da ação a ser desencadeada a partir dela, chegue ao maior número possível de famílias. Para

⁷¹ Esta ponte pode significar apenas uma consulta, na busca de alguma informação. Mas, em certos casos, tem sido possível articular uma participação bastante intensa de pesquisadores no trabalho de experimentação desenvolvido junto com agricultores, nas suas unidades produtivas. Por exemplo, no Território do Alto Sertão do Piauí e de Pernambuco, alguns pesquisadores da Embrapa Semi-Árido estão envolvidos na condução de CPP (campos de pesquisa participativa). Este é o nome dado pela Embrapa Semi-Árido a uma forma de interação entre o universo da pesquisa e a realidade dos agricultores familiares. Neste caso, os agricultores definem uma ‘demanda’ ou problema que os pesquisadores devem tentar resolver. Isto é feito com a montagem de experimentos na comunidade, com um desenho bastante estruturado, com ‘controle de variáveis’, e usando a prática tradicional como ‘testemunha’. Por exemplo, no Sítio Pimenta, do município de Dormentes, foi montada um CPP onde foram trabalhados sistemas de produção de caprinos e ovinos para corte, envolvendo manejo de pastagens nativas e cultivadas para pastejo direto e corte. (EMBRAPA-Semi-Árido 2007) Este tipo de articulação também tem acontecido na região da Transamazônica (PA) (Schmitz, H. 1996; Simões, A. 2001), no Vale do Jequitinhonha (Ribeiro, E. M., F. M. Galizoni, et al. 2006) e na Zona da Mata (Cardoso, I. M. e E. Ferrari 2006) em Minas Gerais, além de outros lugares.

algumas, a participação em eventos coletivos (o diagnóstico e planejamento, cursos, visitas de intercâmbio, etc.) é suficiente para entrar “no debate”. A reflexão provocada por estes eventos é suficiente para que a pessoa (e a família) possa (re)pensar a unidade produtiva e, mais amplamente, a vida da família. Assim, estas discussões, além das informações colhidas nestes diversos momentos, são suficientes para deslanchar processos de mudança nas unidades familiares.

Mas existem muitas famílias que pouco participam nas atividades coletivas do assentamento. Outras pessoas chegam a participar de atividades gerais, mas tem uma grande dificuldade na utilização dos ensinamentos e informações colhidas nestes eventos. Para estes casos, seria muito importante ‘levar o debate até a família’. Como fazer isto?

Uma idéia interessante para levar o debate até a família é a de fazer um exercício de planejamento de unidade familiar junto com estas famílias. A essência deste exercício é prover um estímulo para a realização de uma reflexão crítica sobre a unidade familiar. O começo tratará de fazer uma descrição e análise da situação atual da unidade produtiva. Para tal, pode-se lançar mão de ferramentas tais como o mapa (ou croquis) da propriedade (cf. seção 6.1.1). Esta análise da situação atual deve apontar problemas, pontos de estrangulamento, potencialidades, tal como o diagnóstico mais geral faz. Por sinal, em muitos casos, o diagnóstico mais geral poderá servir de guia para este exercício de reflexão sobre a unidade produtiva familiar.

O passo seguinte deve tratar de imaginar o futuro, considerando problemas presentes e também os ‘sonhos’ da família. Na medida em que a reflexão da família progredir, o desenho deste futuro num mapa ou croquis pode servir como registro e também como estímulo e suporte para o ‘debate’.

Finalmente, cabe ajudar a família a traçar um ‘plano’, definindo as etapas e as iniciativas que serão necessárias para atingir este ‘futuro’. (Cf. item 6.2) Nos casos em que isto se aplica, o planejamento da unidade familiar pode ser muito útil para definir o que vai constar no projeto de crédito de investimento.

Em momentos posteriores, este planejamento inicial pode servir de referência para continuar o processo de reflexão, através do monitoramento e avaliação do andamento do plano.

Lembramos que em diversos estados do país o serviço de ATES está exigindo a realização de visitas a todos as famílias do assentamento. Gostaríamos de observar aqui que esta atividade de planejamento da unidade pode servir para estruturar estes momentos de visita e assessoria direta às famílias.

5.6 – A implementação de uma agenda de trabalho no âmbito social

5.6.1 – Situando o trabalho ‘social’

Se considerarmos a história da extensão rural, trabalhar com o tema ‘social’ não é uma grande novidade. Siliprandi lembra que desde a década de sessenta, as equipes de campo contavam com uma ‘economista doméstica’, que difundia conhecimentos sobre saúde, alimentação, saneamento, através da organização de ‘grupos do lar’ ou ‘grupos de mães’. Também apoiava as mulheres nas suas atividades domésticas (costura, culinária, cuidados com as crianças, etc.). Esta mesma autora destaca também a existência de um viés clássico de gênero neste tipo de atividade, que “*se manifestava basicamente na negação do papel (das mulheres rurais) enquanto agricultoras*”. (Siliprandi 2002 : p. 41) Esta visão ‘tradicional’ do que é um trabalho social para uma assessoria rural ainda tem reflexos nos dias de hoje. Em visitas feitas a assentamentos em várias regiões do país encontramos diversos interlocutores que descreveram a atuação ‘social’ das organizações estaduais de extensão como sendo constituída por “ *cursos de costura e bordado, artesanatos, a criação de clube de mães*”...

A proposta do Programa de ATES no ‘campo’ social busca superar esta forma de tratar o tema. Não se descartam, necessariamente, os temas tratados antigamente, mas agregam-se outros, referidos à sustentabilidade, ao acesso aos direitos da cidadania e à organização. Mas a principal mudança está na forma de tratar estes temas. Não se trata apenas de ‘ensinar’ ou de ‘ajudar’; busca-se colocar o trabalho com os

temas ‘sociais’ na mesma perspectiva geral de busca da autonomia e do fortalecimento da iniciativa individual e coletiva dos assentados.

Conforme já foi dito anteriormente, existem diversos temas de trabalho nos assentamentos que podem ser catalogados como pertencentes ao ‘campo’ social. Na etapa de ‘leitura da realidade’ foram discutidos uma série de ‘quesitos’ que podem compor uma agenda de trabalho social. Acreditamos que não há receita pronta sobre a forma de montar e de executar esta agenda. Nas seções que seguem vamos discutir o trabalho com vários destes assuntos, na perspectiva de alimentar a imaginação das equipes de ATES que trabalham em campo.

5.6.2 – O acesso aos direitos básicos da cidadania

As informações que dizem respeito ao tema do acesso aos direitos básicos são levantadas, em princípio, no momento do diagnóstico do âmbito social. Com elas deve ser possível, então, a montagem de um quadro sobre a situação da documentação das pessoas do assentamento, do acesso à educação nos diversos níveis, do acesso aos serviços de saúde, do acesso aos diferentes direitos previdenciários. Neste mesmo rol pode ser incluído o acesso à Bolsa Família.

Em cada um destes pontos, o trabalho inicial é de comparar a situação encontrada no diagnóstico com a situação de acesso mínimo universal. Por exemplo, no âmbito da educação é direito de toda criança/ jovem poder cursar o ensino fundamental. Qual é a situação no assentamento neste ‘quesito’? Será que todas as crianças em idade escolar do assentamento estão matriculadas e assistindo aula? Se não, qual é o motivo? Se existe escola no assentamento, é também importante observar as condições em ela opera, já que muitas vezes estas são péssimas. Em seguida, é necessário trabalhar para resolver os problemas identificados.

Naquilo que se refere à questão da escola, em geral as questões levantadas dizem respeito à Prefeitura local, que é a instituição que tem por obrigação cuidar do ensino fundamental no município. Muitas vezes isto inclui garantir o transporte dos alunos para os alunos de 5ª a 8ª série. Caberá então registrar os diferentes problemas e entrar em contato com a secretaria de educação para colocar as reivindicações e exigir uma solução para elas. Como fazer isto? Cabe aos assentados reivindicar. Estes poderão destacar um grupo para isto, ou poderão delegar a tarefa para a diretoria da associação, ao ainda escolher uma outra forma. À equipe de ATES caberá apoiar no registro e sistematização destas reivindicações e ajudar a preparar o processo de negociação. Se for requisitada, poderá também acompanhar este processo. Este um bom exemplo do papel de interface entre as famílias assentadas e a esfera pública (neste caso a Prefeitura) que a equipe de ATES pode exercer. (LASAT-GRAAL 2008)

De forma parecida, se for constatado que existem pessoas que não possuem os documentos pessoais (carteira de identidade, CPF, carteira de trabalho), trata-se então de juntar as pessoas interessadas e discutir como fazer para preencher esta lacuna. Isto significa esclarecer os procedimentos que precisam ser seguidos para obter cada documento, indicar o lugar onde isto é feito, etc. Em certos casos, entidades do governo, como o próprio INCRA ou o MDA, têm organizado ‘mutirões’, que são iniciativas que facilitam a obtenção dos diversos documentos. Neste caso, os agentes de ATES poderão exercer o papel de ‘ponte’ (fazendo contato com o INCRA ou a Delegacia do MDA, por exemplo) entre estas iniciativas e o assentamento.

Outro tema que sempre aparece neste âmbito é o acesso aos benefícios da previdência (principalmente a aposentadoria especial do trabalhador/a rural, mas também auxílio maternidade, auxílio doença, pensão). Neste caso, é importante que cada pessoa conheça os seus direitos neste tema. Para uma pessoa poder ter acesso aos benefícios existem procedimentos que nem sempre são entendidos. Além disso, existem requisitos como, por exemplo, a comprovação da atividade rural para obter a aposentadoria. Frequentemente, os STTRs⁷² locais sabem bem o que é necessário neste caso, bastando para a assessoria fazer este *link* entre assentado e STTR. Mas, no caso do STTR não trabalhar este tema, ou fazê-lo de uma forma ‘não ortodoxa’ (pedindo dinheiro, por exemplo), pode ser necessário uma ‘intervenção’ mais direta da assessoria.

⁷² STTR – Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

No âmbito da saúde, coloca-se a questão do acesso ao atendimento em postos de saúde e hospitais, que freqüentemente é muito problemático. Mas também existem programas que buscam aproximar o sistema geral de saúde do usuário real: estamos falando do PSF (Programa de Saúde da Família), por exemplo. É importante ver se este tipo de programa está chegando ao assentamento. Quando este Programa não existe ou não chega ao assentamento, a solução deste problema pode ser encaminhada conforme vimos nos exemplos acima, com a equipe de ATES ajudando a organizar e fortalecer a reivindicação e depois dando suporte na negociação.

Mas, neste domínio da saúde, existe uma gama de possíveis iniciativas por parte das famílias e, portanto, da assessoria, que não dizem respeito diretamente às políticas públicas de atendimento de saúde. Estamos nos referindo, por exemplo, aos campos da prevenção sanitária e também da medicina tradicional ou popular. Siliprandi fala na possibilidade de trabalhar a questão educativa, “*com ênfase no conhecimento do próprio corpo e dos processos de saúde doença*”. (Siliprandi 2002 : p. 44) Em estreita ligação com isto, existem experiências nas quais a assessoria tem tido um papel importante no apoio ao resgate, qualificação e difusão de conhecimentos tradicionais no campo da saúde, sobretudo naquilo que se refere às plantas medicinais. Geralmente estas iniciativas vêm acompanhadas com um apoio à instalação e expansão de hortas deste tipo de planta.

O tema da segurança alimentar também tem uma ligação estreita com a questão da saúde. Neste ponto, vemos como tarefa da assessoria a identificação de situações críticas naquilo que se refere à esta questão, principalmente na população infantil. Aproveitar a experiência e o know-how da Pastoral da Criança (principalmente quando ela está presente na região) neste assunto pode ser muito útil. O tema das famílias mais excluídas será abordado um pouco mais adiante (cf. seção 5.6.7).

5.6.3 – A infra-estrutura

No caso dos assentamentos, o INCRA é responsável por uma série de itens que podem ser catalogados sob esta denominação de infra-estrutura. Trata-se de questões como o acesso a: habitação, estradas, água potável. Em muitos assentamentos, este acesso é precário ou deficitário.

Caberá ao diagnóstico fazer o inventário da situação. Com as informações em mãos, as famílias assentadas terão que planejar a sua ação. Em geral, trata-se de identificar o setor do INCRA que responde sobre o tema em questão e negociar como ele a solução dos problemas identificados. Em certos casos é possível procurar apoio junto a outros atores locais (como uma Prefeitura, por exemplo).

Existem circunstâncias em que as famílias podem participar do acompanhamento e da fiscalização dos trabalhos contratados pelo INCRA. Por exemplo, num assentamento visitado no Pará, uma empresa tinha sido contratada para construir e/ou melhorar as estradas internas do assentamento. Na reunião na qual participamos observamos que os assentados fizeram muitas críticas ao trabalho que a empresa estava fazendo. Mas eles não sabiam como era o processo de contratação do serviço. Quando os servidores que nos acompanhavam explicaram que havia um termo de referência e um contrato que determinava todos os detalhes do trabalho (bueiros, forma de compactação, etc.), ficou combinado que alguém do assentamento chegaria na Superintendência para pegar estes documentos, para eles poderem saber se a obra estava sendo feita conforme o contrato. De quebra, eles avisariam o INCRA se houver alguma discrepância. Dois dias mais tarde, uma das lideranças do assentamento passou na SR para buscar os documentos indicados.

5.6.4 – Os grupos de mulheres e o trabalho com jovens

* Os grupos de mulheres

Vimos, na seção 3.7, que é bastante generalizada a situação de desigualdade entre homens e mulheres no meio rural, que se manifesta de várias maneiras: desqualificação da contribuição feminina no trabalho familiar, menores oportunidades de contatos, de conhecimentos, etc., podendo chegar à violência em alguns casos. Isto também se reflete nos assentamentos. Vimos também que o caminho sugerido por equipes de assessoria que acumularam experiência com o trabalho em assentamentos com enfoque de gênero é aquele

de criar espaços específicos para que as mulheres possam se encontrar, conversar e, quase sempre, tomar diversas iniciativas práticas.

Mas o conteúdo trabalhado deve fazer com que estes Grupos sejam qualitativamente diferentes dos antigos ‘clubes de mães’. Embora eles possam decidir, numa certa altura, de trabalhar com algumas atividades consideradas tradicionalmente como ‘femininas’, nestes Grupos de Mulheres um ponto básico é eles serem um espaço no qual as mulheres possam expressar-se livremente. Agentes de ATES que trabalham com esta perspectiva nos falaram da necessidade de escutar as mulheres. Isto tem permitido perceber, por exemplo, o quanto é importante para elas a questão de ter uma renda própria. Esta é uma ferramenta poderosa para o fortalecimento da mulher dentro de casa. É isso que faz com que muitos grupos de mulheres caminhem para a constituição de grupos produtivos.

Mas as atividades destes Grupos de Mulheres sempre incluem momentos de reflexão sobre os diversos aspectos do tema das desigualdades de gênero e também sobre a ‘caminhada’ do próprio grupo. Também são discutidos temas como documentação, saúde da mulher, além de iniciativas concretas de geração de renda. Cabe salientar que a criação de espaços ‘exclusivos’ de mulheres é muito importante para discutir alguns temas que podem ser considerados ‘delicados’, como aspectos da saúde reprodutiva, doenças venéreas, etc. É importante que estes Grupos de Mulheres recebam apoio das equipes de ATES que trabalham no

assentamento. Por exemplo, o Grupo de um assentamento visitado no Ceará, teve o apoio dos técnicos de ATES para organizar o curso de costura que tanto empolgou as mulheres de lá. (Ver Box N° 28, ao lado.)

Box N° 28 – O Grupo de Mulheres do Assentamento Santa Elisa / Carqueja (CE)

O Grupo de Mulheres vinha se reunindo há algum tempo. Em 2007 surgiu a idéia de realizar um curso de corte e costura no próprio Assentamento. Este evento foi organizado pelo próprio Grupo de Mulheres, com ajuda da equipe de assessoria. Elas conseguiram o apoio de um órgão estadual chamado Ação Social. Terminado o curso, o Grupo “*deu uma parada*”. Mas elas têm planos para continuar funcionando. Quando perguntamos se não seria melhor que cada mulher fizesse seu trabalho de costura em casa, elas responderam que não: a ‘graça’ é justamente sair de casa um pouco, conversar, etc. Por isso elas estão procurando um lugar para poderem se reunir. Elas pensam que poderão obter recursos para ‘ajeitar’ uma casa que está disponível no assentamento.

Fonte: Sidersky e Jalfim, 2009

Lembramos que, conforme dissemos no item 3.7, a luta por um maior protagonismo das mulheres não se esgota na formação destes grupos. É necessário estar sempre atento para que o ‘viés de gênero’ tradicional não limite as oportunidades das mulheres em todos os aspectos da vida da família e do assentamento. Isto pode significar, por exemplo, garantir vagas para mulheres numa viagem de intercâmbio ou num curso. Significa também estimular candidaturas femininas em cargos na associação, etc.

Tem uma outra dimensão do trabalho com mulheres que gostaríamos de registrar aqui. Onde existe uma organização de mulheres mais ampla – como, por exemplo, Comissões de Mulheres nos STTRs, ou Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) ou Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu, etc. – é sempre interessante incentivar uma aproximação das mulheres do assentamento com esta organização.

* Os jovens

Em muitos lugares existe, nos próprios assentamentos, uma preocupação com os jovens. Em geral ela é variada e, por vezes, difusa: refere-se ao problema da violência e criminalidade (que já chegou a muitos assentamentos), mas também a uma falta de oportunidades e perspectivas.

Entre os jovens também é possível perceber um certo mal-estar, mais ou menos marcado segundo os casos. Frequentemente ouve-se falar de ‘falta de espaço’... Um jovem, filho já adulto de assentado, foi mais longe na sua conversa conosco. Ele nos explicou que o assentamento foi criado pensando no assentado, mas não na família como um todo. A associação do PA dele reflete isto, preocupando-se quase que exclusivamente com os problemas do assentado. Nela não tinha muito espaço para os temas dos jovens, por exemplo. Foi isto que levou um grupo de jovens do assentamento a se organizar ‘por fora’. Eles decidiram criar uma associação própria, dos jovens. Nosso interlocutor explicou que não era uma ‘dissidência’. Ao contrário, eles trabalham juntos em muitos temas. Mas a associação dos jovens abre mais espaço para os problemas, idéias, iniciativas

deste grupo. Assim, eles conseguiram pensar um projeto produtivo próprio e, com ajuda da assessoria, conseguiram um pequeno financiamento fora dos circuitos ‘normais’ (tais como os créditos do INCRA e o PRONAF).

Em vários estados, os grupos de jovens têm abraçado temas vinculados à área cultural. Por exemplo, há grupos de jovens jogando capoeira no PA Santa Alice, no RS. Soubemos também de grupos de jovens trabalhando com teatro na região de Apodi no RN. O exemplo mais amplo e completo deste tipo de iniciativa vem do Ceará. (Cf. Box Nº 29 ao lado.) Neste estado, a própria SR é pioneira, sobretudo ao decidir trabalhar com a ‘arte’ como elemento mobilizador e ‘agregador’ na comunidade e, principalmente, como atividade de inspiração e mobilização para a juventude.⁷³

Um outro domínio que atrai a juventude e que é ao mesmo tempo fator de integração social é o esporte. Muitas vezes um pequeno investimento no apoio a uma maior organização desta atividade rende frutos importantes. Por exemplo, a Emater do município de Hulha Negra (RS) trabalhou na organização de jogos inter-escolares que congregam jovens de todos os assentamentos da região. Nos eventos mais recentes eles conseguiram incorporar os jovens de escolas de comunidades ‘tradicionais’, fato visto como muito positivo por praticamente todo mundo no município.

Box Nº 29 – ‘Arte e Cultura’ no PA Todos os Santos

Neste assentamento existe um grupo de teatro, criado há aproximadamente sete anos, que adotou o nome de “Carrapicho”. É formado por 16 jovens. A professora do assentamento “*é quem organiza*”. O trabalho deste grupo não se restringe apenas ao assentamento. Com o tempo ele foi ganhando experiência e confiança: o Carrapicho “*já correu o estado inteiro*” segundo um entrevistado. Já se apresentou na capital Fortaleza.

Inicialmente, este Grupo recebeu o apoio de uma iniciativa inovadora da SR: o Projeto Arte e Cultura na Reforma Agrária. Mais tarde, este apoio foi ampliado, com a elaboração do projeto “Pontão de Cultura”, que foi apresentado ao Ministério da Cultura (Minc). Com este projeto aprovado, o Grupo pode expandir as suas atividades. Em 2009 eles estavam organizando oficinas de capacitação em outros 18 assentamentos das redondezas.

No assentamento vizinho de Tiracanga foi criado um grupo de jovens parecido, que se dedica à dança.

Fonte: Trabalho de campo.

5.6.5 – O fortalecimento da organização local

É fato bastante conhecido que a organização comunitária é frágil em muitos assentamentos. Consta-se com uma certa facilidade o quanto esta fragilidade das organizações é um entrave, um obstáculo para o desenvolvimento das famílias e do próprio assentamento. Por outro lado, o contato com assentamentos onde a organização é forte permite vislumbrar a dimensão das possibilidades que se abrem para estes. Existe um consenso bastante amplo: espera-se que as equipes de ATES possam dar uma significativa contribuição para a superação deste problema. De fato, o fortalecimento das organizações deve figurar como uma prioridade para uma assessoria de ‘foco amplo’, como é a que o Programa de ATES se propõe a fazer.

Vamos partir do pressuposto de que esta ‘fragilidade’ é causada por inexperiência e falta de conhecimentos⁷⁴. A questão colocada é: como contribuir para fortalecer a organização? Uma resposta bastante comum a esta pergunta é montar um curso sobre associativismo para os diretores da(s) organização(ões) em questão. Nós achamos que este talvez não seja o melhor ponto de partida para esta questão.

Existem caminhos diferentes. Numa visita que fizemos em diversos assentamentos, pudemos observar que um simples ‘acompanhamento’ das associações pode ter um efeito extremamente positivo. Com ele, a equipe de assessoria ajuda a resolver diversas questões práticas, com aquela da regularização da documentação. No entanto, as conversas com membros destas associações enfatizaram que o que foi mais importante foi a presença regular, e a formação feita na prática das pessoas da associação para o desempenho das diferentes tarefas que são necessárias para o bom funcionamento das organizações comunitárias. Uma presidente de

⁷³ A SR do Ceará montou o “Projeto Arte e Cultura na Reforma Agrária”. Cabe registrar que este Projeto conta com uma equipe na SR, que tem por função apoiar as iniciativas que forem aparecendo nos assentamentos. Um dos aportes desta equipe tem sido o ‘descobrimto’ de políticas (como aquelas do Minc - Ministério da Cultura - ou aquelas da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agrário) que podem apoiar iniciativas culturais nos assentamentos. Ao mesmo tempo, o Projeto tem tido uma boa receptividade no INCRA Sede e existe a perspectiva do Projeto se tornar uma iniciativa nacional.

⁷⁴ Cabe apontar que em certos casos, o mau funcionamento não é exatamente ‘fragilidade’. Pode ser causado, por exemplo, por dirigentes ‘espertos’ demais, que agem em proveito próprio. Nestes casos, a solução passa por outro caminho que não a capacitação...

associação afirmou que, antes, eles estavam “ *muito perdidos* ”, e que a assessoria ajudou eles a encontrarem um caminho. (Sidersky e Jalfim 2009) E quais são estas tarefas tão importantes para uma associação? Fora a questão da documentação mencionada, um elemento central é a contabilidade da associação. Como geralmente as associações têm que gerir recursos financeiros, é imprescindível que elas tenham uma contabilidade funcional e mantida em dia. Esta ferramenta é um elemento importantíssimo para uma boa prestação de contas, por sua vez um elemento essencial de ‘transparência’, de boa gestão e, no fim das contas, de boa convivência. Trabalhar os elementos básicos para isto pode requerer um momento de capacitação mais estruturado (um curso, por exemplo), mas é o acompanhamento regular que garante uma boa ‘digestão’ do aprendizado.

Um outro elemento importante está relacionado com a organização das reuniões. Conversando com a diretoria de uma associação, eles nos disseram que um dos aprendizados mais importantes naquilo que se refere à associação foi a questão da preparação prévia das reuniões amplas e assembleias. Antigamente, a diretoria se encontrava na mesma reunião, sem ninguém ter pensado numa pauta, numa forma de abordar os assuntos, etc. Com o acompanhamento, perceberam que isto dificultava as coisas. Agora um grupo da diretoria se encontra antes da reunião para montar a pauta, para juntar informação pertinente, etc., prática que mudou a qualidade destas reuniões. Esta forma de atuar, somada a um maior cuidado na prestação de contas, favoreceu uma significativa melhora do ‘clima’ das reuniões e, conseqüentemente, a própria associação passou a funcionar melhor. Tanto é assim que eles conseguiram retomar a realização de tarefas ‘gerais’ do assentamento através do trabalho comunitário, coisa que não se conseguia fazia um bom tempo.

Finalmente, a simples presença da assessoria nas reuniões, mesmo que seja como observadores, pode ajudar a mediar conflitos, a esclarecer dúvidas. Esta presença permite à assessoria de colher elementos para continuar o processo de melhoria da gestão.

Estes elementos colocados, que têm como referência a associação, também são válidos na assessoria de outras formas de organização (como os grupos dos quais falamos anteriormente), sempre com as devidas adaptações.

Uma outra dimensão muito associada à organização é a relação mais formal com o ‘mundo externo’. Neste ‘mundo’ tem especial importância a Prefeitura local. Mais uma vez, o processo de ‘acompanhamento’ que inclui a preparação dos momentos de contato, a avaliação dos resultados, etc., é um bom método de fazer crescer as capacidades do grupo.

Em alguns casos, as necessidades das famílias passam a exigir uma evolução no âmbito organizativo, para poder dar guarida à montagem de iniciativas econômicas mais amplas (com a montagem de uma unidade de beneficiamento da produção, por exemplo). Esta nova forma organizativa pode manter o formato de associação ou adotar uma outra forma, como cooperativa ou micro-empresa. Mas o que queremos ressaltar aqui é que, em geral, um bom funcionamento da associação como entidade de representação do PA deve ser visto quase como uma condição para dar este ‘salto’ para montar uma iniciativa econômica coletiva. Gostaríamos de registrar aqui que o processo de consolidação de uma organização comunitária ‘elementar’ que funciona bem pode ser um elemento pedagógico da maior importância para poder enfrentar desafios provavelmente mais complexos, como a montagem de uma iniciativa econômica (seja qual for o modelo jurídico adotado: associação, cooperativa ou

Box Nº 30 – Sobre a cooperativa COAPAR

A Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Pequenos Produtores da Região Noroeste de São Paulo (COAPAR) foi fundada em 2003, visando inicialmente a organização dos seus associados para poder comercializar o leite. Hoje tem mais de 600 cooperados distribuídos em todos os assentamentos da região, e comercializa uma média de 20.000 litros de leite por dia. A cooperativa viabilizou a assinatura de um convênio com o PAA da CONAB, o que significou uma melhoria significativa do preço obtido pelo leite dos cooperados. Além disso, a COAPAR opera uma loja de insumos, uma fábrica de ração e projeta expandir as suas atividades com a instalação de um laticínio.

Mas esta situação bem positiva constatada na atualidade foi conseguida com muito sacrifício. Basta mencionar que uma das empresas com as quais a COAPAR firmou o primeiro contrato de venda de leite não honrou o seu compromisso, criando um ‘rombo’ importante. Para fazer frente a este problema, os assentados cooperados decidiram que iriam ratear a dívida entre todos. Hoje, com o bom funcionamento da COAPAR, os cooperados puderam dividir lucros.

Como lembram os próprios cooperados, os progressos da COAPAR só foram possíveis por causa da “união de todos”. E isto foi possível, em grande parte, graças à experiência adquirida pela participação nos movimentos.

Fonte: (INCR-SP 2010)

de micro-empresa). É por meio desta experiência que as pessoas envolvidas podem ensaiar e interiorizar os diversos elementos importantes de uma boa gestão – tais como o registro sistemático das operações, a manutenção de uma contabilidade exata, a transparência, etc.

Em geral, este tipo de iniciativa exige uma capacitação mais intensiva em temas como contabilidade, gestão financeira, comercialização, etc. Neste caso, o ‘acompanhamento’ acima discutido pode não ser o suficiente, embora ainda possa ser muito útil.

5.6.6 – Sociabilidade e lazer

Foi dito, no Capítulo 2 (seção 2.3.7), que a agricultura familiar está estabelecida em comunidades, sítios, bairros rurais, etc. Vimos também que os mecanismos de reciprocidade e cooperação, que se constituem como laços sociais importantes nestas localidades, são instrumentos muito importantes, que ajudam a fazer frente a um entorno freqüentemente bastante hostil.

Por outro lado, é preciso ter sempre presente que a simples instalação de um assentamento não significa que foi criada uma ‘comunidade’ no sentido referido acima. Em muitos casos as pessoas mal se conhecem, não existindo vínculo algum entre as famílias. Isto dificulta o funcionamento dos mecanismos de cooperação citados. Com o tempo, estes vínculos vão se formando: os jovens se casam, as amigas se criam e fortalecem, os mecanismos de reciprocidade aparecem, pouco a pouco.

Reforçar processos que acelerem a formação dos vínculos sociais que caracterizam uma comunidade familiar camponesa é certamente uma tarefa importante para uma equipe de ATES, principalmente nos assentamentos ‘jovens’ (com poucos anos de criados).

Vários dos temas tratados anteriormente neste item sobre assessoria social têm uma relação com esta problemática. Por exemplo, uma associação que funciona razoavelmente é benéfica para o tema da sociabilidade, enquanto que uma associação muito problemática alimenta os conflitos e enfraquece os vínculos entre as famílias. Outras iniciativas, como os grupos de mulheres, grupos de teatro, a música e o esporte, são também formas de estimular esta sociabilidade.

É este desejo que criar vínculos sociais que está na base de iniciativas simples, mas eficazes, de organizar momentos de lazer. Assim, uma entidade prestadora que trabalhe no Pará tinha um sistema que permitia, em dias e horários combinados, passar filmes nas comunidades com um computador e um projetor ‘data show’. Esta mesma prestadora também investe muito esforço na organização de dias de festa, tal como o Dia das Mães.

5.6.7 – O delicado tema dos ‘excluídos’

Quando se visita um assentamento não é difícil descobrir que existem diferenças bastante pronunciadas entre as famílias. Em praticamente todos existem famílias em situação econômica e social muito difícil, que pode desembocar na situação extrema de fome. São estas as famílias excluídas.

Em certos casos esta situação se deve a problemas de comportamento (alcoolismo) ou de saúde mental ou física. Mas existem famílias que vivem presas nas necessidades imediatas e que mal conseguem aproveitar o lote que lhes foi adjudicado. Em geral estas famílias são de casais jovens com filhos pequenos, que chegaram ao assentamento sem nenhum patrimônio. Nestes casos, o agricultor vive por meio da venda da sua força de trabalho e mal consegue cultivar nem criar.

Para a equipe de ATES é importante, num primeiro momento, tentar identificar estas famílias em dificuldade. Em seguida cabe agir. O que é que pode ser feito diante de situações críticas? O acesso aos programas de complemento de renda (Bolsa Família) é, certamente, uma ferramenta crucial nestes casos. Montar ações que permitam um incremento da produção de auto-consumo (hortas caseiras, criação de aves, roças de culturas alimentares, etc.) também pode ser uma via interessante.

Num segundo momento, refletir com elas sobre a melhor forma de construir fontes de renda (monetária e in natura). O fortalecimento dos laços comunitários e a ajuda dos vizinhos e colegas podem se tornar um recurso interessante neste contexto.

5.7 – A agenda ambiental

Conforme vimos no tópico 5.3.6, a agenda que trata dos sistemas produtivos deve, se espera, tratar também da preservação e da recuperação dos recursos naturais dos quais estes sistemas dependem. Vimos, no entanto, ao tratar do diagnóstico ambiental, que uma atenção especial deve ser dispensada às áreas de preservação permanente (APP) e área de reserva legal (ARL).

Gostaríamos de colocar, como premissa organizadora da ação da ATES na questão ambiental, que o objetivo principal, neste ponto, deve ser o de integrar estas áreas (APP e ARL) nos sistemas produtivos do assentamento, mesmo que elas precisem ter um tratamento ‘especial’. É claro que esta incorporação não significa transformar estas áreas em pastagens ou roças convencionais: ao contrário, trata-se de inventar formas criativas de torná-las mais úteis para a família e, ao mesmo tempo, preservar a vegetação natural. Esta incorporação é, entendemos, a melhor forma de garantir a preservação destas áreas. De forma paralela, será necessário trabalhar uma educação ambiental para que as famílias possam entender melhor a função destas áreas e identificar os benefícios ‘ambientais’ que elas prestam para todos.

Vale a pena registrar que, embora existam algumas restrições, é possível fazer uma utilização econômica da Reserva Legal (inclusive com retirada de madeira), desde que seja feita de forma sustentável e com aprovação do órgão ambiental estadual e, no caso dos assentamentos, do INCRA. As áreas de APP têm restrições maiores, mas podem ser aproveitados alguns produtos, como os frutos, por exemplo. (INCRA sd)

A utilização econômica da ARL está condicionada à elaboração de um Plano de Manejo, que deverá ser aprovado pelo INCRA e pelo órgão ambiental estadual. Este documento precisa ser assinado por pessoa habilitada (engenheiro/a florestal).

Muito freqüentemente a questão ambiental (das APP e ARL) nos assentamentos precisa ser colocada em termos de ‘passivo ambiental’⁷⁵. Isto significa que o assentamento está ‘devendo’ neste quesito. Nestes casos, está na ordem do dia um esforço de recuperação destas áreas.

Algumas informações são cruciais na hora de pensar ações de recuperação dos recursos naturais. No caso das ARL, é importante saber que é possível fazer esta recuperação mediante a implantação de sistemas agroflorestais (cf. Box N° 30 abaixo). (INCRA 2009)

Box N° 31 – O que é um Sistema Agroflorestal (SAF)?

São sistemas sustentáveis de uso da terra que combinam, de maneira simultânea ou em seqüência, a produção de cultivos agrícolas com plantações de árvores frutíferas ou florestais a/ou criação de animais, utilizando a mesma unidade de terra a aplicando técnicas de manejo que são compatíveis com as práticas culturais da população local. (INCRA 2009)

O desenho deste tipo de sistema - esta combinação de cultivos, de árvores e de possíveis produtos - varia conforme a região, conforme os objetivos procurados, etc. Já existem muitos ‘modelos’ que estão sendo testados nas diversas regiões do país, tais como os módulos demonstrativos de recuperação de áreas degradadas de Cerrado (MDR – Cerrado), o manejo agrossilvopastoril da caatinga, diversos modelos em torno da cultura do cacau, ou do café, etc.

No caso de assentamentos com LIO, vimos anteriormente que geralmente existem ‘condicionantes’ (ou ações a realizar para diminuir o ‘passivo ambiental’). Quando é preciso recuperar ARL e APP, isto aparece certamente nestes ‘condicionantes’. Para estes assentamentos existe a possibilidade de obter recursos junto

⁷⁵ A bem da verdade, embora os assentados sejam acusados freqüentemente de ‘vilões ambientais’, em muitos casos este ‘passivo’ foi herdado dos antigos proprietários. Em outros casos, houve uma mudança de legislação que criou um ‘passivo’ de repente: em 2001 mudou a legislação sobre a ARL na Amazônia, passando de 50% para 80% da área; muitos assentados antigos, que mantinham áreas de RL dentro do permitido, depois desta mudança passaram a ter um ‘passivo ambiental’.

ao INCRA, com o propósito de recuperar os recursos apontados nos ‘condicionantes’ (APP, ARL ou solos). Para tal é necessário elaborar um “*projeto de recuperação e conservação de recursos naturais*”⁷⁶. Este tipo de projeto é interessante já que contempla recursos para a recuperação propriamente dita (plantio de mudas, etc.), mas também para a proteção das áreas (cercas) e até para financiar atividade produtivas que valorizem os produtos obtidos nestas áreas. Entre as atividades produtivas citadas no Manual encontram-se a apicultura, o artesanato, etc). Estes projetos sempre devem incluir um componente de educação ambiental. (INCRA 2006) Obtida a aprovação do projeto, cabe a sua implementação.

Não resta dúvida de que, com os Planos de Manejo e com a implantação de sistemas agroflorestais, as áreas protegidas ficarão mais próximas da vida real dos assentados. Com isso, será mais fácil eles perceberem a vantagem de cuidar bem destas áreas.

⁷⁶ Estes recursos (da Ação 2B06), que podem chegar a um máximo de R\$ de 3.000,00 por família, são recursos a fundo perdido. Cabe lembrar que um projeto deste tipo não financia uma família individualmente, mas sim um grupo, ou o assentamento como um todo. Existe um Manual, disponível no site do INCRA (http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_docman&Itemid=141) que fornece mais detalhes sobre a elaboração do projeto e sobre o processo de aprovação, etc. (INCRA 2006).

Capítulo 6 – Algumas ferramentas

A realização das diferentes etapas do itinerário metodológico proposto neste documento só poderá ser feita com o concurso de ferramentas ou instrumentos. Assim, por exemplo, o diagnóstico inicial necessitará de diversas técnicas de levantamento de informação. Outras ferramentas poderão ser úteis na análise que é o cerne da leitura da realidade. De forma semelhante, o planejamento, a implementação e a avaliação do trabalho deverão contar com instrumentos para a sua realização.

O presente capítulo tem como objetivo discutir algumas das muitas ferramentas que existem para auxiliar um trabalho de assessoria rural, dando prioridade àquelas que mais se ajustam às características inovadoras da assessoria oferecida pelo Programa de ATES.

Existem diversos trabalhos publicados que tratam este tema, e que vale a pena consultar. No presente documento, utilizamos principalmente as seguintes publicações: Geilfus (1997); Coelho (2005); Ruas et al. (2006) e Verdejo (2007).

6.1 – Ferramentas para a ‘leitura da realidade’

Alguns instrumentos convencionais que são usados freqüentemente na pesquisa social e que podem ser utilizados na implementação do diagnóstico ou leitura da realidade. Os mais conhecidos são os questionários. As entrevistas também podem ser de muita utilidade. Em certos casos, o exercício de diagnóstico pode ‘pegar carona’ nos dados obtidos com a aplicação de um questionário em um ou vários assentamentos. Se estes dados forem sistematizados, eles poderão significar um belo aporte para o exercício. Mas, se não houver uma ‘carona’ destas, sugerimos que as equipes que forem iniciar um diagnóstico pensem bem antes de utilizar este instrumento.

Existem outros instrumentos capazes de coletar informação que são bem mais rápidos, que não precisam de um ‘tratamento’ e que favorecem uma maior interação entre a equipe técnica (no caso, a equipe de ATES). A seguir vamos apresentar algumas ferramentas deste segundo tipo. Em geral, elas se caracterizam por fazer um uso farto da visualização ou representação gráfica da informação que está sendo levantada e analisada. (Cf. Box Nº 31, ao lado.)

Box Nº 32 – A importância das técnicas de visualização

Muitas das ferramentas que serão discutidas no presente capítulo – tanto aquelas da leitura da realidade como as outras – envolvem um trabalho em grupo. Neste tipo de situação é muito importante utilizar técnicas de visualização. É que, com este tipo de técnica, é possível criar um centro de atenção coletivo, que aglutina informações relevantes para o trabalho do grupo.

O moderador pode utilizar a técnica de visualização com fichas (ou tarjetas). Esta ferramenta agiliza o levantamento e a socialização de opiniões, possibilita aprofundar a reflexão individual, estimula a capacidade de síntese, facilita a organização das idéias e da discussão. Além disso, ajuda a documentar a discussão. A técnica das tarjetas pode promover uma participação mais ampla dos participantes. Cabe ao moderador facilitar esta participação. Normalmente é possível fazer com que mesmo as pessoas mais tímidas possam expressar suas idéias e opiniões.

Além das tarjetas, outras técnicas e instrumentos de visualização podem ser utilizados, desde que sejam adequados ao perfil do grupo e ao tipo de atividade. Podemos citar, por exemplo, o desenho de mapas, fluxogramas, etc. Cabe ao moderador adaptar criativamente seu trabalho às condições materiais e culturais dos grupos com que trabalha.

No caso dos trabalhos em formato de seminário, oficina, etc., a visualização deve ser utilizada desde o momento inicial até o momento final do evento. Pode ser utilizada na familiarização e integração entre os participantes, na apresentação das regras de trabalho e da programação. Também pode ser útil nas exposições que subsidiarão a discussão. Mas, a sua utilidade aparece com mais clareza como ferramenta que auxilia o debate.

Fonte: (Colette 2001), citado por (MDA-SDT-PDHC 2004)

6.1.1 – Mapeamentos participativos

Quando um agricultor observa um complexo mapa de solos ou mesmo uma planta da cidade mais próxima, geralmente ele tem bastante dificuldade para entender o que está ali representado. Mas se pedimos que ele

faça um croquis ou desenho da sua propriedade ou de seu lote, numa cartolina ou mesmo no chão, quase todos o farão com prazer e uma certa facilidade. Estes mapas podem trazer uma riqueza de detalhes surpreendente. (Colette 2001), citado por (MDA-SDT-PDHC 2004)

Quando se trata de passar para o nível do assentamento, a coisa pode se complicar um pouco, já que muitas vezes o agricultor ou agricultora não conhecem intimamente todo o espaço deste. Mas estas dificuldades podem ser superadas, fazendo um trabalho em grupo. O uso das plantas (mapas) dos assentamentos feitas pelo INCRA pode ajudar também. Em algumas situações, pode ser necessário um esforço conjunto de leitura destas plantas, para que os assentados possam se situar.

Os mapas dos diferentes espaços são interessantes para levantar e discutir diferentes tipos de informações.

- Mapa do lote (unidade familiar)

O mapa do lote ou propriedade pode fornecer um ótimo ‘retrato’ do sistema produtivo familiar. Geralmente aparecem as áreas de roçado ou lavoura, as áreas de pasto, a(s) mata(s), a casa e quintal, as fontes de água, as estradas e o acesso, etc. Puxando um pouco a conversa, normalmente é possível agregar alguns números, que ajudam a definir melhor a unidade de produção. Por exemplo, é possível saber o tamanho das áreas plantadas, a produção obtida delas na última safra, o tamanho do(s) rebanho(s). Isto permite identificar e fazer uma primeira descrição dos diferentes sub-sistemas que compõem a unidade produtiva. Com um pouco mais de tempo, é possível fazer o mesmo retrato da propriedade no passado (há 5 ou 10 anos). Este processo de representação da unidade familiar pode desencadear um processo de reflexão crítica na família sobre a situação atual, o que já é, de certa maneira, o primeiro passo para um auto-diagnóstico.

Uma projeção de como a família vê o futuro e o registro disto em um ‘mapa do futuro’ também é um exercício interessante.

A comparação dos mapas de várias unidades familiares pode ser uma ótima fonte de informação sobre a diferenciação entre as famílias e sobre diversos nuances do funcionamento dos sistemas produtivos.

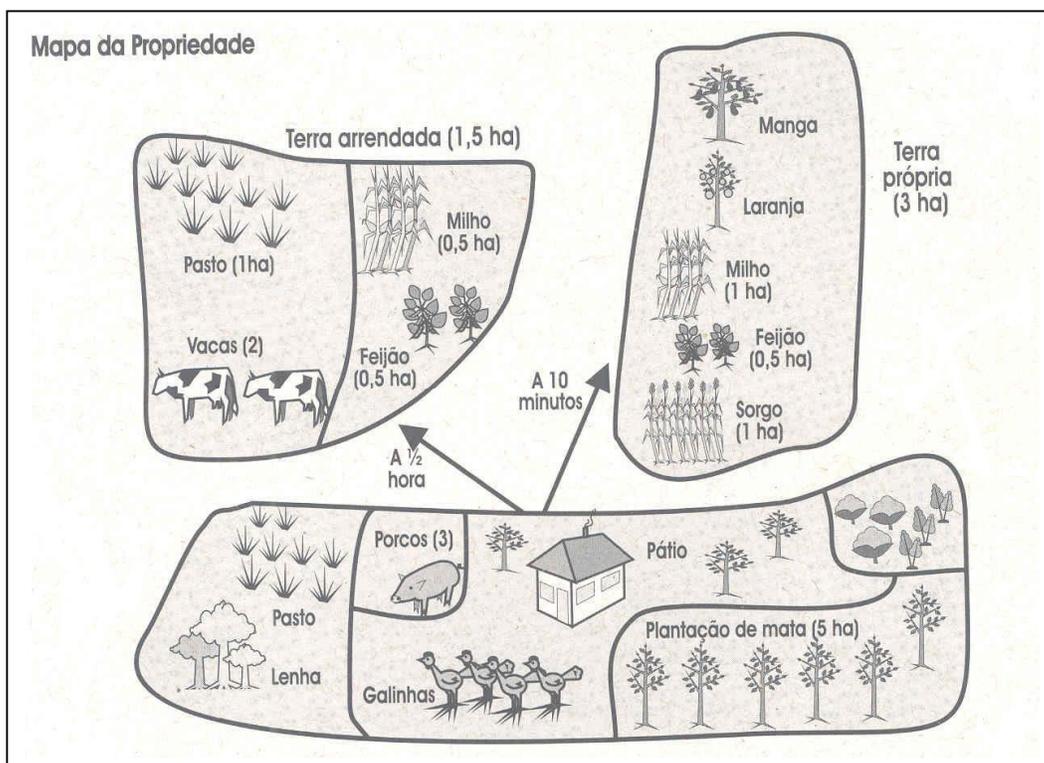


Figura Nº 03 – Mapa de propriedade (Fonte: Verdejo 2007)

- Mapa do assentamento

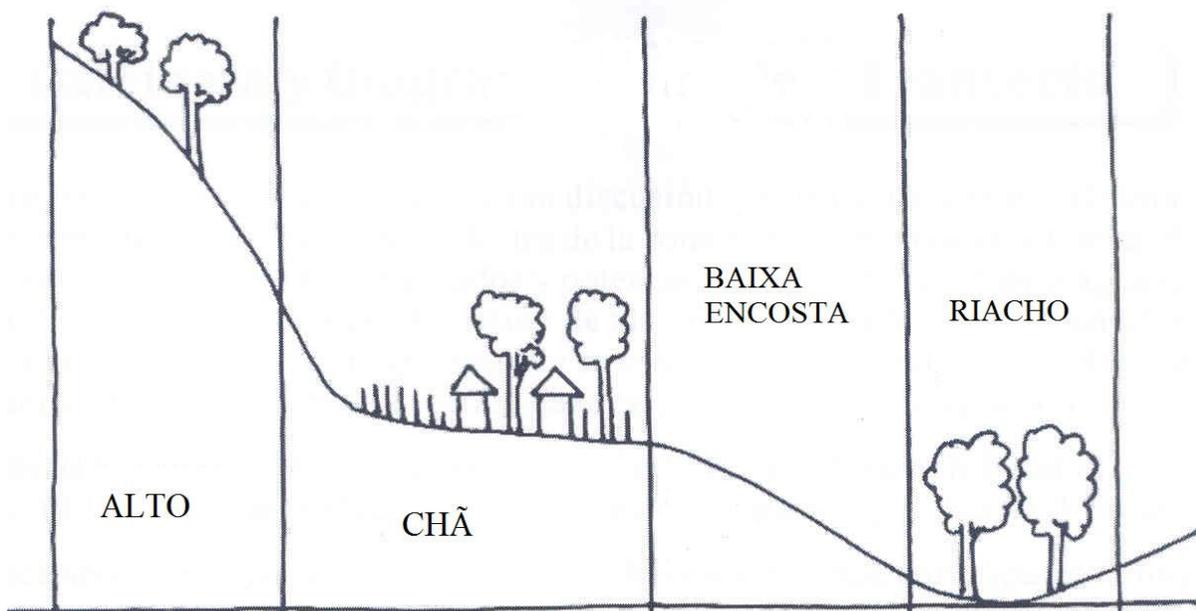
Já o mapa do assentamento pode ser interessante para levantar informações diferentes. Por exemplo, é nesta 'escala' que aparece com mais facilidade a existência de uma área que é trabalhada coletivamente (por grupos ou pela associação, por exemplo). O desenho do mapa do assentamento também pode representar uma ótima oportunidade para localizar e discutir a situação da(s) área(s) de Reserva Legal e de Preservação Permanente. Por outro lado, colocando no mapa as casas, estradas, fontes d'água, escola, equipamentos coletivos (como a sede da associação), ele pode ser um ótimo instrumento para discutir aspectos tais como habitação, estradas, transporte e acesso ao mercado, educação, etc.

Os principais produtos destes exercícios são os próprios mapas. Mas é muito importante registrar as informações que possam surgir das conversas que acontecem no processo.

6.1.2 – Caminhadas transversais (ou travessias)

Trata-se de uma caminhada (que geralmente é feita da forma mais linear ou reta possível) pela área a ser diagnosticada (comunidade, assentamento, etc.), com o objetivo de observar e analisar a paisagem. Acompanha, como sempre, um esforço de registro (escrito, fotográfico, etc).

Esta ferramenta é útil para colher informação sobre os recursos naturais (tipos de solos, vegetação natural, água), a sua qualidade e a sua localização na paisagem. Por isso, a caminhada geralmente acompanha uma toposequência (para poder observar morros, encostas, vale, etc.). Também permite observar o uso que é feito das diferentes áreas, conforme a sua localização na paisagem (em que áreas estão localizadas as roças, os pastos, etc.).



	Alto	Chã ⁷⁷	Baixa encosta	Riacho
Solos	Pedregoso, pobre	Terra preta, solta	Terra vermelha, muitas pedras.	Arenoso
Água	Muito seco	'Terra fresca', fica encharcada com muita chuva	Bastante seco.	Água no tempo da cheia. Quando seca, água disponível no leito.

⁷⁷ Denominação utilizada para uma área plana situada na 'meia encosta'.

Vegetação natural	Mata bastante preservada.	Quase não existe.	Pasto nativo.	Mata ciliar degradada.
Cultivos		Milho, feijão, fruteiras.	Alguns roçados de milho e feijão.	Batata doce e capim de corte.
Criação	Gado, ovinos, caprinos	Animais se alimentam dos restos culturais no verão. Curral no entorno da casa.	Gado, ovinos, caprinos.	Capim de corte, que é lavado para o cocho.
Quem usa?	Toda a comunidade. Tira-se madeira e lenha.	Lotes individuais – a família.	Lotes individuais – a família.	Lotes individuais – a família.
E no passado?	A mata era mais densa e mais diversa.	Cultivava-se muita mandioca.	Antes tinha mata, usada para lenha e madeira.	A mata ciliar era maior e mais densa.

Figura Nº 04 – Representação gráfica de uma caminhada transversal (adaptado de (Geilfus 1997))

6.1.3 – Diagramas

Trata-se da construção (conjunta) de uma representação gráfica de um processo. Em muitos casos, esta representação ordena-se em torno de uma seqüência ou fluxo (motivo pelo qual pode ser chamado de 'fluxograma'). Como acontece com todas as ferramentas participativas aqui tratadas, esta construção é uma oportunidade para o diálogo, entre agricultores e agricultoras, e entres estes e os técnicos.

Esta ferramenta pode ser utilizada para tratar de diversos tipos de processo. A seguir vamos citar alguns dos mais comuns.

- Fluxograma de produção

É um diagrama que representa os diversos passos do itinerário técnico de uma cultura. Representa uma oportunidade para discutir em detalhe a produção desta ou aquela cultura. Também pode ser utilizado para a criação animal. Devem ser abordados assuntos técnicos referidos à cada etapa do fluxograma. Por exemplo, ao tratar do plantio pode ser discutido o espaçamento, indagando se ele é o mesmo em todas as famílias, etc. Também se discutirá a forma em que é feito este plantio (manual, matraca, plantadeira a tração animal, etc.) Também podem ser discutidos temas como custos, destino do produto (autoconsumo, mercado), etc.

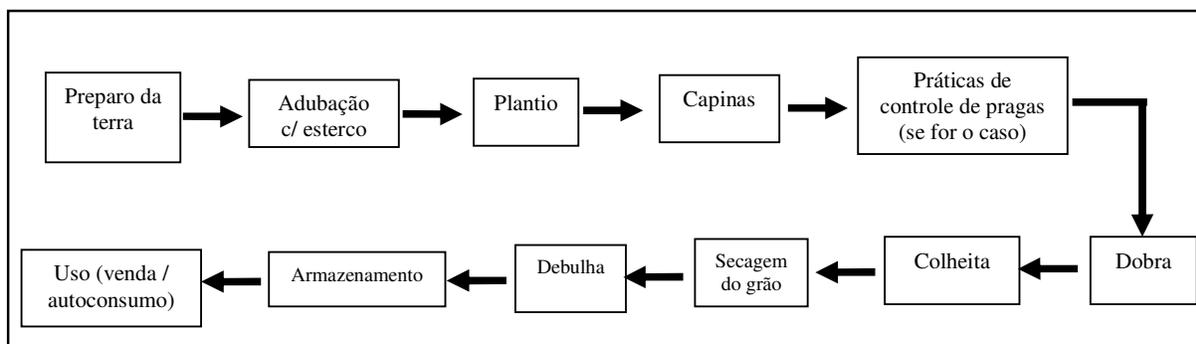


Figura Nº 05 – Fluxograma da cultura do milho

- Diagrama das migrações

Este instrumento, que permite representar graficamente as migrações (ou fluxos de população), pode permitir o resgate da origem das famílias que formaram o assentamento (ou comunidade), assim como o destino das pessoas que saem do assentamento (comunidade).

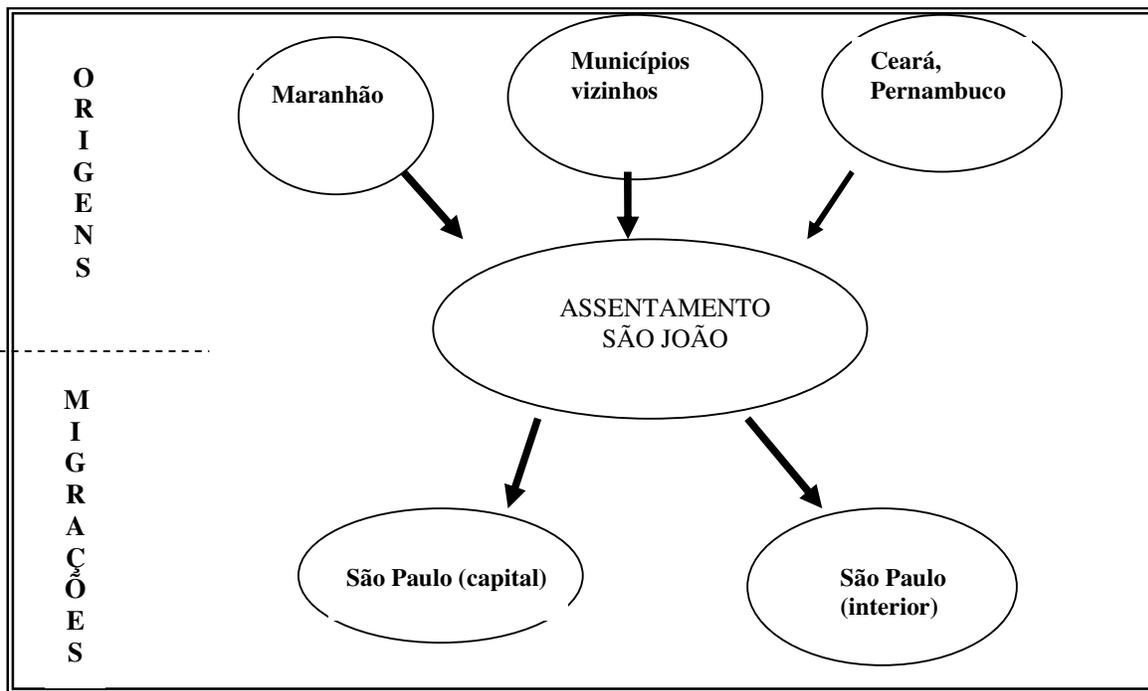


Figura Nº 06 – ‘Mapa’ ou Diagrama das migrações (adaptado de (Verdejo 2007))

- Diagramas de Venn

As vezes chamado de ‘Jogo das Bolas’ (Coelho 2005), este tipo de diagrama é utilizado para identificar os grupos sociais e organizações que existem no assentamento (ou comunidade) ou que se relacionam de alguma maneira com ele. Através das ‘bolas’ é possível representar a maior ou menor ‘proximidade’ entre atores (por meio da distância no diagrama) e também o grau de influência de cada ator (pelo tamanho da ‘bola’).

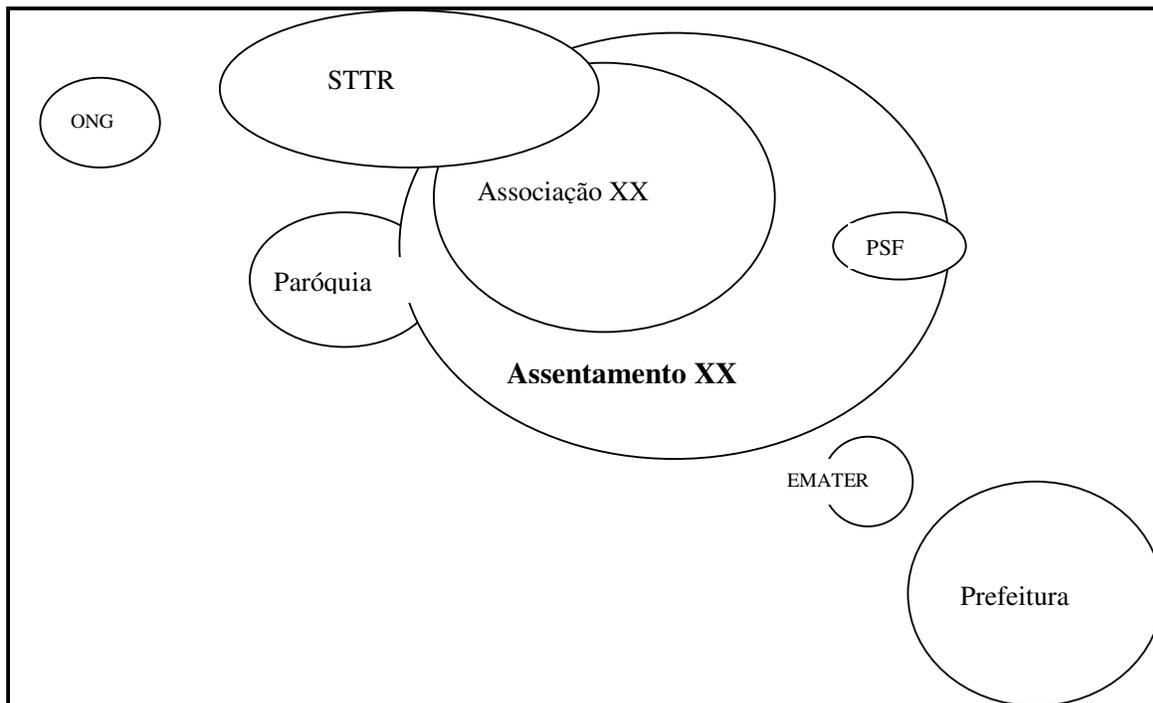


Figura Nº 07 – Diagrama de Venn, representando as relações institucionais (proximidade, importância ou influência) do Assentamento XX.

- Árvore de problemas

Na hora de fazer uma análise mais aprofundada dos problemas identificados durante os momentos iniciais do diagnóstico, a ‘árvore de problemas’ é uma ferramenta que pode ser muito útil. Este exercício consiste em fazer uma reflexão sobre as causas deste problema e, também, identificar as suas conseqüências ou efeitos. É importante lembrar aqui que as causas do problema serão o ponto de partida para a busca de soluções. (Verdejo 2007) Assim, este exercício já estabelece um nexu com a fase de planejamento.

Esta reflexão é representada por meio de uma ‘árvore’, na qual as raízes são as causas, o tronco o problema, e os galhos, as conseqüências⁷⁸.

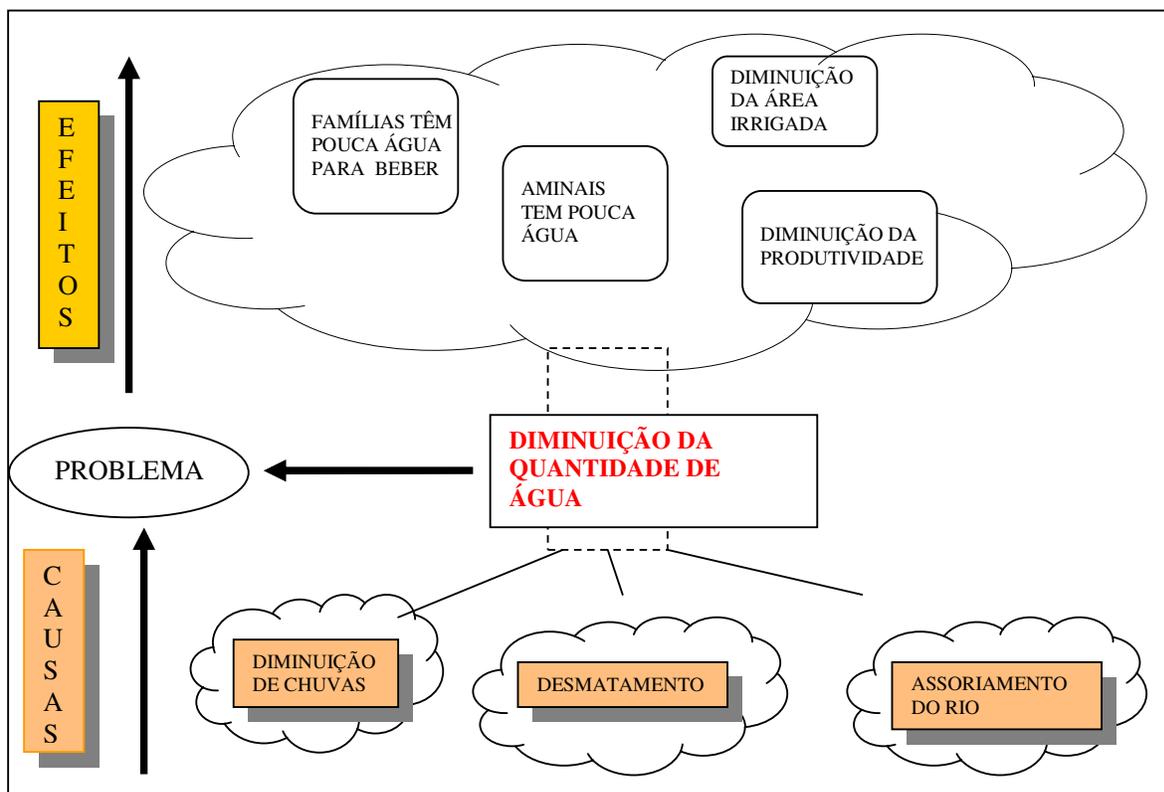


Figura Nº 08 – Representação gráfica de uma ‘árvore de problemas’. (Fonte: Verdejo 2007)

6.1.4 – Calendários

Os calendários são representações que permitem discutir questões relacionadas com a temporalidade. Esta pode ser longa (vários anos, décadas, etc.) ou pode ser mais curta (por exemplo, anual).

- O calendário agrícola

O uso mais freqüente deste instrumento é para registrar e analisar o calendário agrícola. Nele é possível distribuir, ao longo do tempo (representado graficamente), as diversas atividades realizadas na unidade produtiva. Isto permite, por exemplo, detectar os momentos do ano que podem existir problemas causados pela grande demanda de mão de obra.

⁷⁸ Em muitos casos utilizam-se tarjetas. Com esta técnica, coloca-se a tarjeta do problema no centro, aquelas com as causas, na parte inferior e as conseqüências, na parte superior.

Figura Nº 09– Calendário agrícola

Atividades	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Preparação do roçado												
Plantio												
Tratos culturais												
Colheita feijão												
Colheita milho												
Fabricação de farinha												
Cercas (consertos, implant.)												
Água para o rebanho												

É possível acrescentar a esta representação do ano calendário as informações que dizem respeito a chuva e temperatura, o que permite transformá-lo em calendário agrícola sazonal.

- Linha do tempo

A linha do tempo (ou calendário histórico) permite representar as mudanças acontecidas numa região durante um certo período. A construção de uma 'linha do tempo' geralmente é um ótimo instrumento para reconstruir a história de um grupo ou comunidade e, assim, começar a analisar a sua situação atual.

Concretamente, uma 'linha do tempo' é montada a partir do preenchimento de uma matriz, como podemos observar a seguir. Neste caso é especialmente importante a participação de pessoas mais idosas que conheçam a história do local.

Figura Nº 10 – Linha do tempo da região YY.

Período	População	Relação com a terra	Meio ambiente	Produção e meios de vida	Fatos importantes
Até 1930	Muito pequena	Relação de posse. Muita terra disponível.	Mata aberta na maior parte. Mata ciliar densa.	Produção de milho, feijão e mandioca em pequenas áreas. Caça e pesca.	
1930 – 1950	População cresce. Chegada de famílias do Sul.	Aparecem as primeiras áreas cercadas. Muitos pequenos posseiros.	Começa a exploração de madeira, primeiramente nas matas ciliares.	A exploração madeireira gera alguns empregos. A criação de gado cresce, obtendo bom preço	Abertura de estrada (de chão) que estabelece ligação com a capital.
1950 - 1980	Chegada de mais famílias de outros estados.	Época de conflitos agudos entre 'grileiros' e posseiros. Empresa XX compra grandes áreas	O crescimento das atividades econômicas acelera desmatamento.	A produção pecuária continua crescendo. Aparece a atividade de reflorestamento.	Chegada de empresa 'XX' de produção de celulose e reflorestamento.
1980 - 2000	Permanece estável.	Empresa XX se torna mega-proprietária. Convive com agricultores familiares.	Empresa XX estimula o plantio de eucaliptus. Desmatamento.	Produtores inovadores iniciam plantio de fruta. Reflorestamento cria poucos empregos.	Início de funcionamento da fábrica é adiado.
2001 - hoje	Estável	Ocupação das áreas da Empresa XX. Desapropriação de algumas áreas e criação de assentamentos		Cresce a produção de fruta, nas áreas onde tem água. Gado + lavouras alimentares.	Falência da Empresa XX em 2002.

6.1.5 – Ferramentas para a análise de gênero (Verdejo 2007)

Para poder buscar uma ação que contribua para a diminuição das desigualdades de gênero (cf. seção 3.7 deste documento), é importante evidenciar como ocorrem estas relações no cotidiano. Este conhecimento deverá possibilitar uma análise das ações que serão propostas como resultado do próprio diagnóstico.

- Rotina diária de atividades

Trata-se de descrever, situando o horário do dia, as diferentes tarefas realizadas pelos homens e pelas mulheres, desde a hora de levantar até a hora de deitar. Este levantamento pode ser representado com uma lista das tarefas realizadas no dia anterior (ou nos últimos três dias, ou na última semana). Trabalhando esta ferramenta em um grupo misto, pede-se que cada pessoa presente faça a lista detalhada do que fez no período combinado.

Num segundo momento, estas listas são agrupadas: de um lado aquelas dos homens, de outro aquelas das mulheres. Em seguida, é feito um debate, procurando evidenciar as diferenças entre as rotinas femininas e as masculinas. Em muitas ocasiões, esta ferramenta permite a identificação da ‘dupla jornada’ das mulheres.

- Distribuição das tarefas entre homem e mulher

Nas unidades familiares há, por via de regra, uma divisão do trabalho por gênero, embora muitas vezes ela seja tácita. O exercício, neste caso, busca evidenciar esta divisão. Num primeiro momento forma-se um grupo de homens e outro de mulheres. Cada um preenche o quadro apresentado a seguir. Em seguida se faz uma discussão conjunta dos dois quadros preenchidos, explorando coincidências e diferenças. No exemplo apresentado a seguir, foi introduzida também a possibilidade de evidenciar o trabalho dos meninos e meninas.

Figura Nº 11 – Matriz da divisão do trabalho entre mulheres e homens

Tarefas	Mulheres				Homens			
	Participação na ativid.		Uso do tempo		Participação na ativid.		Uso do tempo	
	Adulta	Meninas	Adulta	Meninas	Adulto	Meninos	Adulto	Meninos
a) Agricultura								
Preparação da terra					Sim	Sim	+	-
Plantio	Sim	Sim	+	-	Sim		-	
Limpas	Sim		-		Sim	Sim	+	-
Colheita	Sim	Sim	+	-	Sim	Sim	+	-
b) Pecuária								
Alimentação					Sim	Sim	+	-
Ordenha	Sim		-		Sim		+	
Água					Sim	Sim	-	+
Aves	Sim	Sim	+	+				
c) Tarefas domésticas								
Pegar lenha	Sim	Sim	-	+				
Pegar água	Sim	Sim	+	+	Sim		-	
Preparar comida	Sim	Sim	+	-				
Cuidar das crianças	Sim	Sim	+	-		Sim		-

Na publicação de (Verdejo 2007) aparecem outros instrumentos que, segundo a situação, pode ser interessante utilizar: i) Matriz de controle / acesso a recursos; ii) Mapa de movimentos (de homens e de mulheres).

6.2 – Planejamento participativo

- Matriz de priorização de problemas (simples)

É bastante comum que num diagnóstico de um assentamento sejam identificados muitos problemas ou temas que as famílias gostariam de trabalhar. Embora não se trate de reduzir demais o foco das ações a serem desenhadas e implementadas, ao dar início ao planejamento pode ser necessário estabelecer uma ordem de prioridades para estes problemas ou temas. Este é o objetivo da ferramenta apresentada nesta seção.

A matriz discutida a seguir toma como ponto de partida os problemas / temas levantados durante o exercício do diagnóstico. O objetivo é identificar qual ou quais destes são considerados mais importantes e/ou urgentes para as famílias.

Trata-se de um exercício simples de ‘votação’⁷⁹, realizado em um evento coletivo (reunião, encontro, etc.). Mas para que este processo possa ser um estímulo à reflexão, é importante que a ‘votação’ seja precedida de uma discussão. Uma forma de estimular esta reflexão é fazer com que o voto precise ser explicado. Um ponto a ser lembrado é que a opinião pode ser muito diferente segundo o gênero. Para garantir que a opinião das mulheres seja claramente identificada recomenda-se que seja realizada uma votação em separado.

Figura Nº 12 – Matriz de priorização de problemas

Problema	Votação	Total de votos	Prioridade
Preço baixo pago pelo arroz por atravessadores	+++++	10	Nº 3
Falta d’água limpa (para uso doméstico)	+++++	15	Nº 1
Estrada de acesso ao assentamento em péssimo estado	+++++	9	Nº 4
Muitos casos de diarreia infantil	+++++	7	Nº 6
Somente uma parte das casas definitivas foi construída	+++++	14	Nº 2
Mortalidade elevada de aves	+++++	8	Nº 5

- Matriz de priorização de problemas por pares

Esta ferramenta é parecida com a anterior. Mas ela tem a característica de comparar os problemas entre si. Esta comparação provoca, necessariamente, uma discussão.

Na prática, coloca-se em votação a importância (ou urgência) dos problemas em pares. Retomando o exemplo acima, a primeira votação deverá indicar se o preço do arroz é mais, ou menos, importante que a falta d’água. O resultado de cada uma destas votações é anotado numa matriz (ver abaixo), que faz o registro da opção ganhadora em cada votação e permite, ao final, saber qual é o problema mais importante (ou urgente) para o grupo, considerando aquele que aparece mais vezes na matriz.

Figura Nº 13 – Matriz de priorização de problemas por pares

	Preço arroz	Falta d’água	Estrada	Diarreia infantil	Casas	Aves morrem
Preço arroz		Falta d’água	Preço arroz	Preço arroz	Casas	Preço arroz
Falta d’água			Falta d’água	Falta d’água	Falta d’água	Falta d’água
Estrada				Estrada	Casas	Estrada
Diarreia infantil					Casas	Diarreia infantil
Casas						Casas
Aves morrem						

Resultados:

Preço do arroz = 3
 Falta d’água = 5 ----- Prioridade 1
 Estrada = 2
 Diarreia infantil = 1
 Casas = 4 ----- Prioridade 2
 Aves = 0

- Matriz de priorização em função de critérios escolhidos

Existe também a possibilidade de discutir a priorização de propostas de ação em função de diversos critérios. Por exemplo, é possível que seja necessário considerar, ao fazer uma comparação entre alternativas, questões como o custo, o risco, etc.

Neste tipo de matriz é preciso avaliar o comportamento das diferentes propostas diante dos diversos critérios que devem ser discutidos como o grupo. Também podem ser discutidas ponderações, definindo, por exemplo,

⁷⁹ Existem diversas formas possíveis para a realização desta votação. Por exemplo, Verdejo (Verdejo, M. E. 2007) sugere que em um grupo pequeno, cada indivíduo ou família possa votar em até 3 problemas, mas não recomenda este procedimento para grupos maiores.

que um critério tem mais peso que os outros. É possível imaginar o uso de números, para dar valores aos diferentes critérios. A seguir apresentamos um exemplo, no qual vamos supor que se trata de escolher uma de três alternativas possíveis para enfrentar o problema da falta d'água em um assentamento.

Figura N° 14 – Matriz de priorização de propostas de ação em função de: custo, risco, eficiência na solução do problema

Proposta	Custo	Eficiência	Risco	Observações
Construção de açude	Alto	Alta	Médio	
Perfuração poço profundo	Médio ou Alto (?)	Alta (?)	Muito alto	É difícil estimar, na região, o custo e a vazão do poço antes de cavá-lo.
Reforma do açude 'velho'	Menor	Média	Baixo	

Assim, a comparação das diferentes opções em função de critérios acordados previamente, deve ajudar a tomar uma decisão. No exemplo tratado acima, podemos imaginar que o poço tenha sido 'eliminado' por ser muito arriscado. Este fato, mais a questão do custo poderiam levar o grupo a escolher a reforma do açude como prioridade.

- O plano da unidade familiar

É interessante que a reflexão coletiva estimulada pelo diagnóstico e pelo processo de planejamento possam se traduzir numa reflexão familiar sobre a unidade produtiva existente e sobre as mudanças, as inovações que poderiam significar um aporte em produção, em renda, em maior equilíbrio ambiental, etc.

A montagem de um 'plano da unidade familiar' pode ser um ótimo instrumento de apoio neste processo. Os mapas da situação atual e situação futura são insumos importantes para realizar um exercício destes. O plano em questão tratará de desenhar o 'caminho' que a família terá que percorrer para atingir a situação futura desejada. Isto implica em pensar as ações que deverão ser realizadas, os recursos que serão necessários e as possíveis fontes, etc.

Um plano destes poderá ser montado de diversas formas. É importante salientar que mais que um plano, trata-se de estimular a realização de um processo permanente de planejamento. Mas também é importante fazer um registro da situação periodicamente (plano do ano I, plano II, etc.). Existem muitas formas possíveis de fazer este registro. Geilfus (Geilfus 1997) apresenta um exemplo centroamericano, que vale a pena reproduzir aqui.

Figura N° 15 – Plano de unidade familiar

Família: Pérez	
Comunidade: São Jacinto	
Problemas	Limitações
i) Pouca produção de milho	i) Longe da estrada
ii) Erosão do solo	ii) Propriedade sem área plana
iii) Falta alimentação para os animais	iii) Não tem fonte d'água próxima
iv) Preço baixo do milho	
v) Falta lenha	
Ações a serem implementadas	
De curto prazo:	De longo prazo:
i) Plantar barreiras vivas (de capim vetiver)	i) Comprar uma área para pastagem
ii) Deixar o restolho no campo	ii) Aumentar a área plantada com hortaliças
iii) Testar o feijão de adubação (mucuna)	iii) Plantar fruteiras (de enxertia) e de espécies para madeira.
iv) Plantar uma área de capim de corte	
v) Conseguir um silo para armazenar milho	
vi) Plantar cercas vivas de gliricídia	

- Matriz de síntese do planejamento

Uma vez escolhidas as questões consideradas como prioritárias pelas famílias, o planejamento deverá chegar no detalhamento das ações que deverão ser empreendidas a seguir. É importante registrar o produto deste processo, que servirá como balizador das atividades da equipe técnica e também das famílias assentadas. A

matriz de síntese⁸⁰ que apresentamos a seguir é uma ferramenta interessante para organizar esta discussão final no processo de planejamento. Ao mesmo tempo, ela representa uma forma de registro das atividades e dos compromissos firmados.

Figura Nº 16 – Matriz de síntese para uma ação de desenvolvimento (hipotética): o sistema de abastecimento d'água

Problema/opportunidade	Ação de desenvolvimento	Objetivo	Objetivos específicos	Resultados	Atividades	Responsáveis			
Falta d'água de boa qualidade	Implantação de sistema de abastecimento d'água a partir várias fontes.	Garantir uma oferta de água de qualidade durante o ano inteiro	Garantir que o açude não seque de um ano para outro, em ano normal ou de seca moderada	Aumento da capacidade de armazenamento do açude principal em 25%.	Apresentar ao INCRA uma solicitação de recursos para aumentar a parede do açude	Diretoria da associação do assentamento e equipe de ATES			
					Contratar trator				
					Adaptar sangradouro	Pedreiros do assentamento			
						Garantir a qualidade da água do açude principal.	Acesso de animais ao açude é impedido	Adquirir materiais para cercar açude	
						Criar um reservatório doméstico d'água para beber e cozinhar	Construção de cisternas (de 16.000 l.) nas casas de 60 famílias.	Contato com o P1MC ⁸¹ para obtenção de recursos para construção de cisternas.	
					Formação de pedreiros				
					Organização de 'mutirões' para a construção.				
						Ter uma fonte d'água específica para o gado.	Sistema de provisão d'água para o gado montado	Construir 2 bebedouros próximos do cacimbão 'maior	

O formato da matriz aqui apresentado pode ser adaptado, enriquecido. Por exemplo, seria fácil acrescentar uma nova coluna a direita, colocando datas para cada atividade.

Esta matriz é também uma peça importante no processo de monitoramento e avaliação. Este trabalho deverá não somente observar se as atividades previstas foram realizadas, mas também aferir se os resultados esperados foram alcançados e se estes garantem que os objetivos serão cumpridos.

6.3 – Implementação

Existem diversas ferramentas 'clássicas' que vem sendo utilizadas pela extensão rural há tempo, que podem ter um papel na implementação de uma proposta de assessoria rural renovada. Estamos nos referindo aos cursos e eventos de capacitação, palestras técnicas, dias de campo, os folhetos e cartilhas, os filmes e fotos,

⁸⁰ Esta 'matriz de síntese' é uma simplificação do tipo de matriz utilizada numa metodologia de planejamento que é chamada de 'marco lógico'. (Geilfus, F. 1997) Embora este último é freqüentemente criticado por ser pouco ou nada participativo (Bracagioli, A. 2005?), acreditamos que é perfeitamente possível preencher esta matriz a partir de um bom debate, realizado em um ou mais eventos, com ampla participação dos interessados.

⁸¹ P1MC: Programa 1 Milhão de Cisternas

etc. Existem muitas publicações que falam destas ferramentas⁸². Neste documento vamos falar apenas de novos instrumentos que poderão ser utilizados nesta etapa ou fase.

– Experimentação

Conforme foi discutido no capítulo anterior (cf. seção 5.5.1), a experimentação pode ser um excelente recurso para organizar a ação de assessoria rural na forma de um desenvolvimento participativo de soluções para as problemáticas escolhidas.

É importante lembrar aqui que a função de experimentação, no sentido de colocar idéias novas à prova, é algo que está presente no meio camponês há muito tempo (cf. seção 2.3.9). Na literatura sobre este assunto existe um debate sobre a ‘qualidade’ desta experimentação camponesa. Existem autores que acham que ela cumpre o seu cometido, bastando dar um apoio. Por exemplo, Sumberg e Okali dizem que bastaria “fornecer ‘matéria prima’ (por exemplo, novas variedades, novas idéias, etc.) que eles (os agricultores) possam utilizar nas atividades correntes de experimentação. Uma fonte importante de ‘matéria prima’ é o sistema forma de pesquisa. (...) Neste sentido, um objetivo das atividades de pesquisa participativa será o de fazer com que as novas idéias, variedades, tecnologias, etc. cheguem nas mãos dos agricultores mais cedo e de forma mais flexível”. (Sumberg e Okali 1997 : p. 158). Já outros autores consideram que a experimentação feita por agricultores não tem validade por não ser suficientemente ‘rigorosa’. Recomendam então que a experimentação “em meio camponês” também utilize as ferramentas da estatística. (Guillonau 1994)

Na nossa opinião, o que a assessoria deve lembrar sempre é que a experimentação que estamos discutindo aqui é, principalmente, um **instrumento para a aprendizagem**. É interessante manter esta idéia em mente ao estimular e acompanhar este tipo de atividade. Na maioria dos casos não há necessidade – quando o experimento se refere a temas técnicos agrônômicos, por exemplo – de um grande número de repetições, de um tratamento estatístico dos dados obtidos, etc. No entanto, vale a pena lembrar alguns ‘princípios’, que podem ajudar bastante na hora de refletir sobre o experimento.

Um primeiro elemento é definir com a maior clareza possível quais são os objetivos do experimento. Isto significa uma definição clara do que é que está sendo testado, e com que objetivo. Por exemplo, um grupo de agricultores pode decidir testar a variedade (X) de milho, para ver se, de fato, ele produz bem numa terra empobrecida.

Box Nº 33 – As diferenças entre a ferramenta da experimentação e a Unidade Demonstrativa.

Por vezes, a extensão convencional estimula a implantação de uma área na qual era utilizada uma inovação. Estas áreas levavam o nome de Unidade Demonstrativa. Em geral, o objetivo é o de ‘demonstrar’ as vantagens da prática inovadora, recomendada pela extensão.

É importante entender que a ferramenta do experimento discutido aqui é algo bastante diferente. Não se trata de ‘demonstrar’ as bondades da inovação. Conforme vimos, a ferramenta da experimentação busca de estimular uma reflexão crítica sobre a inovação, com base nas informações levantadas no decurso do experimento.

Sempre com o mesmo intuito de fortalecer o poder didático dos experimentos, na maior parte dos casos é importante poder comparar os resultados da inovação com os resultados da prática convencional ou corriqueira. É a lógica da ‘testemunha’, comum na pesquisa científica. Esta referência comparativa não precisa ser necessariamente uma parcela contígua, no caso de um experimento com uma cultura. Mas é importante que o experimentador e as pessoas que acompanham o experimento definam, desde o começo, qual será esta referência.

Um terceiro ‘princípio’ a ser lembrado é a importância de uma avaliação periódica e organizada do experimento. Na prática tradicional da experimentação feita pelos agricultores, com frequência estes fazem as suas avaliações de maneira individual e isolada. No entanto, uma reflexão mais coletiva é uma forma de estimular a ‘reflexão crítica’ de uma maneira mais ampla, principalmente quando o ‘experimento’ refere-se a um tema que interessa a um número maior de pessoas. A assessoria pode ter um papel importante na organização de momentos que tenham esta reflexão como finalidade específica.

⁸² Em Ruas e colegas e também em Coelho podem ser encontradas informações sobre várias destas ferramentas. (Coelho, F. M. G. 2005; Ruas, E. D. et al. 2006)

Melhorar a performance da lavoura, da criação, enfim enfrentar um problema, ou aproveitar um potencial, freqüentemente requer idéias, informações e conhecimentos novos. É muito comum que as equipes de assessoria recorram aos cursos ou capacitações para este fim. Estas ferramentas clássicas podem ser úteis. No entanto, é importante perceber que existem outras formas de suprir esta necessidade de informações e conhecimentos.

Uma delas é a visita de intercâmbio. Trata-se de organizar o deslocamento de um grupo de agricultores/as para visitarem outro agricultor/a ou um outro grupo (comunidade, assentamento, associação, etc.). Assim, neste tipo de evento a principal fonte de informação, idéias, etc. para o grupo ‘demandante’ são os **pares**. É verdade que outras visitas também podem ser bem proveitosas, como, por exemplo, a visita a uma unidade de pesquisa. Mas, para fins didáticos, vamos chamar este segundo tipo de ‘viagem técnica’. Ao fazer a distinção entre estes dois tipos de visita, queremos destacar, na visita de intercâmbio, a noção de que os pares são uma excelente fonte de informação. Ao mesmo tempo, embora geralmente se faça uma visita a um grupo ou família que está mais ‘adiantado’ com relação a um certo assunto, geralmente quem visita também discute e opina sobre o que está sendo observado. Desta forma, o evento é um real ‘intercâmbio’, e não um processo de ‘mão única’. Pela proximidade da linguagem, da situação de vida, é freqüente a visita de intercâmbio (entre agricultores/as) surtir mais efeito que cursos ou palestras, feitas por técnicos, sobre o mesmo assunto. Assim por exemplo, se um assentamento está tendo problemas sanitários na produção de leite, em geral é mais interessante organizar uma visita a um grupo de agricultores que conseguiram superar este problema, em lugar de chamar um pesquisador para falar do tema.

Assim definido, o princípio do intercâmbio é algo simples. No entanto, a organização de uma atividade deste tipo pode ser mais complicada do que parece. O primeiro ponto é encontrar a família, grupo, associação, etc. que tenha a informação / conhecimento que se busca. Esta é uma tarefa que recai, freqüentemente, sobre a equipe de assessoria, sendo um bom exemplo do papel de ‘mediação’, discutido anteriormente (cf. seção 3.4).⁸³ Também é importante que um evento deste tipo seja preparado. Hocdé e Miranda dizem que o ideal é fazer (quando possível, é claro) uma preparação nas duas ‘pontas’: a de quem visita e aquela de quem recebe. (Hocdé e Miranda 2000)

Um primeiro ponto precisa ficar claro para todos os envolvidos: qual é o objetivo do intercâmbio? O grupo que visita (o que inclui geralmente a sua assessoria) precisa refletir sobre as suas necessidades e sobre aquilo que deseja conhecer. Um segundo ponto para os ‘visitantes’ é a escolha das pessoas que irão participar, já que em geral existem mais candidatos do que vagas. Mais uma vez, cabe ao grupo refletir sobre o que se espera da visita, para assim fazer a indicação mais adequada dos participantes. Uma vez definido o grupo, é útil fazer uma reunião de preparação com ele, para organizar melhor a observação, determinar o que vai ser levado, organizar também a logística (horários, lanche, etc.). (Sperry e Carvalho Jr. 2001)

Os que recebem normalmente são responsáveis pela acolhida e pelos aspectos materiais da visita (comida, pernoite se for o caso, etc.). Seja qual for o ‘arranjo’ combinado (por exemplo, se vai haver algum financiamento para as refeições, etc.), isto requer preparação. É também muito importante a preparação da(s) experiência(s) que são, inicialmente, o motivo da visita. Suponhamos que o foco da visita seja a transição de um sistema convencional para um sistema agroecológico na produção de batata ‘inglesa’. Cabe a quem recebe fazer uma apresentação desta experiência. Caberá definir, por exemplo, quem serão os apresentadores, que aspectos da experiência merecem mais destaque, qual será o roteiro da apresentação, que aspectos serão vistos no campo, etc. Em muitos casos, uma ‘ajuda’ dos técnicos na organização desta apresentação pode ser muito útil (esta ajuda pode ser na recuperação de dados do passado, na elaboração de algum instrumento de apoio - como gráficos, tabelas, etc.).

Embora os eventos de intercâmbio têm como premissa que são um espaço de comunicação entre pares, isto não significa que os assessores presentes precisem ficar calados o tempo todo. As vezes, uma pergunta sobre um aspecto que ficou esquecido, o que foi mal explicado, pode ser fundamental. Em outros momentos pode ser necessário um aporte de informação técnica ou um questionamento.

⁸³ Para poder fazer este papel de ‘ponte’ no caso em discussão, é importante que a equipe de assessoria conheça a região onde está inserido o assentamento. Como nem sempre acontece que a equipe contratada tenha previamente este conhecimento, é crucial que ela se preocupe com a aquisição deste conhecimento.

– Mutirão

É comum em todo o Brasil a prática da formação de grupos (que geralmente reúne vizinho e parentes) que realizam trabalhos (agrícolas, na construção de casas, etc.), sem remuneração, em benefício de uma pessoa ou família. Embora o beneficiário não ‘pague’ este trabalho, em geral cabe a ele ‘receber bem’ os seus ‘convidados’, por exemplo, com uma boa refeição.

Existem experiências de assessoria rural que aproveitaram esta prática social tradicional, fazendo dele um evento de reflexão e capacitação muito interessante. Trata-se de dar ao ‘mutirão’ um caráter didático explícito. Vejamos um exemplo. Num certo assentamento da região Sul do país, as famílias estão instalando a cultura da uva, e aprendendo as diferentes técnicas necessárias para ter sucesso com esta iniciativa. Uma destas técnicas é a poda anual da videira. Como a maioria dos que estão plantando videira não dominam esta prática, o técnico que atende o assentamento organiza um mutirão na parcela de uma das famílias que tem videiras para podar. Ou ele, ou algum agricultor que domina a técnica, se encarregará de orientar os participantes do mutirão sobre como é que deve ser realizada a poda. Estes farão a poda no parreiral do anfitrião, sempre sob a supervisão do(s) ‘instrutor(es)’. Espera-se assim que, no final do evento os participantes tenham dominado a técnica. Ao mesmo tempo, o grupo terá feito um bom trabalho na parcela do anfitrião.

Referências citadas

Abramovay, R. (1992). Paradigma do capitalismo agrário em questão. São Paulo, Rio, Campinas, Hucitec/Anpocs/Unicamp.

Albaladéjo, C., A. Simões, et al. (2005). "Novas competências para os atores do desenvolvimento rural na Amazônia." Cadernos de Ciência & Tecnologia v. 22 (n. 2): pp. 307-318.

Altieri, M. A. (2002). Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba, Agropecuária.

Alves, M. de F. P. (2007). Gênero e crédito no Oeste Potiguar: uma experiência de inclusão e articulação. Brasília, MDA.

Andrade, M. C. de (1998 (1963)). A terra e o homem no Nordeste. 6ª edição. Recife, Editora Universitária da UFPE.

ASBRAER e SAF-MDA (2007). Projeto Indicadores de Avaliação de Resultados de ATER. sl, Instituto Cultiva: 72.

Assis, W. S. (2001). Redes sociais locais para o processo de inovação em comunidades locais. In: Agricultura Familiar: métodos e experiências de pesquisa. A. Simões, L. M. Santos Silva, P. F. de S. Martins e C. Castellanet (Orgs.). Belém, PA, NEAF/CAP/UFPA & GRET: pp. 100 - 120.

Beduschi, L. C. (2007). Análise do Estado da Arte sobre a Gestão de Serviços Técnicos nas Organizações de Produtores. s.l., Centro Latino-Americano de Desenvolvimento Rural - RIMISP / FIDAMERICA: 45 p.

Berdegú, J. (2002). Las reformas de los sistemas de extensión en América Latina a partir de la década de los 80. Santiago, RIMISP.

Biggs, S. e G. Smith (1998). "Beyond methodologies: coalition building for participatory technology development." World Development 26 (2).

Bracagioli, A. (2005?). Metodologia ou a busca do caminho. Porto Alegre, sp: 23 p.

BRASIL, MDA, et al. (2004). Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, MDA/SAF/DATER.

Brasil-MTE (2007). Economia solidária, uma outra economia acontece: cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social. Brasília, MTE, SENAES, FBES.

Bunch, R. (1995). Duas espigas de milho: uma proposta de desenvolvimento agrícola participativo. Rio de Janeiro (RJ) e Rio Branco (AC), AS-PTA e PESACRE.

Cândido, A. (2001 (1964)). Os parceiros de Rio Bonito. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo, Duas Cidades - Ed. 34.

Canuto, J. (1998). Agricultura ecológica en Brasil: perspectivas socioecológicas. Córdoba, Universidad de Córdoba: 200 p.

Caporal, F. R. (1998). La Extensión Agrária del Sector Público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul. Tesis de Doctorado. Escuela Técnica Superior de Ingenieros Agrónomos y de Montes. Córdoba - España, Universidad de Córdoba: 516 p.

Caporal, F. R. (2003). Bases para uma nova ATER pública. Disponível em: <http://www.pronaf.gov.br/dater/arquivos/Bases%20para%20uma%20nova%20ATER%20publica.pdf>, MDA-SAF-DATER.

Caporal, F. R. e J. A. Costabeber (2000). "Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural." Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável 1(1).

Caporal, F. R. e J. A. Costabeber (2004). Agroecologia: conceitos e princípios para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis Disponível em: <http://www.planetaorganico.com.br/trabCaporalCostabeber.htm>. Acesso em 09/04/2010.

Caporal, F. R., J. A. Costabeber, et al. (2006). Agroecologia como matriz disciplinar para um novo paradigma de desenvolvimento rural. Uruguay, Universidad de la República: Disponível em: <www.pronaf.gov.br/dater> Acesso em 10/09/2006.

Cardoso, I. M. e E. Ferrari (2006). "Construindo o conhecimento agroecológico: trajetória de interação entre ONG, Universidade e organizações de agricultores." Revista Agriculturas: experiências em agroecologia V. 3 (No. 4): pp. 28 - 32.

Carvalho, H. M. de (2005). O campesinato no século XXI. Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. São Paulo, Ed. Vozes.

CEPAL (1985). Economía campesina y agricultura empresarial: tipología de productores del agro mexicano. México, Siglo XXI Editores.

Chambers, R. (1983). Rural Development : Putting the Last First. London, Longman.

Chambers, R. (1993). Challenging the professions : frontiers for rural development. London, Intermediate Technology Publications.

Chambers, R. (1995). Paradigm shifts and the practice of participatory research and development. In: Power and Participatory Development. Theory and Practice. N. Nelson e S. Wright (Eds.). London, Intermediate Technology Publications: pp. 30 - 42.

- Chambers, R., A. Pacey, et al. (1989). Farmer first : farmer innovation and agricultural research. London, Intermediate Technology Publications.
- Coelho, F. M. G. (2005). A arte das orientações técnicas no campo: concepções e métodos. Viçosa, Editora da UFV.
- Colette, M. (2001). Moderação. In: Metodologia participativa - Uma introdução a 29 instrumentos. M. Brose (Org.). Porto Alegre, Tomo Editorial: pp. 17 - 40.
- Darré, J. P. (1985). La parole et la technique : l'univers de pensée des éleveurs du Ternois. Paris, Harmattan.
- De Reynal, V., M. Muchagata, et al. (1995). Agricultures en front pionier amazonien, région de Marabá (Pará, Brésil). Point-à-Pitre, Guadaloupe, LASAT/CAT/UFPA e GRET/DAT/UAG.
- De Toni, J. (2004). "O que é o Planejamento Estratégico Situacional?" Revista Espaço Acadêmico (No. 32): Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/032/32ctoni.htm#_ftn2.
- Dias, M. M. (2007). Outras visões sobre a promoção do desenvolvimento e os desafios aos serviços de extensão rural. Brasília, INCRA - DD: 17 p.
- D'Incao, M. C. e G. Roy (1995). Nós Cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia. São Paulo, Paz e Terra.
- EMBRAPA (2006). Marco referencial em agroecologia. Brasília, DF, Embrapa Informação Tecnológica.
- EMBRAPA-Semi-Árido (2007). Relatório final de cumprimento do objeto. Projeto: Apoio a atividades produtivas da agricultura familiar no alto sertão de Pernambuco e Piauí, no âmbito do Programa Fome Zero. Petrolina, EMBRAPA Semi-Árido: 31 p.
- Engel, P. G. H. e W. V. D. Bor (1995). "Agricultural Education From a Knowledge Systems Perspective: From Teaching to Facilitating Joint Inquiry and Learning." Journal of Agricultural Education and Extension **Vol 1** (nº 4): pp 1 - 24.
- ESPLAR (2007). Diagnóstico de gênero. Fortaleza, ESPLAR.
- FAF (sd). Estudo de Parcelamento da Área - Projeto de Assentamento Aba da Serra, Ponta Porã / MS. sl, FAF.
- Ferreira, L. A. (2003). Evolução e perspectiva para a agricultura familiar do município de Uruará: pistas para uma reflexão sobre a consolidação dos sistemas de produção agrícolas familiares. In: Coleta Amazônica: Iniciativas em pesquisa, formação e apoio ao desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. A. Simões (Org.). Belém, Alves Ed.: pp. 88 - 110.
- Fonseca, M. T. (1985). A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital. São Paulo, Loyola.
- Forman, S. (1979). Camponeses: sua participação no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Freire, P. (1977 (1966)). Extensão ou comunicação? Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Furtado, R. e E. Furtado (2000). A intervenção participativa dos atores (INPA): uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento local sustentável. Brasília, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).
- Garcia, A. (1983). Terra de trabalho. Trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Garcia Filho, D. P. (1999). Análise diagnóstico de sistemas agrários - Guia metodológico. Brasília, INCRA-FAO: 65 p. Disponível em: [www.http://www.pronera.gov.br/portal/arquivos/servicos/0143901397.pdf](http://www.pronera.gov.br/portal/arquivos/servicos/0143901397.pdf)

- Geilfus, F. (1997). 80 herramientas para el desarrollo participativo: diagnóstico, planificación, monitoreo, evaluación. San Salvador, IICA-Holanda e GTZ.
- Ghizelini, A. M. (2007). O assessoramento técnico-organizativo como base para a organização social e política na agricultura familiar. In: Ruralidades e questões ambientais: estudo sobre estratégias, projetos e políticas. A. Brandenburg, A. D. Damasceno Ferreira, D. Floriani e O. Heller da Silva (Orgs.). Brasília, MDA/NEAD: pp. 63 - 86.
- Giddens, A. (1989). A constituição da sociedade. São Paulo, Martins Fontes.
- Gliessman, S. (2001). Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre, Ed. da Universidade UFRGS.
- Graziano da Silva, J. (1978). Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira. São Paulo, Ed. Hucitec.
- Graziano da Silva, J. (1982). A modernização dolorosa. Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- Guillonnet, A. (1994). L'expérimentation en milieu paysan. In: L'appui aux producteurs ruraux. M.-R. c. Mercoiret (Coord.). Paris, Ed. Karthala et Ministère de la Coopération: pp. 99 - 124.
- Haverkort, B., J. van der Kamp, et al. (1991). Joining farmers' experiments : experiences in participatory technology development. London, Intermediate Technology Publications.
- Hocdé, H. e B. Miranda, Eds. (2000). Los intercambios campesinos: más allá de las fronteras... !Seamos futuristas! El Salvador, IICA Holanda/Laderas, GTZ e CIRAD.
- Hulme, D. (1990). "Agricultural Technology Development, Agricultural Extension and Applied Social Research." Sociologia Ruralis v. **30** (no. 3/4): 323 - 335.
- Hurtienne, T. (1999). "A agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável: problemas conceituais e metodológicos no contexto histórico da Amazônia." Revista Econômica do Nordeste Vol. **30**: pp. 442 - 467.
- IBGE (2009). Censo Agropecuário 2006. Agricultura familiar. Primeiros Resultados. Rio de Janeiro, IBGE.
- INCRA (2006). Manual para elaboração e implantação de projetos de recuperação e conservação de recursos naturais em assentamentos da Reforma Agrária. Brasília, INCRA: 36 p. + Anexos.
- INCRA (2008). ATES - Manual Operacional. Brasília, INCRA: 61 p. + Anexos.
- INCRA (2009). Norma de Execução (NE) No. 84. Brasília, INCRA.
- INCRA-SP (2010). Retratos do Campo - A reforma agrária que produz e alimenta. São Paulo, INCRA-SP.
- INCRA (sd). Meio ambiente: a comunidade é quem cuida. Brasília, INCRA.
- INCRA e SETAH (2007). Plano de Recuperação do Assentamento Santa Eliza. Volume I - PRA da Carqueja. Fortaleza (CE), INCRA e SETAH: 119 p. + anexos.
- Jiggins, J. e H. de Zeeuw (1992). Participatory Technology Development in practice: Process and methods. In: Farming for the Future: An introduction to low-external-input and sustainable agriculture. C. Reijntjes, B. Haverkort e A. Waters - Bayer (Eds.). London, Macmillan: 135-162.
- Jollivet, M. (1974). Sociétés rurales et capitalisme. In: Les collectivités rurales françaises. 2. - Sociétés paysannes ou lutte de classes au village. M. Jollivet (Coord.). Paris, Armand Colin: pp. 230 - 269.

Jouve, P., M.-J. Dugué, et al. (1994). Le diagnostic. In: L'appui aux producteurs ruraux. M.-R. Mercoiret (Coord.). Paris, Ed. Karthala et Min. de la Copération: pp. 57 - 98.

Lamarche, H., Ed. (1998). A agricultura familiar: comparação internacional. Vol. II - Do mito à realidade. Campinas - SP, Editora da Unicamp.

LASAT-GRAAL (2008). Projeto da Equipe de Articulação dos serviços de ATES no Território Sudeste do Pará. Marabá, PA, LASAT e GRAAL.

Leeuwis, C. e A. W. van den Ban (2004). Communication for rural innovation: rethinking rural extension. Oxford, Blackwell Science.

Linhares, M. Y. e F. Teixeira da Silva (1999). Terra prometida. Uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Campus.

Long, N. (2001). Development sociology: actor perspectives. London, Routledge.

Marx, K. (1977). Le capital. Paris, Editions Sociales.

Masselli, M. C. (1998). Extensão rural entre os sem-terra. Piracicaba, Editora da UNIMEP.

Mazoyer, M. e L. Roudart (2001). História das agriculturas do mundo. Lisboa, Instituto Piaget.

Mc Mahon, M. e D. Nielson (2001). La modernización de los sistemas públicos de extensión agrícola en América Latina. Washington, DC, Banco Mundial.

MDA/INCRA (2000). Novo retrato da agricultura familiar. O Brasil redescoberto. Brasília, MDA - INCRA.

MDA-CONDRAF (2005). Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Relatório síntese dos painéis e debates. Brasília, MDA: 23 p.

MDA-SDT (2005). Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais. Brasília, MDA.

MDA-SDT (2005). Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável para o Brasil. Brasília, MDA.

MDA-SDT-PDHC (2004). Metodologia para as Oficinas de Planejamento 2004 dos Assentamentos e Comunidades Parceiros do PDHC. Recife, PDHC.

Mendras, H. (1978). Sociedades camponesas. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

Nelson, N. e S. Wright (1995). Participation and power. In: Power and Participatory Development. Theory and Practice. N. Nelson e S. Wright (Eds.). London, Intermediate Technology Publications: pp. 1 - 18.

Neves, D. P. (1998). O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. In: Para pensar: outra agricultura. A. D. Damasceno Ferreira e A. Brandenburg (Orgs.). Curitiba, Editora da UFPR: pp. 147 - 168.

Olinger, G. (sd). O que é extensão rural. Disponível em:
http://www.asbraer.org.br/potal.cgi?flagweb=tpl_conteudo&id=682.

Oliveira Jr., L. e V. Rodrigues da Rocha (2006). Juventude Rural. Realidade e perspectivas no Sertão do Apodi. Mossoró, CEATICA - PDHC.

Palacios, G. (2004). Campesinato e escravidão no Brasil: agricultores livres e pobres na capitania Geral de Pernambuco (1700 - 1817). Brasília, Ed. UNB.

- Pereira, A. de R. (2004). O papel dos mediadores nos conflitos pela posse da terra na região do Araguaia Paraense: o caso da Fazenda Bela Vista. Viçosa, UFV.
- Petersen, P. e J. Romano, Eds. (1999). Abordagens participativas para o desenvolvimento local. Rio de Janeiro, AS-PTA - Actionaid Brasil.
- Petersen, P., L. M. da Silveira, et al. (2002). Ecosistemas naturais e agroecossistemas tradicionais no Agreste da Paraíba: uma analogia socialmente construída e uma oportunidade para a conversão agroecológica. In: Agricultura familiar e agroecologia no semi-árido: avanços a partir do Agreste da Paraíba. P. Petersen, L. M. da Silveira e E. Sabourin. Rio de Janeiro, AS-PTA: pp. 13 - 122.
- Piaget, J. (1980). Seis estudos de psicologia. Rio de Janeiro, Forense-Universitária.
- Pinon, J. (1994). Situación y perspectivas de la experimentación campesina con grupos de productores en Centro América. Montpellier, CIRAD-SAR: 25 p. + anexos.
- Ploeg, J. D. van der (2008). Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre, Editora UFRGS.
- Porro, R., Ed. técnico (2009). Alternativa agroflorestal na Amazônia em transformação. Brasília, DF, EMBRAPA Informação Tecnológica.
- Reijntjes, C., B. Haverkort, et al. (1999). Agricultura para o futuro: uma introdução à agricultura sustentável e de baixo uso de insumos externos. Rio de Janeiro, AS-PTA.
- Ribeiro, E. M., F. M. Galizoni, et al. (2006). "Universidade, extensão e desenvolvimento rural: uma experiência no Vale do Jequitinhonha." Revista Agriculturas: experiências em agroecologia V. 3 (No. 4): pp. 6 - 10.
- Rivera, W. M. (1991). Agricultural extension worldwide: a critical turning point. In: Agricultural Extension: worldwide institutional evolution and forces for change. W. M. Rivera e D. J. Gustafson (Eds.). New York, Elseiver: pp. 189 - 201.
- Rogers, E. M. (1995). Diffusion of innovations. New York, Free Press.
- Röling, N. (1989). The Agricultural Research-Technology Transfer Interface: A Knowledge Systems Perspective. The Hague, International Service For National Agricultural Research.
- Röling, N. G. e M. A. E. Wagemakers, Eds. (1998). Facilitating Sustainable Agriculture: Participatory learning and Adaptive Management in Times of Environmental Uncertainty. Cambridge, Cambridge University Press.
- Ruas, E. D. et al. (2006). Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável - MEXPAR. Belo Horizonte, EMATER-MG.
- Sablayrolles, P. e C. B. Rocha (2003). Desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na Transamazônica. Belém, AFATRA.
- Sabourin, E. (2009). Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro, Garamond.
- Saviani, D. (1988). Escola e democracia. São Paulo, Ed. Cortez / Autores Associados.
- Scarborough, V. et al., Eds. (1997). Farmer-led extension: concepts and practices. London, Intermediate Technology, on behalf of the Overseas Development Institute.

- Schmitz, H. (1996). "Desenvolvimento Participativo de Tecnologias: a experiência da mecanização na Transamazônica." Agricultura Familiar. Pesquisa, Formação e Desenvolvimento (UFPA) Vol. 1 (No. 1): pp. 1 - 20.
- Schmitz, H. (2001). Reflexões sobre métodos participativos de inovação na agricultura. In: Agricultura familiar: métodos e experiências de pesquisa-desenvolvimento. A. Simões, L. M. Santos Silva, P. F. da S. Martins e C. Castellonet (Orgs.). Belém, NEAF/CAP/UFPA e GRET: pp. 39 - 99.
- Schmitz, H. (2006). "Uma assistência técnica participativa para a agricultura familiar." Cronos 3 (2): pp. 137 - 155.
- Schneider, S. (2009). La pluriactividad en el medio rural brasileño: características y perspectivas para la investigación. In: La pluriactividad en el campo latinoamericano. H. de Grammont e L. Martínez Valle (Orgs.). Quito, Ed. FLACSO: pp. 132 - 161.
- Sen, A. (2000). Desenvolvimento como liberdade. São Paulo, Companhia das Letras.
- Servolin, C. (1989). L'agriculture moderne. Paris, Ed. du Seuil.
- Sevilla Guzmán, E. (2006). De la sociología rural a la agroecología. Andalucía, Junta de Andalucía / Consejería de Agricultura y Pesca / Icaria.
- Sidersky, P. e F. Jalfim (2009). A estratégia de assessoria técnica do Projeto Dom Helder Camara. Recife, Projeto Dom Helder Camara.
- Siliprandi, E. (2002). "Desafios para a extensão rural: o "social" na transição agroecológica." Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável V. 3 (No. 3): pp. 38 - 48.
- Simões, A. (2001). Contribuição metodológica aos programas de pesquisa-desenvolvimento: reflexões acerca do processo de construção da demanda social. In: Agricultura Familiar: métodos e experiências de pesquisa. A. Simões, L. M. Santos Silva, P. F. da S. Martins e C. Castellonet (Orgs.). Belém, PA, NEAF/CAP/UFPA & GRET: pp. 154 - 170.
- Simões, A. e R. B. Figueiredo (2002). Planejamento e intervenção no meio rural como instrumentos de sustentabilidade do desenvolvimento. Belém, LASAT / NEAF: Mimeografado (Apostila do curso de capacitação para agentes de extensão rural).
- Sperry, S. e C. H. Carvalho Jr. (2001). Agricultura familiar - Como organizar Visita-Intercâmbio e um Debate Painel. Brasília, EMBRAPA.
- Sumberg, J. e C. Okali (1997). Farmers' Experiments: Creating Local Knowledge. Boulder e London, Lynne Rienner Publishers.
- Swanson, B. e J. Claar (1987). Historia y evolución de la extensión agrícola. In: La extensión Agrícola: Manual de Consulta. B. Swanson (Org.). Roma, FAO: pp. 1 - 22.
- Tepicht, J. (1973). Marxisme et agriculture: le paysan polonais. Paris, Armand Colin.
- Toledo, V. M. (1992). La racionalidad ecológica de la producción campesina. In: Ecología, campesinado e historia. E. Sevilla Guzmán e M. González de Molina (Orgs.). Madrid, Las Ediciones de la Piqueta.
- Toni, F., M. G. Piketty, et al. (2007). Uruará (Pará): agricultura familiar entre a pecuarização e a conservação dos recursos naturais. In: Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais. J.-P. Tonneau e E. Sabourin (Orgs.). Porto Alegre, Editora da UFRGS: pp. 129 - 155.
- Tonneau, J.-P. (2004). Os sistemas produtivos na história. Campina Grande, Universidade Federal de Campina Grande. Projeto Unicampo.: 10 p.

Torrens, J. C. S. (2008). Território e desenvolvimento: a experiência de articulação territorial do Sudoeste do Paraná. CD-ROM: Capacitação para o Desenvolvimento em uma Perspectiva Territorial. P. Sidersky (Org.). Brasília, MDA/SAF e FAO.

Van Veldhuizen, L., A. Waters - Bayer, et al. (1997). Developing technology with farmers : a trainer's guide for participatory learning. London [etc.], Zed Books [etc.].

Veiga, J. E. (2005). Desenvolvimento sustentável - o desafio do século XXI. Rio de Janeiro, Garamond.

Veiga, J. E. (2001). O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento. Brasília, MDA - CNDRS - NEAD (Convênio FIPE - IICA).

Veiga, J. E. (2002). Cidades Imaginárias. O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas, SP, Ed. Autores Associados.

Verdejo, M. E. (2007). Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP. Brasília, MDA / Secretaria de Agricultura Familiar.

von der Weid, J. M. (1997). A trajetória das abordagens participativas para o desenvolvimento na prática das ONGs no Brasil. Rio de Janeiro, AS-PTA.

von der Weid, J. M. (2001). Qual estratégia para o desenvolvimento rural? José Graziano, Jean-Marc e Bianchini debatem "O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento". NEAD. Brasília, Ministério de Desenvolvimento Agrário. **2**: 99. 53 - 72.

Wanderley, M. de N. (1999). Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: Agricultura familiar: realidade e perspectivas. J. C. O. Tedesco (Org.). Passo Fundo, Universidade de Passo Fundo: pp. 23 - 56.

Wolf, E. (1976). Sociedades camponesas. Rio de Janeiro, Zahar Editores.